

E-BOOK

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO

ORGANIZADORES

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes



VOL.2



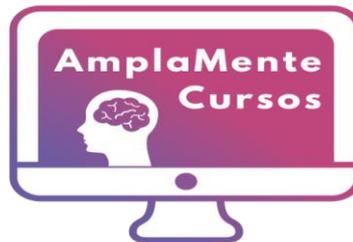
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO
1ª ED VOL.2 ISBN: 978-65-89928-10-2 DOI: 10.47538/AC-2021.15

E-BOOK

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 02.



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.15



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2021



AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO
1ª ED VOL.2 ISBN: 978-65-89928-10-2 DOI: 10.47538/AC-2021.15

E-BOOK

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 02.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amplamente educação [livro eletrônico] : novos caminhos para o ensino :
volume 1 / organizadores Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas, Luciano
Luan Gomes Paiva, Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes. -- 1. ed. --
Volume 02 -- Natal, RN : Amplamente Cursos e Formação Continuada,
2021. PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-89928-10-2

1. Educação 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Ensino 4. Interdisciplinaridade 5. Leitura
6. Pesquisa 7. Prática pedagógica I. Freitas, Dayana Lúcia Rodrigues de. II.
Paiva, Luciano Luan Gomes.
III. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas.
21-87911 CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Educação 370.1
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Amplamente Cursos e Formação Continuada
CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

www.amplamentecursos.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal- Rio Grande do Norte – Brasil



Ano 2021

Editora Chefe:

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais:

Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Maria Pollyana Sales Vicente
Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária:

Eliete Marques da Silva

Projeto Gráfico e Diagramação:

Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Imagem da Capa:

2021 by Amplamente Cursos e Formação Continuada

Shutterstock

Copyright © Amplamente Cursos e Formação Continuada

Edição de Arte:

Luciano Luan Gomes Paiva

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Amplamente Cursos e
Formação Continuada

Revisão:

Os autores

Direitos para esta edição cedidos pelos autores à
Amplamente Cursos e Formação Continuada.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição [Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional \(CC-BY-NC-ND\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Este e-book contém textos escritos por autores de diversos lugares do Brasil e, possivelmente, de fora do país. Todo o conteúdo escrito nos capítulos, assim como correção e confiabilidade são de inteira responsabilidade dos autores, inclusive podem não representar a posição oficial da Editora Amplamente Cursos.

A Editora Amplamente Cursos é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Todos os artigos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

É permitido o download desta obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Situações de má conduta ética e acadêmica ou quaisquer outros problemas que possam vir a surgir serão encaminhados ao Conselho Editorial para avaliação sob o rigor científico e ético.



Ano 2021

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo - Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Danyelle Andrade Mota - Universidade Federal de Sergipe

Dra. Débora Cristina Modesto Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto

Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade Estadual do Ceará

Dra. Eliana Campêlo Lago - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Everaldo Nery de Andrade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dra. Fernanda Miguel de Andrade - Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Izael Oliveira Silva - Universidade Federal de Alagoas

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro - Universidade Estadual do Maranhão

Dra. Josefa Gomes Neta - Faculdade Sucesso

Dr. Maykon dos Santos Marinho - Faculdade Maurício de Nassau

Dr. Rafael Leal da Silva - Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dra. Ralydiana Joyce Formiga Moura - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Roberta Lopes Augustin - Faculdade Murialdo

Dra. Smalyanna Sgren da Costa Andrade - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Claudia Silva Lima - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ma. Andreia Rodrigues de Andrade - Universidade Federal do Piauí

Esp. Bruna Coutinho Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ma. Camila de Freitas Moraes - Universidade Católica de Pelotas

Me. Carlos Eduardo Krüger - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Esp. Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes – Escola Ressurreição Ltda.

Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Me. Fabiano Eloy Atílio Batista - Universidade Federal de Viçosa
Me. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará
Me. Fydel Souza Santiago - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
Me. Giovane Silva Balbino - Universidade Estadual de Campinas
Ma. Heidy Cristina Boaventura Siqueira - Universidade Estadual de Montes Claros
Me. Jaiurte Gomes Martins da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Me. João Antônio de Sousa Lira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Me. João Paulo Falavinha Marcon - Faculdade Campo Real
Me. José Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Me. José Flôr de Medeiros Júnior - Universidade de Uberaba
Ma. Josicleide de Oliveira Freire - Universidade Federal de Alagoas
Me. Lucas Peres Guimarães - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa - Universidade Federal da Paraíba
Me. Márcio Bonini Notari - Universidade Federal de Pelotas
Ma. Maria Antônia Ramos Costa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves - Universidade Católica Portuguesa
Me. Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes
Ma. Náyra de Oliveira Frederico Pinto - Universidade Federal do Ceará
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan - Faculdade de Educação e Meio Ambiente
Ma. Rosiane Correa Guimarães - Universidade Federal de Jataí
Ma. Sirlei de Melo Milani - Universidade do Estado de Mato Grosso
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz - Universidade Federal da Paraíba
Me. Weberson Ferreira Dias - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Todos os autores desta obra declaram que trabalharam ativamente na produção dos seus trabalhos, desde o planejamento, organização, criação de plano de pesquisa, revisão de literatura, caracterização metodológica, até mesmo na construção dos dados, interpretações, análises, reflexões e conclusões. Assim como, atestam que seus artigos não possuem plágio acadêmico, nem tampouco dados e resultados fraudulentos. Os autores também declaram que não possuem interesse comercial com a publicação do artigo, objetivando apenas a divulgação científica por meio de coletâneas em temáticas específicas.

APRESENTAÇÃO

O E-book *Amplamente Educação: novos caminhos para o ensino*, consiste em uma coletânea de textos científicos, oriundos de práxis docentes nos diversos contextos de ensino e aprendizagem educacional, principalmente voltada às práticas pedagógicas inovadoras no ambiente escolar. Nesse sentido, este e-book direciona os diálogos às novas demandas educativas, que após todo um período de desconstrução e renovação dos hábitos escolares passa a almejar novos caminhos para a Educação.

Com as novas demandas sociais e educacionais, a ampliação dos cursos à distância, a difusão das formações e cursos online, a normalização da hibridização do ensino, além da própria experiência com as aulas emergenciais remotas, os professores estão cada vez mais preparados para direcionar os novos caminhos para o ensino. São rumos que primam pela organização, planejamento, estrutura mínima de troca de informações, diálogo e empatia, bem como uma série de aspectos importantes que corroboram com o debate educacional.

É nesse sentido que o E-book *Amplamente Educação: novos caminhos para o ensino*, traz diversos textos de professores pesquisadores em formato de artigos completos oriundos de Pesquisa Concluída, Pesquisa em Andamento, Ensaio Acadêmico, Revisão Bibliográfica e Relato de Experiência para suscitar um debate importante para os profissionais de diferentes áreas de ensino.

Assim, em nome da Editora *Amplamente Cursos*, convido a todas as pessoas para a leitura do E-book *Amplamente Educação: novos caminhos para o ensino*, com propostas, concepções, perspectivas, melhorias, apontamentos, análises entre outras questões importantes para o campo educacional.

Luciano Luan Gomes Paiva

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	12
GRAFENO, TECNOLOGIA E APLICAÇÕES: UMA PERSPECTIVA PARA O ENSINO MÉDIO	
Kleber Saldanha de Siqueira.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-01	
CAPÍTULO II	27
O DESAFIO DA INDISCIPLINA NA ESCOLA	
Maria dos Navegantes de Miranda.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-02	
CAPÍTULO III	36
EXECUÇÃO PENAL HUMANIZADA E A IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO APAC	
Caio Assis Xavier Ferro; Eryka Christina Batista da Silva.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-03	
CAPÍTULO IV	62
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA SALA DE AULA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA	
Marta Regina Martins de Sena.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-04	
CAPÍTULO V	78
ÉTICA E DOCÊNCIA: ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA NO COTIDIANO DA ESCOLA	
Regiana Caldas Freitas; Carlos Renã da Silva Moura.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-05	
CAPÍTULO VI	87
A FOTOGRAFIA E AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA UM LETRAMENTO VISUAL E DIGITAL NA ERA DA EDUCAÇÃO 4.0 - RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Joelma da Silva Coelho; Elizete Vasconcelos Arantes Filha.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-06	
CAPÍTULO VII	105
A MUSICALIDADE COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Marta Regina Martins de Sena.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-07	

CAPÍTULO VIII _____ **115**

MECANISMOS DISCIPLINARES NA SALA DE AULA

Maria dos Navegantes de Miranda.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-08

CAPÍTULO IX _____ **125**

ADAPTAÇÃO À ESCOLA: ESTRATÉGIAS DOCENTES DESENVOLVIDAS NESTE PROCESSO

Magda Lúcia Neves.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-09

CAPÍTULO X _____ **135**

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: VIVÊNCIAS DA TEORIA À PRÁTICA

Marta Regina Martins de Sena.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-10

CAPÍTULO XI _____ **157**

A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ORIENTAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA

Jakeline Olegário de Melo.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-11

CAPÍTULO XII _____ **171**

A HISTÓRIA DE MACAU/RN E SEU ESPAÇO GEOGRÁFICO APRESENTADA PARA O ENSINO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Maria dos Navegantes de Miranda.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-12

CAPÍTULO XIII _____ **179**

O PAPEL DO PROFISSIONAL NA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA

Adriana Leite da Silva; Ivanilda Messias dos Santos Cebalho;

Eliana Ester Cristante Mendes; Tamires Aline de Amorim;

Silvana Bezerra dos Santos.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-13

CAPÍTULO XIV _____ **187**

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DO 1º ANO EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA/RN

Wivina Dayane do Nascimento Lopes Rodrigues.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-14

CAPÍTULO XV _____ **204**
DEFICIÊNCIA DE MINERAIS NO PÓS OPERATÓRIO DE CIRURGIA BARIÁTRICA

Andrea Fernanda Lopes dos Santos; Dayane Lima Fonseca;
Luciana Melo de Farias; Norma Sueli Marques da Costa Alberto;
Marlon Moreno da Rocha Caminha de Paula.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-15

CAPÍTULO XVI _____ **220**
BUSCANDO A CIDADANIA: A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Magda Lúcia Neves.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-16

CAPÍTULO XVII _____ **234**
O PAPEL DA LUDICIDADE NO PROCESSO DO APRENDIZADO

Juliane Claudia Rossi Silva; Sonia Maria Reche;
Lucilene Cardoso de Miranda; Fatima Aparecida Barbosa de Oliveira;
Maria de Lourdes Reche Borges; Silvana Bezerra dos Santos.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-17

CAPÍTULO XVIII _____ **243**
ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Telany Cristina Lopes.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-18

CAPÍTULO XIX _____ **255**
A UTILIZAÇÃO DAS TIC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS

Telany Cristina Lopes.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-19

SOBRE OS ORGANIZADORES _____ **267**

SOBRE OS AUTORES _____ **269**

ÍNDICE REMISSIVO _____ **273**

CAPÍTULO I

GRAFENO, TECNOLOGIA E APLICAÇÕES: UMA PERSPECTIVA PARA O ENSINO MÉDIO

Kleber Saldanha de Siqueira¹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-01

RESUMO: A ciência dos materiais tem impactado a sociedade levando ao surgimento de novas tecnologias que têm ressignificado a maneira como o homem interage com o mundo. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo abordar as características físico-químicas do grafeno, pontuando suas propriedades e possibilidades tecnológicas no âmbito do ensino médio, destacando sua amplitude e importância no ensino das ciências através dos principais avanços observados nos campos da engenharia. Nesse sentido, o grafeno, com suas singulares propriedades mecânicas, térmicas, óticas e elétricas, representa o que há de mais avançado em termos de materiais na atualidade, constituindo-se em importante objeto de discussão. Sendo assim, destacamos a importância do ensino, no nível médio, das propriedades deste material, de seus processos de obtenção e potencialidades na solução de problemas tecnológicos levando em conta os princípios que norteiam o ensino de física. Considerando que a educação científica preza pela capacidade do estudante de entender e interagir com o mundo natural que o cerca, sendo o grafeno um elemento substantivo diante do assombroso desenvolvimento tecnológico vivenciado pela humanidade, apresentamos nas linhas posteriores deste artigo o alicerce educacional que demonstra a viabilidade didática deste tema no ensino médio de forma a corroborar com os parâmetros educacionais exigidos atualmente para o pleno exercício da cidadania daqueles que concluem o ciclo escolar básico na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência dos materiais. Ensino de física. Física moderna. Estado sólido.

GRAPHENE, TECHNOLOGY AND APPLICATIONS: A PERSPECTIVE FOR HIGH SCHOOL

ABSTRACT: Materials science has impacted society, leading to the emergence of new technologies that have given new meaning to the way in which man interacts with the world. From this perspective, this article aims to address the physicochemical characteristics of graphene, pointing out its properties and technological possibilities in secondary education, highlighting its breadth and importance in science education through the main advances observed in the fields of engineering. In this sense, graphene, with its unique mechanical, thermal, optical and electrical properties, represents what is

¹ Mestre em ensino de Física pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialista em educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialista em educação pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), especialista em educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), especialista em educação pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Licenciado em Física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor pertencente ao quadro permanente da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE-AL). E-mail: kleber.siqueira@cedu.ufal.br.

most advanced in terms of materials today, constituting an important object of discussion. Therefore, we emphasize the importance of teaching, at secondary level, the properties of this material, its processes for obtaining it and its potential for solving technological problems, taking into account the principles that guide the teaching of physics. Considering that science education values the student's ability to understand and interact with the natural world that surrounds them, with graphene being a substantive element in view of the amazing technological development experienced by humanity, we present in the later lines of this article the educational foundation that demonstrates the viability teaching of this theme in high school in order to corroborate with the educational parameters currently required for the full exercise of citizenship by those who complete the basic school cycle today.

KEYWORDS: Materials Science. Physics teaching. Modern physics. Solid state.

INTRODUÇÃO

Apesar de ser um dos materiais mais avançados na atualidade, o grafeno tem uma história bem antiga que remonta à década de trinta onde foi pela primeira vez homologado na literatura química. No entanto, de lá para cá, com o desenvolvimento da microscopia eletrônica de varredura e outras técnicas avançadas de caracterização dos materiais, tornou-se possível investigar de forma mais profunda este material, o que rendeu a Andre Geim e Konstantin Novoselov, professores e pesquisadores da universidade de Manchester no Reino Unido, o prêmio Nobel de física em 2010 (SANTOS, 2013). Suas pesquisas abriram um leque de possibilidades tecnológicas nunca antes vistas no campo da físico-química, possibilitando um assustador avanço de diversas áreas do conhecimento, principalmente a engenharia e a medicina.

Os materiais, do ponto de vista tecnológico, podem ser divididos em metais, cerâmicas, compósitos e polímeros (VLACK, 1988). Cada um destes materiais possui várias aplicações no cenário da tecnologia e no nosso dia a dia. Sem dúvida, se olharmos ao nosso redor, veremos utensílios domésticos, como garfos e facas, feitos de metais e ligas dos mais variados tipos, embalagens plásticas e objetos, feitos a partir de compostos poliméricos, xícaras de café feitas a partir de compostos cerâmicos, sem contar a madeira aglomerada que forma os móveis de nossa cozinha, constituídos por um compósito resultante da mistura de pó de madeira (fase sólida) com resina (cola, fase líquida) que após a secagem ganha o formato de lâminas de madeira.

Fica fácil perceber então, a partir dos simples exemplos dados anteriormente, que a ciência dos materiais impacta cotidianamente nossas vidas, desde os mais simples hábitos até as pesquisas mais sofisticadas. Nesse sentido, os campos avançados da ciência também utilizam os materiais para solucionar inúmeros problemas de ordem tecnológica, sendo que muitas vezes, tais problemas, apenas podem ser solucionados por meio da modificação das propriedades dos materiais à disposição. Esta busca pelo material ideal, para suprir certa demanda tecnológica, induz a ciência a buscar novos materiais com propriedades inéditas ou que reúnam um grande número de propriedades em um único material.

Sendo assim, o grafeno, material composto por átomos de carbono organizados espacialmente num plano monoatômico, ou seja, um plano formado exclusivamente por átomos de carbono, vem revolucionando a ciência (SANTOS, 2009). Este material apresenta maior resistência que o aço, maior condutibilidade térmica que o cobre, maior mobilidade eletrônica que o silício, dentre outras propriedades que o tornam um material completo. Dessa forma, a partir das singulares propriedades do grafeno, abre-se um leque espantoso de possibilidades tecnológicas que incluem a solução, ou suavização, de vários problemas, por exemplo, ligados à geração de energia, que hoje, representam uma grande preocupação tanto do ponto de vista econômico como ambiental.

Trazer soluções para o campo da geração de energia foi um dos principais benefícios gerados pelo desenvolvimento do grafeno, porém, seus pontos positivos não param por aí. A medicina já aposta nas propriedades do grafeno que permite a fabricação de microchips capazes de detectar com antecedência de seis meses o surgimento de nódulos cancerígenos. Outra aposta é a confecção de próteses e articulações com elevado grau de leveza e resistência, possibilitando uma maior mobilidade e capacidade adaptativa por parte de pacientes amputados ou acometidos por enfermidades ósseas.

Lentes de contacto capazes de detectar todo o espectro de raios infravermelhos, permitindo que qualquer um possa enxergar no escuro também representa um grande avanço que pode beneficiar portadores de deficiência visual ou aperfeiçoar sistemas de navegação aeronáutica, permitindo ao piloto manter contato visual em situações com pouca ou nenhuma iluminação. Outra aplicação importante do grafeno é na produção de

tecido artificial, isso mesmo, pele, um material capaz de simular todas as propriedades da nossa pele que pode ser usado na produção de enxertos e no tratamento de vítimas de queimaduras.

Estas são apenas algumas das inumeráveis aplicações do grafeno atualmente, de modo que, neste artigo, iremos nos ater às aplicações relacionadas com sistemas elétricos por considerarmos esta temática importante no contexto escolar sendo encontrada não apenas em textos de física, mas de química, representando um tema de extrema relevância no ensino básico. Serão destacados os processos de obtenção do grafeno, suas principais propriedades físico-químicas e como estas estão revolucionando a tecnologia no campo da eletricidade.

PROCESSOS DE OBTENÇÃO DO GRAFENO

Atualmente com o desenvolvimento científico, diversas são as técnicas empregadas para a obtenção do grafeno. Cada técnica leva em consideração a finalidade do material a ser desenvolvido. Dessa forma, se desejamos que o grafeno apresente propriedades elétricas, mecânicas ou térmicas específicas para determinada aplicação, temos que escolher a técnica mais apropriada para sintetizá-lo. Como existe um grande número de processos de obtenção, cada qual com características próprias, iremos aqui, por uma questão didática, selecionar dois processos para ilustrar a síntese do grafeno. Vamos começar pela técnica de crescimento epitaxial sobre SiC (carbeto de silício), em seguida discutiremos a técnica por colagem anódica (SEGUNDO; VILAR, 2016).

CRESCIMENTO EPITAXIAL SOBRE SiC

Esta técnica utiliza os conhecimentos adquiridos na microeletrônica para a fabricação de chips e outros componentes a base de Si para a fabricação do grafeno. Nesta técnica, o grafeno é produzido a partir de um monocristal hexagonal de carbeto de silício (H-SiC) por meio da dessorção térmica do Si, que nada mais é do que o aquecimento do monocristal, permitindo a volatilização do Si gerando acúmulo de C que em seguida agrupam-se, no lugar do Si, formando estruturas planas com 2 ou 3 camadas monoatômicas.

Neste processo, inicialmente, procede-se com o ataque da amostra de (H-SiC) com gás hidrogênio (H₂), na sequência as amostras são aquecidas por meio de bombardeamento de elétrons em ultra vácuo até 1000°C. Depois a temperatura é elevada a valores em torno de 1250°C a 1450°C por cerca de 1 hora e 20 minutos. Neste ambiente, o grafeno é sintetizado e forma camadas cuja espessura depende da temperatura. Tais camadas apresentam continuidade elétrica em toda sua extensão conferindo ao material boa anisotropia (capacidade do material variar suas propriedades físicas em função da direção a qual percorremos o material, isso é peculiarmente interessante para certas aplicações tecnológicas) e alta mobilidade eletrônica.

Tal processo revela-se muito interessante do ponto de vista da indústria eletrônica uma vez que, a partir desta síntese, podemos obter compostos do Si com o C exibindo propriedades elétricas muito parecidas com as dos semicondutores largamente empregados pela indústria (SEGUNDO; VILAR, 2016).

COLAGEM ANÓDICA

Outra técnica de obtenção do grafeno é a colagem anódica, que é um exemplo de processo baseado na esfoliação mecânica² (SEGUNDO; VILAR, 2016). Este processo é um aperfeiçoamento da clássica técnica da esfoliação mecânica, um processo muito utilizado na ciência dos materiais, porém limitado a pequenas amostras e a poucas quantidades. Nesta técnica, depositamos grafite sob um substrato composto por borosilicato, ou outro composto qualquer com capacidade isolante porém capaz de conduzir minimamente determinada concentração de íons que é posteriormente fragmentado, servindo de depósito para o grafeno.

Em seguida, por meio de uma aparelhagem específica (prensa para ligação anódica), aplica-se uma ddp em torno de 1,2 kV a 1,7 kV a uma superfície aquecida de pirex/Si, permitindo uma grande interação entre o substrato contido no pirex e o Si gerando assim a formação de ligações químicas extremamente coesas na interface

² A esfoliação mecânica consiste da obtenção de folhas finas de grafeno, da ordem de microns, a partir da separação de folhas com 1mm de espessura.

compartilhada pelos dois meios. Entre 200°C e 400°C ocorre a decomposição do NaO₂ em íons Na⁺ e O₂⁻.

A partir daí, os íons Na⁺, menores que os O₂⁻ tendem a migrar ao longo do substrato até o cátodo por influência do campo elétrico ali gerado. Os íons O₂⁻ tendem a se concentrar formando um extenso campo elétrico ao longo da superfície do pirex, estando os átomos de Si carregados positivamente. Isso induz a formação de óxido de silício SiO₂ ao longo do substrato. Tecnicamente, o ânodo de grafite é projetado sob a amostra e o cátodo projetado na parte anterior ao pirex, dessa forma, o pirex contendo grafite é aquecido até 200°C. A partir da estabilização da temperatura aplica-se a ddp.

Após a colagem, o grafite é removido deixando diversas zonas de ligação no substrato de vidro, então, estas áreas são esfoliadas por meio de fita adesiva revelando áreas transparentes revelando as camadas de grafeno produzidas (SEGUNDO; VILAR, 2016). É possível produzir diversas camadas a partir deste processo.

PROPRIEDADES DO GRAFENO

As propriedades físicas e químicas de qualquer substância estão intimamente relacionadas com a sua estrutura atômica e molecular. No caso do grafeno, sua estrutura formada por átomos de carbono hibridizados, ligados por meio de ligações do tipo *sp*², permitindo o aparecimento de um elétron livre no orbital *p*, dispostos geometricamente formando um hexágono, confere ao grafeno desde propriedades elétricas, térmicas e ópticas, até propriedades mecânicas e biológicas nunca antes vistas nos materiais conhecidos. Suas propriedades óticas em particular chamam muita atenção.

Considerando sua grande capacidade de interação com a luz, o grafeno possui diversas aplicações no campo da fotônica, em particular no campo das telecomunicações. Devido à existência de pontos de Dirac interligando bandas de condução e bandas de valência no interstício molecular do grafeno, temos um ‘ambiente’ perfeito para o aumento da mobilidade eletrônica no grafeno tornando este uma ótima opção no campo da transmissão de dados via sinais luminosos (SANTOS, 2010).

De forma geral, o grafeno apresenta uma estrutura cristalina muito estável, cuja reatividade química pode ser melhorada com a dopagem ou adição de ‘impurezas’ como B (Boro) e N (Nitrogênio) (SEGUNDO; VILAR, 2016). Também podem ser utilizados grupos funcionais como a amina (NH₃) e a carbonila (-CO) conferindo melhores propriedades eletrônicas ao grafeno. A partir da dopagem, percebe-se que o grafeno passa a conduzir corrente elétrica a uma taxa 100 vezes maior quando comparado ao Si, o que torna o grafeno um possível concorrente do silício na indústria eletrônica (SEGUNDO; VILAR, 2016).

Do ponto de vista estrutural, o grafeno é o material mais fino e mais forte que se tem notícia hoje possuindo módulo de Young³ de 1TPa. Termicamente, o grafeno pode conduzir o calor a uma taxa de 5000 W/m·K à temperatura ambiente. Para ter-se uma ideia, o cobre, um dos melhores condutores de calor conhecidos, conduz a uma taxa de 400W/m·K, o que torna o grafeno uma ótima opção em termos de materiais para a construção ou gerenciamento de sistemas termodinâmicos.

Em relação às suas propriedades ópticas, o grafeno é praticamente transparente o que torna sua taxa de absorção a luz muito pequena, percebe-se também que boa parte de suas propriedades óticas estão diretamente relacionadas com suas propriedades eletrônicas. Dada sua transparência, o grafeno possui uma série de aplicações no âmbito da óptica, sendo também utilizado para a confecção de aparatos e elementos ópticos especiais. Abaixo listamos algumas propriedades do grafeno e suas respectivas aplicações.

Quadro 1: Propriedades físicas do grafeno.

<ul style="list-style-type: none"> ● Mecânicas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Pás de turbinas eólicas <input type="checkbox"/> Dispositivos e aparatos ortopédicos <input type="checkbox"/> Órgãos de construção mecânica para aviões e veículos terrestres <input type="checkbox"/> Indústria espacial
<ul style="list-style-type: none"> ● Óticas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Células Solares <input type="checkbox"/> Fotocatálise

³ O módulo de Young representa uma medida da resistência mecânica superficial de uma substância.

	<input type="checkbox"/> Dispositivos e elementos óticos
<ul style="list-style-type: none"> • Térmicas 	<input type="checkbox"/> Trocadores de calor. <input type="checkbox"/> Irradiadores e dissipadores térmicos <input type="checkbox"/> Placas e sistemas de energia solar
<ul style="list-style-type: none"> • Morfológicas 	<input type="checkbox"/> Armazenamento de H ₂ <input type="checkbox"/> Catalisadores suporte em células a combustível
<ul style="list-style-type: none"> • Elétricas 	<input type="checkbox"/> Supercapacitores. <input type="checkbox"/> Células de Combustíveis. <input type="checkbox"/> Baterias. <input type="checkbox"/> Semicondutores
<ul style="list-style-type: none"> • Nano 	<input type="checkbox"/> Captura de energia a partir do fluxo de água <input type="checkbox"/> Tensão induzida por potencial químico

Fonte: (SEGUNDO; VILAR, 2016).

O quadro 1 congrega apenas algumas das incontáveis propriedades e usos do grafeno no cenário atual. Não queremos com isso esgotar as propriedades e aplicações deste material, no entanto acreditamos que as informações pontuadas no quadro anterior resumem bem as potencialidades deste material no âmbito do ensino médio.

GRAFENO E ENERGIA ELÉTRICA

Na introdução deste artigo esclarecemos que nosso foco seria a discussão do emprego do grafeno na geração de energia elétrica, pois consideramos esta aplicação, em particular, pertinente do ponto de vista do ensino médio. Considerando as atuais questões e discussões sobre a geração de energia e seus impactos no meio ambiente, e na própria sociedade, vamos expor um pouco das potencialidades do grafeno neste cenário, permitindo ao leitor perceber a amplitude deste material que notadamente vem revolucionando todos os campos da ciência. Sendo assim, vamos direcionar nossa discussão para a geração de energia elétrica enfatizando como o grafeno pode melhorar este processo.

O primeiro ponto a ser considerado nesta questão é o fator ambiental. Sendo o grafeno um material totalmente atóxico e com propriedades elétricas muito boas,

podemos utilizá-lo em diversos processos que envolvem a geração de eletricidade através de reações eletroquímicas permitindo assim diminuir o potencial de contaminação do meio ambiente, uma destas aplicações é a bateria de lítio-grafeno. Estas baterias são o resultado da substituição do ânodo da bateria convencional de íons de lítio por um ânodo de grafeno, que comparado ao grafite geralmente usado, apresenta maior capacidade de armazenamento de cargas elétricas permitindo maior durabilidade, maior tensão de operação e desempenho.

Com o crescente desenvolvimento dos dispositivos móveis portáteis, ao mesmo tempo que aumentam os esforços para a obtenção de formas de energia mais eficientes e baratas, percebemos que as baterias de lítio-grafeno representam um salto tecnológico considerável, unindo eficiência e preservação do meio ambiente. É fácil ver o grande benefício ambiental proporcionado pelo grafeno, que além de possuir vasta aplicação tecnológica, não possui restrições ao seu uso, sendo ideal para a solução de problemas que envolvem impacto ambiental. Outro ponto a ser considerado é a possibilidade de utilizarmos o grafeno como material base para a produção de novos transistores amplificadores⁴.

Neste cenário, a eletrônica busca constantemente aperfeiçoar suas técnicas de fabricação de dispositivos com o objetivo de aumentar o desempenho de circuitos e sistemas dos mais variados tipos. Esta busca é motivada pela crescente miniaturização dos componentes eletrônicos que tendem a preencher um chip com um número cada vez maior de componentes, obrigando a indústria a buscar novos materiais ou aperfeiçoar técnicas.

Para termo uma ideia, nos anos 60, Gordon Moore, engenheiro e fundador da Intel, previu que o número de transistores presentes num chip dobraria a cada dois anos, tendo em vista que o chip mais moderno na época desta previsão continha 30 transistores, seguindo esta 'lei', que nada mais é do que uma progressão geométrica de razão 2, hoje, os chips contém números da ordem de bilhões de transistores (SANTOS, 2010). Isso é

⁴ Componente eletrônico capaz de amplificar sinais elétricos.

um problema sério para a indústria eletrônica que se vê obrigada a repensar suas técnicas de miniaturização de componentes se deseja acompanhar a ‘lei de Moore’.

Neste sentido, estudos recentes apontam para o silício, material base da eletrônica, ainda como uma solução viável, desde que suas propriedades sejam melhoradas, permitindo assim maior eficiência, viabilizando a fabricação de dispositivos cada vez menores (SANTOS, 2010). Um exemplo disto é a fabricação do MOSFET⁵ com porta de InA (arseneto de índio) no lugar do já habitual óxido de silício, gerando assim extraordinária mobilidade eletrônica permitindo dobrar a capacidade do transistor apesar dos desafios tecnológicos associados à sua fabricação (SANTOS, 2010).

Neste contexto, uma opção que se revela promissora é a utilização do grafeno como material base para a fabricação de componentes eletrônicos devido às suas características elétricas, apesar dos custos relativamente altos e das técnicas de fabricação sofisticadas. No entanto não podemos negar que num futuro não tão distante poderemos ver a indústria eletrônica aderindo aos componentes a base de grafeno.

Em comunicação é frequente o emprego de circuitos amplificadores⁶ de sinais que têm por objetivo amplificar pequenos sinais, que em geral, carregam informações como sons e imagens, no entanto os materiais atualmente usados para este fim estão gradualmente tornando-se obsoletos e degradando com uma maior velocidade diante da demanda destes sistemas e da necessária de miniaturização que possui limitações físicas (SANTOS, 2010). Diante disso, o grafeno, com suas propriedades elétricas que superam as propriedades do silício e do germânio (principais materiais utilizados na indústria eletrônica para a confecção de componentes), além de oferecer grande resistência a diversos ambientes e condições de operação, revela-se como uma grande aposta para os projetistas que podem vislumbrar a possibilidade de adotar em seus projetos dispositivos eletrônicos com desempenho nunca antes visto.

No entanto, diferentemente do silício, cujo mecanismo de condução elétrica baseia-se na teoria de bandas eletrônicas⁷, o grafeno, apesar de exibir propriedades

⁵ Metal-Oxide-Semiconductor Field Effect Transistor ou Transistor de Efeito de Campo de Óxido de Metal Semicondutor.

⁶ Circuitos à base de transistores com a função de amplificar sinais de baixa intensidade.

⁷ Teoria que estabelece a condução de elétrons em regiões permitidas ou bandas no interstício molecular.

semicondutoras e condutoras, não conduz eletricidade a partir do mecanismos de bandas, tornando difícil, ou impossível, até o momento, sua utilização em eletrônica digital uma vez que esta depende substancialmente de cadeias de circuitos lógicos para seu funcionamento (SANTOS, 2010). Uma forma de contornar este problema é a produção de nanofitas de grafeno, o que induz o surgimento de bandas de condução no grafeno, até agora este processo tem-se mostrado promissor e representa uma luz no fim do túnel para os projetistas e engenheiros de eletrônica (SANTOS, 2010).

Além disso, suas propriedades elétricas permitem a obtenção de sensores biológicos capazes de detectar a presença de moléculas de maltose, frutose, aminoácidos, DNA e outras, em sistemas orgânicos permitindo o desenvolvimento de diversos campos da bioquímica a partir do emprego de novas técnicas de análise e caracterização de substâncias. Fica evidente o gigantesco impacto causado pelo grafeno na indústria e na pesquisa, principalmente devido às suas propriedades elétricas. Mas as possibilidades do grafeno no campo da eletricidade não param por aí. A crescente demanda por energia e sua utilização racional obriga os pesquisadores da área a desenvolver sistemas de armazenamento e descarga de energia elétrica mais eficientes.

Dessa forma, além de baterias mais duradouras e ecologicamente corretas, o grafeno permite a construção de capacitores capazes de armazenar muito mais cargas do que os capacitores convencionais de cerâmica e poliéster. Sendo assim, podemos destacar a fabricação de supercapacitores⁸ a partir do grafeno, permitindo assim acúmulo e fornecimento de energia elétrica, de forma reversível (uma grande vantagem em relação aos capacitores comuns que apenas recebem e fornecem energia por um único sentido). A principal aplicação dos supercapacitores reside na possibilidade destes servirem de dispositivos de alimentação complementares às baterias e células combustíveis.

Suas aplicações também são extremamente promissoras na indústria de transporte, proporcionando a construção de carros não poluentes, na indústria eletrônica que permite o desenvolvimento de dispositivos móveis de alto desempenho, como também na

⁸ Capacitores eletroquímicos de alto desempenho utilizados em circuitos eletrônicos de alta frequência.

medicina, proporcionando o desenvolvimento de órgãos artificiais beneficiando uma série de pacientes que dependem de transplante.

Especificamente, os supercapacitores são construídos a partir de eletrodos de grafeno, permitindo maior área de armazenamento de cargas elétricas a partir de suas características e elevada área superficial. Sendo o supercapacitor um exemplo de componente elétrico baseado em reações eletroquímicas e sendo o grafeno atóxico, percebemos mais uma vantagem na utilização deste material na manutenção do meio ambiente.

GRAFENO E ENSINO DE FÍSICA

Atualmente, a partir das frutíferas discussões e pesquisas relacionadas com o ensino das ciências, mais do que nunca, a tecnologia tem sido explorada nos currículos escolares por meio de uma abordagem que relaciona os fundamentos científicos, a preservação do meio ambiente e uma perspectiva instrucional que permite ao estudante entender e interagir de forma crítica com estas tecnologias. Neste sentido, a apresentação de temas não só atuais, mas que impactam nossa vida em sociedade representa uma necessidade diante dos atuais parâmetros curriculares na educação científica.

Sendo assim, a apresentação do grafeno, como material revolucionário capaz de solucionar ou viabilizar novas tecnologias, desde o nosso dia a dia, até os campos mais complexos da pesquisa científica, torna-se pertinente, possuindo o professor a chance de enriquecer suas práticas e métodos pedagógicos a partir da discussão deste tema, rico e interessante para o estudante (LIBÂNEO, 2001). Dessa forma, cabe ao professor desenvolver, por meio de uma abordagem estratégica⁹, formas de introduzir este tema com o objetivo de despertar no estudante consciência científica aliada à consciência socioambiental.

Outrossim, a apresentação do grafeno e suas propriedades no ensino médio está em consonância com os atuais parâmetros que norteiam o ensino da física moderna no ensino médio. Sabemos que a física moderna, especificamente o estudo da matéria

⁹ Entenda-se aqui a melhor metodologia escolhida pelo professor segundo sua experiência docente.

condensada, permitiu não só o domínio das propriedades do grafeno como de outros materiais, como o silício e o germânio utilizados na eletrônica. Desta forma é possível, a partir de um planejamento específico, introduzir o estudo do grafeno ao longo do ensino médio relacionando suas propriedades físicas e químicas com outros conteúdos pertinentes a este ciclo de ensino. Mais uma vez devemos enfatizar que tal estratégia didática depende da experiência e domínio metodológico do professor.

Nesse aspecto, percebe-se que a discussão de temas como o grafeno no ensino básico reforça a ideia amplamente aceita pelos educadores que o ensino das ciências urge por uma reforma capaz de preencher as lacunas geradas por décadas de defasagem curricular. Sendo assim a discussão deste tema no ensino médio vem para suprir o ensino da física moderna a qual tem ganhado gradativa visibilidade a partir das diferentes tecnologias desenvolvidas a partir de seus princípios. Desta forma, Rocha *et al* (2001) afirma:

Há uma necessidade inerente à reforma curricular do Ensino Médio, de apresentar-se, nas disciplinas de Física, entre outras, teorias científicas desenvolvidas mais recentemente. Pode-se dizer que, na maioria dos cursos de nível médio, a Física que se ensina nas escolas está defasada de cerca de dois séculos (ROCHA et al, 2001).

Outra perspectiva que nos leva a crer nos aspectos positivos da discussão deste tema no ensino médio reside na riqueza dos aspectos conceituais inerentes ao estudo do grafeno que podem ser exploradas de modo a permitir ao estudantes compreender a diferença e os limites da física clássica, levando-o a entender a importância da física moderna na compreensão de determinados fenômenos físicos complexos. Diante disso, Pinto e Zanetic (2008) afirma:

[...] é preciso transformar o ensino de Física tradicionalmente oferecido por nossas escolas em um ensino que contemple o desenvolvimento da Física Moderna, não como uma mera curiosidade, mas como uma Física que surge para explicar fenômenos que a Física Clássica não explica, constituindo uma nova visão de mundo (PINTO; ZANETIC, 2008).

Dessa forma, fica claro que o desenvolvimento de temas ligados à física moderna no ensino médio é de total importância visto os PCN, que devem atender às necessidades dos estudantes inseridos numa sociedade tecnológica que exige de seus cidadãos

autonomia e capacidade de interação cada vez maior com os novos avanços científicos.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, podemos concluir que o ensino de física pode ganhar grande significação a partir da introdução de temas relevantes e atuais como o estudo da tecnologia do grafeno, tendo em vista que suas propriedades estão mudando a forma como enxergamos o mundo e a tecnologia que nos cerca. Fica evidente a sintonia desta temática com os aspectos curriculares exigidos na atualidade para o ensino de física que priorizam o desenvolvimento de habilidades e competências ligadas ao entendimento do mundo e da realidade que norteia o estudante. Dessa forma, um trabalho pedagógico de ensino baseado neste estudo revela-se pertinente e alinhado com as necessidades instrucionais dos estudantes diante dos importantes conceitos da física, principalmente no campo da eletricidade, objeto de estudo no último ano do ensino médio.

Outrossim, este tema possui grande relevância do ponto de vista do ensino da física moderna uma vez que colabora com a difusão do conhecimento desenvolvido nas últimas décadas permitindo ao estudante entender como a ciência desenvolve-se não apenas pelo viés metodológico, mas também pelo viés social, trazendo a ideia de que a ciência é um construto humano influenciado por diversos fatores intervenientes, como o campo mercadológico que impulsiona boa parte dos ramos do conhecimento humano hoje.

Sendo assim, acreditamos que este trabalho pode ser desenvolvido a partir de métodos didáticos pertinentes durante o 3º ano do ensino médio, uma vez que os conteúdos desenvolvidos nesta série possuem correlação direta com os conceitos físico-químicos do grafeno apresentados neste artigo.

REFERÊNCIAS

- LIBÂNEO, C. J. *Didática*, Ed. Cortez, São Paulo, 2001.
- PINTO, A., & ZANETIC, J. **É possível levar a física quântica para o ensino médio?**

Caderno Brasileiro de Ensino de Física [Online] 16:1. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6873/6333>>. Acesso em: 07 jan 2022.

ROCHA, CARLOS R.;HERSCOVITZ, VICTORIA E.;MOREIRA, MARCOS A.; **Introdução à Mecânica Quântica: uma proposta de minicurso para o ensino de conceitos e postulados fundamentais.** Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, V. 3, n. 1, p.2, jan./abril 2010.

SANTOS. C. A. **Por uma nova geração na indústria eletrônica,** Ciência hoje, 2010. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2980/n/por_uma_nova_geracao_na_industria_eletronica. Acesso em: 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **Promessas tecnológicas do grafeno,** Ciência hoje, 2010. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2985/n/promessas_tecnologicas_do_grafeno Acesso em 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **Uma história de sorte e sagacidade,** Ciência hoje, 2009. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/3001/n/uma_historia_de_sorte_e_sagacidade Acesso em: 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **Grafeno, será o silício do século 21?** Ciência hoje, 2013. Disponível em : http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2955/n/gra-feno_sera_o_silicio_do_secul_o_21/ Acesso em: 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **A tecnologia do grafeno desembarca no Brasil,** Ciência hoje, 2010. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2950/n/a_tecnologia_do_grafeno_desembarca_no_brasil. Acesso em 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **Da Coluna para a sala de aula,** Ciência hoje, 2020. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2941/n/da_co-luna_para_a_sala_de_aula Acesso em: 07 jan 2022.

SANTOS. C. A. **Grafeno: sucesso tecnológico e fascínio teórico,** Ciência hoje, 2020. Disponível em: http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2927/n/grafeno:_sucesso_tecnologico_e_fascinio_teorico Acesso em: 07 jan 2022.

SACHS, M. **Solid State Theory,** Ed. McGraw – Hill, Boston, 1963.

SEGUNDO, J. E. D.V., VILAR, E. O. **Grafeno: Uma revisão sobre propriedades, mecanismos de produção e potenciais aplicações em sistemas energéticos,** Revista Eletrônica de Materiais e Processos, v. 11, n. 2 (2016) 54–57. Disponível em : <http://www2.ufcg.edu.br/revista-remap/index.php/REMAP/article/viewFile/493/387>. Acesso em 07 jan 2022.

VLACK, L. H.V. **Princípios de Ciência dos Materiais,** Ed. Edgard Blucher, São Paulo, 1988.

CAPÍTULO II

O DESAFIO DA INDISCIPLINA NA ESCOLA

Maria dos Navegantes de Miranda¹⁰.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-02

RESUMO: A temática da indisciplina tem estado muito presente nas discussões sobre escola e tem adquirido um relativo destaque em pesquisas no Brasil. A indisciplina está diretamente relacionada à ruptura nas relações pedagógicas, sendo vista dentro de um arcabouço negativo, de ruptura com as ações e normas que regulam a escola. o objetivo geral deste trabalho é apontar algumas possíveis soluções que possam contribuir no sentido de minimizar o problema da indisciplina em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina. Relações pedagógicas. Soluções.

THE CHALLENGE OF INDISCIPLINE IN SCHOOL

ABSTRACT: The theme of indiscipline has been very present in discussions about school and has acquired a relative prominence in research in Brazil. The indiscipline is directly related to the rupture in the pedagogical relationships, being seen within a negative framework, of rupture with the actions and norms that regulate the school. the general objective of this work is to point out some possible solutions that can contribute towards minimizing the problem of indiscipline in the classroom.

KEYWORDS: Indiscipline. Pedagogical relationships. Solutions.

INTRODUÇÃO

A indisciplina tem sido um dos assuntos mais discutidos nos últimos tempos, em todos os segmentos da sociedade e em especial, no âmbito escolar. Inicialmente, é necessário definir o termo "indisciplina", como conceito que pode ser interpretado de diversas formas. Muitos pedagogos, psicólogos ou especialistas de áreas afins, têm se dedicado ao assunto tentando buscar respostas para alguns questionamentos.

Segundo o Dicionário Aurélio, disciplina é um vocábulo que tem a mesma etimologia de discípulo ou seja, aquela que segue regras. Para Dayan (2008) a indisciplina é o que se opõe a disciplina, isto é, segundo ela, regras de conduta que é comum a uma coletividade e tem como objetivo, manter a boa ordem ou obediência a regras. E na ausência dessa, há uma sanção ou castigo. Com isso, fica claro que a definição de

¹⁰ Pedagoga. Professora da Educação Básica. E-mail: navegantemiranda2019@gmail.com

disciplina está diretamente ligada à existência de regras e naturalmente, ou de indisciplina, com a desobediência dessa.

Nossa sociedade passa por um período de turbulências em todos os aspectos da vida social. Ou seja, o mundo de hoje não é igual ao de ontem. Esta é uma frase convencional repetida sempre, principalmente no universo da educação.

Santo Agostinho sentia sua vida amargurada pela indisciplina de jovens que o perturbavam. Com isso, percebe-se ao longo do tempo que, o que há de novo é apenas a extensão que o fenômeno atingiu. Mesmo porque a população escolar multiplica-se consideravelmente, em função das leis da escolaridade obrigatória.

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA

Para Dayan (2008) a indisciplina tem sido um dos maiores obstáculos pedagógicos, nas das atuais, chegando a ser um pesadelo para os profissionais da educação. Tornando um dos problemas, cujos educadores não sabem lidar. Gerando entre eles, alguns questionamentos: devo puni-los? Compreendê-los? Reprimi-los ou ignorá-los? Como amenizar e reverter o quadro? Já que se trata de uma infração às normas de boa conduta.

Diante desse quadro, o primeiro passo a ser traçado é buscar respostas para a origem e causas do problema.

Para Parolin (2005), a disciplina na escola é construída a partir da interação em grupo, ou seja, é algo construído à medida que se interage. Ela a define ainda, como algo que na verdade, é uma mistura capciosa de conhecimento, percepção, clareza de objetivos, interesse, diálogo e também, bom humor. E isso, naturalmente, depende da postura do professor.

A autora ainda acrescenta que a disciplina é um tipo de relação que se estabelece entre as pessoas que se respeitam e sabem que têm o que aprender umas com as outras. Sendo assim, é algo que se constrói e se reconstrói a cada instante. Uma vez que é fundamental na educação escolar, como forma de aquisição de conhecimentos pois a escola também tem a tarefa de viabilizar caminhos para promover a apropriação de

saberes, procedimentos, atitudes e valores. Que são de suma importância para a construção de um mundo mais justo e mais humano com seres humanos guiados pelo amor ao próximo e a sabedoria.

CAUSAS DA INDISCIPLINA

Ultimamente, tem se discutido bastante a questão da ausência da família na escola, em virtude desse fato, educadores têm se debruçado na elaboração de projetos ou estratégias para viabilizar uma parceria, ou seja, trazer os pais à escola com mais frequência. Com isso, favorece tanto a aprendizagem, quanto o fator disciplina.

Essa ausência dos pais à escola, tem dificultado muito o processo educacional. Uma vez que os pais têm outro papel fundamental, que é de fazer valer o poder de que a genética lida, que é de castigar, limitar e até mesmo mandar e a criança ter que obedecer, mas o que acontece é que os pais sabem mas não querem se utilizar deste. É mais fácil para os mesmos dizer sim, pois é menos trabalhoso, a criança fica satisfeita e logo deixa de incomodar.

Com isto sabe-se que está formando um cidadão sem limites, que não sabe aceitar que existem horas para tudo, horas para comer, brincar, sorrir e até para fazer travessuras.

A autora ainda adverte para o fato de atualmente e com muita incidência, as crianças não respeitam as pessoas, não se sentam na mesa para fazer as refeições, que geralmente, é feita na sala na frente da tv ou no quarto. Muitos chegam até a tomar decisões sozinhas sem consultar os pais e os pais por sua vez não utilizam o seu poder para intervir na situação para não magoar seu filho.

Sobre o assunto Tiba (2006, p. 193), faz uma ressalva:

Um dos mais importantes motivos para os pais tentarem delegar a educação dos filhos à escola é preferirem omitir-se a errar com os filhos. Os pais contemporâneos perderam suas referências educacionais, pois o que eles viveram quando crianças não serve mais, e ainda não adquiriram novos recursos para educar estas "criancinhas tão independentes, cheias de argumentos, alta prontidão nas respostas e reivindicadoras com fortes enfrentamentos.

A educação informal ou familiar em parceria com a educação formal, ou seja, aquela oferecida pela escola, só é bem alicerçada quando tem como eixo os limites e a disciplina. Se não, a família e a escola, estará formando cidadãos desajustados, que segundo Tiba (2006), são pessoas com distúrbios de personalidade, a chamada personalidade psicótica. E certamente, essas, serão portadores de transtornos e causarão certos problemas na sociedade.

Em vista disso, a família e a escola, na sociedade atual, têm tarefas distintas, porém complementares e relevantes na formação de cidadãos com valores morais e sólidos.

O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA DISCIPLINA DOS ALUNOS

O autor afirma categoricamente, que a disciplina da sala de aula depende do conjunto das habilidades do professor que lhe permite organizar todo o processo de ensino. E esse processo, para ser bem estruturado é necessário algum requisito como: um bom planejamento; estimulação para o aluno encontrar seus objetivos. Em relação a postura do professor Vasconcellos (2006), faz uma ressalva interessante a respeito de alguns motivos que norteiam a prática de cada um. Com a questão dos baixos salários, condições de trabalho precárias, prestígio social e até a perda de caráter de ascensão social, esses são alguns motivos, segundo ele, que levam os professores, a se sentirem desestimulados na sala de aula, causando um desconforto que pode levar à indisciplina dos alunos.

O autor caracteriza alguns profissionais da educação, segundo sua postura, entre eles, os liberais, aqueles que falam abertamente, que só darão aula, para quem quiser assistir; existem ainda, os autoritários, que afirmam que suas decisões têm que ser firmes, e não há outras formas, ou seja, não há flexibilidade nas suas ações; em oposição, estão os conformados, acham que tudo está indo muito bem, e que a indisciplina é algo normal numa sala de aula; mas há também os comprometidos, esses estão sempre preocupados e tentando encontrar soluções para os problemas; e ainda Os bem resolvidos, sempre mostrando que seu trabalho está fundamentado em teorias; por outro lado, estão os acusadores, são aqueles que põem a culpa da indisciplina nos pais, na direção da escola,

no sistema ou algo similar; e os desesperados, esses sempre falam que já recorreu a tudo e nada tem a fazer; e por último, os em vias de desistir, são aqueles que falam o tempo todo que não dá mais para continuar, e vai desistir da profissão.

Ora, um profissional com qualquer um desses perfis, logicamente o aluno percebe que não há firmeza, e convicção naquilo que está sendo proposto e pode ser uma abertura para a indisciplina na sala de aula. E quando isso acontece, o autor afirma que os professores geralmente fazem opção por impor uma disciplina a qualquer custo, recorrendo a vários recursos, entre eles, penalidades ou sanções em relação a notas, ou seja, rendimento escolar.

Sobre esse aspecto Dayan (2006, p. 73) faz uma ressalva:

O papel do professor é fundamental. Ele deve saber que, como já mostramos os conceitos responsabilidade, de justiça e de sanção que a criança tem dependem da sua idade. E tanto o aluno quanto os professores deveriam perceber as regras não apenas como obrigações ou sanções, mas também como direitos. Vamos supor que o conteúdo que o professor está trabalhando não tenha qualquer relação com a realidade do aluno e este comece a conversar com os outros. O professor pode considerar sua conduta como indisciplina e castigá-lo por esse fato para ele não incomodar mais. Porém, isso não resolve o problema.

Diante desse quando, o autor enfatiza que há duas situações que geram a indisciplina, uma delas é que a indisciplina surge como último recurso contra a autoridade autoritária ou autoritarismo do professor, a outra é o oposto, surge como opressão da ausência de autoridade.

MEIOS DE COMBATE A INDISCIPLINA ESCOLAR

Deve-se entender, que para se conseguir encontrar caminhos para amenizar a indisciplina na escola, é preciso haver uma compreensão entre os profissionais da educação, família, alunos e escola.

Todos os problemas existentes no mundo existem soluções, formas de ser amenizados e até mesmo solucionados. No que se refere à indisciplina não seria diferente, pois, há maneiras de solucionar este problema. O primeiro passo é detectar o foco do

problema, se ele está sendo causado pelo ambiente familiar, na escola com o professor ou na sociedade que está inserido.

Assim, após ser identificado, inicia-se às decisões do ponto principal, se o problema é na família, deve-se começar por ela, mas como combater a indisciplina dentro das famílias, cada um com o seu problema, sem querer ajudar e nem se expor, por medo de alguém ou de outro agente que possa contribuir na evolução da situação.

Visto que a situação não é fácil, o professor tem um papel fundamental, que é desenvolver meios de chegar ao problema e procurar resolver, utilizando-se de estratégias, sendo um mediador e se utilizando da sua maneira de psicóloga, até por que sabe-se que todo professor tem um pouco de psicólogo, mãe, pai e etc.

O segundo ponto seria verificar as questões que envolvem diretamente a escola e os alunos. Assim será desenvolvido junto com os alunos, o que seria definido o que é de fato normas, regras, deveres e obrigações. Dentro deste contexto, deixaria claro e transparente que numa instituição existem regras disciplinares onde o sujeito deve se habituar e organizar-se no ambiente escolar. Ao utilizar a democracia, abrimos espaço para que os alunos e seus respectiva familiares sintam-se familiarizada com a escola e toda instituição abrindo um leque em que os profissionais, possam se aproximar cada vez mais, mantendo um relacionamento de confiança, onde possa detectar e até mesmo ajudar a solucionar este problema com parceria e bastante êxito. Pois a não resolução do mesmo reflete na escola e principalmente na sala de aula.

Para um bom relacionamento e desenvolvimento com o alunado, deve-se utilizar a democracia para organizar suas estratégias de ensino e melhorado suas ideias para repassar seus conteúdos, trazendo para sala de aula, dinâmicas, envolvendo o meio de convivência do seu alunado, sendo que os mesmos possa opinar, que diga o que não está agradando-os e o que lhe incomoda tanto na estrutura da escola, quanto na maneira que o professor conduz a aula repasse os conteúdos e também a forma em que o professor trata os alunos. Até porque não existe bom médico sem um paciente que diga o que está sentindo, assim não pode existir bom professor se o aluno não disser o que está desagradando-o.

Segundo Dayan (2008, p. 69).

Se quisermos combater a indisciplina, é importante que a sala de aula possa ser discutida, de maneira democrática, não apenas os conteúdos escolares, mas também as regras de convivência. Isto implica que as regras podem ser criadas, negociadas e renegociadas.

Assim sendo, com a contribuição da família na escola e na vida dos filhos sendo que haja um entendimento dos educadores é possível vivenciarmos momentos de disciplina nas salas de aula, nas escolas, família, e em todo meio de convivência do mesmo.

Em virtude desse quadro, a escola tem autonomia de desenvolver trabalhos, e encontrar estratégias meios para amenizar tais problemas, com isso, favorece o ensino e aprendizagem. Sendo assim, deve se entender que há uma obrigação da escola na busca da disciplina enquanto se organiza os conhecimentos dos alunos, de maneira que eles possam ser inseridos em um processo educacional com eficácia, sem que os mesmos não sejam obrigados a estar em um ambiente em que eles não estejam sentindo-se bem.

A escola deve desenvolver trabalhos coletivos em que na sala de aula seja construído os conhecimentos baseando-se na realidade do aluno deixando assim, que os mesmos possam sentir a vontade para expor suas idéias, superando suas dificuldades. Não se pode permitir que desapareça a autoridade legítima pelo conhecimento.

Pois sabe-se que existem vários professores em que se preocupam com a questão da indisciplina, esses profissionais estão tão engajados a ponto de pesquisarem, estudarem, se capacitarem, entre outras coisas só para verem o fim deste problema, que assim a indisciplina possa deixar de ser um empecilho na condução e realização dos trabalhos feitos em sala de aula.

Portanto, a importância dada aos conteúdos e a disciplina enquanto ética e valores, revela um compromisso da instituição escolar na formação de um aluno cidadão. Em relação à formação da cidadania, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1987, p. 47) retrata que:

Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia- a- dia das questões sociais.(..) Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o envolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e

alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes.

Portanto, todos devem abraçar essa causa, porque a escola além de informar, tem a função de educar. Só assim, será construído um mundo mais justo, e humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a questão da indisciplina se deve, talvez, às vertiginosas evoluções socioculturais e tecnológicas do mundo atual, gerando incessantes mudanças no pensamento humano e revelando um novo universo no cotidiano das pessoas.

Conforme Libâneo algumas mudanças devem fazer parte da prática docente, ou seja, à autoridade profissional, moral e técnica do professor. Para ele, a autoridade profissional, se manifesta no domínio dos conteúdos, métodos e procedimentos, na desenvoltura em saber lidar com as diferenças individuais, compreender e intervir. Já a autoridade moral é o conjunto das qualidades de personalidade como: dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça e traços de caráter.

A autoridade técnica constitui o conjunto de capacidades, habilidades, criatividade, na forma de transmitir. O professor deve se preocupar em dirigir, orientar as atividades e tendo o planejamento como eixo norteador na sua prática. Porque o planejamento regula a distribuição do tempo, dessa forma, o professor e alunos têm um controle sistemático da aula, reduzindo as interferências, as conversas inadequadas e os conflitos.

Outro fator importante para manter o controle da turma é a motivação para a aprendizagem, algo de responsabilidade da escola e família. Essa pode ser através de conteúdos significativos e compreensíveis, assim como o uso de métodos adequados e inovadores, esse é um fator preponderante na atitude de concentração dos alunos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (org.) **Indisciplina na sala**. Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summeus, 1996.

DAYAN, Silvia Parrat. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: contexto, 2008.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação pedagógica, disciplina e Indisciplina na escola**. Porto editora. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASPAR, Priscila de Farias. **Indisciplina escolar na atualidade**. Disponível em: google.com.Br. Acesso em: 12/04/2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares Nacionais: Introdução**. Secretaria de educação Fundamental. 1. ed. Brasil: A Secretaria, 1997.

BRASIL. Parâmetro Curriculares Nacionais: **Apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Secretaria de educação Fundamental. 8. ed. Brasil: A Secretaria, 1997.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**-Curitiba: Positivo, 2005.

TIBA, Içame. **Disciplina limite na medida certa** - São Paulo; intregrare editora, 2006. Içame. Ensinar Aprendendo São Paulo: ed. Gente, 1998.

VASCONCELLOS, C. S. (in) **disciplina construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertd. 1995.

ZAGURY, Tânia. **Escola sem conflito: Parceria com os pais**. Rio de Janeiro. Record.2002.

CAPÍTULO III

EXECUÇÃO PENAL HUMANIZADA E A IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO APAC

Caio Assis Xavier Ferro¹¹; Eryka Christina Batista da Silva¹².

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-03

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo formular estudo sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, enquanto modelo de humanização do sistema penitenciário brasileiro, no intuito de pesquisar a situação do sistema carcerário tradicional e, posteriormente verificar os benefícios do método apaqueano, citando o consolidado no Estado de Minas Gerais, utilizado como modelo para as demais localidades. A inserção da associação em comento sem dúvida representou um marco histórico na execução penal, ainda mais porque o sistema prisional comum é considerado falido, pois seus objetivos não são cumpridos, diferente da APAC que promove ressocialização e redução significativa da reincidência. Assim sendo, busca-se verificar os procedimentos necessários para implantação do método, visando abordar os mais importantes para a obtenção de êxito. Valendo portanto, inicialmente de uma abordagem do sistema penitenciário tradicional, posteriormente do modelo APAC e por fim, sua implantação. Visando atingir os objetivos propostos utilizou-se o método indutivo e a pesquisa caracterizou-se por ser exploratória, qualitativa e com fonte de consulta em dados documentais. Com base em todo o exposto constatou-se que a APAC de fato humaniza a execução penal, tanto que o modelo foi adotado em outros países, no método apaqueano há múltiplos benefícios, pois pautado em seus doze pilares os recuperandos são ressocializados e preparados para a reinserção no convívio social, tendo, portanto todos os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana respeitados.

PALAVRAS-CHAVE: APAC. Humanização. Reincidência. Ressocialização. Sistema Prisional.

HUMANIZED CRIMINAL IMPLEMENTATION AND IMPLEMENTATION OF APAC METHOD

ABSTRACT: This article aims to formulate a study on the Association of Protection and Assistance to Convicts - APAC, as a model of humanization of the Brazilian penitentiary system, in order to research the situation of the traditional prison system and, later, to verify the benefits of the Apaquean method, citing the consolidated in the State of Minas Gerais, used as a model for other locations. The insertion of the association in comment undoubtedly represented a historic milestone in criminal execution, especially since the

¹¹ Advogado. Especialista em Prática Judiciária e Advocacia Extrajudicial. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/760563985038384.1> E-mail: caioferroadv@gmail.com.

¹² Assessora Jurídica da Secretaria de Saúde do Município de Porto Nacional – TO. Advogada. Especialista em Docência no Ensino Superior, Prática Judiciária e Direito Público. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3377064532373278>. E-mail: eryka.adv@gmail.com

common prison system is considered bankrupt, as its objectives are not met, unlike the APAC that promotes resocialization and a significant reduction in recidivism. Therefore, we seek to verify the necessary procedures for the implementation of the method, aiming to address the most important ones for success. Therefore, initially using an approach of the traditional penitentiary system, later on the APAC model and finally, its implementation. In order to achieve the proposed objectives, the inductive method was used and the research was characterized by being exploratory, qualitative and with a source of consultation in documentary data. Based on all of the above, it was found that APAC does in fact humanize criminal execution, so much so that the model was adopted in other countries, in the Apaquean method there are multiple benefits, because based on its twelve pillars, the recoveries are re-socialized and prepared for the reintegration into social life, therefore having all the rights inherent to the dignity of the human person respected.

KEYWORDS: APAC. Humanization. Recurrence. Resocialization. Prison system.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira discute a possibilidade de alteração da maioridade penal, penalidades mais duras para os adolescentes infratores, edificação de presídios de segurança máxima, além do aumento das penas impostas aos crimes tipificados no Código Penal brasileiro vigente, todavia esses meios não conduzem a solução dos impasses enfrentados pela sociedade de modo geral.

Sabe-se que o cenário dos presídios e das casas de prisão provisória no Brasil é crítico, pois não cumprem sua função, que consiste em ressocializar os apenados. Diante disso, faz-se necessário humanizar os referidos estabelecimentos, fortalecendo, assim, a paz social e viabilizando a ressocialização. Afinal, as pessoas são recuperáveis, e devem ser punidas, com respeito à dignidade, para serem restauradas.

Embora a pena tenha caráter punitivo possui a finalidade de recuperar os condenados e oportunizar a reinserção no convívio social. Logicamente o alcance desses objetivos reflete em toda a sociedade, enquanto a distância desses alvos contribui para a expansão do potencial criminoso e, por conseguinte, a reincidência criminal.

Equipara-se a situação hodierna do sistema carcerário a um ciclo, que tem se tornado vicioso, haja vista que o índice de reincidência é preocupante, pois parte dos indivíduos condenados, após o cumprimento da pena imposta por sentença penal

retornam para a sociedade pior do que anteriormente, ensejando o crescimento da violência.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais por meio do Programa Novos Rumos (TJMG, 2010) incentiva e apoia a instituição do Método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, cuja filosofia consiste em matar o criminoso e salvar o homem. Notório que esse método visa à valorização humana, diferente do sistema prisional comum.

O programa supracitado teve sua gênese marcada, no ano de 1970, pela ação de um conjunto de cristãos voluntários que acompanhavam presidiários quando tinham tempo livre. Após determinado lapso temporal eles começaram a gerir um pavilhão, e assim o projeto foi criando forma. Como resultado desse processo hodiernamente existem 50 (cinquenta) centros de APAC no Brasil, nos quais os custos mensais por detento consistem em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), ou seja, um terço do que o Estado paga por preso no sistema penitenciário, e quanto à reincidência a taxa na APAC é de 15% (quinze por cento). (FBAC, 2020)

Relevante o sucesso do projeto, tanto que há iniciativas similares em outros países inspiradas nesse. Considerando a realidade e o quantitativo do sistema carcerário brasileiro as APACs ainda estão em pequeno número, nada obstante fazem a diferença nas localidades em que são instaladas e mudam o cenário da execução penal.

Deste modo, nota-se a importância de se pesquisar o sistema APAC enquanto proporcionador da execução penal humanizada, refletindo na solução de vários problemas sociais. Tanto que os objetivos propostos consistem em formular estudo sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, enquanto modelo de humanização do sistema penitenciário brasileiro, no intuito de pesquisar a situação do sistema carcerário tradicional e, posteriormente verificar os benefícios do método apaqueano, citando o consolidado no Estado de Minas Gerais, utilizado como modelo para as demais localidades.

Para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa será consubstanciada no método indutivo, partindo de situação específica para geral, que é o estudo a ser

formulado neste trabalho. A técnica de obtenção de dados será utilizada na pesquisa bibliográfica, embasada em doutrinas, livros, artigos científicos e legislação.

SISTEMA PRISIONAL COMUM HODIERNO

Diante da estrutura precária dos presídios e a conseqüente crise que o sistema prisional enfrenta, resta clarividente a falência gerencial. A maioria dos estabelecimentos prisionais contam com estrutura arcaica, inviabilizando a reintegração dos detentos, que são tratados em condições desumanas, isto é, são inseridos em celas superlotadas, sem o mínimo de higiene.

Coadunando com o exposto Greco (2019, p. 512) discorre que:

[...] A toda hora testemunhamos, pelos meios de comunicação, a humilhação e o sofrimento daqueles que por algum motivo se encontram em nosso sistema carcerário. Não somente os presos provisórios, que ainda aguardam julgamento nas cadeias públicas, como também aqueles que já foram condenados e cumprem pena nas penitenciárias do Estado. Na verdade, temos problemas em toda a federação. Motins, rebeliões, mortes, tráfico de entorpecentes e de armas ocorrem com frequência em nosso sistema carcerário [...], no entanto o Estado quando faz valer o seu “Jus puniendi”, deve preservar as condições mínimas de dignidade da pessoa humana. O erro cometido pelo cidadão ao praticar um delito não permite que o Estado cometa outro, muito mais grave, de tratá-lo como um animal. Se uma das funções da pena é a ressocialização do condenado, certamente num regime cruel e desumano isso não acontecerá. As leis surgem e desaparecem com a mesma facilidade. Direitos são outorgados, mas não são cumpridos. O Estado faz de conta que cumpre a lei, mas o preso, que sofre as conseqüências pela má administração, pela corrupção dos poderes públicos, pela ignorância da sociedade, sente-se cada vez mais revoltado, e a única coisa que pode pensar dentro é em fugir daquele ambiente imundo, fétido, promíscuo, enfim, desumano, é em fugir e voltar a delinquir, já que a sociedade jamais o receberá com o fim de ajudá-lo.

Assim, o cumprimento da pena não norteia a reintegração social, mas insere os apenados em um sistema que neutraliza e até mesmo anula o desenvolvimento de valores.

Conforme Bitencourt (2017, p. 154):

Quando a prisão converteu-se na principal resposta penológica, especialmente a partir do século XIX, acreditou-se que poderia ser um meio adequado para conseguir a reforma do delinquente. Durante muitos anos imperou um ambiente otimista, predominando a firme convicção de que a prisão poderia ser meio idônea para realizar todas

as finalidades da pena e que, dentro de certas condições, seria possível reabilitar o delinquente. Esse otimismo inicial desapareceu e atualmente predomina certa atitude pessimista, que já não tem muitas esperanças sobre os resultados que se possam conseguir com a prisão tradicional. A crítica tem sido tão persistente que se pode afirmar, sem exageros, que a prisão está em crise. Essa crise abrange também o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade, visto que grande parte das críticas e questionamentos que faz a prisão refere-se à impossibilidade absoluta ou relativa de obter algum efeito positivo sobre o apenado.

Inegável que as penas privativas de liberdade não estão cumprindo o papel ressocializador, conforme pode ser verificado no mundo dos fatos e em pesquisas. Para Franco (2008, p. 1) “Parte da doutrina não acredita na recuperação do agente, apontando que o cárcere é um fator criminógeno, bastando verificar as elevadas taxas de reincidência, que no Brasil variam entre 70% e 80%”.

Foucault (2007, p. 221) aborda a reincidência afirmando que “depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos”.

Nota-se que o índice de reincidência é preocupante e exige uma atuação estatal. Para o referido sociólogo francês a detenção consiste em fábrica de delinquentes, conforme pode-se verificar a seguir:

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos (...) a prisão não pode deixar de fabricar delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não ‘pensar o homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa’; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder (...)” (FOUCAULT, 2007, p. 234-235).

Neste sentido, para Nucci (2019, p. 335):

A pena é a sanção imposta pelo Estado, através da Ação Penal, ao criminoso, cuja finalidade é a retribuição ao delito perpetrado e a prevenção a novos crimes. Verifica-se que, desde a antiguidade,

basicamente por volta do século XVIII, as penas tinham características extremamente aflitivas.

O princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto supraprincípio constitucional deve ser observado, vez que o ser humano pode arrepende-se e efetivamente mudar.

Embora grande parte da sociedade não admita esta hipótese, influenciada pelos meios de comunicação de massa é possível e perfeitamente viável a readaptação do condenado à sociedade da qual fora retirado a fim de cumprir a pena que lhe foi imposta em virtude de ter sido condenado pela prática de uma infração penal qualquer. Por mais grave que seja o delito, o condenado tem direito ao arrependimento. Deverá, portanto, durante o cumprimento de sua pena, lutar para retornar à sociedade, buscando tornar-se um cidadão útil. [...] A sociedade deve, a seu turno, perdoar o erro cometido pelo condenado, facilitando a sua readaptação. Fato é que todos nós cometemos desvios constantemente, e da mesma forma que precisamos do perdão de nosso irmão, também devemos perdoar, pois, conforme afirma o apóstolo Paulo em sua carta dirigida aos romanos, ‘todos pecaram e carecem da glória de Deus’ (GRECO, 2019, p. 234).

Ainda que os meios de comunicação difundem ideias e argumentos no sentido que é impossível a recuperação, a mudança e a ressocialização dos indivíduos que cometem ilícitos penais, isso é possível, mas depende de todo o sistema, que precisa estar alinhado.

Cabe lembrar, tanto às autoridades como a toda sociedade, que o preso tem direito a sua integridade física, moral e social, cumprindo a todos o seu devido respeito. Muito embora se busque a paz, em um aparelho jurídico equilibrado e que vá ao encontro de um sistema democrático e constitucional, não é possível fazê-lo se vários direitos hoje, no Brasil, são desrespeitados. É sabido que a pena é um mal necessário, contudo, deve ser aplicada de forma justa e eficaz, uma vez que está contida na norma penal e constitucional. Infelizmente, não é assim que acontece. É a pena com a função de prevenção, tanto geral como especial, através do senso de justiça e reeducação do indivíduo (VEIGAS; SILVA, 2019, online).

De acordo com os dados publicados pelo Infopen (Sistema De Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro) no ano de 20217, isto é, dados referentes ao ano de 2016, publicados em 2017, o quantitativo de presidiários no Brasil atingiu o numerário de 726.712 (setecentos e vinte e seis mil setecentos e doze), sendo que há tão somente 368.049 (trezentas e sessenta e oito mil e quarenta e nove) vagas disponíveis. Assim há média de 2 detentos por vaga, realçando a inegável superlotação. De acordo

com a referida pesquisa 89% (oitenta e nove por cento) dos presidiários encontram-se em estabelecimentos prisionais atulhados (Ministério da Justiça, 2017).

Ainda segundo o Infopen a escolaridade das pessoas privadas de liberdade é precária, pois 4% (quatro por cento) são analfabetos, 6% (seis por cento) alfabetizados, 51% (cinquenta e um por cento) possuem o ensino fundamental incompleto, 14% (quatorze por cento) ensino fundamental completo, 15% (quinze por cento) ensino médio incompleto, 9% (nove por cento) ensino médio completo, 1% (um por cento) ensino superior incompleto, 0% (zero por cento) ensino superior completo e 0% (zero por cento) ensino acima de superior completo (Ministério da Justiça, 2017). Notório que 90% (noventa por cento) dessas pessoas não possuía nenhum diploma.

Tais dados explicitam que a maior parte dos indivíduos envolvidos no mundo do crime vive marginalizado, em razão da ausência de condições para estarem inseridos no convívio social, onde tudo acontece muito rápido, isto é, as informações são propagadas em questão de segundos, o consumismo é instigado e tem se tornado exacerbado, e essa é uma característica predominante da pós modernidade, que também pode ser denominada de modernidade líquida, em razão da semelhança com a fluidez dos líquidos (BAUMAN, 2004, p. 87).

Quanto à faixa etária da população carcerária brasileira 30% (trinta por cento) têm entre 18 e 24 anos, 25% (vinte e cinco por cento) de 25 a 29 anos, 19% (dezenove por cento) de 30 a 34 anos, 19% (dezenove por cento) de 35 a 45 anos, 7% (sete por cento) de 46 a 60 anos, 1% (um por cento) de 61 a 70 anos e 0% (zero por cento) com mais de 70 anos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017).

Ainda segundo o Ministério da Justiça (2017) tem-se que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos detentos são jovens. Afirma-se que jovens desprovidos de recursos financeiros, sem respaldo social são mais vulneráveis e acabam buscando amparo no mundo do crime. Esse cenário é convidativo para a atuação estatal, pois o poder público pode atuar no momento do encarceramento para proporcionar educação, despertando o lado profissional, além de trabalhar a espiritualidade e o psicológico. Destaque-se que a pessoa que incide em qualquer ato ilícito deve ser tratado como um ser humano, detentor de direitos, independente de quaisquer outros fatores.

Nos dados divulgados em 2019, após coleta de informações de todos os gestores dos estabelecimentos prisionais do país, o Infopen informou que no Brasil há população prisional de 752.277 (setecentos cinquenta e dois mil e duzentos e setenta e sete) pessoas privadas de liberdade em todos os regimes (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019).

Ainda segundo os referidos dados de 2019, no lapso temporal de 15 (quinze) anos o quantitativo de negros no sistema carcerário cresceu 14% (quatorze por cento), em contrapartida a quantidade de brancos no referido sistema reduziu em 19% (dezenove por cento). Hodiernamente, em 3 (três) detentos 2 (dois) são negros, conforme consta no 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Considerando os 657,8 (seiscentos e cinquenta e sete vírgula oito) mil presos que informaram cor e raça, 438,7 (quatrocentos e trinta e oito vírgula sete) mil são negros, correspondendo ao percentual de 66,7% (sessenta e seis vírgula sete por cento). Em 2019 os homens representaram 95% (noventa e cinco por cento) da população encarcerada. Em que pese a tendência de crescimento da população carcerária também tenha afetado as pessoas do sexo feminino, pois em 2008 havia 21.604 (vinte e um mil seiscentos e quatro) mulheres no sistema prisional, segundo os dados de 2019 esse quantitativo aumentou para 36.926 (trinta e seis mil novecentos e vinte e seis), equivalendo a majoração de 71% (setenta e um por cento) de prisões de mulheres (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019).

O Conselho Nacional de Justiça (2016) divulgou dados informando que o custo nacional por detento é em média R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), estando incluso neste montante dispêndios com serviços, funcionários e sistema de segurança, o referido varia de acordo com localidade. A título de conhecimento faz-se imperioso elucidar que os valores reservados ao sistema prisional são oriundos do Fundo Penitenciário, tanto no âmbito nacional como no estadual.

Coadunando com o exposto, a ministra Carmem Lúcia afirmou que “um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês e um estudante do ensino médio custa R\$ 2,2 mil por ano. Alguma coisa está errada na nossa Pátria amada” (CNJ, 2016).

O Tribunal de Contas da União, efetuou levantamento divulgado no ano de 2019, informando que um preso custa, em média, R\$ 23 (vinte e três) mil por ano. Comparando

o custo anual mínimo por aluno de R\$ 2.875,03 conforme dados do Ministério da Educação. Segundo o referido órgão fiscalizador dos anos de 2000 a 2016, o déficit prisional aumentou de 39 (trinta e nove) mil para 322 (trezentos e vinte e dois) mil, resultando no percentual de 720% (setecentos e vinte por cento) de crescimento.

Além disso, o Tribunal de Contas da União constatou que o Brasil deixou de fazer investimentos de recursos previstos para novas vagas nos últimos anos e não tem previsão de número significativo de novas vagas em estabelecimentos prisionais. Concluindo que “Mesmo com o maior envolvimento do governo federal no setor, a criação de vagas provável até 31 de dezembro de 2019 é de 2.854 nas UFs fiscalizadas [12 ao todo]. O quantitativo é insuficiente para sequer fazer frente ao possível incremento da população prisional no período de 2016 a 2018”.

Os repasses do Funpen, que são obrigatórios desde o ano de 2020, projetados em R\$ 17,94 (dezesete vírgula noventa e quatro) milhões anuais, ainda não são suficientes para fazer frente às necessidades do sistema penitenciário nacional, conforme estudo do TCU.

No que tange a ineficiência do instituto da ressocialização, pode-se afirmar que ocorre em razão de:

- a) Considera-se que o ambiente carcerário, em razão de sua antítese com a comunidade livre, converte-se em meio artificial, antinatural, que não permite realizar nenhum trabalho reabilitador sobre o recluso. [...]
- b) Sob outro ponto de vista, menos radical, porém igualmente importante, insiste-se que na maior parte das prisões do mundo as condições materiais e humanas tornam inalcançável o objetivo reabilitador. Não se trata de uma objeção que se origina na natureza ou na essência da prisão, mas que se fundamenta no exame das condições reais em que se desenvolve a execução da pena privativa de liberdade (BITENCOURT, 2001, p. 154).

Dessocializar o infrator retirando-o do convívio social e inserindo-o no sistema que está em crise, e não reabilita, torna inviável que haja a efetiva ressocialização, e regresso satisfatório a sociedade.

Evitar a dessocialização é diferente de ressocializar. Haja vista que não há como negar que a ressocialização é, no seu aspecto mais evidente, a preparação do infrator para voltar a ser sócio. Em outros termos, visa preparar o ser humano banido para o regresso

à sociedade. Este é o ponto de discordância, pois a pena não ressocializa, e os séculos são provas disso. Como a pena é dessocializante, impossível se torna a ressocialização (VOLPE FILHO, 2010, p. 24).

Assim sendo, "é preciso criar outras formas de recuperar esse infrator, como a aplicação de penas adequadas a cada tipo de ato cometido, pois pessoas tratadas como animais certamente não voltarão à sociedade reabilitadas, prontas para o convívio social" (ALVIM, 2006, p. 60).

Destarte que, a punição aos infratores da lei penal no início do século XVII como desumana e pungente, pois a punição não tinha limites. Cenário esse que foi sendo alterado com o passar dos anos. Todavia o regresso tem sido notório, pois o atual sistema carcerário é ineficaz e retrógrado, tanto que até mesmo princípios assegurados na Carta Magna de 1988 acabam sendo violados.

APAC MODELO DE HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

DELINEAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios e tempo de duração indeterminado. Cada APAC é autônoma - jurídica, administrativa e financeiramente. Amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, tem seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210/84.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que se dedica à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade, bem como socorrer a vítima e proteger a sociedade. Opera, assim, como uma entidade auxiliar do Poder Judiciário e Executivo, respectivamente na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade. Sua filosofia é 'Matar o criminoso e Salvar o homem', a partir de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado (FARIA, 2011, online).

Segundo consta no Portal FBAC as APACs são filiadas à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, associação civil de direito privado sem fins lucrativos, órgão coordenador e fiscalizador das APACs, reconhecidamente de utilidade pública, que tem a função de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações. Mantém ainda a tarefa de orientar, zelar e fiscalizar a correta aplicação da metodologia e ministrar cursos e treinamentos para funcionários, voluntários, recuperandos e autoridades de modo a consolidar as APACs existentes, bem como contribuir para a expansão e multiplicação.

A APAC (associação de assistência e proteção aos condenados), entidade juridicamente constituída, ampara o trabalho da APAC (amando ao próximo amarás ao cristo), pastoral penitenciária, uma ampara a outra, apesar de distintas. É a jurídica que garante a espiritual, a jurídica. Ambas têm a mesma finalidade: ajudar o condenado a se recuperar e se reintegrar no convívio social (VARGAS, 2011, p. 89).

O método em comento é fundado em conhecimentos oriundos do curso intitulado Conhecendo o Cristianismo, inspirado no que ocorria na Inglaterra, cujo objetivo consistia em mostrar às pessoas livres quem era Jesus Cristo, na essência do evangelho, ou seja, sem doutrinas. Vendo o sucesso do programa a Prision Fellowship Internacional – PFI decidiu redesenha-lo para a aplicação no sistema prisional. Desde 2013 há notória expansão em diversos países, cuja meta mundial consiste em levar o evangelho a 1 milhão de presidiários, em âmbito mundial (OTTOBONI, 1997).

Por oportuno, destaque-se que a PFI se trata de organização não governamental que atua como órgão consultivo da Organização das Nações Unidas em assuntos penitenciários, como possibilidade de humanizar a execução penal e o tratamento penitenciário.

O advogado e jornalista Mário Ottoboni, em 1972, foi um dos fundadores da metodologia em comento, quando implantada no presídio Humaitá, localizado em São José dos Campos – São Paulo. Com auxílio de voluntários cristãos, que evangelizavam e conferiam apoio moral aos presos. Momento em que a sigla significava Amando o Próximo Amarás a Cristo. Inclusive hodiernamente, o método apaqueano também está implantado em outros países como Estados Unidos, Alemanha, Coréia do Sul, Escócia, Equador, Argentina e Peru.

Dizem que no Brasil não há prisão perpétua ou pena de morte. Mas há basta cair em uma dessas penitenciárias grandes, montadas para dar lucro, que não há volta. Eu frequento cadeias desde 1972, ao contrário de secretários da Justiça, governadores, ministros que nunca colocaram o pé em uma cadeia. Quando vão, chegam cercado de jornalistas. Eu conheço o dia a dia. Infelizmente entendo quando o Bruno disse que tentou suicídio. As presidiárias do Brasil são masmorras nojentas. Não são escolas de crime. São faculdades. A pessoa sai da cadeia revoltada, disposta a devolver ao sistema o que recebeu. Se o país o fez passar por todo tipo de humilhação possível, devolverá na mesma moeda. Até pior (OTTOBONI, 1997, p. 24).

Em 1974, a equipe que constituía a Pastoral Penitenciária constatou que para melhor atender as necessidades advindas dos presídios a constituição de entidade juridicamente organizada seria ideal, diante desse cenário foi instituída a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, também conhecida como APAC, que consiste em entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, destinada a recuperação e reintegração social dos condenados às penas privativas de liberdade e a promoção da Justiça Restaurativa (OTTOBONI, 1997). Ressalte-se que há o respeito às crenças de cada indivíduo, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro e internacionalmente.

Quanto às distintas APACs supracitadas essa ampara o trabalho daquela e possuem a mesma finalidade, que em suma consiste em recuperar e reintegrar os recuperandos ao convívio social.

A primeira APAC nasceu em São José dos Campos (SP) em 1972 e foi idealizada pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni e um grupo de amigos cristãos. Hoje, a APAC instalada na cidade de Itaúna/MG é uma referência nacional e internacional, demonstrando a possibilidade de humanizar o cumprimento da pena (FARIA, 2011, online).

Diante do exposto pode-se afirmar que, a metodologia apaqueana objetiva reduzir os atos de inconformismo dos detentos e as aflições da população, cuja finalidade é preparar o infrator da lei penal para retornar ao convívio social.

Diante do proposto, os presos são corresponsáveis pela recuperação, contando com a devida assistência jurídica, médica, psicológica, espiritual, social, que é prestada por voluntários e apoio financeiro do Estado. Além disso, os presos têm acesso a cursos, dentre eles os profissionalizantes, técnicos, graduações, oficinas de arte, laborterapia e outras atividades que conduzem à reinserção social.

Os pilares que fundamentam a APAC são 12 (doze), quais sejam: a participação da comunidade, recuperando, ajudando, trabalho, religião, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, família, o voluntário e sua formação, Centro de Reintegração Social, mérito do recuperando e a Jornada de Libertação com Cristo. A aplicação desses é substancial, por isso os voluntários devem ser devidamente capacitados para que a aplicação do método apaqueano seja efetiva. (OTTOBONI, 1997)

Quanto aos diferenciais do método apaqueano:

A parte externa do prédio em que está instalada a APAC masculina de Itaúna não tem aparência de um presídio; a da unidade feminina muito menos, pois se trata de uma casa alugada. Naquela, embora o muro seja alto, não há grades ou outra alusão a um local de cumprimento de pena, a não ser pela “logomarca” da APAC. Essa tem a representação de uma pessoa algemada e presa em uma cruz, numa clara alusão à cruz de Cristo. Além disso, traz as inscrições ‘recuperar o preso’, ‘promover a justiça’, ‘proteger a sociedade’ e ‘socorrer a vítima’, tendo essa última sido incluída mais recentemente; as três primeiras, por sua vez, revelam o traço de manutenção da ordem social (SILVA JUNIOR, 2015, p. 134).

Diferente no sistema penal tradicional nas APACs os recuperandos são chamados pelo nome, há individualização da pena, a comunidade local participa vez que podem ser voluntários, os três regimes prisionais são respeitados, conforme disposto no Código Penal brasileiro, marcado pela ausência de armas, a religião é fator essencial, valorização humana, os recuperandos têm assistência psicológica, jurídica e espiritual, frequentam cursos, trabalham, além da assistência que é prestada à família da vítima e do recuperando, há quantidade menor de recuperandos juntos e a ausência da polícia (OTTOBONI, 2014).

Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça é preponderante a dissimilitude nos gastos com os presos.

Baseado em austeridade na gestão, o custo de se administrar essa metodologia de ressocialização é um dos argumentos centrais para disseminar o Método Apac por outras partes do país, segundo o representante da FBAC, Roberto Donizetti. Atualmente nas 39 unidades Apac AC mineiras, cumprem pena cerca de 3 mil homens e mulheres. Custodiá-los representa desembolso mensal de R\$ 3 milhões por mês, de acordo com a FBAC. Se ainda estivessem em uma das prisões do estado, custariam R\$ 12 milhões mensais. A diferença de R\$ 9 milhões entre o custo mensal nos diferentes sistemas – alternativo e

tradicional – soma R\$ 108 milhões por ano (MONTENEGRO, 2017, *online*).

Assim, pode-se afirmar que a APAC é uma excelente alternativa para o modelo prisional, haja vista que intimamente ligada ao evangelismo promove a humanização, bem como a valorização do ser humano. Promovendo, assim, a justiça, a proteção para a sociedade e o socorro às vítimas. Um presidiário recuperado representa a redução no quantitativo de infratores e o inverso no quantitativo de pessoas que auxiliam na edificação de uma sociedade mais humana.

Segundo o Portal FBAC (2016) em Minas Gerais, Estado brasileiro que o projeto está bem consolidado, desde o ano de 2015 o programa é administrado e operado pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

Inicialmente, quando foi assinada a parceria da PFI com a FBAC, em novembro de 2014, o enfoque era totalmente nos recuperandos (prisioneiros) das APACs. Não se vislumbrava a possibilidade de expansão às unidades prisionais, uma vez que a FBAC não realizava qualquer trabalho com o sistema prisional comum até aquele momento (PORTAL FBAC, 2016).

Contudo, devido aos excelentes resultados com os recuperandos das APACs, e em parceria com a Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE, do governo de Minas Gerais, sob a coordenação da Dra. Louise Bernardes, hoje Superintendente da SAIPL, iniciou-se em abril de 2016 um movimento de expansão às unidades prisionais do estado de Minas Gerais (PORTAL FBAC, 2017).

No Alto das Maravilhas, no meio de uma região de mata fechada encravada no município de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, há um presídio que só recebe condenados que cumprem pena em regime fechado. A penitenciária abriga hoje 175 homicidas, assaltantes, estupradores e traficantes, a maioria com mais de dezoito anos de cadeia. Não há policiais, carcereiros ou seguranças armados. Quem vigia todas as portas da penitenciária, das galerias e das celas são os próprios detentos. Não há guaritas de vigilância. O presídio é administrado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), uma organização não governamental que cuida de outras 47 unidades semelhantes em quatro estados. A penitenciária foi construída em 2006 em parceria entre os governos municipal, estadual e federal. Hoje, abriga um dos detentos mais famosos do país. Bruno Fernandes, ex-goleiro do Flamengo condenado a 22 anos e 3 meses de reclusão pelo assassinato da modelo Eliza Samudio, carrega as chaves

da própria cela e trabalha vigiando os demais detentos. Antes de chegar lá, Bruno passou por presídios convencionais, como o Nelson Hungria, o maior de Minas Gerais, e o Complexo de Bangu, o maior do Rio de Janeiro. A VEJA, o ex-goleiro diz que as penitenciárias tradicionais, em vez de recuperar os presos, acabam por torná-los ainda mais perigosos. ‘O sistema convencional não recupera ninguém’, afirma (MARQUES, 2017, p. 34).

Os recuperandos fazem cursos profissionalizantes, estudam, usam crachás viabilizando que sejam chamados pelo nome, e ainda têm acesso aos diretores do estabelecimento.

Visando facilitar o acesso dos regressos do sistema prisional, o Conselho Nacional de Justiça criou uma página na internet intitulada de portal de oportunidades. O artigo 3º da Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, preceitua que as empresas que fornecem cursos ou vagas de emprego receberão do Conselho Nacional de Justiça a outorga do selo do programa *começar de novo*, feita por ato do ministro presidente.

Atualmente, o programa conta com mais de 340 (trezentos e quarenta) facilitadores voluntários, em 44 (quarenta e quatro) APACs e 13 (treze) unidades prisionais, espalhadas pelos estados do Maranhão, Paraná e principalmente em Minas Gerais, tendo alcançando até o momento mais de 2700 (duas mil e setecentas) pessoas privadas de liberdade (PORTAL FBAC).

O programa conta, ainda, com parceiros como a Subsecretaria de Humanização do Atendimento do governo de Minas Gerais, bem como a Sociedade Bíblica do Brasil, regional de Minas Gerais e Bahia, a qual doa uma Bíblia a cada uma das pessoas privadas de liberdade que concluem o curso, objetivando proporcionar a continuidade do estudo bíblico (PORTAL FBAC).

Assim, para chegar à efetiva recuperação dos infratores da lei penal é imprescindível que alguns passos sejam observados:

O primeiro passo é respeitar a vida. Buscar uma religião, seja qual for. Considero a religião fundamental para a pessoa respeitar e cuidar do semelhante, como gostaria de ser cuidado, ser respeitado. Perceber que nossa vida é muito preciosa. Desenvolvi o método que os presos são obrigados a trabalhar, a estudar, a se formar em uma profissão, os próprios detentos são responsáveis pela segurança, plantam a comida que comem. Cada um tem sua cama decente. Banho quente. As nossas cadeias respeitam a sua capacidade. O método é eficiente. Há

disciplina, hora para tudo. E muito respeito pelo ser humano. O nosso grau de recuperação dos detentos é de quase 92% (OTTOBONI, 2014, p. 45).

Dados do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais demonstram que a maioria dos reeducandos tem imagem negativa dos genitores ou dos seus substitutos. Tanto que no método apaqueano há participação de casais, padrinhos voluntários, com objetivo de alterar a imagem supramencionada, auxiliando sobremaneira em todo o projeto de ressocialização.

Assim, a ênfase do método APAC está na valorização do indivíduo “Como ser integral, restaurando valores inerentes à personalidade humana, promovendo, assim, sua transformação e capacitando-o a conviver novamente, de forma harmoniosa e pacífica, em seu meio social” (NOGUEIRA, 2018, p. 1). Além disso, faz-se imprescindível, para a eficácia do Método, o envolvimento da sociedade por meio de sua participação voluntária no trabalho de recuperação do condenado e no estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e entidades diversas.

O método em comento é revolucionário, pois modifica o cenário crítico dos estabelecimentos prisionais vigentes e as consequências advindas disso, vez que trata ativamente da recuperação dos condenados e reinserção no convívio social.

PROGRAMAS NORTEADORES DA METODOLOGIA APAC

O método APAC conta com programas que auxiliam no seu sucesso, dentre esses destaca-se a viagem do prisioneiro e os novos rumos.

O programa a viagem do prisioneiro compreende estudo bíblico ecumênico de valorização humana que, por meio do Evangelho de Marcos, apresenta Jesus Cristo em 8 (oito) sessões de 2 (duas) horas cada, com 3 (três) simples e importantes questões para a vida cristã, sendo elas: Quem é Jesus? Por que Ele veio? e O que significa segui-lo? (Portal FBAC, 2016).

Utilizando-se da dinâmica e da participação esse programa é liderado por 2 (dois) facilitadores, ministrado para turmas de no máximo 12 (doze) participantes. Dentre os objetivos destacam-se a valorização do ser humano, a promoção da autoestima e a

reflexão de valores cristãos. Após a conclusão do curso é realizada solenidade de formatura (PORTAL FBAC, 2016).

Conforme relato da Facilitadora Missionária Marta Alves Pereira Passos, Secretária de Capelania Prisional do Sínodo Central Espírito-santense – SCE da Igreja Presbiteriana do Brasil, constante no Portal FBAC:

Um interno não parava de rir de tanta alegria e dizia: ‘Martinha eu estou muito feliz, você tirou um grande peso do meu coração, eu pensava que nunca poderia morar com Jesus, porque eu sou tão ruim [...] pensava que não tinha chance para mim [...] e sempre me falavam que eu tinha que fazer muito esforço para Deus gostar de mim [...] eu vivia tentando fazer alguma coisa para Deus me perdoar [...] e agora eu descobri que Jesus já fez tudo [...] isso é muito bom [...] estou leve’ e continuou a sorrir’ (FBAC, 2017, online).

As facilitadoras relatam que aprendem mais com os recuperandos do que o inverso. O programa *novos rumos* visa melhorar a reprodução do método APAC, sensibilizando a comunidade para a aplicação das penas de maneira humanizada, criado pela Resolução nº 633, de 03 de maio de 2010 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O referido programa é utilizado como gerenciador das ações previstas no Projeto Começar de Novo.

Ressalte-se que o Projeto *Começar de Novo* foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 96/2009 que, conforme descrito em tópico antecedente, objetiva ações de reinserção social dos apenados, isto é, presidiários, egressos, e cumpridores de penas e medidas alternativas.

Além desses, tem-se a *jornada de libertação com Cristo*, considerada como ápice do método em comento, pois é um divisor de águas na vida dos recuperandos. A primeira é realizada pela FBAC, e as demais pela equipe local com o auxílio da referida (FERREIRA; OTTOBONI, 2016, p. 31).

Na cooperação da sociedade com o Estado, em atendimento ao estabelecido no art. 4º da Lei nº 7.210/84 - “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança” -, aparece a APAC como gestora da execução penal, por meio da comunidade, prestando atendimento e assessoramento aos presos condenados às penas previstas no Código Penal brasileiro.

PROCESSOS PARA A ADOÇÃO DO MÉTODO APAQUEANO

Para que o projeto apaqueano seja inserido em determinada localidade é imprescindível que determinadas fases sejam respeitadas, que consistem em processos de implantação, recuperação, recursos humanos e apoio, conforme consta no Portal FBAC.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

Inicialmente faz-se necessário realizar audiência pública na comarca, a fim de oferecer o conhecimento da metodologia aplicada pela APAC para a comunidade em geral, com a finalidade de mobilizar e sensibilizar os participantes sobre a necessidade de a sociedade civil comprometer-se na execução penal, atuando como corresponsável na ressocialização do condenado (PORTAL FBAC, 2018).

A iniciativa de convocação para a realização da audiência pública não é padronizada, podendo partir ora de um grupo já organizado, ora de autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, Ministério Público ou outros, cabendo, ainda, a quem tomou a iniciativa da realização do evento providenciar a lista dos possíveis convidados que representarão os diversos segmentos sociais da comunidade, como: Polícias Militar e Civil, clubes de serviço, associações comunitárias, ONGs, instituições religiosas, educacionais, empresas privadas, entidades de classe e demais interessados.

Para a criação é necessária a formação dos órgãos diretivos, isto é, conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva. Podendo nesta mesma reunião ser aprovado o estatuto. Caso não seja possível, deverá ser agendada nova reunião, nos termos do Estatuto da APAC.

As atas dessas reuniões serão encaminhadas para a FBAC, após análise, informar se podem prosseguir com o registro da associação no cartório. Somente então poderá ser procedido o registro. Além disso, deve ser requerida filiação à FBAC.

Os membros dos órgãos diretivos devem visitar as APACs que estão em funcionamento, para auferirem a dinâmica na prática. Além disso, os envolvidos devem se reunir semanalmente para planejar, e organizar planos de ações.

Quanto à instalação física da APAC o projeto matriz do Centro de Reintegração Social deve ser seguido, onde consta uma ala para cada um dos três regimes penais.

Este também é o momento adequado para firmar parcerias, podendo elas serem na esfera estadual e municipal.

Alguns meses antes da obra do CRS ficar pronta é ministrado curso de capacitação, pelo período de quatro meses. E três meses antes da inauguração do CRS, são selecionados dois ou três presos do sistema tradicional pela equipe da APAC para estagiarem em outra APAC, que já está em funcionamento, para assim aprenderem e vivenciarem o método diariamente. Essa transferência deve ser requerida pelo juízo *a quo* ao juízo *ad quem*.

O procedimento para o convênio de custeio entre APAC e o Poder Executivo deve ser iniciado quatro meses antes da inauguração do CRS. Esse subsídio é destinado às finalidades previamente descritas no convênio, como alimentação e remuneração dos funcionários.

Com o advento da inauguração do CRS os indivíduos selecionados para estagiar em outra APAC retornam à comarca de origem, juntamente com mais recuperandos da comarca que estagiaram para colaborarem, pelo período máximo de 30 (trinta) dias. Assim, a nova APAC inicia as atividades com a quantia aproximada de 5 (cinco) recuperandos. Posteriormente é liberada a chegada gradativa de presos advindos do sistema penitenciário local para o cumprimento da pena no CRS até preencherem as vagas disponíveis.

Faz-se necessária a presença do Conselho de Sinceridade e Solidariedade – CSS em cada regime de cumprimento de pena, pois esse é responsável pela organização, atribuição de atividades, segurança, disciplina e limpeza. O presidente do referido conselho é nomeado pelo encarregado de segurança da APAC, com tempo de permanência indeterminado.

Os recuperandos participam de cursos para compreenderem o método. “Se alguém deve ser inteirado da metodologia APAC, com prioridade, depois dos voluntários, são os

recuperandos, pois é deles que surgem os melhores subsídios para o êxito do Método” (OTTOBONI, 2014, p. 50).

Assim, o processo de implantação deve ser seguido à risca, para que as possibilidades de falhas sejam reduzidas, e o método alcance os resultados esperados.

PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

Trata-se do processo principal da APAC e tem como objetivo recuperar, profissionalizar e socializar o condenado da Justiça, inserindo-o, após o cumprimento da pena, na sociedade, em conformidade com a legislação pátria vigente, e sob a supervisão do Juiz competente.

O processo divide-se em duas etapas distintas: a fase inicial da vida do recuperando na APAC, chamada de adaptação, e a fase posterior, que é o cumprimento da pena em um dos regimes, quais sejam: fechado, semiaberto trabalho intramuros, semiaberto trabalho extramuros e aberto, quando houver, denominado integração.

O magistrado competente define os apenados que podem cumprir em Centro de Reintegração Social, regido pelo método apaqueano. A APAC tem por obrigação comunicar semanalmente ao Poder Judiciário a quantidade de vagas existentes em cada regime.

Para ir para uma Apac, o detento precisa preencher alguns requisitos. De acordo com desembargador Jonas de Carvalho Ladeira Filho, coordenador do projeto Novos Rumos do TJMG. Primeiro, a condenação do candidato já precisa estar definida. Depois, é realizado um levantamento de pena e um atestado carcerário atualizado da unidade prisional na unidade em que o indivíduo está recluso. Além disso, é preciso providenciar a ficha de antecedentes criminais, bem como o comprovante de residência da família. Parentes precisam morar na mesma cidade onde se encontra a APAC. Ainda conforme o magistrado, após a análise dos critérios, o pedido é encaminhado para a APAC, que realiza um estudo com o interessado e seus familiares. Há exigências que foram especificadas acima, devendo notar-se que o preso, para ir para uma APAC, deve ter o perfil próprio, já que o sistema é baseado na autodisciplina, coisa de que nem todos os detentos são capazes, explica Filho. (DINIZ, 2013, p. 56).

Deste modo, são quatro os requisitos para a transferência do apenado para o CRS, pois a APAC somente recebe presos para cumprimento de pena no CRS se já estiver

condenado pela Justiça, ainda que haja sentença sem o trânsito em julgado, a família deve ter residência e domicílio na mesma comarca, o infrator deve manifestar interesse de cumprir pena na APAC concordando com as normas da associação e o critério de antiguidade deve ser respeitado.

Resta clarividente que “ninguém é irrecuperável, pois todo homem é maior que a sua própria culpa” (OTTOBONI, 1997, p. 15).

Logo, no método apaqueano cada regime tem sua finalidade, pois no regime fechado consiste na recuperação, no semiaberto a profissionalização e no aberto à inserção social. Assim os recuperandos se enxergam como pessoas comuns, detentoras de direitos e obrigações perante a sociedade, visualizando as possibilidades da vida.

PROCESSO DE RECURSOS HUMANOS

A equipe da APAC conta com colaboradores e técnicos, que atuam especificamente em cada setor. A quantidade de trabalhadores varia conforme o quantitativo de recuperandos.

A seleção de pessoal “consiste em avaliar as qualificações do empregado a ser admitido, considerando sua aptidão para as atividades a serem desempenhadas e observar os procedimentos requeridos para efetivar a contratação” (FERREIRA; OTTOBONI, 2016, p. 48).

Ressalte-se que os novos funcionários, sem exceção, devem participar de estágio em outra APAC. Além disso, as contratações são permitidas posteriormente ao ato de publicidade do convênio de custeio com o Poder Executivo.

Há o indicador de monitoramento de processo, que:

Trata-se de indicador de *turn over* e de eficácia dos treinamentos. Como medir o *turn over*: o *turn over* é calculado pelo número total de demissões ou desligamentos em relação ao quadro total de colaboradores no período de um ano, medido mês a mês. Excluem-se desse cálculo as reduções de equipes ocorridas em função de eventuais reduções do número de recuperandos. A eficácia de treinamentos é a avaliação feita após um determinado período para verificar se o treinamento gerou os resultados previstos. Ela é feita pelo superior

imediate do colaborador treinado três meses após ocorrido o treinamento (FERREIRA; OTTOBONI, 2016, p. 49).

Assim, os participantes dos cursos ministrados pela equipe da APAC são monitorados no decorrer até o encerramento do curso.

Resumidamente, neste processo deve ser feito o quadro de todos os funcionários, seleção, contratação e capacitação daqueles e dos voluntários. Devendo ser observadas as qualificações e especialidades de cada colaborador. Ressalte-se que as contratações devem seguir o disposto na legislação pátria.

PROCESSO DE APOIO

No processo de apoio devem ser decididos os fornecedores, bem como cotação de preços, conferência de prazos de validade, adquirir materiais, contratar serviços, inspecionar recebimento de materiais e administrar o almoxarifado. Os fornecedores e prestadores de serviços devem ser avaliados regularmente.

A aquisição de materiais depende dos convênios firmados pela APAC, pois devem ser observados os ditames da legislação específica, manual disponibilizado pela FBAC ou gestor do convênio, a depender do caso concreto.

Na prestação de contas consta detalhadamente o uso e destinação dos recursos financeiros, que devem ser registrados em documentos técnicos elaborados por contador.

Os recursos financeiros para manutenção da APAC podem ser obtidos por meio de doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades religiosas e filantrópicas, comercialização de produtos das oficinas profissionalizantes, parcerias e convênios com o Poder Público e instituições em geral e promoções sociais. Esses recursos são regulados pela Resolução nº 154, 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.

CONCLUSÃO

Desde os primórdios contemporâneos o sistema penal tradicional foi implantado como meio de provocar a mudança nos infratores das leis penais, visando que as finalidades da pena fossem cumpridas. Todavia, inegavelmente este sistema está em

decadência, tanto que os presos não são ressocializados e o referido é visto como cenário de infração aos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, mormente em razão da superlotação.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, mais conhecida como APAC, é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Amparada pela Constituição da República Federativa do Brasil para atuar nos presídios, possui seu Estatuto resguardado pelo Código Civil, assim como pela Lei de Execução Penal. É alicerçada em doze elementos que a fortalece, dentre os quais a confiança e o amor ao próximo podem ser destacados como os mais pertinentes.

A APAC opera como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

O objetivo do método apaqueano consiste em promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, evitando a reincidência no crime e oferecendo alternativas para o condenado se recuperar. Estabelecendo a valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se. Beneficiando diretamente a sociedade.

Observa-se que há diferenças entre a APAC e o sistema prisional tradicional, mormente porque os recuperandos, são chamados pelo nome, trabalham, estudam, se formam, são corresponsáveis pela segurança e disciplina, recebem assistência prestada pela família, comunidade e a ausência de agentes penitenciários e policiais, isto é, são corresponsáveis pela recuperação.

Infere-se que o sucesso da metodologia em análise deve-se ao alinhamento e envolvimento do recuperando, família, comunidade, voluntários e poder público e ao respeito às prévias orientações procedimentais.

A execução penal é municipalizada com a implantação do método apaqueano, pois o Centro de Reintegração Social é um presídio com capacidade para, em média, 100

(cem) recuperandos. Os recuperandos têm rotina de trabalho, estudo, preparo para retorno ao convívio social, isto é, não há espaço para a ociosidade.

Por todo o exposto a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados mostra-se uma excelente alternativa para a execução penal brasileira, tendo em vista seu potencial de alterar a realidade hodierna.

Destarte que, os estabelecimentos prisionais tradicionais não cumprem seus objetivos, mormente o de ressocializar, e além de privar os indivíduos do direito à liberdade acabam retirando até mesmo a dignidade, fortalecendo assim o crime, a violência e afetando diretamente a sociedade, pois reflete no aumento da criminalidade, comportamentos desviantes, violências e na segurança pública. Enquanto o método APAC muda esse cenário caótico, possibilitando a ressocialização, mediante a colaboração de vários setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública.** Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen-atualiza-infopen-com-informacoes-de-trabalho-e-educacao-no-sistema-prisional>. Acesso em 19 ago. 2021.

ALVIM, Wesley Botelho. **A ressocialização do Preso Brasileiro.** Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2965/A-ressocializacao-do-pres-brasileiro>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Vademecum. Saraiva. 31. ed. São Paulo: 2021.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.** Vademecum. Saraiva. 31. ed. São Paulo: 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** São Paulo: Editora Saraiva. 5. ed. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.** Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_154_13072012_21012019172816.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências.** Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_96.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **“Cármem Lúcia diz que preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil”.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-presos-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>>. Acesso em 15 de março de 2021.

CORTE SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Programa Novos Rumos, no âmbito do Tribunal de Justiça, e sua implementação em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais.** Resolução nº 633, de 03 de maio de 2010. Disponível em: <<https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re06332010.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DINIZ, Aline. **Governo de Minas anuncia construção de sete novas APACs.** Disponível (on-line) em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/governo-de-minas-anuncia-constru%C3%A7%C3%A3o-de-sete-novas-apacs-1.761665>>. Acesso em 03 de março 2021.

FARIA, Ana Paula. **APAC: Um Modelo de Humanização do Sistema Penitenciário. Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296>. Acesso em 01 fev. 2021.

FRANCO, José Henrique Kaster. Execução da pena privativa de liberdade e ressocialização. Utopia?. Publicação (on-line), **Jus Navigandi**, ano 13, nº 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12153>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

FERREIRA, Valdeci. OTTOBONI, Mário. **Método APAC Sistematização de Processos.** Publicação (on-line). Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/APAC.pdf>>. Acesso em 20 de mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2019.

MARQUES, Hugo. **Na cadeia, ex-goleiro Bruno carrega as chaves da própria cela.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/na-cadeia-ex-goleiro-bruno-carrega-as-chaves-da-propria-cela/>>. Acesso em 21 de abr. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2016.** Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de>>

informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em 9 de mar. 2021.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. **Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84606-apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-do-que-nos-presidios>>. Acesso em 9 de jun. 2021.

NOGUEIRA, Janayna. **Método APAC: um novo conceito de sistema prisional**. Publicação (on-line) em 13 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,metodo-apac-um-novo-conceito-de-sistema-prisional,590900.html#_ftn1>. Acesso em 7 de jul. 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal – Parte Geral e Especial**. 15. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário**. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1997.

_____. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. 4. ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

PORTAL FBAC. **Formatura 1ª turma do curso a viagem do prisioneiro**. Disponível em: <<http://www.fbac.org.br/index.php/en/news-3/114-a-viagem/2147-formatura-1-turma-do-curso-a-viagem-do-prisioneiro>>. Acesso em 17 jan. 2021.

_____. **A APAC: O que é?**. Disponível em: <<http://www.fbac.org.br/index.php/pt/como-fazer/apac-o-que-e>>. Acesso em 17 abr. 2021.

_____. **Elementos Fundamentais do Método Apac**. Publicação (on-line) em 07 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.fbac.org.br/index.php/pt/metodo-apac>>. Acesso em 17 de abril 2021.

SILVA JUNIOR, Antonio Carlos da Rosa. Recuperação religiosa de presos: os (não) cristãos no método APAC de cumprimento de pena. **Sacrilegens**, v. 11, n. 2, p. 132-147, jul-dez/2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2015/02/11-2-10.pdf>>. Acesso em 19 de abril 2021.

VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. **É possível humanizar atrás das grades?**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10416/1/2011_LauraJic>. Acesso em 12 de março 2021.

VEIGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. SILVA, Paulo Drummond. O Método APAC como alternativa de ressocialização do preso, à luz da lei de execução penal. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XXI, n. 173, dez 2018. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20665&revista_caderno=3>. Acesso em 12 abr. 2021.

VOLPE FILHO, Clovis Alberto. **Ressocializar ou não-dessocializar, eis a questão**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5081/Ressocializar-ou-nao-dessocializar-eis-a-questao>>. Acesso em 12 mar. 2021.

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA SALA DE AULA E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Marta Regina Martins de Sena¹³.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-04

RESUMO: A referida pesquisa tem como objetivo analisar as experiências e práticas vivenciadas por três educadores na Escola Municipal Professora Maria Madalena, localizada no município de Guamaré/RN, tendo como finalidade analisar as intervenções com músicas pelas professoras nas salas de aula da Educação Infantil, Observando o processo de aprendizagem das crianças. Neste sentido, as educadoras utilizam em sua prática docente as cantigas de roda como recurso didático-pedagógico capaz de despertar nas crianças a criatividade, a socialização e o estímulo à imaginação. Conforme estudos realizados pelos pesquisadores: Borges (1994), Brécia (2011), Brito (2003), Cascudo (1988), Faria (2001), e Loureiro (2008). Dessa maneira a análise dos dados foi construída através de questionários, os quais foram respondidos pelos professores mostrando como resultados as práticas musicais utilizadas na Educação Infantil, sendo estas relacionadas à cultura e aos saberes que os educadores trazem de suas experiências pessoais, às vezes até do senso comum, e que ao trabalhar com música na escola não pode esquecer os conhecimentos prévios da criança como afirma Dadid Ausubel, pelo contrário o professor deve estimular o poder de concentração e a criatividade das crianças contribuindo para sua formação cidadã com um olhar crítico é um pensamento holístico.

PALAVRAS-CHAVE: Música. Crianças. Recurso Didático. Ensino. Aprendizagem.

THE MUSIC IN THE CLASSROOM AND ITS IMPORTANCE IN THE CHILD LEARNING PROCESS

ABSTRACT: This research aims at analyzing the experiences and practices experienced by three educators in the Maria Madalena School, located in the city of Guamaré / RN, with the purpose of analyzing the interventions with songs by the teachers in the classrooms of Child Education, Observing the children's learning process. In this sense, educators use in their teaching practice the cantigas de roda as a didactic-pedagogical resource capable of awakening in children creativity, socialization and stimulation of the imagination. According to studies carried out by the researchers: Borges (1994), Brescia (2011), Brito (2003), Cascudo (1988), Faria (2001) and Loureiro (2008). In this way the data analysis was constructed through questionnaires, which were answered by the teachers showing as results the musical practices used in Early Childhood Education, being these related to the culture and the knowledge that educators bring from their personal experiences, sometimes even from the common sense, and that when working with music in school can not forget the previous knowledge of the child as stated by Dadid

¹³ Pós-Graduação em Ensino de Arte, Instituto Pedagógico Brasileiro, IPEBRAZ.
E-mail: martarsena@hotmail.com

Ausubel, on the contrary the teacher should stimulate the power of concentration and creativity of children contributing to their citizenship training with a critical eye is a Holistic thinking.

KEYWORDS: Music. Children. Didactic Resource. Teaching. Learning.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a escola, como espaço legítimo de desenvolvimento de competências e habilidades, onde se devem compartilhar diferentes formas de aprendizagens, precisa sempre (re)organizar suas práticas para estimular seu alunado a despertar o interesse e a capacidade de criar e desenvolver uma postura crítica acerca do que é aprendido.

Nessa perspectiva, a música desde os primórdios está presente em todas as manifestações sociais e culturais do homem. Partindo dessa premissa é possível afirmar que a música é imprescindível na formação da criança para que ela, ao atingir a idade adulta, alcance a maioria intelectual e exercite sua criatividade de maneira crítica e livre. Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (2001, p. 45):

A música é a linguagem que se traduz em formas capazes de expressar sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. Está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas, comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas e políticas.

Neste sentido, é importante ressaltar que a música é essencial no processo educativo das crianças. Loureiro (2008) afirma que o aprendizado com a música deve ser um ato de desprendimento prazeroso, comungando com as experiências da criança sem ser uma imposição ou sem buscar a qualquer custo que a criança domine um instrumento, o que pode minar sua sensibilidade e criatividade.

É importante lembrar que a criança ainda no período de gestação da mãe tem contato com diferentes sons e ritmos e tal situação tem continuidade em toda a sua vida, influenciando diretamente seu desenvolvimento cognitivo e afetivo de forma positiva, favorecendo a criatividade, a expressão corporal, artística, a memorização e conseqüentemente sua aprendizagem. Assim como favorece o comportamento social ao melhorar suas relações no ambiente escolar, transformando a escola em um lugar mais receptivo, acolhedor e alegre para a mesma.

Ademais, a música possui por si mesma, muitos elementos ricos em estímulos para o desenvolvimento da criança. Contudo, a vivência da criança com atividades musicais, ouvir, tocar, imitar, contribuem para o aprimoramento do conhecimento cognitivo e afetivo.

A partir dessa análise, a pesquisa de campo foi realizada com enfoque descritivo analítico através de questionário aplicado com três professoras dos níveis da Educação Infantil da Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, localizada no município de Guamaré/RN. Com isso, podemos apontar como público alvo as professoras que atuam na Educação Infantil, bem como crianças com 5 (cinco) anos.

Todavia, cabe aqui ressaltar, que atuar na área da Educação Infantil é estar comprometido com o desenvolvimento da base de formação do sujeito. De acordo com Santos (2008), o profissional da Educação Infantil tem o privilégio de estar com a criança no momento de maior elasticidade cerebral de sua vida, mostrando-se plenamente disponível à aprendizagem, já que não será possível em outro momento da vida aprender tanto em tão pouco tempo.

A partir de atividades, a criança desenvolve sua acuidade auditiva, começa acompanhar os movimentos, os gestos e também o ritmo. Entrelaçando a música com o desenvolvimento das crianças, as mesmas se tornam mais atentas, sendo assim, elas vão pouco a pouco descobrindo suas capacidades, sua cultura e começam a estabelecer relações com o meio em que vivem e se relacionam.

Neste sentido, e ainda tratando sobre a importância da música, ela é considerada por muitos estudiosos da área da educação como produção cultural que atua sobre o homem, possibilitando sensação de bem-estar, estimulando o raciocínio e melhorando a concentração. Nesse aspecto, a música é compreendida enquanto linguagem universal uma vez que o homem a utiliza para expressar sua subjetividade, seus pensamentos, sentimentos e sensações (FARIA, 2001).

Nesse sentido, podemos observar a importância da música para a formação da criança. Isso vale tanto para as atividades escolares quanto para todas as outras atividades desenvolvidas para e com a criança. Ademais, a música, além de contribuir para que os diversos conhecimentos sejam mais facilmente apreendidos pelo infante, faz com que ele

desenvolva sua criatividade, sua subjetividade e exerça sua liberdade, tornando-o, no futuro, um ser autônomo e capaz de exercer com responsabilidade seu papel de ser autônomo e cidadão.

Reiterando-se a afirmativa acima, entende-se que a grande preocupação dos educadores da educação infantil, quanto ao uso da música como recurso didático-pedagógico deve ser criar possibilidades para integrar a música aos demais componentes curriculares, de modo complementar ao desenvolvimento das potencialidades da criança.

A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIDADE NO DESENVOLVIMENTO E RELACIONAMENTO DA CRIANÇA.

A música exerce forte atração nos seres humanos, fazendo mesmo que de forma inconsciente que nos relacionamos com ela, muitas vezes quando a ouvimos começamos a nos familiarizar, movimentando o corpo ou cantarolando pequenas partes da melodia. As crianças quando brincam ou interagem com o universo sonoro, acabam descobrindo, mesmo que de maneira simples, formas diferentes de se fazer música. De acordo com Joly (2003, p. 116):

A criança, por meio da brincadeira, relaciona-se com o mundo que descobre a cada dia e é dessa forma que faz música: brincando. Sempre receptiva e curiosa, ela pesquisa materiais sonoros, inventa melodias e ouve com prazer a música de diferentes povos e lugares.

Por meio das brincadeiras de explorar como: brincar com os objetos sonoros que estão ao seu alcance, experimentar as possibilidades da sua voz e imitar o que ouve, a criança começa a categorizar e a dar significado aos sons que antes estavam isolados, agrupando-os de forma que comecem a fazer sentido para ela.

Então, a música influencia no desenvolvimento psicomotor, sócio/afetivo, cognitivo e linguístico da criança, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, que favorece o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.

Segundo o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais): “A diversidade permite ao aluno a construção de hipóteses sobre o lugar de cada obra no patrimônio musical da humanidade, aprimorando sua condição de avaliar a qualidade das próprias produções e as dos outros” (BRASIL, 2001, p. 75).

A música além de favorecer as várias fases do desenvolvimento da criança, ainda tem capacidade de resgatar a cultura de um povo. Segundo a lei 11.769 em 18 de agosto de 2008, que trata especificamente da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. (BRASIL, 1996).

A função da música – tal como a da arte – repousa no sentido de proporcionar um tipo de auto expressão livre. De fato, tem ela sido denominada “disciplina de expressão”. Enriquece a vida da criança por meio das oportunidades que lhe oferece para participar dos sentimentos de outros e expressar seus sentimentos a outros, enquanto observa, ouve, executa e cria. Como disciplina socializadora, tem também grande valor (BRÉSCIA, 2011, p. 86).

Para atender as recomendações da LDB – Lei de Diretrizes e Base e da Lei 11.769/2008, sobre o trabalho com música na escola, cabe ao professor ter sensibilidade e o interesse para despertar na criança o gosto pelos diferentes gêneros musicais, procurando valorizar a cultura da criança. Pois a música abre um leque de possibilidades para criança desenvolver seu potencial na interação com os colegas e com o professor, construindo sua identidade e participando da vida social.

Segundo Brito (2003, p. 46), “A educação musical não deve visar à formação de possíveis músicos do amanhã, mas sim a formação integral das crianças de hoje”. Ou seja, deve-se trabalhar a musicalidade de modo a influenciar o desenvolvimento da criança, despertando nelas o interesse pelos diferentes gêneros musicais e por outras culturas, partindo sempre do princípio que a criança deve está interagindo com o outro, de forma que ao aprender esteja construindo sua história, sendo protagonista de sua vida.

É importante trabalhar a música para deixar fluir, a imaginação, a intuição e a sensibilidades da criança, pois, só assim lhes será oferecida a possibilidade de diversidade de pensamentos e de linguagem. A forma da linguagem musical deve ser considerada como um conhecimento construído com estruturas e características próprias, tais como

produção, apreciação e a reflexão, não como algo desconectado da realidade, desprovido de sentido e significado.

A linguagem musical deve estar presente no contexto educativo, envolvendo atividades e situações desafiadoras e significativas que favoreçam a exploração, a descoberta e a apropriação de conhecimento. A ludicidade evidenciada nas atividades de sala de aula ou até de Educação Física possibilita que o professor oportunize a criança um programa de atividades motoras.

Cabe aqui informar que a combinação da música, do ritmo e do movimento faz com que a criança desenvolva várias habilidades e, se o ritmo de uma determinada música for acelerado, o movimento da criança será mais rápido, mas se o ritmo da música for lento, o movimento da criança será mais devagar. Os movimentos motores também significam as expressões das emoções, onde a criança começa a formar os equilíbrios mentais, ou seja, seu sistema nervoso.

O contato das crianças com a música faz com que aconteça uma descarga emocional, onde elas colocam para fora toda tensão do corpo e também da mente. Dessa maneira por meio do desenvolvimento e da compreensão das atividades realizadas em sala de aula que as crianças atingem patamares cada vez mais sofisticados, visto que começam a dominar tais conteúdos o que permite a elas uma transformação e uma recriação dos mesmos. Os RCNEI destacam ainda uma parte importante no processo, aliando a essa prática o movimento corporal:

O gesto e o movimento corporal estão ligados e conectados ao trabalho musical. Implica tanto em gesto como em movimento, porque o som é, também, gesto e movimento vibratório, e o corpo traduz em movimento os diferentes sons que percebe. Os movimentos de flexão, balanceio, torção, estiramento etc., e os de locomoção como andar, saltar, correr, saltitar, galopar etc., estabelecem relações diretas com os diferentes gestos sonoros. (BRASIL, 1998, p. 61).

Neste sentido, o corpo torna-se um aliado no processo de ensino aprendizagem musical, proporcionando por meio dos diferentes movimentos oportunidades para o aprendizado. Por meio desse recurso podemos desenvolver atividades que envolvam a percepção e interiorização do ritmo, intensidade e altura, trabalhar com a forma musical e também desenvolver a expressividade das crianças.

O ensino de música nas escolas é uma forma de oportunizar às crianças a compreensão e o aprimoramento de uma arte que por ser especializada, poderá contribuir significativamente para o seu desenvolvimento integral. Portanto, a noção do conhecimento musical, surge da ação da criança com a música, cuja característica primordial é o movimento simultâneo e sucessivo de seus elementos. Assim, dentro de um processo ativo e lúdico a criança poderá construir seu conhecimento musical ao interagir com objetos sonoros existentes em seu contexto social.

Na educação infantil, a música está presente na sala de aula como forte recurso didático-pedagógico, mais especificamente nas cantigas de roda sendo tratada como suporte para atender a vários objetivos dentre eles a formação de hábitos e comportamentos, acompanhados por gestos corporais, que visam internalizar conceitos educativos.

Desta forma deve-se compreender que o processo de ensino da musicalização na educação infantil, não pode ser improvisado na sala de aula, mas deve ser vista como intervenção complementar que precisa ser planejada cuidadosamente, com foco nos resultados, pois a música é considerada uma atividade tão essencial à vida da criança, quanto o desenvolvimento da oralidade, da expressão escrita, do raciocínio lógico matemático, e de outras áreas do conhecimento humano.

Partindo dessa premissa, compreende-se que os conteúdos relacionados à musicalidade deverão ser desenvolvidos nas instituições de educação infantil como conceitos em construção organizados em um processo contínuo e integrado de modo que as crianças desenvolvam, dentre outras, as capacidades de identificar e explorar os elementos da música a fim de que se expressem, interajam e ampliem seus conhecimentos sobre o mundo.

A MUSICALIDADE COMO MECANISMO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

O processo de ensino-aprendizagem na área da música vem recebendo influências das teorias cognitivas, em sintonia com procedimentos pedagógicos contemporâneos. Cresceram o número de pesquisas sobre o pensamento e a ação musicais que podem

orientar os educadores e gerar contextos significativos de ensino-aprendizagem, que respeitem o modo de perceber, sentir e pensar de bebês e crianças (BRITO, 2003, p. 53).

Entender o papel da música na Educação Infantil é criar possibilidades para a criança vivenciar a musicalidade na prática, o que constitui o primeiro degrau para a construção do fazer musical, no ambiente escolar, nessa ação educativa o canto deixe de ser uma atividade automática, para transforma-se em uma atividade pensada, dotada de intencionalidade. Nesse aspecto, cabe à escola criar situações facilitadoras para a criança desenvolver sua expressão criativa, possibilitando sair do movimento estético para o movimento de ampliação de sua visão de mundo.

Sabe-se que a música é uma importante ferramenta no processo de ensino, pois a criança ainda nas entranhas de sua mãe já ouve música, às vezes até cantada pela sua mãe. E ao chegar ao mundo continua tendo contato direto com a música seja na hora da amamentação, na hora de dormir, enquanto é acalentada no momento do choro, enfim, a música permeia toda a vida da criança, o que favorece a descoberta de seu universo, o fortalecimento de vínculos e as relações familiares.

Esse contato com a música não se limita ao ambiente familiar, mas tem continuidade na escola, como contribuição ao desenvolvimento infantil, porque através da música e de suas particularidades, como por exemplo, a variação de ritmos, a melodia, as rimas, e outros elementos que compõem a música ajudam a desenvolver na criança a percepção auditiva, o equilíbrio que é fundamental para o processo de comunicação e a integração nos grupos sociais, bem como na aprendizagem da criança.

A música também contribui sobremaneira para a formação do ser humano como um todo. Através da música, a criança descortina de forma lúdica o mundo das letras. Observa-se sua importância como valioso instrumento, o qual deverá ser trabalhado e estimulado provocando no educando possibilidades de criar, aprender e expor suas potencialidades, construindo com as crianças instrumentos com sucata, fazendo música com o próprio lápis, a borracha e até com o corpo. A musicalidade esta dentro de cada um de nós, basta explorar para inundar todo o nosso ser.

A cantiga de roda, na educação infantil, mantém laços com a brincadeira. Além de ser um grande meio de socialização e uma das áreas de conhecimento, é também um

instrumento facilitador de aprendizagem, ela é uma arte que incorpora coordenação motora, memorização e atenção. É através da música a criança encontra uma forma de expressar e manifestar seus sentimentos, de se alegrar e dar alegria aos que dela se aproximam, dá um sentido à sua vida, de se enobrecer, porque a música é um dos meios de intensificação dos sentimentos, emoções e tradição de um povo, a criança se enriquece culturalmente.

Ao cantar, a criança está correspondendo às suas necessidades vitais e dando vazão a impulsos que lhe permitem desenvolver-se como ser pleno e afirmar a sua existência. É um movimento que faz parte dos seus esforços de compreender o mundo, e que a torna capaz de lidar com problemas até complexos e que muitas vezes tem dificuldades de compreender o mundo (CASCUDO, 1988, p. 291).

Dependendo da forma como a música é trabalhada na sala de aula, ela pode ser algo impactante na construção do conhecimento e principalmente no desenvolvimento da criança. E enquanto arte deve estar presente nas escolas, pois ela oferece à criança uma aprendizagem global, pelo seu envolvimento com o mundo. Na sala de aula ela poderá auxiliar de forma significativa na aprendizagem. Enfim, a música é um recurso didático-pedagógico poderoso no processo de ensino-aprendizagem e deve fazer parte do cotidiano do ambiente escolar.

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) ressalta a importância de se trabalhar na educação infantil, com atividades que envolvam música, por ser este excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio e da autoestima das crianças.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem às necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva (BRASIL, 1998).

Considerando a afirmativa pode-se ressaltar que deve ser uma atribuição do professor/educador desenvolver atividades capazes de fazer aflorar na criança através da música sentimentos que estão escondidos em seu íntimo. Mas Borges (1994) afirma que, embora concorde com a importância que a música tem na educação das crianças, é frequente se deparar, nas classes educação infantil, com atividades musicais limitadas exclusivamente à reprodução de cantigas utilizadas com finalidades apenas didáticas,

quando as mesmas deveriam ligar-se primordialmente às emoções, no sentido de proporcionar um momento de prazer ao ouvir, cantar, tocar e inventar sons e ritmos.

Para ela, quando o professor utiliza a música na educação infantil apenas com o objetivo de ensinar conceitos matemáticos, anunciar o momento da história ou do lanche ou reforçar hábitos de higiene, a função primeira da mesma estará sendo desvirtuada. É importante perceber que o ensino de música não está somente ligado ao aprendizado de instrumentos ou de repetição de canções e cantigas decoradas e descontextualizadas, práticas muito frequentes no ambiente educacional. Existem sem dúvida mais elementos educativos na música.

O olhar da autora sobre a música como recurso didático-pedagógico, é possível compreender que um dos maiores desafios do professor na sala de aula da educação infantil, em relação ao trabalho com a música é utilizá-la para promoção do desenvolvimento da criança, sua sensibilidade musical, e de outras potencialidades, como ação complementar integrada às demais áreas do conhecimento.

Ao se propor a ensinar música o professor tem que demonstrar percepção e sensibilidade, principalmente porque precisa saber respeitar o gosto musical das crianças, que começa na escolha do repertório e planejar suas atividades de modo a atender aos interesses e necessidades das crianças. O professor deve ter a postura de mediador, não de um adulto que irá corrigir e condenar todas as falhas cometidas pelas crianças. Levando em consideração que a música expressa o sentimento da alma, portanto o canto deve ser livre e aos poucos encaixados na música como deve ser.

Nesse contexto, a música passa a ter um como foco favorecer e colaborar no desenvolvimento de todas as crianças, e não apenas daquelas que demonstram talento musical. E a atividade musical na sala de aula deixa de ser uma ação mecânica sem grande produtividade, para se tornar uma ação envolvente, planejada e contextualizada.

Mas, às vezes, ainda se percebe que o professor não permite à criança usar sua criatividade, e isso acontece quando as músicas ou atividades são pensadas somente pelo professor sem consultar a criança. Um exemplo bem claro de tal situação são as canções folclóricas que são cantadas há décadas por todos, mas falta o sentido, o significado, o que gera desinteresse por parte das crianças e monotonia na sala de aula.

Ensinar música, a partir dessa óptica, significa ensinar a reproduzir e interpretar músicas, desconsiderando as possibilidades de experimentar, improvisar, inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical (BRITO 2003, p. 52).

E como fazer a música ganhar significado para a criança e os objetivos serem atingidos? Trabalhar a música de diferentes formas, com atividades de pulsação, sonorização de histórias, canto, parlendas, brincadeiras cantadas. Pode-se ainda pesquisar com as crianças os ruídos do cotidiano, as pisadas no chão, o barulho da água saindo da torneira, a retirada do livro da mochila, e tudo que tornar interessante a pesquisa, imitar animais, até o silêncio da sala. E na educação infantil é possível realizar que atividades? Podem ser desenvolvidas atividades que leve demonstrar as sensações que são capazes de experimentar, tais como: alegria, tristeza, saudades, o que pode ser traduzido com o uso de instrumentos musicais, ou mesmo a expressão corporal seguida de canto.

Tratando especificamente da música como recurso didático na educação infantil, uma das possibilidades para realização de ações efetivas é a utilização dos jogos recreativos, atrelado a atividades de arte, que valorizem a expressão criativa da criança, e práticas que envolvam o cotidiano do aluno, para que suas potencialidades possam ser devidamente exploradas pelo professor.

Toda criança é um ser essencialmente musical. O problema da educação consiste, pois, em saber cultivar esses dotes naturais que, em maior ou menor grau, estão presentes em todas as criaturas, evitando que, por efeito de uma orientação equivocada, permaneçam ocultas ou, o que é pior, sejam submetidas a um processo de deformação para converter-se num motivo de frustração individual (RODRIGUES, 1992, p. 109).

Reafirmando as ideias do autor, além de ser uma forma de manter a criança de bem consigo mesma, também desperta o interesse pela descoberta dos movimentos corporais e a sensibilidade para o mundo dos sons. Sendo essa sensibilidade que vai ajudar a criança a descobrir suas próprias qualidades e limitações.

O ensino e, conseqüentemente, o aprendizado da música envolve a construção do sujeito musical, a partir da constituição da linguagem da música. O uso dessa linguagem irá transformar esse sujeito, tanto no que se refere ao seu modo de perceber, suas formas de ação e pensamento, quanto seus aspectos subjetivos. Em conseqüência, transformará

também o mundo deste sujeito, que adquirirá novos sentidos e significados, modificando também a sua própria linguagem musical. Snyders (1997, p. 27) diz que:

os métodos modernos da pedagogia musical estão absolutamente corretos ao propor atividades de escuta ativa, não somente para evitar que os alunos, se não tiverem nada de preciso a fazer, conversem ou se evadam da aula através de devaneios, mas por que faz parte da natureza da obra musical despertar uma admiração ativa: o objetivo da escuta ativa não é chegar a uma espécie de êxtase teológico, mas despertar emoções controladas, que integrem a alegria ao conjunto da pessoa, tanto na sua sensibilidade quanto na sua compreensão.

Para o estudioso, na prática da música, encontram-se os elementos de desenvolvimentos que estão intimamente ligados a afetividade, que contribui para o aprendizado musical, a apreciação dos sons, potencializando a aprendizagem pelos aspectos emocional e cognitivo. Bem como, no desenvolvimento do raciocínio lógico, a partir da ativação da memória e do espaço do raciocínio abstrato. Para tanto, é necessário a escola compreender a dimensão da musicalidade na sala de aula, e planejar atividades com música que incentivem o desenvolvimento das crianças da educação infantil, bem como atividades musicais que possam contribuir no trabalho com o aluno e como pode ser usada.

Ainda tratando sobre a música como recurso didático-pedagógico, Os RCNEI destacam ainda uma parte importante no processo, aliando a essa prática o movimento corporal:

O gesto e o movimento corporal estão ligados e conectados ao trabalho musical. Implica tanto em gesto como em movimento, porque o som é, também, gesto e movimento vibratório, e o corpo traduz em movimento os diferentes sons que percebe. Os movimentos de flexão, balanceio, torção, estiramento etc., e os de locomoção como andar, saltar, correr, saltitar, galopar etc., estabelecem relações diretas com os diferentes gestos sonoros (BRASIL, 1998, p. 61).

Neste sentido, o corpo é considerado como um forte aliado ao processo de ensino aprendizagem musical, proporcionando por meio dos diferentes movimentos oportunidades para o desenvolvimento da expressão da criança. Através desse recurso desenvolve-se atividades que envolva a percepção e a interiorização do ritmo, intensidade e altura, trabalhar com a forma musical e também desenvolver a expressividade das crianças.

Contudo, pode-se afirmar que o ensino de música nas escolas, particularmente na Educação Infantil, pode promover não só para a formação musical das crianças, mas pode ser considerada como um mecanismo eficiente de transformação social, na ambiência do ensino e aprendizagem pode gerar o respeito, a amizade, a cooperação e a reflexão, elementos indispensáveis à formação humana. Desse modo, o ensino musical não tem a intenção de formar o músico profissional, assim como o ensino das ciências não visa à formação de cientistas, mas contribuir para o desenvolvimento da criança, como pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música é um recurso e como tal contribui para a formação integral do ser humano. Através da musicalização a criança entra em contato com o mundo letrado de forma lúdica. Sabe-se que a criança não é um ser estático, paralisado, ela aprecia movimentos e interage o tempo todo com o meio ambiente, e a música tem o caráter de favorecer esta interação, porque ela traz em seu bojo ideologias, emoções e histórias que em alguns casos se identificam com as de quem as histórias que ouve contada pelos adultos.

Nesse contexto, as atividades musicais realizadas na escola não estão voltadas para a formação de músicos, mas objetivam através da vivência e da compreensão da linguagem musical, promover a entrada de meios sensoriais e inclusivos, que favoreçam a expressão de emoções, a ampliação da cultura geral e contribuam para a formação integral da criança.

Sabe-se que é através da Educação Infantil que a criança deve ser estimulada com atividades musicais, principalmente as cantigas de roda, bastante comuns nas salas de aula das crianças. Assim, por meio das canções infantis das sílabas rimadas e repetitivas, acompanhada de gestos que se fazem ao cantar, que a criança melhora sua forma de falar e de entender o significado de cada palavra. Além disso, podemos ressaltar que a música tem o poder de acalmar e relaxar as crianças no ambiente da sala de aula, quando se encontram tensas por alguma pressão psicológica ou até mesmo na hora de fazer as atividades solicitadas pelo professor.

Confirma-se, através deste estudo, que as diversas áreas do conhecimento podem ser estimuladas com a prática da musicalização. De acordo com esta perspectiva, a música é concebida como um universo que conjuga expressão de sentimentos, ideias, valores culturais e facilita a comunicação do indivíduo consigo mesmo e com o meio em que vive. Ao atender diferentes aspectos do desenvolvimento humano: físico, mental, social, emocional e espiritual, a música pode ser considerada um agente facilitador do processo educacional.

Nesta perspectiva, constatamos que a música quando trabalhada desde cedo no contexto escolar das crianças ajuda de maneira lúdica e prazerosa no aprendizado da criança, bem como no trabalho em equipe, fazendo-se necessária a sensibilização dos educadores para despertar a sensibilização e conscientização das possibilidades que a música oferece para o bem-estar e o crescimento do saber dos alunos.

Entre as contribuições desse trabalho para a área da musicalidade na educação infantil, posso destacar uma ideia de aula que possa ser desenvolvida no ambiente escolar, onde normalmente não encontramos recursos como uma diversidade de instrumentos para desenvolver as aulas de música. A presença do movimento e da apreciação de um repertório variado para a formação musical da criança é fundamental.

Na Educação Infantil, ressalto a importância de se trabalhar com música na sala de aula com as crianças ainda pequenas, pois a mesma pode proporcionar um ganho no desenvolvimento delas, por trabalhar com diversos aspectos como cognição, criatividade e expressão, às vezes se identificam com as de quem as ouve.

No entanto, percebemos que a música tem fundamental importância no processo de desenvolvimento do sujeito, tanto no afetivo como no cognitivo. Na escola, como ferramenta pedagógica essencial e facilitadora do ensinar ao educador. Ressaltamos que é através dela que a criança buscará também se expressar na forma do cantar, do dançar, compreender e fazer suas leituras de mundo, também possibilitando representar, imaginar, criar e fantasiar.

Todavia, o professor, ao trabalhar a música como recurso didático-pedagógico na escola, deve respeitar o gosto de cada criança, não esquecendo os conhecimentos prévios de cada uma. Pelo contrário, o professor deve em sua prática instigar o poder de

concentração e a criatividade do aluno, lançando mão dos mais variados tipos de músicas e sons (nesse caso, o professor deve saber escolher qual música trabalhar em sala de aula), buscando sempre inovar para que as crianças possam ouvir, entender, ativar a memória, sentir a sensibilidade musical pela imaginação, o senso rítmico e o prazer de ouvir música bem como respeitar ao próximo, proporcionando assim o desenvolvimento intelectual do educando.

Podemos afirmar que a música é uma arte com seu valor reduzido na sociedade, pela qualidade, entretanto, a escola deve retomar a musicalidade na sala de aula, como recurso didático-pedagógico, pela capacidade que a música possui de envolver de forma coletiva a atenção das crianças, e promover uma aprendizagem significativa, pela capacidade de despertar nas crianças melhor expressão corporal, a comunicação, as emoções, a socialização e outros sentimentos importantes para o processo da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BORGES, T. M. M.. **A criança em idade pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.
- BRITO, Teca de Alencar. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Petrópolis, 2003.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Assis chateaubriand. PR. 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro Técnico-educacional Superior do Oeste Paranaense - CTESOP/CAEDRHS.
- JOLY, Ilza, Zenker, Leme, (2003). **Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música**. In: _____. HENTSCHKE, L; DEL BEN, L. (Orgs.). *Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula*. São Paulo: Ed. Moderna. Cap. 7.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental.** Campinas: Papirus, 2003.

RODRIGUES, J.P. **Cantigas de Roda.** Porto Alegre: Magister, 1992.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CAPÍTULO V

ÉTICA E DOCÊNCIA: ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA NO COTIDIANO DA ESCOLA

Regiana Caldas Freitas¹⁴; Carlos Renã da Silva Moura¹⁵.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-05

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo oferecer aos docentes uma abordagem sobre os conceitos éticos desenvolvidos em sua prática cotidiana. Propõe uma reflexão sobre os valores que estruturam as práticas pedagógicas, além de compreendê-las como uma ação construída a partir do respeito pelo outro e a importância do fazer e viver coletivo. Tal reflexão fundamentada nas ideias de Francis Imbert e Lévinas com suporte legal da LDB e dos PCNs, trata de Ética na área educacional, ressaltando os valores inerentes a cada indivíduo. A base metodológica de estudo é a pesquisa bibliográfica a qual traz uma reflexão sobre a etimologia da palavra ética, assim como a distinção da ética com a moral, a ética no ambiente escolar e trata da ética dos PCNs a prática docente com os docentes, para compreender quais as visões, conceituações, as representações de mundo das pessoas diante da ideia que fazem sobre a “ética” é essencial para que este estudo tenha sucesso. Por fim, espera-se que este estudo possa proporcionar novas reflexões aos docentes diante do seu papel como educador.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Docência. Prática Pedagógica. Escola.

ETHICS AND TEACHING: BETWEEN THE CONCEPT AND THE PRACTICE IN THE DAILY LIFE OF THE SCHOOL

ABSTRACT: This article aims to offer teachers an approach to the ethical concepts developed in their daily practice. It proposes a reflection on the values that structure pedagogical practices, in addition to understanding them as an action built on respect for the other and the importance of doing and living collectively. This reflection is based on the ideas of Francis Imbert and Levinas, with legal support from the LDB and the PCNs, dealing with Ethics in the educational area, emphasizing the values inherent to each individual. The methodological basis of the study is the bibliographical research which brings a reflection on the etymology of the word ethics, as well as the distinction between ethics and morals, ethics in the school environment and deals with ethics according to the PCNs and teaching practice, to understand what are the views, conceptualizations, representations of the world of people regarding the idea they have about “ethics” is

¹⁴ Especialista em Supervisão Educacional – UFAM; Docente do Ensino Básico da rede Municipal e Estadual; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5586357654265249>. E-mail: regianacaldas@gmail.com

¹⁵ Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4483316217309797>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4564-9132>. E-mail: Carlos.moura@ifam.edu.br

essential for this study to be successful. Finally, it is expected that this study can provide new reflections to teachers on their role as an educator and as an opinion maker.

KEYWORDS: Ethic. Teaching. Pedagogical Practice. School.

INTRODUÇÃO

Discutir ética nos tempos atuais é tarefa sobre humana e sem elo de conclusão e satisfação. Reconhecemos que a ética tem um valor subjetivo dotado de valores culturais que podem ser respeitados ou estrangulados de acordo com a conveniência.

Diante da realidade atual, a educação é a arma de transformação da sociedade, quando o ato de educar, por si só constitui ato eminentemente ético. Ato que se constitui em pessoa plenamente desenvolvida. Criar uma pessoa que aceite tudo que lhe é imposto de forma submissa é criar uma pessoa destituída da capacidade crítica. A educação deve proporcionar o crescimento dos homens com luzes para si mesmos e que iluminem os demais para a construção de uma sociedade melhor. Pois, o homem é um ser incompleto, que para viver depende de ajuda de outras pessoas.

O presente estudo pretende contribuir para a reflexão acerca da Ética e Docência: Entre o conceito e a prática no cotidiano da Escola Municipal Salum de Almeida. Essa temática surge com a necessidade de investigar os principais fatores que interferem na associação dos conceitos éticos à prática docente. Refletir sobre o conceito ético para os docentes que vivem frente a realidade da escola, será de fundamental necessidade, uma vez que estes se constituem para seus alunos como exemplo de caráter.

Portanto, compreender tal temática será de suma importância, pois possibilitará entender as relações entre os docentes reforçando a conduta humana, elevando a qualidade do ensino na escola comprometida com a formação para a cidadania.

A relevância desse estudo, possibilitará ao professor refletir sobre sua conduta e a dos outros a partir dos princípios éticos que eles reconhecem, a fim de contribuir para sua qualidade de vida e a qualidade da educação.

Ética e Docência é um desafio, visto que sua análise nos permite pararmos para pensar o essencial, ou seja, pensarmos sobre o 'eu', sobre minha conduta perante as normas; como eu convivo com outras pessoas. Com a pesquisa bibliográfica professores

poderão compreender suas atitudes e comportamentos analisados a partir dos princípios éticos que reconhecem.

É evidente que um estudo de tal finalidade, poderá abrir novas possibilidades à estudos futuros sobre a temática, na busca de enriquecer o trabalho docente, resgatando os valores que por vezes deixamos para trás, seja por vergonha ou por motivos obsoletos.

Portanto, tratar sobre Ética proporciona novas reflexões aos docentes diante do seu papel como educador e como formador de opiniões á nossos futuros educadores. Diante dessas observações fica evidente a importância de refletir sobre Ética e Docência, a partir dos conceitos apreendidos, assim como tal reflexão enriquecerá o trabalho docente, contribuindo na melhoria das práticas cotidianas dos professores.

A DISTINÇÃO ENTRE MORAL E ÉTICA

Muitas vezes tomamos conhecimento de situações de aflição, angústia ou dramas que surgem sempre em nossas vidas. Nossas dúvidas quanto a tomar decisões não manifestam nosso senso moral, mas também põe à prova nossa consciência moral e ética, pois exigem que decidamos o que fazer que justifiquemos para nós e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as consequências delas, porque somos responsáveis por nossas opções.

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre o bem e o mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis na vida ética. Não é raro encontrarmos os termos “moral e ética” utilizada como sinônimo. Embora as palavras que os designam tenham a mesma origem etimológica, os conceitos de ética e moral incorporam, em seu percurso histórico, significações diferenciadas. No âmbito da filosofia faz-se uma distinção entre eles, definindo a moral como um conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades, e a ética como a reflexão crítica sobre a moral.

Segundo Francis Imbert (2001): “Uma talvez justificasse, e com razão a adoção de tal prática em respeito às peculiaridades. Quase sempre dentro do contexto da dignidade do exercício da cidadania e sem qualquer diferenciação no uso das palavras”.

Compreendemos que os conceitos éticos são fundamentais dentro do ambiente escolar, visto que a presença constante nas falas dos educadores, ser ético pressupõe uma carga de obrigatoriedade e compromisso para com o outro. Com a ética, instala-se no espaço escolar a necessidade de reconhecimento dos sujeitos enquanto atuantes no seu micro universo, responsáveis pela problematização das ações e dos saberes instituídos. Para os educadores, a ética é vinculada como norteadora do comportamento dos atores, das ações e atitudes que estes praticam no ambiente escolar permitindo assim, o diálogo constante na intencionalidade de melhor resolver os problemas educativos.

Nesse sentido, ser ético para a maioria dos educadores é estar aberto ao diálogo, uma vez que acreditam que ele é uma poderosa ferramenta para a formação de cidadãos conscientes, críticos e responsáveis. Esse estado de ser ético, também possibilita ao educador atuar de forma digna na execução de sua profissão construindo saberes no seu cotidiano. A ética é a responsável pela possibilidade atribuída à escola de conduzir o ser à condição de crítico e responsável pelos seus atos, no entanto, ela entrelaça a estas condições a capacidade de definir o que seja justo e injusto, moral e imoral, uma vez que atribui valores às atitudes dos educandos e os vigias, como se a qualquer momento pudessem fazer, falar ou sentir algo que não é permitido eticamente.

A ÉTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Respeitar a liberdade do outro é conhecer os direitos e deveres de cada um dos atores do ambiente escolar. Para Kant, na escola ninguém tem privilégios, mas apenas direitos. Ela corporifica assim, o local privilegiado que permite ao ser reconhecer a sua função social no mundo, compreendendo sua posição, se de explorado ou de explorador, mediatizado ou mediatizador.

Participar e comprometer-se com a prática de valores que estimulem os princípios educativos no âmbito escolar exige muito mais do que uma compreensão da realidade.

Exige transparência e consciência da verdadeira função que cada ator tem em estruturar as suas ações e seus diálogos vislumbrando uma convivência harmoniosa e ponderada.

Os educadores participantes das discussões evidenciaram ainda a ética como construtora da felicidade humana baseada na liberdade e no respeito às diferenças individuais. Para Lévinas “a ética a partir do rosto do outro, é segundo ele mesmo revelação”. É no rosto do outro que se revela a possibilidade de tornamos-nos plenamente humanos, de tornarem-se genuinamente éticas nossas ações e ideias. Lévinas (1980, p. 176) afirma que:

O rosto é uma presença viva e expressão. O rosto fala. . . O modo como o outro se apresenta, ultrapassando a ideia do outro em mim, chamando-o rosto. O rosto de outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa. O rosto traz uma noção de verdade que não é o desvendar de um neutro, impessoal. Mas uma expressão.

A ideia de Lévinas revela a verdadeira humanidade soterrada sob os escombros do individualismo. A ética constrói no interior de uma sociedade corrompida e corrupta uma outra visão de si, do mundo e da humanidade, visão que se torna ação libertadora de todas as formas e meios que impedem a existência da verdadeira e autêntica humanidade.

A ética deve ser o alicerce imprescindível de que hoje carecem tantos indivíduos, instituições e sociedade. Quando se trata na área educacional, Serge Leclair (1992) destaca:

... A grande questão não é, de modo algum, cortar o cordão umbilical, mas subjugar imediatamente o recém chegado através de vínculos muito mais sólidos: ele recebe um número um nome, é registrado, tudo o que há de mais natural em uma sociedade em que se fala se escreve, se fazem conta. Em seguida o submetido terá de frequentar ou habilitar, o mesmo ritual se repetirá indefinidamente.

Leclair pressupõe a criação de sujeitos objetos em todos os pontos, sendo submetido às regras, ensinando as regras de uma sociedade submissa. Certamente, a escola obedece a regras e regulamentos, mas parece que evita formular, e a um ponto que, talvez, até então nunca tinha atingido.

Em seu livro “A questão da ética no campo educativo”, Francis Imbert (2001) destaca:

A educação implica em uma transgressão, uma distância em relação às intenções de modelagem e moralização. “No entanto, essa transgressão e a distância não visa a abolição da lei que acarretaria a supressão das diferenças e a identificação imaginária com o outro, na realidade, ela entranha um pôr em ato a lei”.

O educador tem a obrigação de opor um engajamento ético e manter uma relação na instituição inserida. A relação entre professores, deverá ser o vínculo para que as mudanças aconteçam. Saber lidar com o outro é uma tarefa difícil, mas jamais impossível. A escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes, é também lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recreação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, sua família e comunidades.

A ÉTICA SEGUNDO OS PCNS Á PRÁTICA DOCENTE

No art.1º da Constituição da República Federativa do Brasil, traz entre outros princípios a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político como fundamentos da constituição de nossa sociedade. Corresponde diretamente a ideia a qual todo ser humano, sem humilhações ou discriminações em relação a suas características pessoais. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais três pontos são devidamente enfatizados na compreensão da ética:

O primeiro refere-se ao que se poderia chamar de núcleo moral de uma sociedade, ou seja, valores eleitos como necessários ao convívio entre os membros dessa sociedade. O segundo ponto diz respeito justamente ao caráter democrático da sociedade brasileira. O terceiro ponto refere-se ao caráter abstrato dos valores abordados. Ética trata de princípios não de mandamento (BRASIL, MEC, 1997).

É de grande relevância que a ética deve ser estudada nas escolas. O docente é acima de tudo o ator que ajuda na construção de caráter, que educa moralmente seus alunos, contribuindo para os valores que este possui. Sabemos que valores e regras são transmitidos pela família, por professores, pelos livros didáticos, pelo comportamento dos próprios alunos, devendo ser explícitas e refletidas na escola como um todo ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. A escola e os docentes devem educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção.

Contudo observamos que na área educacional, a conduta ética é venenosa, passando por um estreito fio emocional que sugere transgressão, enquanto a tentação é dimensionada para garantir o sustento de cada dia e se cada profissional da área de educação construir seu cantinho ético estaremos condenados ao caos e degeneração profissional.

De acordo com os PCN's a distinção que se faz contemporaneamente entre ética e moral tem a intenção de salientar o caráter crítico da reflexão, que permite um distanciamento da ação, para analisá-la constantemente e reformulá-la, sempre que necessário. Por ser reflexiva, a ética tem, sem dúvida, um caráter teórico. Isso não significa, entretanto, que seja abstrata, ou metafísica descolada das ações concretas. Não se realiza o gesto da reflexão por mera vontade de fazer um “exercício de crítica”. A crítica é provocada, estimulada, por problemas, questões-limites que se enfrentam no cotidiano das práticas. A reflexão ética só tem possibilidade de se realizar exatamente porque se encontra estreitamente articulada a essas ações, nos diversos contextos sociais. É nessa medida que se pode afirmar que a prática cotidiana transita continuamente no terreno da moral, tendo seu caminho iluminado pelo recurso à ética. No contexto escolar, âmbito de diversos atores, a ética faz-se presente em momentos imensuráveis, uma vez que está vinculada às relações que se processam entre esses atores.

Assim, os professores compreendem a ética nas relações estabelecidas entre os seres humanos e a valorização das relações interpessoais. A partir daí busca-se o respeito mútuo criando um espaço de discussão, aberto ao diálogo possibilitando aos envolvidos no processo de ensinar e aprender a compreensão da ética como eixo condutor das atitudes morais.

Por fim, salientar a valorização do diálogo enquanto uma prática possível e viável para a solução dos problemas escolares vislumbrando a pretensão de que a escola possa um dia aprender a trabalhar com as diferenças onde todos sejam possuidores de direitos e deveres, sentenciando o fim das desigualdades, devemos pensar no futuro contribuindo, socialmente com as pessoas. O respeito ao próximo é fundamental para que as pessoas convivam em harmonia. Cada profissional da educação deve levar em consideração a

ética na sua prática, no seu cotidiano. E se cada um fizer sua parte estaremos contribuindo para formação de pessoas realmente humanas.

CONCLUSÃO

O relacionamento humano é um valor fundamental para a vida e a realização de qualquer pessoa. O estudo sobre ética no campo educacional nos propôs a pensarmos como nos comportamos em certas situações os educadores e o que realmente estamos fazendo como educador.

O professor pode transformar-se no mais pobre ou no mais rico agente da educação, dependendo de como se apresentar, se comporta e age. Ser humilde, compreensivo, ético, despertará as potencialidades dos indivíduos para que se forme um consenso em torno de verdades e eles próprios encontrem suas opções.

A qualidade das relações que se estabelecem no interior da escola tem implicações na motivação de alunos, funcionários e docentes. As pessoas procuram sentir-se aceitas pelos outros, isso a torna valorizada. Praticar a ética na docência escolar requer um esforço para que os pré-conceitos sejam deixados de lado e os valores éticos sejam resgatados em nossa sociedade capitalista e algumas vezes esquecida e não utilizadas por nós.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. 1988
- SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- GALLO, Silvio. **Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia**. 11ª. Ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- LECLAIRE, Serge. **O país do outro: o inconsciente**. Ed. Jorge Zahar: 1992.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1982.

IMBERT, Francis. **A Questão da Ética no Campo Educativo**; tradução Joao de Freitas Teixeira. RJ: Vozes. 2001.

SILVA, Nelson Pedro. **Ética, Indisciplina e Violência nas Escolas**. RJ: Vozes. 2004.

MORALES. Pedro. **A relação professor-aluno: o que é como se faz**. 5ª. Ed. São Paulo, 1999.

CAPÍTULO VI

A FOTOGRAFIA E AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA UM LETRAMENTO VISUAL E DIGITAL NA ERA DA EDUCAÇÃO 4.0 - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Joelma da Silva Coelho¹⁶; Elizete Vasconcelos Arantes Filha¹⁷.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-06

RESUMO: O presente artigo expõe os resultados de atividades realizadas na Creche Municipal Professora Marliete Freire, localizada na zona urbana da cidade de Macaíba-RN, durante o final do semestre 2021.2 em plena pandemia de Covid -19 em que os alunos estavam em suas casas resguardando sua saúde. Mesmo diante desse quadro, os professores criaram estratégias para voltar a se comunicar e utilizaram-se das plataformas multimídias e do ensino na modalidade remota. O relato de experiência exitosa foi realizado com 2(duas) turmas do nível V, com alunos na faixa etária entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos de idade, sendo 15 de cada, totalizando 30 (trinta) crianças. Ao longo da experiência houve a inserção da fotografia como instrumento lúdico pedagógico, como meio de aprimorar o olhar das crianças; bem como tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas. Iniciamos com uma noção básica de fotografia e avançamos para o uso de conceitos e recursos mais avançados, macrofotografia, estudo dos seres vivos e suas minúcias, detalhes não visíveis ao olho humano que a macrofotografia proporciona, aplicativos de edição de imagem, bem como interpretação de gráficos e a construção de um texto coletivo produzido pelas crianças em que relatam o que aprenderam. O protagonismo dos alunos na busca do conhecimento foi incentivado durante todo o processo. A fundamentação teórica foi estruturada com base na abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1998), na Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2017); bem como autores que remetem sua estrutura para o âmbito do letramento visual e digital a exemplo de Dondis (2015), Santaella (2012). Os resultados possibilitaram constatar que as crianças progrediram nos diversos campos da experiência e que a utilização dos recursos tecnológicos fomentou o processo de ensino aprendizagem com êxito.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia e alfabetização. Educação Infantil. Letramento Visual. Letramento Digital.

¹⁶ Professora efetiva da Rede Municipal de Natal e Macaíba. Graduação em Pedagogia (UFRN). Pós-Graduação - Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (FIP). Pós-graduação – Psicopedagogia (FIP). Mestrado em Ciências da Educação (UDS). Doutoranda em Ciências da Educação (UNADES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5406767364509222> E-mail: coelhojoelmacoelho@gmail.com

¹⁷ Professora formadora no Núcleo de Tecnologia Educacional do Natal-NTE. Graduação em Pedagogia (UNIBAN). Graduação em Educação Artística (FEBASP). Graduação em Artes (FMT). Pós-Graduação – Fundamentos Metodológicos da Apreciação e Crítica no Ensino das Artes (UFPB). Mestrado em Ciências da Educação (UFRN). Doutoranda em Ciências da Educação (WUE). Professora Formadora em TDICS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5232473085077007>. E-mail: elizetearantes@gmail.com

PHOTOGRAPHY AND THE NECESSARY SKILLS FOR A VISUAL AND DIGITAL LITERACY IN THE ERA OF EDUCATION 4.0 - EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: This article presents the results of the activities carried out at the Professora Marliete Freire Municipal Nursery, located in the urban area of the city of Macaíba-RN, during the end of the 2021.2 semester in the midst of the Covid -19 pandemic, in which students were in their homes protecting their health. Even in the face of this situation, the teachers created strategies to get back to communicating and used multimedia platforms and remote teaching. The successful experience report was carried out with 2 (two) level V classes, with students aged between 5 (five) and 6 (six) years old, 15 of each, totaling 30 (thirty) children. Throughout the experience, photography was introduced as a playful pedagogical tool, as a means of improving the children's gaze; as well as making the classes more attractive and dynamic. We started with a basic notion of photography and progressed to the use of more advanced concepts and resources, macrophotography, study of living beings and their minutiae, details that do not seek the human eye that a macrophotography offers, image editing applications, as well as interpretation of graphics and the construction of a collective text produced by the children in which they report or who learned. The role of students in the pursuit of knowledge was encouraged throughout the process. The theoretical foundation was structured based on Vygotsky's cultural-historical approach (1998), in the National Common Curricular Base-BNCC (2017); as well as authors who refer their structure to the scope of visual and digital literacy, such as Dondis (2015), Santaella (2012). The results made it possible to verify that the children progressed in the different aspects of the experience and that the use of technological resources fostered the teaching process successfully.

KEYWORDS: Photography and literacy. Child education. Visual Literacy. Digital Literacy.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma fase irrefutavelmente rica na construção de novos conhecimentos, sejam eles sociais, afetivos ou cognitivos, sendo a criança entre 5 (cinco) e 6 (anos) anos capaz de estabelecer relações complexas entre os elementos da realidade que se apresenta. Assim, frequentar uma turma de Educação Infantil significa, além da convivência entre pares, ter acesso a muitas oportunidades à construção de novos conhecimentos, graças às ações que a criança exerce sobre o mundo real.

Para Vygotsky (1998), com sua teoria sócio-histórico-cultural, explica que a aprendizagem da criança antecede a entrada na escola, sendo a família (os pais) os primeiros peritos com os quais a criança manterá contato, adquirindo suas primeiras aprendizagens. Com a entrada na escola, o aprendizado escolar produz algo novo no

desenvolvimento infantil, evidenciando as relações interpessoais e a apropriação de novas habilidades. Assim, podemos afirmar que a aprendizagem acontece em todo lugar, sendo a família e a escola os lugares privilegiados desse processo.

Com o surgimento da pandemia oriunda do vírus da COVID-19, se fizeram necessárias adequações no que diz respeito às aglomerações, e o ensino como todo foi severamente afetado nesse aspecto. Uma das alternativas foi a implantação do chamado “Ensino Remoto”, onde a tecnologia teve e continua tendo um peso imprescindível para que a aprendizagem tenha o seu devido êxito.

Nesse sentido, na Creche Professora Marliete Freire em duas turmas do nível V, totalizando 30 (trinta) crianças, sendo 15 (quinze) em cada turma, no 4º (quarto) bimestre de 2021 utilizamos as câmeras fotográficas embutidas nos smartphones, com o intuito de produção fotográfica por parte das próprias crianças, sendo tudo isso feito com a modalidade da macrofotografia e interdisciplinaridade.

A macrofotografia é um recurso da máquina fotográfica que resulta num efeito visual em que um objeto pequeno fotografado se revela num tamanho 10 vezes maior ao seu tamanho natural, proporcionando assim, curiosidades e descobertas e muito utilizado por fotógrafos profissionais utilizando máquinas DSLR e Full Frame para mostrar minúcias de pequenos animais e plantas, cujo resultado são fotografias de excelente nível visual e estético disputadíssimas em galerias e museus de arte. Inserir esta técnica em sala de aula e com um simples smartphone, seria um conhecimento muito interessante e até mágico para as crianças. Um caule de uma planta, uma pétala, ou uma folha pode mostrar minúcias que ao olho nu não conseguimos enxergar, ou seja, podendo substituir um microscópio, se bem manuseado, respeitando o limite técnico. Então, um caule com espinhos minúsculos, apareceria grande aos olhos das crianças, e elas poderiam observar volumes, espessuras, texturas, cores, formas, pequenos insetos que se apropriam do espaço, e com isso fazer comparações, anotações, conhecer o mundo natural ao seu redor, dando início a uma introdução às pesquisas científicas.

Segundo Vygotsky (1998), o indivíduo se desenvolve por meio da interação com o meio e com outros indivíduos sofrendo interferência de ambas as partes, dessa forma, se faz necessária uma reflexão acerca de novas práticas que sejam eficazes do ponto de

vista pedagógico, uma vez que o docente atua como colaborador na busca pelo conhecimento.

Inicialmente, se fez necessário buscar esses conhecimentos e como utilizar em sala de aula num curso de formação de professores ministrado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional do Natal-Nte, com duração de 80 horas aulas, na modalidade 100% remota durante a pandemia de Covid -19, cujo objetivo foi instruir os professores para conhecer a fotografia digital como recurso de letramento visual comitantemente com o letramento digital na formação de professores da educação básica dentro de uma abordagem interdisciplinar. Com isso, a fotografia passou a ser o instrumento de ensino experimental que se tornou exitoso em sala de aula com essas crianças, e o smartphone a ferramenta capaz de proporcionar de imediato essa experiência e inserção no letramento digital.

Partindo desse ponto, foi elaborado um projeto de atuação de como utilizar a fotografia digital em sala de aula que pudesse contribuir com o desenvolvimento da autonomia do aluno. Começamos com um passo-a- passo para que o aluno tivesse contato com a linguagem básica da fotografia digital e a tecnologia do smartphone, as potencialidades estéticas da fotografia com a modalidade macrofotografia, tratamento básico e conhecimentos dos aplicativos em consonância com os conteúdos já traçados previamente para a classe, que era estudar os seres vivos, uma breve introdução ao estudo do meio-ambiente. Com isso, inserindo as crianças ao gosto pela observação, convivência grupal, leitura crítica da realidade em torno de si e de seu ambiente e levar essas experiências para sala de aula numa experiência holística e interdisciplinar.

FOTOGRAFIA E ALFABETIZAÇÃO VISUAL

A fotografia digital tem sido um dos bens mais consumidos na atualidade e deve ser entendida e tratada como um instrumento capaz de contribuir com o processo de ensino aprendizagem dentro e fora do contexto escolar. Aprender é um processo natural que surge da curiosidade das pessoas e deve ser favorecida por um ambiente positivo, prazeroso para que a aprendizagem possa desenvolver-se com significado e relevância. A função principal da escola e do professor é propiciar uma estrutura pedagógica para que o aluno possa ter acesso às várias linguagens, as várias formas de expressão e

comunicação para que possam produzir novas informações e conhecimento. Sendo assim, a fotografia digital não pode ficar fora desse contexto pedagógico “pois incita a imaginação desperta a percepção do entorno, exercita o poder de escolha”, conforme as competências gerais da BNCC (2017).

Contudo, é relevante entender, que na contemporaneidade é necessário aprender e ensinar através da fotografia, porque tem sua própria linguagem, seus signos que precisam ser reconhecidos e decodificados para despertar uma reação interpretativa na mente daqueles que os percebem. Para tanto, alfabetizar alunos, em sentido amplo, é ensinar a decodificar os signos contidos nas imagens. Conforme Santaella (2012).

A alfabetização visual significa aprender a ler imagens, desenvolver a observação de seus aspectos e traços constitutivos, detectar o que se produz no interior da própria imagem, [...]. Ou seja, significa adquirir os conhecimentos correspondentes e desenvolver a sensibilidade necessária para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens significam, como elas pensam, quais são os seus modos específicos de representar a realidade. (SANTAELLA, 2012, p. 13).

Segundo Dondis (2015), no livro *Sintaxe da linguagem Visual*, assim como um texto que é composto de letras, palavras, frases, parágrafos e necessita de leitura e interpretação para entender a mensagem contida, a imagem também é composta por estruturas visuais básicas, o ponto, a linha, a forma, direção, tom, cor, textura, escala, dimensão, movimento, “são os componentes irredutíveis dos meios visuais. Constituem os ingredientes básicos com os quais contamos para o desenvolvimento do pensamento e da comunicação visual” (DONDIS, 2015, p. 82).

Segundo Arantes, (2005) na fotografia esses “componentes irredutíveis” recebe outra nomenclatura, mas com o mesmo peso estrutural, enquadramentos, planos, regras dos terços, movimentos de câmera, linhas de perspectivas, ponto de fuga, iluminação natural, artificial, ISO, RGB, que são alguns elementos básicos de formação estética da fotografia, seja analógica ou digital. Além desses aspectos estéticos que são os visíveis, a fotografia também tem alguns aspectos abstratos que são semiológicos, iconográficos, antropológicos, etnográficos, gestálticos e todos esses elementos quando reunidos numa imagem de forma planejada se traduzem em comunicação visual e textual que precisam ser lidos e interpretados, pois sempre há algo a dizer.

Portanto, ler uma imagem e também produzir é alfabetização, e ao inserir estes componentes visuais em sala de aula o professor está proporcionando o acesso a mais um meio de decodificar, fruir o mundo ao qual os alunos estão inseridos, porque na contemporaneidade, a imagem predomina, praticamente, em todas as situações e tem invadido os lares bombardeando-os com conteúdo de diversos níveis, em alguns momentos, até duvidosos e sem medir qualidade, enche-nos de quantidade com as TVs ligadas o dia todo, acessando novelas, filmes, propagandas. Nas avenidas os outdoors, no comércio as fachadas das lojas, nas mercadorias as embalagens e até nas roupas com seus designs. As redes sociais e o acesso às multiplataforma e os smartphones trazem todas essas imagens para nossos alunos em questão de segundos, é preciso saber controlar, pois nem sempre são as imagens desejadas.

Segundo Dondis, (2015, p. 3): “Para controlar o assombroso potencial da fotografia, se faz necessária uma sintaxe visual. O advento da câmera é um acontecimento comparável ao livro, que originalmente beneficiou o alfabetismo”.

Com tudo isso, é necessário que o professor mude sua forma de ensinar e insira com mais frequência a fotografia em sala de aula como um instrumento de ensino, assim como a lousa, o lápis, o giz, seja analisando ou produzindo. E também insira um alfabetismo visual desde as primeiras séries para que essas imagens não venham ser uma arma de destruição intelectual, e sim um instrumento capaz de processar informação e conhecimento. Para isso, o professor, inicialmente, tem que ter também uma formação que vise o conhecimento da imagem, seu contexto e sua utilidade para poder alcançar essa habilidade de forma natural que abranjam leitura, interpretação e a capacidade de transformá-la em outras imagens produzidas em sala de aula, seja com máquina fotográfica, smartphones, ou outras ferramentas.

FOTOGRAFIA E LETRAMENTO DIGITAL

Por tecnologia entendemos um conjunto de saberes inerentes ao desenvolvimento e concepção dos instrumentos [...] criados pelo homem através da história para satisfazer suas necessidades e requerimentos pessoais e coletivos” (VERASTO; SILVA; MIRANDA; SIMON, 2008, p. 78). Com o Smartphone não é diferente, cada vez mais

modernos só tem facilitado o acesso a aplicativos que substituem uma máquina fotográfica na captação das imagens, edição e até a um destino final com muita facilidade, principalmente se estiver conectado com a internet.

Como bem cultural, aumentando a capacidade imaginativa e multiplicando as formas de representação do smartphone como ferramenta tecnológica possível na sala de aula, com aplicativos auxiliares e acesso à internet, levamos nossos alunos a conhecer aplicativos de máquina fotográfica para capturar e aplicativo de edição de imagem para editar, todos de forma gratuita, feito download pelo Google Play. Sendo eles, os “nativos” digitais, não houve dificuldade na manipulação do Smartphone e nem dos aplicativos.

Já no que se refere ao Letramento Digital é a capacidade que o sujeito tem de responder adequadamente às demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e da escrita no meio digital.

O letramento digital é mais que o conhecimento técnico. Ele inclui ainda, segundo Carmo (2003, p. 23), “habilidades para construir sentido a partir de textos multimodais, isto é, textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície”. Inclui também a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas eletronicamente”. É a capacidade de manusear naturalmente com agilidade as regras da comunicação em ambiente digital. O tradicional modelo de aprendizagem em salas de aula com lousa, giz e papel já não é suficiente para atender às necessidades das novas gerações de alunos; e nem para acompanhar as evoluções do mundo atual. Por isso, a Educação 4.0 promete transformar o conhecimento.

Nesse novo conceito, os alunos não precisam mais acumular conhecimento. Mas, sim, ter um ensino mais personalizado, capaz de oferecer a ele o necessário para atuar em profissões do futuro (EQUIPE DA REDAÇÃO VINDE, 2019).

Desenvolvendo aspectos da inteligência emocional, convivência grupal, leitura crítica da realidade e levar essas experiências para sala de aula numa experiência holística e interdisciplinar.

Em seus detalhes; conhecer e fazer uso da ferramenta PlantNet; interpretar gráficos e descrever, por meio de um texto coletivo, o conhecimento adquirido no decorrer do projeto.

Nessa perspectiva, temos como objetivo geral, analisar como a fotografia pode colaborar para o processo de desenvolvimento das aprendizagens na Educação Infantil. Em consonância com a perspectiva traçamos objetivos e estratégias. Já os objetivos específicos foram: identificar estratégias metodológicas, que possibilitem a criança: fazer uso do smartphone para fotografar

Diante do exposto, surgiu a necessidade de introduzir a fotografia para conhecer melhor o nosso meio-ambiente. Então, vejamos, que se a maioria das famílias possui Smartphones, por que não os usar junto a escola para construção do conhecimento na Educação Infantil na perspectiva do Letramento Digital?

Portanto, irrefutavelmente fica claro que o uso da tecnologia é de fundamental importância no novo panorama educacional, pois ela veio para ficar e ajudar a construir o conhecimento na Educação Infantil por meio da aprendizagem mediada, despertando ainda mais o interesse das crianças, uma vez que as aulas são mais dinâmicas, significativas e prazerosas. Sendo assim, a tecnologia é o fio condutor à aprendizagem.

Com o propósito de traçar propostas que levam em consideração o desenvolvimento integral das crianças, cabe aos docentes e demais profissionais atrelados à educação, permitir as mesmas tenham aproximação com tecnologias que se configurem em ambientes integradores no âmbito escolar, levando a tecnologia a “tornar-se instrumento de narração e de estruturação de grupos e projetos” (KRAMER; MOREIRA, 2007, p. 1053). Nessa perspectiva, a tecnologia na Educação Infantil deve ser pensada como um recurso pedagógico, pois:

O trabalho com as múltiplas linguagens nesta etapa de educação permite o estabelecimento de redes de relações, as quais permitem aos alunos reestruturar suas significações anteriores, produzir boas diferenciações e construir outras/ novas significações De acordo com este paradigma, não basta utilizar os recursos informáticos, é preciso problematizá-lo e produzir novas relações numa pedagogia reflexiva (BEHAR et al., 2011, p. 06).

Segundo Nave à Vela (2019) está evidente que o uso das ferramentas tecnológicas na escola agiliza as atividades desenvolvidas no dia a dia tanto pelos discentes como pelos docentes, seja em uma pesquisa didática ou na comunicação entre elas, proporcionando novos caminhos para o ensino e colaborando com o processo de aprendizagem de todos, conforme Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

O mundo da tecnologia desperta a curiosidade nos alunos, pois ela proporciona uma nova forma de pensar, de se comunicar, estudar e aprender com sentido. Quando o conteúdo é passado de forma significativa os alunos têm mais interesse em aprender, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como já destaca Jesus e Propodoski (2012, p. 26-27):

O Letramento Digital deve fazer parte nas práticas em sala de aula desde a Educação Infantil, pois é uma ferramenta que possibilita trabalhar o conceito através do lúdico de forma interdisciplinar. Prática que desenvolve as habilidades cognitivas, afetivas, coordenação motora, raciocínio lógico, concentração, leitura e escrita, proporciona ao aluno adquirir autonomia no manuseio do computador e na construção do seu conhecimento.

Portanto, interagir com o smartphone, aplicativos e redes sociais são ferramentas essenciais que colaboram no processo de ensino aprendizagem da criança. Deixando evidente que temos que respeitar o processo de desenvolvimento de cada um.

Então, como a tecnologia veio para ficar, é importante ressaltar que o professor precisa estar em constante processo de formação; uma vez que a tecnologia está sempre se inovando. Diante disso, Valente (1993, p. 115) considera que:

O conhecimento necessário para que o professor assuma esta postura não é adquirido através de treinamento. É necessário um processo de formação permanente, dinâmico e integrador, que se fará através da prática e da reflexão sobre esta prática - do qual se extrai o substrato para a busca da teoria que revela a razão de ser prática.

Nessa perspectiva o docente precisa trocar ideias com colegas do trabalho, ouvir o que os pupilos têm a dizer sobre as aulas, pesquisar nas redes sociais as novidades no âmbito da tecnologia, uma vez que é uma área que está em constante transformação.

Para Vygotsky (1998), a criança é um sujeito histórico pertencente a uma dada cultura que a influencia e por ela é influenciada. Tal interação na infância é condição

imprescindível para o processo de construção do conhecimento da criança que se estabelece a partir das interações com as pessoas à sua volta e fazendo uso dos recursos disponíveis, do espaço, da convivência, do brincar e das atividades propostas como forma de expressão e manifestação de seus anseios e desejos.

Portanto, verificamos que a educação e a tecnologia estão completamente interligadas, e essa parceria já deve ser aplicada na Educação Infantil, uma vez que é a primeira etapa da Educação Básica. As ferramentas tecnológicas ajudam, facilitam e atraem as crianças na realização das atividades propostas; colaborando para uma aprendizagem mais atraente e reflexiva. Vejamos o que afirma Resende (2021) a respeito do uso de tecnologias em sala de aula:

É possível ensinar remotamente, por meio dos usos de tecnologias para a aprendizagem, porém, nem todas as ferramentas digitais necessárias para a aprendizagem remota estão disponíveis de forma igualitária. Percebe-se, ainda, que há a necessidade de investimento em políticas públicas que facilitem a aquisição de equipamentos, bem como o subsídio para o acesso à internet. Outro aspecto importante a ser analisado a partir das pesquisas selecionadas é o papel do professor na mediação das aprendizagens dos estudantes, pois esses profissionais precisam ser formados para que possam utilizar as ferramentas tecnológicas de forma crítica a fim de construir aprendizagens significativas (RESENDE, 2021, p. 73).

A utilização da tecnologia em sala de aula é cada vez mais indispensável, como descrito ao longo desta pesquisa, o uso das ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem tem gerados bons frutos para os alunos, aumentando a capacidade intelectual, todavia, é imprescindível garantir um maior acesso a tecnologia por parte dos alunos e um treinamento mais efetivo por parte dos professores.

As tecnologias só serão aproveitadas ao máximo quando o professor estiver preparado para usá-la em sala de aula e quando o alunado tiver oportunidades igualitárias de acesso às tecnologias. A desigualdade de acesso a elas é mais notável nas escolas públicas, onde existe uma variação de classes sociais maior, conforme mostra o trabalho de Resende (2021), entretanto, é necessária uma constante intervenção do poder público para minimizar essas diferenças.

É função do poder público garantir a boa formação do professor, preparando-o para o dia-a-dia em sua sala de aula. Também é função dele a constante busca pela

diminuição dos efeitos das desigualdades sociais, seja a escola pública ou privada, o aluno com acesso à tecnologia, certamente terá um desenvolvimento mais adequado para o mundo que lhe espera.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

No tocante às atividades pedagógicas foram decididas com a coordenação e gestão da escola estudar sobre a importância dos Seres Vivos com uso da Fotografia como instrumento de ensino e o Smartphone como ferramenta na execução das atividades propostas. Nesse sentido, para autores como Kenski (2007, p. 61):

Favoráveis ou não, é chegado o momento em que nós, profissionais da educação, que temos conhecimento e a informação como nossas matérias-primas, enfrentamos os desafios oriundos das novas tecnologias. Esses enfrentamentos não significam a adesão incondicional ou a oposição radical ao ambiente eletrônico, mas, ao contrário, significam criticamente conhecê-los para saber de suas vantagens e desvantagens, de seus riscos e possibilidades, para transformá-los em ferramentas e parceiros em alguns momentos e dispensá-los em outros instantes.

No primeiro momento, as crianças foram levadas para o espaço arborizado da escola, onde foi explicado como usar a câmera do smartphone, aproximando o máximo possível o celular com o zoom para capturar a imagem de flores, frutas, folhas e arbustos em seus detalhes etc. Assim que elas se apropriaram das informações, cada uma foi escolhendo o que fotografar (seres vivos) durante o percurso realizado no âmbito da escola (usando a modalidade macro fotografia), conforme foto abaixo:

Figura 1 e 2: crianças observando a professora aproximando a câmera do smartphone e dando o zoom para aumentar a imagem da flor por nome de chanana.



Fonte: Autora da pesquisa (2021).

Em outro momento foi feita uma roda de conversa na biblioteca. Onde foi solicitado que as crianças procurassem suas fotografias que estavam expostas na parede. Todas identificaram suas fotos, já que cada uma tinha seu nome como autor (a). O reconhecimento das fotografias se deu de uma forma muito mágica, encantadora, envolvente e sobretudo emocionante. Eles não se cansavam de ficar apontando as fotografias com os seus nomes. Foi realmente um momento único na vida dessas crianças.

Na ocasião, as crianças relataram detalhes registrados nas fotografias acerca dos seres vivos, por exemplo: as cores, a quantidade de pétalas na flor, formatos de figuras geométricas nas frutas e folhas, isso porque elas já haviam se apropriado desses conceitos no decorrer do ano letivo.

Figura 3: As crianças na roda de conversa mostrando o caule, as cores e formato da fruta amora.



Fonte: Autora da pesquisa (2021).

USO DO APLICATIVO PLANTNET

Dando continuidade ao nosso estudo, fizemos uma roda de conversa em que foi apresentado no smartphone, como usar o aplicativo PlantNet. Além disso, foi falado sobre sua finalidade, que é mostrar todas as informações precisas das folhas, flores e frutas. Em seguida, todas as crianças fizeram uso do instrumento e ferramenta, descobrindo assim o nome popular e científico da foto de sua autoria.

Figura 4: a criança fazendo uso do aplicativo PlantNet



Fonte: Autora da pesquisa (2021).

Figura 5: apresentação do aplicativo PlantNet.



Fonte: Autora da pesquisa (2021).

Após isso, fizeram o registro individual na ficha a qual foi entregue a cada uma delas. Mas, primeiro, foi dada às orientações pertinentes para execução da atividade solicitada. Então, elas se sentaram à mesa e deram início a escrita do nome popular e científico de suas fotografias.

Mais uma vez mostraram interesse, entusiasmo e curiosidade em fazer uso da tecnologia nessa pesquisa.

Figura 06: momento em que a criança está preenchendo o fichário do nome popular e científico da folha da amora em que ele escolheu fotografar



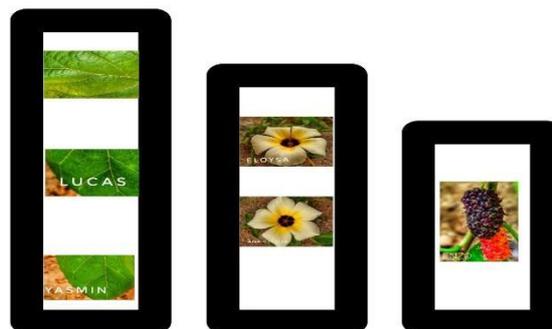
Fonte: Autora da pesquisa (2021).

Na ocasião, as crianças foram fotografadas com seus fichários devidamente preenchidos por elas. As mesmas adoram ser fotografadas, pois era nítida a alegria que havia em cada olhar.

INTERPRETAÇÃO DOS GRÁFICOS

Interpretação do gráfico 1:

Gráficos que mostram os Seres Vivos mais registrados pelas crianças do nível V, com a modalidade da macrofotografia.



Professora: -Onde há mais elementos neste gráfico?

Criança: -no primeiro gráfico

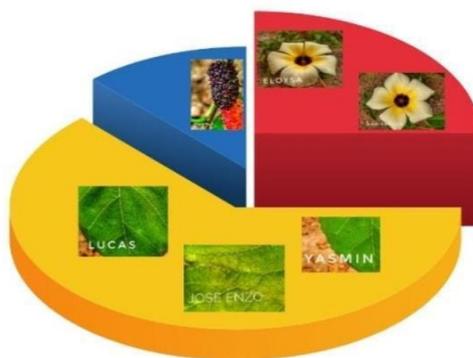
Professora: -Onde há somente um elemento?

Crianças: -no último, no do canto.

Professora: -Onde há dois elementos?

Crianças: - aqui, nesse aqui!

Interpretação do gráfico 2:



Professora: -em quantas partes estão divididos esse gráfico?

Crianças: -em três, professora? num é, professora?

Professora: -isso!

Professora: -quantas cores aparecem nesse gráfico? A maioria respondeu que três.

Professora: -na cor amarela há quantos elementos?

Crianças: -três, três professora! Eu sei, viu como sei.

Professora: -na cor azul há quantos elementos?

Crianças: -tem uma amora, professora.

Professora: -muito bem, crianças!

Professora: -e no pedaço vermelho do gráfico, há quantas chanas?

Crianças: - duas, duas, professora! Eu contei um, dois.

Percebeu-se, de um modo geral, que as crianças não apresentaram dificuldade para responder as perguntas atreladas aos gráficos, muito pelo contrário, tudo aconteceu de

forma muito fluida, instigante, envolvente e prazerosa. Algumas fizeram questão de participar de forma ativa, ou seja, apontando o dedo para mostrar que sabia responder aos questionamentos realizados pela mediadora de leitura

PRODUÇÃO DE UM TEXTO COLETIVO ACERCA DO QUE SE APRENDEU SOBRE O PROJETO

Dada a riqueza desse processo de construção do nosso projeto “macro fotografia com o smartphone: desvendando os seres vivos em seus detalhes”, resolvemos escrever um texto coletivo acerca do que se aprendeu.

Durante o processo, as crianças relataram ter aprendido sobre: as flores, folhas e frutas, a fotografar de pertinho e a fazer uso do aplicativo PlantNet. Descobriram o nome popular das plantas: papagaio, chanana e cana-de-macaco. Identificaram retângulo, triângulo, círculos, cores e texturas nas fotografias de sua autoria. Disseram ter gostado de interpretar os gráficos, porque lá estava tudo que já sabiam.

Figura 9: criança fazendo o registro sobre o que aprendeu durante a realização do projeto.



Fonte: Autora da pesquisa (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a proposta pedagógica da Creche Municipal Professora Marliete Freire, vemos que a função do profissional mediador de leitura, não se limita somente ao espaço da biblioteca. Mas, é sobretudo, explorar o que há no âmbito da Creche como um todo, a fim de possibilitar a ampliação dos saberes nos vários campos de experiências.

Nessa perspectiva, o ato de fotografar teve como intuito aguçar de forma reflexiva e objetiva, o respeito que devemos ter para com os seres vivos, bem como compreender melhor os detalhes do que existem nas folhas, flores e frutas. Tudo funcionando como um campo de riqueza para explorar a oralidade, noções de grandeza, criatividade e a opinião crítica da criança acerca do tema em questão. Além disso, lapidar o olhar da criança em relação à fotografia, pois, por meio da macrofotografia, descobrimos nuances que nos possibilitam ser o fio condutor no processo do desenvolvimento cognitivo.

Assim sendo, esse relato de experiência também colaborou para que as crianças descobrissem novos aspectos e necessidades distintas, ao olharem e fotografarem com mais profundidade os Seres Vivos em seus detalhes. Isso com o uso de um instrumento (Smartphone), que é de pleno conhecimento deles, bem como o de ferramentas tecnológicas (Snapseed e PlantNet), utilizando a modalidade da macrofotografia.

A partir do que foi exposto, podemos considerar que o objetivo principal do projeto foi alcançado, pois percebemos que houve um grande envolvimento das crianças no decorrer das atividades pedagógicas. Sendo que estas contribuíram para o pleno desenvolvimento da cognição das mesmas. A única deficiência a qual podemos relatar, está no fato da indisponibilidade de equipamentos (Smartphones), que foram utilizados pelas crianças, pois só haviam 2 (dois) instrumentos, sendo que estes pertenciam às Professoras que realizaram o projeto.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Filha. Elizete Vasconcelos. **Devaneio do Olhar: uma experiência de produção e leitura da imagem através do vídeo na prática pedagógica.** Natal. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14230>. Acessado em 11/01/2022.
- DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- JESUS, Elza Santos Moura; PROPODOSKI, Neiva. **Letramento digital Através da ludicidade digital. Revista Educação e Linguagem**, p. 18-28, 2012. Disponível em: Acesso em: 05 de nov. 2021. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2021/12/26/outros/caae60do7d8d7055398baf8e5757e3d.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- KENSKI, V. M. **O Papel do professor na sociedade.** In: **Ensinar a Ensinar.** São Paulo, Pioneira, 2007.

PORPINO, Karine de Oliveira. **Dança é educação:** interfaces entre corporeidade e estética. Natal, RN: EDUFRN-ED. Da UFRN, 2006.

RESENDE, Ma Flávia Grecco. Tecnologia e educação. **Revista Estudos e Negócios Academics**, v. 1, n. 2, p. 68-74, 2021.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

VALENTE, J. A. Formação de Profissionais na Área de Informática em Educação, in Valente, J.A. (org), **Computadores e Conhecimento:** Repensando a Educação. Campinas, SP, Gráfica Central da Unicamp, 1993.

VERAZO, E. V.; MIRANDA, N.A.; SIMON, F.O. **Tecnologia:** Buscando uma definição para o conceito. Prisma.com, n°7, 2008. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/60_Tecnologia_-buscando_uma_definição_para_o_conceito_esteja_no_Veraszto_et_al.pdf. >Acesso em: 04 nov. 2021.

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. SÃO PAULO: Martins Fontes, 1998.

OBS: Todas as fotografias utilizadas no artigo pertencem à pesquisadora e autora do artigo de experiência: Joelma da Silva Coelho. Ferramenta: Smartphone A11

CAPÍTULO VII

A MUSICALIDADE COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Marta Regina Martins de Sena¹⁸.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-07

RESUMO: Este artigo pretende analisar as experiências e práticas vivenciadas pela professora/supervisora, na Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, em Guamaré/RN, na sala de aula do 5º ano do Ensino Fundamental durante os preparativos da turma para participar do I Musical de Alfabetização e Letramento – I MUSAL. O trabalho foi desenvolvido, tendo por finalidade auxiliar, acompanhar e intervir junto à professora na preparação da turma na perspectiva do letramento. Para tanto, optamos pelo recurso musical, considerando-o como elemento inovador da prática pedagógica, uma vez que está presente nos mais diversos meios de comunicação e mídias (rádio, cd, internet, dentre outros). Desse modo, percebemos a música como recurso didático com grande potencial pedagógico capaz de estimular o raciocínio, motivar e despertar nos alunos, o desejo de aprender a partir de um momento lúdico, facilitando a assimilação dos conteúdos abordados e ampliando o interesse pelas aulas, tornando o processo de ensino aprendizagem mais significativo. Para este fim, estabelecemos como procedimento de investigação formativa, as observações dos participantes em sala de aula e, por conseguinte, o desenvolvimento de atividades didáticas que resultaram em significativas aprendizagens, tanto aos alunos da escola campo. A experiência demonstrou que a música subverte a lógica, muitas vezes tradicional de alfabetizar e letrar, tornando o aprender mais interessante, lúdico e significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Música. Instrumento Pedagógico. Ensino. Aprendizagem.

MUSICALITY AS A DIDACTIC-PEDAGOGICAL RESOURCE IN THE LITERACY AND LITERACY PROCESS

ABSTRACT: This article intends to analyze the experiences and practices experienced by the teacher / supervisor in the Municipal School Professor Maria Madalena da Silva in Guamaré/RN, in the classroom of the 5th year of elementary school during the preparation of the group to participate in the I Musical of Literacy and Literacy - I MUSAL. The work was developed with the purpose of assisting, accompanying and intervening with the teacher in the preparation of the class in the perspective of literacy. For this, we chose the musical resource, considering it as an innovative element of pedagogical practice, since it is present in the most diverse media and media (radio, cd, internet, among others). In this way, we perceive music as a didactic resource with great pedagogical potential capable of stimulating reasoning, motivating and arousing in the students, the desire to learn from a playful moment, facilitating the assimilation of the

¹⁸ Pós-Graduação em Ensino de Arte, Instituto Pedagógico Brasileiro, IPEBRAZ.
E-mail: martarsena@hotmail.com

contents addressed and broadening the interest in the classes, making the most significant teaching learning process. To this end, we established as a formative investigation procedure, the observations in the classroom and, therefore, the development of didactic activities that resulted in meaningful learning, both for the students of the camp school. Experience has shown that music subverts the logic, often traditional of literacy and literacy, making learning more interesting, playful and meaningful.

KEYWORDS: Music. Pedagogical instrument. Teaching. Learning.

INTRODUÇÃO

A música é considerada por muitos estudiosos da área da educação como produção cultural que atua sobre o homem, possibilitando sensação de bem-estar, estimulando o raciocínio e melhorando a concentração. Nesse sentido, a música é compreendida enquanto linguagem universal, uma vez que o homem a utiliza para expressar sua subjetividade, seus pensamentos, sentimentos e sensações (FARIA, 2001).

Observando seu potencial catártico, a música traduz estados interiores, mas também apreciação da realidade objetiva e perceptiva; não é por acaso que ele se faz presente na vida humana, desde os tempos mais remotos. Partindo deste princípio, podemos perceber o quanto este tema é importante, pois além de tratar da realidade subjetiva e objetiva, a música tem em si, por sua própria natureza, um caráter pedagógico. Assim, sua utilização enquanto recurso didático-pedagógico tem importância significativa no processo de ensino-aprendizagem, especialmente em contextos de alfabetização e letramento, pois possibilita uma abordagem lúdica e descontraída na aprendizagem da língua materna e no desenvolvimento da competência comunicativa (FERREIRA, 2001; FRANCO; ALMEIDA FILHO, 2009).

Considerando tais pressupostos, o subprojeto “Alfabetização, letramento e numeramento nos cotidianos escolares: espaços de formação inicial e continuada do professor dos anos iniciais do ensino fundamental”, desenvolvido na Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, Guamaré/RN, propôs às professoras-supervisoras e alunas bolsistas a realização do I Musical de Alfabetização e Letramento – I MUSAL como atividade de encerramento do quarto bimestre, dentro de uma perspectiva inovadora que concebe a música como recurso didático para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Nosso trabalho deu-se na turma do 5º ano do Ensino Fundamental, turno matutino, composta por 28 alunos. A abordagem didático-pedagógica, que teve a intenção de despertar o interesse pela leitura e assim contribuir para o processo de alfabetização e letramento dos alunos, foi desenvolvida a partir das Fábulas de Esopo. Neste presente artigo, daremos destaque a fábula “A lebre e a tartaruga”.

A fábula “A lebre e a tartaruga” trata da esperteza da lebre em relação à tartaruga, a qual lançou um desafio a sua oponente subestimando a sua capacidade e se gabando por ser a mais veloz dos animais; a tartaruga, por sua vez, passou na frente da lebre e ganhou a corrida, com isso, a lebre tornou-se alvo de chacotas na floresta e assim, a tartaruga foi considerada o animal mais veloz.

Considerando o fato de que a música ao longo da existência da humanidade é uma manifestação permanente em todas as culturas e que, por isso, tem grande relevância no processo de integração cultural e social do homem, resolvemos realizar com os alunos do 5º ano do ensino Fundamental a leitura das fábulas e, a partir deste trabalho apresentar a fábula “A lebre e a tartaruga” de forma musicalizada. As atividades foram desenvolvidas com os educandos da Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, escola campo de pesquisa do subprojeto “alfabetização, letramento e numeramento nos cotidianos escolares: espaços de formação inicial e continuada do professor dos anos iniciais do ensino fundamental”.

A MÚSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGENS NO ÂMBITO DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO.

Indubitavelmente, a música está diretamente relacionada às culturas dos povos em todas as épocas históricas. Ela resulta do processo de elaboração humana a partir da relação do homem com o ambiente e com os outros homens, assumindo o papel de elemento cultural na difusão de concepções, percepções, idéias, hábitos e costumes.

Na contemporaneidade, com o desenvolvimento da tecnologia e das mídias, a música vem assumindo um caráter diferenciado e influenciador, pois com o surgimento dos mais diferentes recursos tecnológicos, a música ocupa a maioria dos ambientes, seja pelo uso do celular, MP4, *mini system*, caixas amplificadas de som, entre outros

instrumentos sonorizantes capazes de produzir música, som e vibração, situação essa que possibilita a velocidade tecnológica e os processos simultâneos de acesso à informação em escala mundial ou local.

Diante disso, a escola precisa acompanhar a dinâmica da sociedade contemporânea no processo de inserção/preparação/atuação dos alunos no universo das produções culturais, especialmente em relação à música. Deve-se, portanto, realizar um trabalho que aborde a música na sala de aula e seus diversos gêneros, como forma de também despertar nas crianças formas e atitudes comunicativas, além do gosto pela leitura e o interesse pela escrita.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga, era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos, ao lado da matemática e da filosofia (BRASIL, 1998, p. 45).

Percebemos que a música se define como uma linguagem universal, tendo participado da história da educação e da humanidade desde as primeiras civilizações, principalmente na Grécia Clássica onde o ensino da música era obrigatório. Há indícios de que já havia orquestras naquela época.

Estudos antropológicos apontam que as primeiras manifestações musicais eram usadas para cerimônias ritualísticas, tais como o nascimento, o casamento, a morte, a recuperação de doenças e a fertilidade. Com o avanço social humano, a música passou a ser empregada para a exaltação de líderes governamentais, assim como utilizavam ao conduzir comitivas de reis sumérios e egípcios (BRASIL, 1998).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A música sempre esteve associada às tradições e às culturas de cada época. Atualmente, o desenvolvimento tecnológico aplicado às comunicações vem modificando consideravelmente as referências musicais das sociedades pela possibilidade de uma escuta simultânea de toda produção mundial por meio de discos, fitas, rádio, televisão,

computador, jogos eletrônicos, cinema, publicidade etc. (BRASIL, 1999, p. 53).

Pensando neste aspecto, devemos buscar compreender a influência da música no processo de ensino-aprendizagem das crianças e os fatores que contribuem para este processo, pois o que vemos na realidade é que a escola utiliza a música de forma estereotipada e mecânica, servindo apenas de suporte para algumas atividades corriqueiras de sala de aula.

Entretanto, a música é vista pelos alunos como atividade lúdica, já que foge do tradicional quadro e giz. Para Platão “não existe instrumento educacional mais potente do que a música”, pois é possível identificarmos a música em diversas situações da vida humana. Desde muito cedo, ela é introduzida na vida da criança, começando pelo ambiente familiar quando a mãe ou o pai usa o recurso musical para acalantar e adormecer a criança, sendo esse conhecido como “cantiga de ninar”; já na escola, a música é logo inserida na Educação Infantil como recurso didático no processo de alfabetização da criança. Por isso, a música de certa forma contribui para a formação integral do indivíduo, seja no ambiente social ou escolar, reverenciando os valores culturais, promovendo a sociabilidade e a expressividade.

Outrossim, a inclusão do ensino da música no currículo escolar não é algo desproposital, pois a música em suas mais diversas extensões e dimensões, vêm sendo objeto de estudos e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. No Brasil, seu reconhecimento como elemento importante no processo de formação se deu com a sanção da Lei nº 11.769, sancionada em 18 de agosto de 2008, que estabelece o ensino de música como obrigatório no currículo da Educação Básica nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, a música não deve ter a formalidade típica de disciplina ou matéria como em outros tempos, mas é possível trabalhar a música de forma interdisciplinar envolvendo a linguagem corporal, escrita, leitura, matemática, temas transversais, história e as diversas disciplinas, pois ela é considerada como uma das linguagens da disciplina artes, sendo usada como recurso de ensino e aprendizagem de crianças e jovens, onde professores e alunos poderão trocar conhecimentos e experiências no intuito de desenvolver suas capacidades mentais não somente relacionada à área musical, mas também como seres humanos, capazes de equilibrar suas próprias emoções.

Assim, os professores precisam apostar mais na música como um recurso mediador de aprendizagem da leitura e da escrita, uma vez que ela media também nossa relação com a cultura em toda sua diversidade de manifestações a partir de estilos, gêneros e rituais regionais. Nesta perspectiva, a música contribui para o desenvolvimento cognitivo e motor. As experiências rítmicas musicais permitem uma participação ativa favorecendo no desenvolvimento dos sentidos das crianças enquanto o movimento estimula e refina sua motora.

Além de apresentar potencial alfabetizador, a música também é uma prática de letramento, pois tem intrínsecas relações com as práticas sociais e culturais dos alunos. Contudo, é necessário nos indagarmos e responder o que é ser alfabetizado e o que é ser letrado. Está alfabetizado é ter o domínio da leitura e da escrita, no sentido de codificar e decodificar, por sua vez, ser letrado é usar socialmente a leitura e a escrita, praticá-la para responder adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (FREIRE, 1983).

O letramento, de acordo com Magda Soares:

Designa práticas de leitura e escrita, que circulam na sociedade em que vivem: ler jornais, revistas, livros, saber ler e interpretar tabelas, quadros, formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz, telefone, saber escrever cartas, bilhetes, telegramas sem dificuldade, saber preencher um formulário, redigir um ofício, um requerimento, etc. (SOARES, 2003).

Trabalhar com música em sala de aula é algo que necessita ser estudado pelos profissionais da educação de forma a atender as necessidades das pessoas envolvidas nesse processo de ensino-aprendizagem, buscando sempre maneiras de preparar melhor os alunos para atuarem desde já como cidadãos capazes de construir seu próprio conhecimento na sociedade em que estão inseridos.

Portanto, a musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, imaginação, raciocínio, concentração, atenção, socialização e afetividade, podendo também contribuir para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.

O PROCESSO METODOLÓGICO DESENVOLVIDO COM A FÁBULA E A MÚSICA NA SALA DE AULA

Para desenvolver as atividades de leitura com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais, na escola campo Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, lançamos mão das Fábulas de Esopo pela simplicidade, facilidade de compreensão, diversão e pelo conteúdo inerente que possibilita a discussão moral e ética com as crianças.

Nesse caso, diferentes fábulas foram lidas e desenvolvidas atividades tais como leitura compartilhada, reescritas das fábulas, podendo o aluno alterar o fim ou moral da história. As fábulas também foram abordadas do ponto de vista gramatical para que eles identificassem substantivos, adjetivos e desvios ortográficos, conteúdos que a professora supervisora do projeto estava trabalhando em sala de aula. Dentre nossos objetivos, destacamos aqueles que visavam a desenvolver a criatividade de cada um e possibilitando diagnosticar o nível de leitura e escrita dos alunos. Além de lidas, as fábulas foram também dramatizadas, o que de certa forma influenciou os alunos a optarem pela fábula “A lebre e a tartaruga” e transformar em paródia, no ritmo de Funk da música “Dança Sensual” cantada por “Mc Kuringa”.

A partir deste trabalho, resolvemos criar uma paródia com a fábula e a melodia da música citada anteriormente; não foi tarefa fácil, mas nós pibidianas, com a ajuda da professora-supervisora e juntamente com os alunos, conseguimos fazer essa conexão entre esses recursos. Logo em seguida, confeccionamos máscaras de animais que fazem parte da fábula em destaque (A lebre e a tartaruga) para os alunos usarem na apresentação e, além disso, montamos com os educandos a coreografia a ser dançada no auditório e fizemos vários ensaios até o dia da realização do evento.

Desse modo, decidimos trabalhar um musical por motivos como o da ludicidade, da participação e interação de todos os alunos nas atividades, pela diversão e pelo número de alunos existente entre as turmas. Assim, o 5º ano apresentou como produto final da 1ª etapa do subprojeto “alfabetização, letramento e numeramento nos cotidianos escolares: espaços de formação inicial e continuada do professor dos anos iniciais do ensino fundamental”, uma fábula musical que encantou a todos os presentes. Assim, a fábula em destaque foi muito significativa na aprendizagem dos alunos, na leitura, na escrita, na dança, na socialização e no desenvolvimento dos conteúdos trabalhados em sala.

O antropólogo e etnomusicólogo norte-americano Allan Merrian (1964), a partir de alguns estudos por ele realizados, afirma algumas funções que a música tem junto ao ser humano:

A expressão emocional, prazer estético, divertimento, comunicação, representação simbólica, reação física, impor conformidade às normas sociais, validação das instituições sociais e rituais religiosos, contribuição para continuidade e estabilidade da cultura, contribuição para integração do indivíduo na sociedade (MERRIAN, 1964, p. 83).

Nessa perspectiva, percebemos que a música contribui para a formação integral das pessoas, difunde o senso estético, promove a sociabilidade e a expressividade, introduz o sentido de parceria e cooperação, auxilia o sócio/afetivo, cognitivo e linguístico, como também no equilíbrio e no desenvolvimento motor, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem, pois trabalha com a sincronia de movimentos. Para o RCNEI a música é uma das formas importantes de expressão humana, o que por si justifica sua presença no contexto da educação (BRASIL, 1998).

CONCLUSÕES

Durante a realização deste artigo na sala de aula do 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Maria Madalena da Silva, Guamaré/RN, buscamos aprofundar o estudo acerca da música e sua utilização na sala de aula. À luz dos teóricos, pudemos perceber que através da música as diversas áreas do conhecimento podem ser desenvolvidas no processo de aprendizagem das crianças.

Nesse contexto, consideramos a música como instrumento capaz de contribuir aprendizagens significativas tanto pela ludicidade, quanto pela parceria com dança despertada pelos ritmos musicais, que envolva os alunos e motive o interesse pela leitura da composição da música, desenvolvendo a concentração, a atenção e melhorando a disciplina na sala de aula, pois a música acalma e relaxa as crianças.

Para isso, a criança precisa perceber e entender as linguagens sonoras e sentir a sensibilidade dos sons que a cerca, pois essa percepção a ajudará no seu desenvolvimento cerebral e emocional. Isso não quer dizer que a música vai substituir outros métodos

utilizados pela escola, mas será um poderoso recurso à disposição do professor e ao desenvolvimento de aulas mais lúdicas, significativas e descontraídas.

O fazer musical envolve postura, domínio, organização, por isto o professor deve estar atento a todo o processo de desenvolvimento da criança, ensinando de forma coerente para que ela saiba diferenciar o que é barulho, som e o silêncio, ensinando que o silêncio também é essencial para a produção da música. É importante no processo de intervenção didático-pedagógica lançar mão de variados tipos de músicas e sons para que a criança possa perceber, ouvir e sentir a sensibilidade musical pela imaginação.

Sendo a música uma linguagem universal e o ser humano um ser musical, podemos analisar o quanto é importante o contato com ela. Desde os primeiros anos de vida, percebe-se que esse contato produz um grande desenvolvimento na vida da criança tornando-a mais capacitada para enfrentar as dificuldades do dia a dia, tendo em vista que a música desenvolve o raciocínio, afetividade, concentração e ainda contribui com o desenvolvimento físico, social e psicomotor.

Logo, podemos perceber que a música é de fundamental importância para a formação do indivíduo, pois além de distrair e proporcionar sensações prazerosas pode ser utilizada para transmitir conhecimentos de natureza diversa. Na educação escolar, ela pode ser utilizada como recurso a serviço do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que além de equilibrar as emoções, ativa a memória.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- _____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais arte/ Secretaria de Ensino Fundamental**. – Brasília: MEC/ SEF, 1999.
- BEYER, Esther e KEBACH, Patrícia. **Pedagogia da Música**. 1ªed. Porto Alegre, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.
- FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Assis chateaubriand. PR. 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Centro Técnico-educacional Superior do Oeste Paranaense - CTESOP/CAEDRHS.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

FRANCO, M. M. S. & ALMEIDA FILHO, J. C. P. **O conceito de competência comunicativa em retrospectiva e perspectiva**. Revista Desempenho, v. 10, n. 1, jun/2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1983.

LA FONTAINE, Jean de. **Fábulas de Esopo**. Adapt. De Lúcia Tulchinski. Editora Scipione. São Paulo, 1994.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2ªed. 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAPÍTULO VIII

MECANISMOS DISCIPLINARES NA SALA DE AULA

Maria dos Navegantes de Miranda¹⁹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-08

RESUMO: A indisciplina é um processo descontínuo e conflitante que acontece no espaço escolar. Ela tem como destaque as relações entre professor, aluno e escola, os quais sofrem sua influência, bem como a influenciam. Nesse sentido, compreendemos a necessidade de haver uma boa relação professor-aluno, para que se possa diminuir esse foco de indisciplina na escola, assim como também é desejável a flexibilidade da instituição educacional e de mecanismos que possibilitem a busca de soluções para os conflitos existentes no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina. Disciplina. Mecanismos disciplinares.

DISCIPLINARY MECHANISMS IN THE CLASSROOM

ABSTRACT: Indiscipline is a discontinuous and conflicting process that occurs in the school space. It highlights the relationships between teacher, student and school, which are both influenced and influenced. In this sense, we understand the need to have a good teacher-student relationship, so that this focus of indiscipline in the school can be reduced, as well as the flexibility of the educational institution and mechanisms that allow the search for solutions to existing conflicts. . in everyday school life.

KEYWORDS: Indiscipline. Subject matter. Disciplinary mechanisms.

INTRODUÇÃO

A questão da disciplina e indisciplina tem sido motivo de discussões tanto na escola, como em todos os segmentos da sociedade e com isso emerge um quadro por vezes insatisfatório e preocupante. Trazendo insatisfação, desrespeito, ausência de ética, e naturalmente, modificando o relacionamento entre as pessoas. Diante disso, muitos estudiosos no assunto têm se debruçado nas buscas das causas e naturalmente das soluções.

O presente trabalho tem como eixo temático Decisões e Ações em Busca da Disciplina na Sala de Aula e como objetivo, apresentar as causas da indisciplina, as

¹⁹ Pedagoga. Professora da Educação Básica. E-mail: navegantemiranda2019@gmail.com

consequências e soluções, como também fazer um enfoque sobre as Tendências Pedagógicas e a postura do educador diante destas.

Outro ponto relevante apresentado é em relação a contribuição da família na construção de uma disciplina desejável. Mostrando que a família e a escola, são parceiros inseparáveis tanto para construção do conhecimento, como no tocante às atitudes e valores do aluno.

Um outro fator importante abordado, diz respeito a disciplina e indisciplina como fatores relevantes na formação de um aluno crítico. Essa abordagem mostra a importância de se trabalhar a criança desde os primeiros anos de vida em todos os aspectos, moral, intelectual, sentimental. E logicamente, em relação à aprendizagem, em concomitância com a disciplina. Pois, disciplina e aprendizagem caminham juntas.

Destacou-se ainda, a questão da postura do educador diante da indisciplina. Baseado em estudos e pesquisas, alguns especialistas no assunto mostram a importância de uma nova postura, não só do educador, mas de todos que pertencem ao universo escolar. As aulas para atrair a atenção do aluno, precisam ser dinamizadas, interativas e dialógicas, ou seja, com diferenciais.

Por fim, não só o professor precisa mudar sua postura, a escola também. As instituições escolares têm sido alvo de críticas, tanto em relação ao ensino, quanto em se tratando do comportamento do aluno, quando este, fizer por merecer. Portanto, a escola não é lugar apenas de aprendizagem, o aluno precisa ser preparado em todos os aspectos. E a família entra como parceira nessa busca de uma nova mentalidade.

INDISCIPLINA E DISCIPLINA: UM PROCESSO CONCEITUAL

A sociedade contemporânea passa por um momento de mudanças rápidas e expressivas. Alterando as relações e gerando incessantes modificações nas organizações e no pensamento humano e conseqüentemente, no ritmo de vida. E um dos problemas que têm emergido de forma preocupante é a ausência da disciplina, algo de suma importância para um bom convívio social.

Para Gaspar, (2005) a princípio, uma pessoa indisciplinada é a que apresenta um comportamento desviante de uma norma social. Sendo assim, o que é considerado um comportamento normal em um certo segmento da sociedade, pode ser visto como indisciplinada em uma outra situação, isso depende, portanto, das normas explícitas que estejam sendo desrespeitadas.

DISCIPLINA ESCOLAR

O desenvolvimento da ciência, favorecido pela expansão da inteligência humana e estimulado pelas escolas, as quais têm como eixo norteador, informações transformando-se em conhecimentos, enfrenta alguns desafios, na luta pela conquista de suas metas. E uma delas é preparar as novas gerações para exercer o comando da sociedade.

Para a autora Estrela (2002), a indisciplinada é um fenômeno tão antigo quanto à própria escola, e em virtude de múltiplos fatores, tornou-se inevitável.

Transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes.

Ainda sobre o assunto, Tiba (2006) afirma que a disciplina é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e discente no universo escolar. A escola é também um espaço intermediário de educação entre a família e a sociedade, sendo assim, seus limites comportamentais e disciplina têm de ser mais severas que os familiares, porém, mais suaves que os da sociedade. O autor ainda adverte que mesmo que a escola cumpra rigorosamente as determinações da lei, proibindo o uso de fumo nas dependências há alunos que transgridem a lei. Portanto, se faz necessário, uma escola ativa e vigilante ao final (TIBA, 2006, p. 125).

Disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, disciplina é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola.

Segundo Freire (1996) para amenizar a indisciplina na escola, é necessário considerar na série de questões sociais, como também, rever a postura da escola. Para ele, uma das medidas a ser tomada é a mudança na postura de todos que fazem a escola. Como também, se faz necessário que haja uma relação dialógica entre escola, pais e alunos.

CAUSAS E MANIFESTAÇÕES DA INDISCIPLINA

Nessa incessante busca pela origem do problema, o autor mostra o fato de haver muitas famílias desestruturadas, desorientadas com hierarquia de valores invertidos, ou seja, não dando o devido valor que a escola tem. E muitas vezes, a família transfere sua responsabilidade para a escola. Nesse sentido, constata-se que a família tem uma parcela de culpa por não estabelecer limites nos filhos. E a repercussão é exatamente na escola.

Nessa perspectiva, o fator familiar tem sido colocado como principal responsável pela indisciplina escolar, uma vez que no universo familiar a falta de limites por parte dos pais tem produzido condutas indesejáveis, que refletem na sala de aula. Em virtude disso, a autora comenta que muitos professores chegam a rotular os alunos como problemáticos, desajustados e naturalmente jogam toda culpa na família.

Nas diversas discussões sobre o tema é bastante delicado e se torna complexo quando a indisciplina passa a ser provocado pelo próprio professor. Ela apresenta algumas causas para a desmotivação do aluno em sala e efetivação de atritos, violência, drogas e evasão, tudo isso, segundo a autora, pode ser reflexo de desenhos animados e filmes com enredos violentos. É nessa ocasião, que se faz necessário um professor com uma postura diferente. Pois o mundo de hoje se apresenta de forma peculiar. Fora da escola, existe uma infinita variedade de atividades sedutoras para o aluno. E a escola, muitas vezes, a metodologia da professora, não evoluiu, não apresenta as atrações que o mundo oferece lá fora.

Por outro lado, pais, educadores e instituições tentam transferir a responsabilidade, esquecendo-se de que as relações que deveriam estar mais próximas de crianças e adolescentes, isto é, as relações familiares estão cada vez mais distantes. Diante do quadro exposto, percebe-se nitidamente, que a indisciplina está presente na sala de aula, na escola e na sociedade, independente de classes sociais e etnias. Cabe a todos que

fazem parte desse universo e pretendem encontrar soluções para o problema, antes de mais nada, é preciso conhecê-lo, para depois encontrar as soluções cabíveis e em caráter emergencial, pois a questão é séria e a não resolução, implica na aprendizagem e na conduta pessoal.

CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DISCIPLINAR

A família e a escola são parceiros inseparáveis. Tal afirmação perpassa o senso comum, e chega a ser tema de discussões no universo educacional. Tanto no que se refere ao ensino e aprendizagem, como no tocante ao perfil do aluno, principalmente em relação às atitudes, e valores.

Para Parolin (2005), a família tem uma enorme parcela de responsabilidade no que se refere à aprendizagem e a disciplina, pois é em meio familiar que a criança constrói seus primeiros vínculos com a aprendizagem e forma o seu estilo de aprender. Para ela, nenhuma criança nasce sabendo discernir o que gosta ou não, a autora ainda enfatiza que uma das incumbências dos pais e também dos professores é favorecer uma consciência moral, que deve ser pautada em uma lógica socialmente aceita, exatamente, para quando a criança tiver que decidir algo, tenha autonomia, ou seja, saiba tomar decisões.

Sabe-se que a família é a ponte principal para ajudar no processo educacional em prol da disciplina na escola, até porque é com a família que o aluno passa o maior tempo do seu dia. Os pais é quem mais conhecem seus filhos, muito mais que ninguém, assim eles são sabedores dos limites, das qualidades, defeitos, do que os agradam e do que os não agradam, também sabem como superar de como superar os anseios dos mesmos. É em função deste conhecimento que os pais têm, devem contribuir com a escola para um melhor desempenho da disciplina dos seus filhos, assim deixando claro que há uma diferença entre regras, limites e autoritarismo.

Diante dessa problemática deve-se compreender que se faz necessário que os pais valorizem mais, as escolas e a educação dos filhos. Assim incentivando os mesmos a serem sujeitos pensantes e participantes estimulando suas curiosidades para que possam resolver suas angústias e ansiedades. E nessa consonância, que os pais podem realizar o seu papel principal, de ajudar os filhos, através do acompanhamento nas escolas,

procurando interagir com metodologias da sala de aula, sendo um pai presente no dia-a-dia em sala de aula e tratar as questões de conflitos dos seus filhos com afetos e bastante amor, sem deixar de corrigi-los quando errados.

A INDISCIPLINA E AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Ao se deparar com a questão da indisciplina na escola, o professor deve repensar sua prática enquanto educador perante as Tendências Pedagógicas. Porque segundo Libâneo (1994), toda prática deve ser fundamentada em uma das teorias. Essas são elementos norteadores e relevantes para qualquer prática educativa.

Para o autor mencionado acima, as Tendências Pedagógicas têm sido nos últimos tempos, algo de estudo e análise, até mesmo no sentido de encontrar respostas para algumas questões atuais. Sobre essas teorias o autor sintetiza em algumas definições como: a pedagogia tradicional, a prática de ensinar era centrada no professor, o aluno era apenas ouvinte, e os conteúdos não precisam estar de acordo com a realidade do aluno, bastava que ele decorasse. Já a Pedagogia Renovada, inclui outras correntes como: a progressivista, baseada na teoria de John Dewey, a não-diretiva, que era inspirada em Carl Rogers, e a ativista-espiritualista, essa, de orientação católica, a culturalista, a piagetiana, como também a montessoriana, além de outras.

Portanto, conviver com tal problema na escola, é um dos desafios para os educadores. E para enfrentá-los se faz necessário, uma análise da prática ou teoria seguida. Esse pode ser um caminho para se encontrar respostas a algumas questões.

O professor e as Tendências Pedagógicas: uma questão de mudança O que nos impede de avançar na busca de novas formas de organização, novas formas de transmissão de conhecimentos? Até quando nós, professores, continuaremos temendo a indisciplina, desobrigando-nos com isso de enfrentá-la criativamente?

As escolas de modo geral, são classificadas de acordo com a filosofia de educação que seguem. Mas, atualmente, é impossível discernir, pois elas não seguem uma única linha. Geralmente, são ecléticas, quer dizer, utilizam ideias e põem em prática as várias teorias, conforme afirma Zagury (2002).

Algumas escolas utilizam a pedagogia tradicional, porque acham mais fácil, outros, porque não interessa mudanças, tem medo do novo. No entanto, já se comprovou que existem formas mais ricas e adequadas de ensinar, mais criativas, lúdicas, prazerosas e motivadoras e, o que é mais importante, e mais adequado do as exigências de uma sociedade moderna.

Hoje, diante da necessidade dessas mudanças, o professor não é um mero transmissor de conhecimentos, é aquele em que se preocupa com a formação pessoal e profissional, aquele em que encara a indisciplina, não como um problema sem solução, e sim, como um desafio que deve ser vencido.

A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA COMO FATORES FUNDAMENTAIS DE FORMAÇÃO DO ALUNO CRÍTICO NO MUNDO ATUAL

A nossa sociedade, atualmente, tem passado por momentos de diversos conflitos e muitas mudanças. Sabe-se que a cada momento tem surgido novas tecnologias que têm influenciado no aceleração no desenvolvimento das crianças, alterando a relação de convivência. A evolução da mulher ao engajar-se no mercado de trabalho provocou várias transformações no modelo familiar e, com isso diferentes instituições educacionais assim foi criados para poder atender e sociedade exigente, com isso, O mercado de trabalho sente a necessidade de ser mais ainda exigente para atender a necessidade dos seus clientes e assim se modernizar. A escola está inserida neste mundo conforme os PCNs (1997, p. 79).

CAMINHOS PARA AMENIZAR A INDISCIPLINA NA ESCOLA

Os estudos atuais indicam que a complexidade do mundo moderno está chegando às escolas e com elas, trazendo certas vantagens e desvantagens. Essa contratação demonstra a necessidade de mundos na escola, no sentido de aproximar mais da sociedade, envolvendo mais o aluno no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, percebe-se que uma das questões que possivelmente, interfere nessa aprendizagem, é exatamente a questão disciplinar Por isso, torna-se necessário, em caráter de urgência, que para melhorar o entendimento referente a indisciplina, se faz necessário, que cada

profissional da educação esteja informado do problema e bastante imbuído, para lidar com as dificuldades que irá atravessar seu caminho, onde pode atrapalhar o desenvolvimento do processo educacional.

Sabe-se que os mais variados fatores é quem desencadeia e interferindo no desenvolvimento e aceitação do processo escolar, até porque a indisciplina dos nossos alunos devem ser trazida de sua base educacional que é a família, que devem fazer sua parte que é de educar, impondo regras e limites desde cedo, nos anos iniciais e os disciplinando. Já o da escola é de organizar, intervir nos conhecimentos, trazidos para, estruturando e desenvolvendo todo conhecimento trazido pelo ambiente familiar e social.

Portanto sabe-se que para podermos combater a indisciplina, tanto na escola, quanto na sociedade e no meio do convívio do aluno, deve-se ver o problema com bastante cautela e flexibilidade, assim fazendo com que não deixe o aluno constrangido, Para fazer este trabalho, o educador de está preparado, tranquilo, sorridente e acima de tudo bastante humorado, mas conseguir manter a ordem e disciplina em sala, com bastante sutileza. Assim utilizando sua autoridade e se necessário, advertindo-os dos seus erros, sem magoá-los.

A POSTURA DO PROFESSOR FRENTE A INDISCIPLINA

Nos dias atuais, nos bastidores das escolas, o que mais é comentado por parte dos professores, é em relação ao chamado "controle de classe". Algo que segundo eles, está intimamente relacionado à aprendizagem.

Para Libâneo (1994) "a disciplina da classe está literalmente relacionada ao estilo da prática do docente, e não só, à prática docente, mas também à postura ética e moral do professor. Ele acrescenta ainda, que quanto maior a autoridade do professor, mas suas exigências serão valorizadas pelos alunos. O autor apresenta três diferentes definições a respeito do termo "autoridade": a autoridade profissional, se manifesta no domínio do conteúdo ministrado e nos métodos utilizados como também na habilidade de lidar com as diferenças individuais. Já a autoridade moral, resume-se no conjunto de virtudes ligadas à personalidade do professor, ou seja, seu senso de justiça, traços de caráter, dedicação e amor à profissão. E a autoridade técnica, é o conjunto de capacidades, de

habilidades, manejo, desenvoltura, na transmissão dos conteúdos. Ou seja, é aquele profissional que não só está preocupado em repassar o conteúdo, mas também que haja assimilação dos mesmos.

Portanto, não importa qual tenha sido as causas da indisciplina. O profissional da educação, não importa sua função, ele também é responsável e precisa encará-la como um desafio que precisa de estratégias para vencê-lo.

O TRABALHO DA ESCOLA NO PROCESSO EDUCACIONAL DISCIPLINAR DO ALUNO

Atualmente, a escola como instituição de ensino, tem sido alvo primordial de críticas tanto no que diz respeito a aprendizagem como nas questões disciplinares e éticas, com isso tem causado muitas preocupações e transtornos no meio institucional, por ser o local onde o aluno deve obter conhecimento, e adequar-se a realidade social e institucional. Até porque as crianças passam em média, 4 horas por dia na escola durante 10 meses por ano. Mesmo sendo poucas horas em que a criança fica na instituição escolar, é lá, onde acontecem muitos conflitos.

Para se realizar um bom trabalho em busca da disciplina, só se torna possível, se a instituição planejar e organizar os grupos de pessoas que fazem parte da mesma. Mas não somente entre professores, mas toda instituição, desde o diretor, professores, coordenadores, secretários, pessoal de apoio, merendeiras, vigias, porteiros, cozinheiro etc. Porque as questões disciplinares, não atingem apenas a um grupo, mas sim, toda instituição. Muitas vezes, todos os problemas de indisciplina ficam todos na responsabilidade somente dos professores e esses, sozinhos, podem não encontrar as devidas soluções. Por outro lado, as escolas estão amontoadas de funcionários sem serventia alguma. E assim os professores sem ajuda de ninguém, deixam a desejar por estarem assoberbados e não terem condições de buscarem soluções para os problemas de sua sala de aula.

Portanto se faz necessário que a escola conhecedora dos problemas, com responsabilidade, tome uma posição levando em consideração, seu papel como instituição educadora que deve esta preparada para lidar com diversas situações entre elas as de

intervenção e construção, estimulando e formando sujeitos pensantes para que eles passam a ser cidadãos ativos compreensivos, respeitadores com uma adequação bastante proveitosa, muito êxito e grande sucesso no aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como eixo temático a disciplina na escola. Que tem sido tema de discussões entre especialistas da área de educação e está condicionada a vários fatores, exigindo assim, múltiplas ações.

O referido documento apresenta uma proposta que pode nortear a prática do professor, porém deixando claro que se trata de uma responsabilidade da escola e da família. A aprendizagem e disciplina exigem todos os requisitos e implica também a constante interação dialógica entre professor e aluno. Exige do professor, uma postura.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (org.) **Indisciplina na sala**. Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summeus, 1996.

DAYAN, Silvia Parrat. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: contexto, 2008.

ESTRELA, Maria Teresa. *Relação pedagógica, disciplina e Indisciplina na escola*. Porto editora. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASPAR, Priscila de Farias. *Indisciplina escolar na atualidade*. Disponível em: google.com.Br.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

CAPÍTULO IX

ADAPTAÇÃO À ESCOLA: ESTRATÉGIAS DOCENTES DESENVOLVIDAS NESTE PROCESSO

Magda Lúcia Neves²⁰.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-09

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de adaptação à escola, vivenciado por crianças de 4 e 5 anos de idade, no início da vida escolar. Pretende-se investigar o que pensam os pais e os professores sobre esse processo, observando sentimentos, reações e estratégias que estão envolvidas. Parte-se da concepção de adaptação como um processo contínuo que na escola envolve crianças, familiares e professores. Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada nos pressupostos teóricos de Balaban (1988), Maldonato (1985), Davini (1999) entre outros. Concluímos que, neste contexto, foi possível perceber que o processo de adaptação infantil é permanente e não tem período definido para acontecer, ele faz parte da dinâmica da vida coletiva. Cabe à escola, considerá-lo como aspecto de seu trabalho e encaminhá-lo, respeitando as necessidades e as características dos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação. Educação. Sentimentos e reações.

ADAPTATION TO SCHOOL: TEACHING STRATEGIES DEVELOPED IN THIS PROCESS

ABSTRACT: This work aims to analyze the process of adaptation to school, experienced by children aged 4 and 5 years old, at the beginning of school life. It is intended to investigate what parents and teachers think about this process, observing feelings, reactions and strategies that are involved. It starts with the concept of adaptation as a continuous process that involves children, family members and teachers at school. This work is a bibliographical research based on the theoretical assumptions of Balaban (1988), Maldonato (1985), Davini (1999) among others. We conclude that, in this context, it was possible to perceive that the child adaptation process is permanent and does not have a defined period to happen, it is part of the dynamics of collective life. It is up to the school to consider it as an aspect of its work and forward it, respecting the needs and characteristics of those involved.

KEYWORDS: Adaptation. Education. Feelings and reactions.

INTRODUÇÃO

²⁰ Mestranda em Ciências da Educação (CECAP). Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell/MG. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. E-mail: magda_neves@hotmail.com

O processo de adaptação é um organizador fundamental no início da vida escolar da criança, porque se constitui em um balizador para os outros organizadores, pelo papel que desempenha para a criança na faixa etária dos dois aos seis anos de idade. Entretanto, o início da vida escolar, historicamente, tem sido encarado pelos profissionais como sendo o período em que a criança chora ao chegar à escola e não como um processo gradativo envolvendo muitos sentimentos, tanto por parte dos adultos como por parte das crianças. Entrar na escola, para muitas crianças, significa entrar num mundo novo, grande e desconhecido, diferente do pequeno mundo familiar, ao qual estão habituados e, de início, essa pode ser uma situação temida (MALDONATO, 1985, p. 26).

Geralmente, esta é a primeira grande separação da criança que, provavelmente, influenciará a atitude futura dela em relação à escola e a outras separações, que com certeza vivenciará. Considerando os primeiros contatos da criança na Educação Infantil, no que diz respeito à ambiência, é sempre um desafio tanto para o professor, como para os pais. As emoções de ambos afloram quando a criança começa a apresentar sinais de apego aos pais, e rejeição à sala de aula. Quando se trata de entrar na escola infantil, fala-se de momentos delicados e marcantes na vida do aluno, pois envolve sentimentos e expectativas de pessoas que esperam algo melhor para um futuro próximo.

É a ampliação deste espaço fora do lar, que marcará um longo caminho na vida escolar da criança, necessitando assim, ser bem administrado, pois toda criança, seja qual for sua história e sua idade, terá que enfrentar o primeiro dia de aula e esta experiência acarreta ansiedade e insegurança.

Este período é desenvolvido sem “prazos” para acabar e iniciar aprendizagens mais “sistemáticas”, pois as atitudes espontâneas das crianças vão encadeando-se e integrando-se as propostas de professor, num trabalho também sistemático que versa sobre conteúdos inerentes e necessidades deste seu momento de evolução (HENRIQUES, 1987, p. 191).

Este processo, denominado adaptação, implica em novas conquistas para a criança, para seus pais e exige dos educadores, um atento e constante trabalho pedagógico, pois eles fazem parte da construção da rotina, a apropriação de espaço e principalmente o estabelecimento de vínculos entre as crianças, os pais e os professores educadores. Para a criança, todos são estranhos e os pais são o suporte, o apoio. Porém,

os pais não devem interferir na rotina da sala de aula ou nas atividades propostas pela professora. Reid (1999, p. 99) ressalta que:

Essa é geralmente a primeira grande separação. Na maioria das vezes é a mãe que tem a incumbência de levar o filho pela primeira vez à escola maternal [...] Isso faz a mãe reviver separações pelas quais passou, e mesmo que estas tenham sido resolvidas com êxito, não há como fugir ao fato de que estamos lidando com experiência emocional [...] O fluxo de emoções sentido pela maioria das mães não reflete apenas sentimentos relacionado à criança, mas também suas próprias lembranças de separação.

Ao longo da história da Educação Infantil, o processo de adaptação, foi por muitas vezes, encarado pelos profissionais como sendo um período de tempo e espaço determinado pela própria escola e tinha como objetivo, fazer as crianças pararem de chorar, sem pensar que esse processo não é expressado pelas crianças apenas com o choro, mas com dores, vômitos e doenças.

Imaginar que o sucesso de um processo de adaptação se resume a ter ausência de choro e banalizar uma situação que não termina em si mesma os sintomas que a criança apresenta como doenças, regressões, alterações de comportamentos, etc. está aí para comprovar que elas não falam que as coisas não vão bem somente chorando (BORGES, 2002, p. 32).

As novas experiências terão repercussões para as crianças, pais, familiares mais próximos e até mesmo para aquelas pessoas que acolhem, ou seja, os professores e demais profissionais da instituição escolar. Durante este tempo em sua vida, o discente depara-se com duas conquistas fundamentais: a independência e a autonomia. É como afirma Balaban (1988, p. 25): “a separação é uma experiência que ocorre em todas as fases da vida humana”.

A família é o primeiro grupo social em que aprende conhecimentos sobre a língua que se fala, os hábitos de higiene e de alimentação, a forma de morar, a música e as normas de comportamento. Através do grupo familiar, ela entra em contato com os usos e costumes da comunidade em que vive. Família e comunidade são as primeiras fontes de informação sobre o mundo.

A criança defronta-se com novas questões de sociabilidades e terá que se relacionar com seus semelhantes – as outras crianças da classe e da escola – e com eles dividir seus brinquedos e materiais; podendo, assim, envolve-se com o novo

(educador/colegas), experimentando novas formas de ser e sentir, sem que para isso, o já conhecido (pais/familiares) perca espaço em seus afetos.

O professor educador é aquele que faz a ponte entre a criança e o desconhecido, trazendo objetivos de conhecimento para perto, tornando-o observáveis, palpáveis e familiares. Se o professor for uma pessoa atenciosa, a criança será capaz de transferir seus sentimentos “básicos” de confiança, da sua casa para a escola. Enfim, o professor é o principal mediador e tem que atender às expectativas dos pais, ganhar a confiança das crianças e de seus familiares e ainda, conduzir o processo de adaptação das crianças, além de trabalhar seus próprios sentimentos.

Considerando as necessidades da criança e para essa nova fase que inicia em sua vida escolar, ou seja, sua adaptação ao novo ambiente, Davini (1999, p. 56-57) faz o seguinte comentário:

Trabalhar com crianças pequenas, contrariamente ao que é dito no senso comum, demanda adultos experientes, sensíveis e amorosos [...] Formar uma pessoa para ter todo preparo [...] bem como para dispor-se a suportar todo esse processo, fazendo boas intervenções e superando o mal-estar, é um trabalho delicado, demorado e de grande investimento, portanto devemos escolher com cuidado a pessoa que irá assumir esta respeitosa função de educar crianças pequenas. Função que necessita de preparo psicológico e formação pedagógica.

Enfim, adaptações bem trabalhadas favorecem o aprofundamento do desejo de aprender e de construir conhecimento.

SENTIMENTOS E REAÇÕES INFANTIS AO ENTRAR NO AMBIENTE ESCOLAR

O início da vida escolar é um período muito difícil, que envolve muitos sentimentos e de todos os envolvidos. É importante lembrar que, nesse contexto, não é só a criança que está chegando à instituição escolar, chegam também os pais, que se encontram com os professores, que se preparam para tal acontecimento.

[...] é a primeira separação da criança de seus pais e também a primeira de muitas que ela vai vivenciar em sua vida, sendo uma situação dolorosa tanto para os pais quanto para as crianças. É nesse período que podem vir à tona os sentimentos e experiências vividas, anteriormente,

em todos os envolvidos pais, professores e crianças (BORGES, 2002, p. 39).

Os sentimentos e reações são diferentes para cada um e às vezes pode ser um processo difícil e demarcado, seja para o bebê, para a maior da Educação Infantil e para aquele que já está iniciando o Ensino Fundamental. Trata-se de um processo de renovação e mudança na vida de todos que estão envolvidos (pais, professores e discentes). A criança pode apresentar reações de tristeza e insegurança, levando em conta que toda separação é difícil, provocando, na maioria das vezes, sentimentos como: medo, desconforto e ansiedade. De acordo com Balaban (1988, p. 13), “a separação dos pais ou daquela pessoa que é a principal fonte de atenção torna as crianças pequenas, frequentemente muito infelizes. Elas muitas vezes se sentem deixadas de lado e abandonadas”.

Algumas crianças não choram quando se despedem dos pais, mas depois de um determinado período (uma semana, um mês), não querem mais ir à escola. A reação atrasada pode vir a qualquer hora, pois muitas vezes elas estão envolvidas com as novidades e quando essas acabam, vem à realidade da separação. Muitas crianças choram logo no primeiro dia e o choro se prolonga por semanas, perguntando sempre por seus pais e se eles vão voltar logo. Todas essas reações apresentam um sentimento de tristeza e perda por parte das crianças, “[...] pois elas com frequência acham que a perda não vai ter fim, que não vão parar de se sentir tristes, que não vão nunca parar de chorar” (BALABAN, 1988, p. 37).

Algumas crianças apresentam comportamentos regressivos, como chupar o dedo, comer muito ou não comer nada, urinar na roupa, dormir muito ou recusa-se a fazê-lo. Também querer vestir-se sozinho, sentir dores de barriga, procurar ficar mais perto dos pais, querer estar no colo, ser sombra dos adultos, tanto na escola como em casa.

Esses são comportamentos próprios da vida escolar. Eles são para a maioria passageiros e provavelmente vão desaparecer quando as crianças se tranquilizarem, acreditando que seus pais os mandam para a escola ou para creche para que tenham bons e felizes momentos e que os professores possam cuidar delas. Uma confiança desse tipo demora para se desenvolver (BALABAN, 1988, p. 45).

O reaparecimento de atitudes que relembram a época de bebês é comum nesse processo de adaptação, porque a criança precisa adquirir autoconfiança, fazendo uso da

imagem da mãe. Speers citado por Balaban (1988, p. 37) acredita que “essa repetição é importante para que a adaptação da criança à escola tenha êxito”.

Balaban (1988, p. 39), comenta que: “quando a criança é capaz de dominar seus sentimentos na escola, está dando um passo gigante no seu crescimento”. Entretanto, sabe-se que, para a criança, esse processo envolve sofrimento, mas, ao mesmo tempo, é necessário para que o sujeito possa, através desta nova experiência, construir um caminho sólido para sua independência e autonomia.

Consciente de todos os fatores que estão envolvidos no processo de adaptação, é preciso pensar e planejar uma inserção gradativa da criança no ambiente escolar, com o objetivo de tornar esse processo de adaptação o mais tranquilo possível para todos, criando um ambiente em que tanto a criança quanto sua família sintam-se confiantes, respeitados e acolhidos. A escola deve se organizar para receber pais e crianças, transmitindo seus objetivos e suas propostas de forma clara e honesta. As estratégias nesse período, devem ser, então, bem pensadas e planejadas pela equipe da escola, levando em consideração sua realidade e sua disponibilidade.

[...] orientam que antes do início das aulas, devem ser organizadas reuniões coletivas e entrevistas individuais com os pais para a escola expor aos responsáveis, a sua proposta pedagógica, os seus objetivos, explicando-lhes como se dá esse processo de adaptação, enfatizando que esse momento merece uma atenção especial (DAVINI; FREIRE, 1999, p. 31).

Rêgo (1995) propõe uma ação pedagógica para esse período, tais como: realizar uma reunião coletiva com os pais antes do início das aulas, na qual se discutirá o processo de adaptação e o trabalho pedagógico; receber as crianças na sala de aula, por ser um lugar menor e aconchegante; a professora deve cuidar pessoalmente de todas as questões que se referem às crianças; estabelecer uma rotina de trabalho, mesmo que seja flexível, mas com momentos bem definidos; iniciar o trabalho pedagógico com um tema de pesquisa, que auxilie as crianças a estarem discutindo as questões acerca do novo momento de suas vidas; o trabalho pedagógico deverá ser encaminhado por uma professora e a outra estaria mais disponível para se envolver com problemas individuais (choro, vômito, xixi...); manter um contato diário com os pais; propor atividades que propiciem a capacidade de representar.

Os educadores, juntamente com a equipe pedagógica da escola, devem acrescentar às suas estratégias de acolhimento aos pais, um trabalho de dinâmicas, envolvendo atividades com o corpo e a mente. O projeto de trabalho, vivências e sentimentos dos pais; a entrada na escola, consiste em outra estratégia adotada, no sentido de promover um encontro entre pais de crianças novatas, pais de alunos que já frequentavam a escola e equipe de professores.

De acordo com Balaban (1988), a escola pode proporcionar uma visita das crianças com seus pais ao local. É importante destacar que, neste período, se faz necessário a presença de um adulto ligado à criança, seja pai ou mãe e até mesmo outro responsável, pois se sabe que essa presença é fundamental para a verdadeira inserção da criança na escola, pois a força para as crianças, enquanto sua ausência leva à fraqueza.

Isso transmite às crianças um pouco da alegria que esta por vir e lhes serve como um ponto de referência familiar quanto chegam para o primeiro dia de aula. Isso permite que os pais falem com seus filhos sobre a escola como se antecipassem o primeiro dia. Os pais também gostam de se familiarizar com uma situação na qual estão para entrar. [...] A ideia é que a partir do mais concreto, ou seja, a mãe presente no próprio espaço da criança (extraclasse), o processo de separação evolua gradualmente, até que a mãe se ausente da escola e volte na hora combinada para então saber se já é ou não para levar seu filho. Se ele estiver bem, a professora escolhe o melhor momento para o dia seguinte, levando-o pessoalmente para sua mãe, conquistando a confiança e a cumplicidade da criança (CAMPOS, 1999, p. 22).

O professor pode incluir na rotina, passeios pela escola, para que o grupo tenha a oportunidade de conhecer o espaço físico, visitas (previamente combinadas) às outras salas, também às crianças e professoras da escola, assim como, atividades em conjunto no espaço externo. É importante não permitir ou aceitar que os pais saiam às escondidas, pois a criança que está no ambiente se sente protegida pela presença deles. Balaban (1988, p. 119) reforça essa afirmação quando aborda que esse tipo de comportamento gera na criança insegurança, medo, abandono. Esses sentimentos raramente são uma base firme sobre a qual se começar uma experiência nova”.

Nesta perspectiva, o planejamento é imprescindível para que as crianças e os pais se sintam bem acolhidos, no sentido de fazê-los desenvolver a confiança nos profissionais e na instituição. Conforme os estudos de Balaban (1988, p. 30) “quando a transição de

casa para a escola é favorável, o processo traz consequências positivas e importantes para o desenvolvimento da criança como para o bem-estar da família”.

O PAPEL DO PROFESSOR NA ADAPTAÇÃO

Sabe-se, nesta fase, que os professores também passam por momentos de muita expectativa/ansiedades/excitações, com a perspectiva de encontrar um novo grupo de crianças e pais. Muitas das vezes, sentem-se pressionados, tanto pelas famílias, quanto pelas outras pessoas da escola, para que façam as crianças pararem de chorar, no menor tempo possível. Os professores, com frequência, se sentem pressionados pelas necessidades contraditórias das crianças, pelas exigências dos pais e por suas inclinações pessoais (BALABAN, 1988, p. 24).

Percebe-se que, nesse período, faz surgir nos professores muitos sentimentos: tais como anseio, quanto ao tempo que vai durar o choro; aflição, tendo tantos pais por perto durante alguns dias; a sensação de raiva, com as atitudes de alguns pais. É possível que, neste momento, os professores lembrem ou revivam outras situações semelhantes, vivenciadas por eles anteriormente.

Talvez, um dos sentimentos mais fortes gerados no professor durante o período de adaptação, seja o sentimento de impotência, diante do choro da criança. Muitas vezes os professores sentem insegurança, pois nada que faz, parece dar certo para consolar a criança. Outra situação comum durante a adaptação, refere-se à rejeição e o constrangimento diante de tantos pais dentro da sala. Alguns professores não conseguem suportar a presença dos pais, sem se sentirem vigiadas e analisadas em sua competência profissional.

Não há nada de estranho em os professores sentirem as mesmas situações diversas e contraditórias que as crianças e os pais. No entanto, tem que compreender esses sentimentos para lidar com eles. Com muita maturidade profissional, a melhor forma de superar e lidar com esses sentimentos é conversando sobre eles. Nenhum professor está sozinho nessa situação, este é um fato que acontece com frequência no meio pedagógico. Os professores não devem ter “auto culpa”, se sentindo incapazes.

O professor deve encaminhar esse processo e, como profissional, deverá demonstrar segurança e firmeza em determinadas situações, ainda que inesperadas e imprevisíveis. Neste caso, os pais, às vezes, sentem-se no direito de tomar iniciativas na sala como: brincar com o filho, não levando em conta que ali está um grupo; tomar a frente em discussões de alunos. E os professores precisam estar preparados para intervir como um profissional, retirando a mãe de sala com delicadeza, mas firme e explicando qual é o papel dela naquele momento.

Enfim, entende-se que o professor seja o principal mediador, pois este tem que atender às expectativas dos pais, ganhar a confiança das crianças e de seus familiares e ainda, conduzir esse processo, além de trabalhar seus próprios sentimentos. Estão a todo tempo sendo colocados à prova e é necessário sempre, ampliar e capacitar os seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho, demonstra que a adaptação é um processo contínuo, sem tempo e hora determinados para acontecer, é um processo que cria expectativas e gera sentimentos em todos aqueles que estão envolvidos, as próprias crianças, seus pais e os professores, tornando-se supremos e ao mesmo tempo, complexo e único. Quando a criança inicia sua vida escolar, encontra um mundo todo novo, com pessoas que ainda não conhece sentimentos diversos, surpresas, enfim, um misto de alegrias, crescimentos, aprendizagens e medos.

Este passo na vida da criança será o primeiro de muitos que ela vai dar por toda a sua vida. Se esse momento for tranquilo e bem conduzido pela família e pela escola, contribuiremos de forma a garantir maior segurança e autonomia, para que a criança enfrente seus obstáculos de modo positivo e confiante. É importante dizer que não existe nenhuma conduta padronizada que seja ideal para lidar com essa situação, pois as crianças manifestam necessidades diferentes.

A atitude da família e da escola durante este período é essencial. Para ajudar a criança a sentir-se mais segura, o pai e a mãe devem estabelecer limites, demonstrar autoridade e segurança, estimular a convivência com professores e colegas, e ir

umentando, aos poucos, a permanência da criança na escola. Não se deve prometer recompensas que não tenham relação com o fato (eu te dou isso ou eu te levo para passear se você ficar bem) ou mentir para a criança dizendo que vai ao banheiro e sair escondido.

É certo que, ao enfrentar este momento junto com seu filho, a família estará contribuindo para a conquista de sua independência e autonomia, além de prepará-lo para conviver em sociedade, fazer amigos, aprender a dividir, compartilhar, respeitar a si mesmo e ao outro. Cada situação merece um cuidado especial, inclusive com as situações em que a criança já frequentou outras escolas ou que já esteve na escola em anos anteriores, precisando de um período para se adaptar aos horários, à rotina e à professora.

O mais importante disso tudo é que pais e professores estejam dispostos a conversar e a colaborar, tendo clareza de que propiciarão às crianças, oportunidades para se estruturarem emocionalmente e assim, conviverem em sociedade, aprendendo a compartilhar e a ter limites.

REFERÊNCIAS

- BALABAN, Nancy. **O início da vida escolar: da separação à independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- BORGES, M. F. S. T. e SOUZA, R. C. de (org.) **A práxis na formação de educadores de Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: Modelos em debate. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, dez. 1999.
- DAVINI, Juliana; FREIRE, Madalena (Org.). **Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1999. (Série Cadernos de Reflexão).
- HENRIQUES, L. A. **O período de adaptação na pré-escola em um enfoque psicopedagógico**. In: SCOZ, B. J. L. (et. al.). *Psicopedagogia – o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MALDONATO, M. T. **Comunicação entre pais e filhos**. A linguagem do sentir. Petrópolis: Vozes, 1985.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórica – cultural da Educação**, 4 Ed, Petrópolis, RJ: Vozes 1995.
- REID, Susan. **Compreendendo seu filho de 2 anos**. Trad. Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

CAPÍTULO X

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: VIVÊNCIAS DA TEORIA À PRÁTICA

Marta Regina Martins de Sena²¹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-10

RESUMO: A formação dos professores é uma questão muito discutida na atualidade em fóruns, congressos, salas de aulas e outros eventos. Questiona-se na escola, nos meios acadêmicos educacionais e na própria sociedade. Será que o professor tem formação adequada ou está preparado para acompanhar a evolução social e cultural desses alunos? Diante das inquietudes e indagações sobre a formação docente e o interesse do aluno para aprender na EJA, nos aventuramos a realizar este trabalho, tratando da importância da docência na educação de jovens, e adultos, dando ênfase às teorias de aprendizagem e sua importância para prática docente, o mesmo apresenta o aluno como sujeito da construção de seus saberes, além disso mostra o papel do professor na relação de ensinar e aprender na esperança de construir para mim a educação de boa qualidade e de país mais justo, para todos nos que buscamos sempre o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Docência. Educador. Educando. Formação. Aprendizagem.

THE IMPORTANCE OF THEORY AND PRACTICE IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA)

ABSTRACT: The training of teachers is an issue that is much discussed today in forums, congresses, classrooms and other events. It is questioned in the school, in the academic academic means and in our own society. Does the teacher have adequate training or are they prepared to follow the social and cultural evolution of these students? Faced with the concerns and inquiries about teacher education and student interest in learning at the EJA, we ventured to carry out this work, addressing the importance of teaching in youth and adult education, with emphasis on learning theories and their importance for practice the teacher presents the student as a subject of the construction of his knowledge, and also shows the role of the teacher in the relationship of teaching and learning in the hope of building for me the education of good quality and fathers fairer for all we seek always the knowledge.

KEYWORDS: Teaching. Educator. Educating. Training. Learning.

INTRODUÇÃO

A prática pedagógica, a formação dos professores e a aprendizagem dos alunos da educação de jovens e adultos (EJA), são questões que vêm sendo discutidas, na

²¹ Pós-Graduação em Ensino de Arte, Instituto Pedagógico Brasileiro, IPEBRAZ.
E-mail: martarsena@hotmail.com

atualidade, em congressos, fóruns de educação e graduação. Diante de vários questionamentos, chegamos a nos perguntar se as proposições didáticas pedagógicas dos professores da EJA têm atendido às reais necessidades destes alunos.

Nesta concepção a educação de jovens e adultos apresenta-se como um importante segmento que visa educar jovens e adultos, tendo em vista o enorme contingente de pessoas que não tiveram a oportunidade ao acesso a um nível de escolaridade dentro dos padrões mínimos para o ingresso no ensino regular. A educação de jovens e adultos apresenta-se como uma possibilidade que pode contribuir para o desenvolvimento dessas pessoas que estão inseridas neste processo.

Planejar esse processo é uma grande responsabilidade social, cabendo ao professor o papel de mediar o conhecimento. Além disso, é nosso dever como educador termos consciência do nosso papel enquanto mediador no processo de ensino aprendizagem valorizar o conhecimento prévio dos nossos alunos, seu desenvolvimento intelectual adquirido com sua experiência de vida, neste caso, o aluno da EJA torna-se um sujeito com grandes perspectivas de atingir seus objetivos ao beneficiar-se no contexto da sociedade, quer seja no trabalho, na família ou até mesmo tendo uma participação ativa no segmento social e político.

Neste caso, podemos constatar que as turmas de EJA, vem sofrendo com os altos índices de evasão e repetência, neste sentido, cabe ao professor buscar mecanismos que possa resolver esse grande problema, pois, um dos objetivos principais dessa modalidade de ensino é o de auxiliar cada indivíduo a tornar-se tudo aquilo que ele deseja ser, isso só será possível se ambas as partes tiverem consciência da importância da educação na vida de um cidadão,

Dominar a leitura e a escrita é de fundamental importância para seu desenvolvimento pessoal, quanto profissional, haja vista, que vivemos numa sociedade da informação, da tecnologia, do letramento, e dos diversos conhecimentos, que o mundo globalizado exige de cada um de nós, enquanto cidadãos.

Neste caso, faz-se necessário, uma reflexão sobre a importância de ensinar e aprender essas teorias, além disso, ver o aluno como sujeito de seus saberes e a importante

contribuição do educador na formação desses educandos, transmitindo conhecimento para que os mesmos alunos possam trilhar um caminho de sucesso.

AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA PRÁTICA DOCENTE

Considerando que algumas teorias podem contribuir para a determinação do tipo de posicionamento que se pretende frente ao ensino e a aprendizagem, que são o ceme da prática pedagógica, com foco na formação do aluno, em consonância com o interesse sócio - políticos e econômicos de cada momento histórico da escola.

Com tudo, o significativo avanço nas tendências pedagógicas e, conseqüentemente, na ação docente foi sem dúvida o surgimento das teorias construtivista e interacionista fundamentadas no pensamento de Piaget, quando a nova concepção de aprendizagem estava vinculada ao processo de conhecimento, também denominado de processo cognitivo, e não mais no processo de condicionamento, ou seja, através da inteligência o ser humano age, aprende e, constrói conhecimentos que lhe possibilitam uma interação cada vez melhor com o meio, por mais adverso que este lhe seja.

Uma maneira adequada de ampliar e/ou modificar as estruturas do aluno consiste em provocar discordâncias ou conflitos cognitivos que representam desequilíbrios a partir dos quais, mediante a realização das atividades, o aluno consiga reequilibrar-se, superando a discordância reconstruindo o conhecimento (PIAGET, 1997, p. 29).

Piaget defende a tese da inter-relação: inteligência e ação, sendo esta última, responsável pelo estabelecimento da diferença entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. E qual a diferença entre aprendizagem e conhecimento? Ramozzi apud (FRANCO,1984, p.73) "aponta claramente para a diferença entre os dois processos, lembrando expressões do próprio Piaget". Aprendizagem é, pois, saber fazer com êxito ("réussir", no francês), enquanto conhecer consiste em atribuir significado a alguma coisa ou ação, "levando em conta não só o atual e o explícito como também o passado, o possível e o implícito. Portanto, o conhecimento ultrapassa os limites da aprendizagem".

Ademais, as contribuições desses fundamentos teóricos na ação educacional caracterizaram-se pela ênfase que se começou a dar à criatividade do educando, o

estímulo que a escola passou a propiciar no sentido de dar liberdade ao aprendiz de uma maior participação no processo escolar, podendo argumentar, sugerir e principalmente, socializar os conhecimentos. E isso porque o momento econômico, ou seja, o mercado de trabalho, já exigia um tipo de trabalhador mais competitivo, cujo fato não era percebido por parte significativa dos professores, os quais concebiam que tais mudanças corroborava ao aluno enquanto indivíduo, uma educação de melhor qualidade através da aquisição de maiores conhecimentos.

Para Ausubel, se o conteúdo escolar a ser aprendido, não for ou não puder ser interligado a um conhecimento prévio, ocorre a chamada aprendizagem mecânica, ou seja, quando as novas informações são aprendidas sem interagir com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva. O autor defende a ideia de que a aprendizagem significativa possibilita "três vantagens fundamentais em relação à aprendizagem memorística". Em primeiro lugar, o conhecimento que se adquire de maneira significativa é retido e lembrado por mais tempo. Em segundo, aumenta a capacidade de aprender outros conteúdos de uma maneira mais fácil, mesmo se a informação original for esquecida. E, em terceiro, uma vez esquecida, facilita a aprendizagem seguinte - a "reaprendizagem", para dizer de outra maneira".

Em relação à referida teoria, há uma constatação de que os seus fundamentos têm dado suporte na elaboração de propostas/orientações didático-pedagógicas oriundas do MEC e desenvolvidas pelas Secretarias de Educação, tais como a formulação do Projeto Político Pedagógico de cada escola cuja organização curricular deve ser feita de forma interdisciplinar e mais recentemente, a inclusão dos Temas Transversais explicitados através dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Sabe-se que por um lado, essas tendências são reflexos da atual estrutura político-econômica mundial, mas por outro lado, há uma possibilidade de que a aprendizagem escolar se tornar mais significativa quando o aluno tem a chance tanto de trabalhar um determinado conteúdo sobre diferentes enfoques, quanto relacionar esse conteúdo com outros mais. Entretanto, ainda há bastante dificuldade, e essencialmente, a insuficiente informação ao professor de como utilizar técnicas e métodos que garantam a real aprendizagem significativa.

Ainda tratando sobre o processo de ensino, o autor declara: "A tarefa central do ensino para a compreensão no contexto de uma nova organização do trabalho pedagógico é proporcionar oportunidades didáticas para que a aprendizagem ocorra por compreensão" (VERGA 1999, p. 160).

Nesse contexto, o ensino pode envolver o aluno e passa a ter um caráter significativo, haja vista, ser a aprendizagem algo pessoal, no qual, transmitir e/ou evidenciar as mudanças individuais que paulatinamente ocorrem no sujeito. Por essa razão, os objetivos reais do Ensino são estabelecidos previamente, a fim de que se manifeste a aprendizagem significativa, tendo em vista que, a aprendizagem se constrói num processo contínuo, podendo ser acompanhada pela ação reflexão ação, que se dá pela avaliação do fazer pedagógico, visando fornecer elementos essenciais para o ensino e a aprendizagem. Mas, qual a realidade das escolas? Que ação e que reflexão se faz sobre o significado de ensinar?

De fato ao longo de sua trajetória, a escola tem buscado encontrar caminhos que efetivamente desmistificam o processo de ensino e para tanto, lança mão das tendências pedagógicas, que sejam capazes de auxiliar ao professor na tarefa árdua de ensinar e do aluno aprender, visto que o professor é considerado agente mediador do conhecimento que se tenta ensinar na escola. Neste caso, responsável pela condução das atividades desenvolvidas em sala de aula, capazes de identificar as habilidades, competências e as dificuldades dos alunos, no sentido de ajudá-los a superar as dificuldades existentes para apropriar-se dos conhecimentos, informação e construir seus saberes.

Como declara Moreira (1992 apud HOFFMANN, 2000, p. 72): "É essencial, que o professor domine os conteúdos, métodos e procedimentos do ensino e saiba adequá-lo ao seu aluno concreto".

Ainda tratando sobre esse tema, Penin (1994 apud HOFFMANN, p. 73), afirma que:

O processo do conhecimento do professor sobre o ensino pressupõe o que acontece no interior do espaço de representação em que vive... constituído de um lado, pelas concepções acumuladas com base no conhecimento sistematizado transmitido em cursos de formação e circunstâncias similares e, de outro pela vivência da situação de ensino e das relações que mantêm com os alunos e com as instituições.

Mediante as afirmativas acima, percebe-se que a escola plural deve ser organizada de modo a possibilitar aos alunos, considerando suas diferenças, um ensino com aprendizagem significativa, que se traduz pela qualidade que tem repercussão diretamente através da organização do currículo, centrado no desenvolvimento pleno do aluno, envolvendo a aprendizagem cognitiva, os aspectos sociais e a experiência de vida, transformando a ação pedagógica em um processo de contextualização e integração no que se refere ao processo ensino e aprendizagem algo tão difundido pela escola plural, na qual professores e alunos podem construir juntos os conhecimentos.

Além disso, diferentemente da escola plural, há outras instâncias escolares que vislumbram tendências pedagógicas centralizadas no aluno como responsável pelo processo da aprendizagem. Nessas tendências, as atividades servem para exploração das capacidades, possibilidades e condições de aprendizagem do aluno. Sobre esse aspecto de ensino Libâneo (1994, p. 80) afirma: "O ensino tem um caráter bilateral em virtude de que combina a atividade do professor (ensinar) com a atividade do aluno (aprender)".

Ademais, é possível observar que o professor contemporâneo, apesar de toda a evolução da sociedade e da educação, pouco avançou em relação à concepção do processo do ensino e da aprendizagem. Tal fato evidencia-se porque, são poucos os que conseguem sair do conceito de educação/ensino tradicional, ou seja, para eles o saber ainda é espécie de doação dos que se julgam sábios (professores), aos que julgam que nada sabem (alunos), restando aos sábios dar, entregar, transmitir o seu grande saber acumulado ao longo do tempo. Conseqüentemente, o ensino torna-se esse modo um simples ato de memorização, no qual os educandos são os memorizadores e o professor o mentor intelectual do saber a ser memorizado.

Para Libâneo (1994, p. 105), "O trabalho docente somente é frutífero quando o ensino dos conhecimentos e dos métodos de adquirir e aplicar conhecimentos se convertem em conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes do aluno".

Sendo assim, o professor que objetiva contribuir para a aprendizagem significativa do aluno, deve procurar desenvolver um trabalho pautado na troca do conhecimento que se efetiva pela mediação do conhecimento, pela pesquisa, pela busca de informação, pela construção coletiva dos saberes pela unidade do processo do ensino e da aprendizagem.

Desse modo, fica explícito que o ensino não se caracteriza pela memorização, pela passividade dos alunos, mas pelo envolvimento na construção ativa da aprendizagem.

Todavia, em sala de aula, apesar dos avanços da escola, alguns professores ainda continuam presos ao repasse mecânico de conteúdos para serem copiados e decorados, utilizando aula expositiva, fora do contexto e do interesse do aluno. E para averiguação dos resultados daquilo que foi ensinado, é aplicada uma avaliação, que pela forma como é elaborada facilita muitas vezes a "cola", a replicação do conteúdo copiado com a máxima perfeição. Dessa forma, a "aula", que corresponde ao ensino e a "avaliação", considerada como requisito do resultado - aprendizagem passam a ser instrumentos do ensino e da aprendizagem do saber do aluno, ainda que, o saber do aluno não esteja aquilo que se objetiva, o que se propõe a escola. Declara: "Ensinar e aprender são duas faces da mesma moeda. Só podemos ensinar aquilo que já aprendemos e, além disso, aprendemos ainda mais quando ensinamos" (TIBA, 2006, p. 07).

Daí ser impreterível que o professor que tenciona realmente ensinar, compreenda seus alunos, respeite as diferenças, favoreça a criação de um ambiente escolar que de fato prepare para o melhor desempenho em todos os níveis do comportamento humano: biológico, psicológico e social, fazendo com que o ensino vá além da sala de aula, pela quantidade e qualidade de informação disponibilizada aos alunos.

Ainda numa abordagem sobre o mesmo e aprendizagem, o autor esclarece: "o professor precisa saber que aprender é também apoderar-se de um novo gênero discursivo, o gênero científico escolar; para isso, ele precisa saber fazer com que seus alunos aprendam a argumentar" (CASTRO 2001, p. 11). Ou seja, é necessário que o professor seja capaz de reconhecer as afirmações contraditórias, o sinal evidente que caracterizam as afirmações, além da capacidade de integração dos méritos de uma afirmação, isso exige do professor e do aluno uma nova concepção de comportamento em que ambos aprendem e ensinam em conjunto, mediatizado pelo mundo.

Outros estudiosos apresentam suas concepções e teses sobre a aprendizagem, dentre eles: Serres, Montaigne e Freire, bem como nosso posicionamento analítico sobre a questão: Aprender, em nossa prática cotidiana, muitas vezes se restringe ao processo ensino- aprendizagem. Porém, sabemos que a aprendizagem é um processo em que não

existe uma só relação, onde o Mestre ensina e o Aluno aprende, mas é circundante: educador ensina e aprende ao mesmo tempo e vice-versa.

Para que haja aprendizagem, exige-se uma viagem, uma partida ... O aprender é uma busca incessante da sabedoria, é a busca do "lugar mestiço". Afirma: "nada aprendi sem que tenha partido, nem ensinei ninguém sem convidá-lo a deixar o ninho (SERRES, 1993, p. 14).

Considerando o ceme de nosso trabalho, tornamos corno base os conhecimentos adquiridos sobre o processo de ensino e avaliação, com foco na aprendizagem, numa breve análise à luz dos teóricos, podemos constatar a grande distância existente em relação ao verdadeiro sentido do aprender. A falta de coragem e a disposição de empreender esta viagem, é o que dificulta a reflexão para mudar uma prática perversa, em que o professor muitas vezes tolhe no aluno o desejo da busca, compreender e interpretar o que no qual se insere. E quando essa aprendizagem é a leitura e a escrita, há um verdadeiro rompimento das amarras, tão vigentes ao mundo letrado, uma ambiência, em que a leitura e a escrita proporcionam a que as dominam caminhos favoráveis, vivências mais abrangentes.

Por estes e por outros motivos, cabe ao professor se lançar ao desafio de fazer acontecer na EJA, a aprendizagem do educando, a partir de uma prática de ensino com possibilidades de oferecer as condições ideais e necessárias para que o educador possa desenvolver suas competências: comunicativa, discursiva, criativa, e tome-se capaz de utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, às diferentes situações sociais, demonstrando interesse em ampliar seus recursos expressivos, na leitura oral e na escrita.

Na escola, a leitura e a escrita ainda são as ferramentas básicas geradoras de aprendizagens de inclusão no mundo do letramento e do numeramento. Considerando-se o perfil do aluno da EJA, observa-se que muitos já passaram pela escola, ou já tiveram algum contato ou conhecem a escrita, embora não dominem, ainda assim, esses jovens e adultos, mesmo não alfabetizados, têm ciência da importância e da funcionalidade da escrita. O que facilita o trabalho do educador, que de acordo com as estratégias que utilizar na sala de aula, motivará o educando a se apropriar da leitura e da escrita.

Contudo, para que o aluno EJA possa de fato se apropriar da leitura e da escrita, a sala de aula precisa ser vista como o espaço, que sensibiliza e motiva o aluno, para esse

processo. Indubitavelmente, o aluno EJA busca na sala de aula, aprendizagens significativas, conhecimentos que possibilitem mudança em sua vida, e para tanto, esse espaço de construção de saberes, deve também contribuir para que ele possa refletir, explorar, pesquisar, conteúdos de seu interesse, capazes de responder às suas inquietações, pois o autor afirma: " Ensinar só é válido quando os educandos, aprendem a aprender ao apreender a razão de ser do objeto ou do conteúdo" (BARRETO, 2005, p. 69).

Isto é, o conteúdo a ser compartilhado na sala de aula EJA deve estar em sintonia com a realidade do aluno, no sentido de fazer essa realidade lida e escrita e suscitando no educando o desejo de aprofundar seus conhecimentos sobre outros assuntos ou conteúdos e na troca de informações, possibilitar a construção de outros saberes. Entretanto, para que esses conteúdos ganhem sentido e significado na sala de aula EJA, o professor/mediador deverá lançar mãos de estratégias adequadas para esse fim.

O ALUNO, SUJEITO DA CONSTRUÇÃO DE SEUS SABERES NA EJA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender um público ao qual foi negado o direito à educação, durante a infância ou adolescência. De um modo geral, os alunos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar". O autor chama a atenção:

O discurso escolar que estigmatizam: repetentes, evadidos, defasados, acelerados, deixando de fora as dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional. Ou seja, concepções e propostas de EJA comprometidas com a formação humana que passam, necessariamente, por entender quem são os sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos (ARROYO, 2001, p. 08).

Levando-se em consideração as afirmações acima, ao se analisar a Educação de Jovens e Adultos, é possível verificar que longe de estar a serviço da democratização das estratégias educacionais, em alguns casos a escola se presta ao papel de evidenciar o leque de alunos aqueles que podem mais e os que podem menos, pois não correspondem às exigências escolares. Conforme Arroyo, os olhares sobre a condição social, política e

cultural dos alunos de EJA têm condicionado as diversas concepções da educação que lhes é oferecida, "os lugares sociais a eles reservados - marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis, - têm condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas públicas oficiais" (ARROYO, 2001, p. 10). Os adultos e adolescentes procuram a escola principalmente para conseguir um emprego melhor através do estudo. Outro grupo de pessoas que buscam a EJA são os idosos que querem adquirir mais conhecimento e mais relacionamento com outras pessoas além de sua família.

Os adultos e adolescentes, procuram a escola principalmente para conseguir um emprego melhor através do estudo. Outro grupo de pessoas que buscam a EJA são os idosos que querem adquirir mais conhecimento e mais relacionamento com outras pessoas além de sua família. Em síntese, o atendimento à escolarização de jovens e adultos não se refere exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sociocultural de seu público, composta por vários perfis. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos precisa mudar e construir estratégias de escolarização para a produção de oportunidades concretas, influenciando as políticas públicas destinadas especificamente aos alunos.

Dar voz aos alunos é a maneira mais eficiente de conhecer sua cultura. Daí Freire destaca a importância do diálogo, pois ele faz parte da natureza humana, "os seres humanos se constroem em diálogo, pois são essencialmente comunicativos" (FREIRE apud GADOTTI, 1991, p. 46). Assim sendo, para Freire, o papel do educador não se resume em falar para o educando sobre sua visão do mundo, ou ouvir dessa sua compreensão sobre o tal, mas sim problematizar a realidade desse educando.

Contudo, analisar a Educação de Jovens e Adultos, constata-se que, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela se conforma no lugar dos que "podem menos e também obtém menos". Como nos lembra Arroyo:

Os olhares sobre a condição social, política e cultural dos alunos de EJA têm condicionado as diversas concepções da educação que lhes é oferecida, "os lugares sociais a eles reservados - marginais, oprimidos,

excluídos, empregáveis, miseráveis - têm condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas públicas oficiais.

Em síntese, o atendimento à escolarização de jovens e adultos não se refere exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sociocultural de seu público, composta por vários perfis.

Entretanto, a Educação de Jovens e Adultos precisa mudar seu foco, construir estratégias de escolarização para a produção de oportunidades concretas, influenciando as políticas públicas destinadas especificamente aos alunos.

Não obstante as transformações das últimas décadas na sociedade, percebe-se com bastante entusiasmo os avanços no mundo contemporâneo. São muitas e variadas as conquistas no ambiente educacional, caracterizadas principalmente pela abrangência dos programas educacionais.

Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos, canaliza suas perspectivas para a aprendizagem significativa, a cultura geral do aluno, sua formação para a cidadania e sua participação e presença na sociedade, com destaque para sua contribuição e desenvolvimento de pessoas humanas, na formação de cidadãos conscientes e capazes de agirem como atores sociais numa sociedade plural.

Há, sem dúvida, a necessidade da dialogicidade como canal de informação para a construção do conhecimento, uma vez que, os aspectos próprios da educação de jovens e adultos foram construídos a partir das ações educativas voltadas para um aluno diferenciado, preocupado com a leitura crítica do mundo circundante, que se propunha em contribuir para a compreensão geral do ser humano em torno de si enquanto sujeito social.

Portanto, o aluno EJA é aquele jovem, adulto, ou idoso, que objetiva ser alfabetizado, para conviver com mais liberdade no mundo letrado, e toma-se participante ativo do mundo dos leitores e escritores na sociedade moderna, para qual o conhecimento e a informação são valores expressivos para a vida humana.

O PAPEL DO PROFESSOR NESTA RELAÇÃO DE ENSINAR E APRENDER

Considerando-se a complexidade da EJA, o professor desta modalidade de ensino não deve focar seu trabalho na mera transmissão de conteúdos descontextualizados da realidade do aluno, mas buscar além da técnica, a abordagem ideal para despertar no aluno o interesse pelo ensino dos conteúdos e conseqüentemente sua aprendizagem. O autor declara que o professor deve: " despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país" (BARRETO, 2005, p. 85).

Ainda abordando sobre o tema, Freire (2005) em *Pedagogia do Oprimido* nos afirma que:

Uma educação que está comprometida com a libertação do aluno, não o vê como um ser vazio que precise ser recheado de conteúdo, pois o aluno é um ser repleto de saberes. Saberes particulares, diversos, nascidos da interação com o meio físico, familiar, da experiência com o trabalho, do fazer e dos papéis sociais que cada um de nós desempenha em cada fase da vida. Assim sendo, os educandos da EJA devem ser considerados pela escola e pelo educador como sujeitos protagonistas de suas histórias, fatos reais e ricos em experiências vividas, essas pessoas configuram tipos humanos diversos, com conhecimentos e valores já construídos. Visto que, ao longo de suas trajetórias, os jovens e adultos optam por uma vida propícia para promover o seu desenvolvimento pessoal. O que nos faz refletir que eles trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional. Traços esses que se traduz no ver e no fazer, numa visão de mundo apoiada em uma adesão espontânea e imediata às coisas que vê, chegam à escola abertos à aprendizagem, e eles miram na sala de aula com um olhar receptivo, sensível, curioso, explorador, um olhar que investiga que pensa, o olhar de quem tem sede pelo saber, pelo conhecer. E que faz o educador da EJA?

Ele deveria com sua prática pedagógica e seu conhecimento acumulado, sua sensibilidade considera-se responsável pelo desenvolvimento das potencialidades desses homens e mulheres, que com o mais profundo sentimento de desejo de pertença ao mundo letrado, buscam a EJA, e esperam nele encontrar o que buscam o saber, por vezes mais com mais intensidade do que busca uma criança, pelas reais necessidades que o impulsionam para escola. Enfim, pois como diz (FREIRE, 2006), "é nas vivências interativas, no campo escolar, que a participação do ser social se consolida através de sua identidade, pois, sejam trabalhadores, trabalhadoras, sejam da cidade/campo não se reconhecem fora do contexto social."

Dessa forma, implica dizer que à medida que se envolve com o mundo, se exercita os fatos que condicionam nova postura, uma vez que se pode intervir, modificar, como meio de produção de uma educação crítica, e, portanto, fundamental. Nesta nova filosofia, considera-se a EJA como modalidade de ensino que incorpora as mais diferentes realidades de comunicação, suscita a adoção de práticas de aprendizagem escolar, através de educação formal, compreendendo possibilidades educativas diretamente não institucionalizadas, isto quer dizer, no contexto de múltiplas possibilidades pedagógicas.

Não o bastante, o educador EJA enfrenta grandes desafios, pois os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino tem consciência das limitações e anseios dos educandos, e embora possuam experiências, emoções, valores e vontade de acertar, vivem dilemas do cotidiano que influenciam sua postura frente ao trabalho. Assim uma escola voltada para a educação de jovens e adultos deverá estar em constante articulação com o fazer diferente, este compreendido pelas formas de se relacionar com o educando, de modo que o professor seja um educador, um mediador do conhecimento, aquele que favorece a construção dos saberes dos educandos, o fortalecimento das identidades dos sujeitos.

Desse movimento de aprendizagem que envolve educando e educador, acrescenta Freire (2006, p. 03):

Tomando esta referência podemos considerar que direciona ao reconhecimento da aprendizagem como dimensão emocional, operativa, como exercício que promove a consistência do seu valor enquanto pessoa perante a consolidação de suas experiências, que a educação requer a interação do saber entre os sujeitos.

Além disso, tais capacidades resultam das relações interpessoais estabelecidas no ato educativo que se configura ao longo da vida. A construção dos saberes na educação de jovens e adultos deverá ser pautada na ampliação da visão de mundo dos que se alfabetizam e dos que Alfabetizam a fim de resultar em atitudes, do fazer, pensar, do relacionar com o meio de forma mais positiva, porque significa antes de tudo, novas formas de se relacionar com o mundo. Como confirma Souza (2000, p. 104), que demonstra considerar na realização da EJA como forma de potencialização, implica através da própria avaliação que se propicia entre os seus participantes os resultados alcançados.

Vale salientar que a condição para a cidadania mediante a satisfação das necessidades individuais dos educandos deve promover o respeito entre os seus participantes e este é tomado necessariamente pela ruptura de visões que acomodam ou subordinam os que se encontram neste contexto. Estudiosos da problemática do analfabetismo convergem quanto à importância do alfabetizador ser qualificado para ensinar jovens e adultos. Além de dominar a metodologia de ensino escolhida, o professor precisa ter a capacidade de mobilizar e incentivar constantemente o aluno em sala de aula. Segundo Mou et al (2004, p. 37):

O que deve suscitar estes diferentes olhares que norteiam a escola para melhor compreensão de suas atividades, e isto passa pela visão do educador como elemento de aproximação ou distanciamento dos educandos que em algumas ocasiões são constituídos de forma excludente e passiva nas várias atividades.

A educação de jovens e adultos desafia não só os educadores e os pesquisadores, mas, de modo especial, a todos os gestores da educação em diversas esferas políticas. Diversos autores afirmam que é preciso que os educadores sejam e estejam capacitados em nível inicial e comprometidos com sua formação continuada para o exercício da docência. Jovens e adultos buscam na escola a sua inclusão social, carregando consigo patrimônios culturais que dão sentido às suas vidas.

A construção de um saber novo não se realizará com eficiência se o educador não considerar a realidade desses educandos que é, não só econômica, mas também social e, sobretudo, cultural. Cada sala de aula em que se encontram inseridos alunos desse nível de modalidade, estabelece um contexto novo. Este precisa ser conhecido, analisado e sistematizado. Cabe aos gestores da educação criar condições necessárias para que os educadores, coletivamente estudem e sistematizem as realidades presentes. Isso exige tempo e espaços próprios, garantidos por políticas que disponibilizem recursos financeiros e condições de trabalho adequadas ao tipo de escolarização. Diante disso, reforça-se que ações pedagógicas são fundamentais para a execução do processo formativo dos jovens e adultos que necessitam avançar sua escolaridade e, conseqüentemente seu aprendizado, considerando as condições sociais, históricas e culturais dos sujeitos da alfabetização.

Considerando que ninguém é analfabeto por eleição, mas o é como consequência das condições em que transcorreu e continua a transcorrer em sua própria vida, o não domínio do ler e escrever configura a situação de exclusão social a que está sendo submetido o analfabeto. Enfim, o educador alfabetizador de adultos precisa compreender que a pessoa do alfabetizando deve ser tomado pelo respeito basicamente enquanto participante efetivo na construção e desenvolvimento do país. Enfim, o professor alfabetizador de adultos necessita compreender que a pessoa a ser alfabetizada deve ser considerada, como um sujeito participante efetivo na construção social.

CARACTERÍSTICAS DA EVASÃO ESCOLAR NA EJA

Entende-se que a evasão escolar na educação de jovens e adultos é caracterizada como abandono quando o aluno deixa de frequentar as aulas do ano letivo, ou seja, a evasão escolar acontece quando o aluno deixa a escola e não mais retorna, esse tipo de abandono acontece quando a escola já não mais oferece algo interessante e estimativa que faça que o aluno se faça participativo e assíduo, durante o ano letivo. A evasão escolar na educação de jovens e adultos levanta algumas contradições entre autores, pois cada um vê a evasão de ângulo diferente.

Deficiências nas funções psiconeurológicas, bases para a leitura e matemática, conceitos básicos, operações cognitivas e linguagem, um auto conceito pobre, sentimento de culpa e vergonha, problemas familiares, desconhecimento da própria cultura, etc. (FERNANDES, 2002, p. 43).

O autor afirma que algumas variáveis causadoras da evasão, por citar o que presencia no cotidiano escolar do educando que demonstram deficiências nas suas faculdades mentais de aprendizagem, imperando a desmotivação para o estudo, devido aos problemas existentes em suas famílias, assim como não ser sensível a precisão de estar em sala de aula, isto se presencia o fracasso do indivíduo. A outra variante que nos remete o fracasso escolar, não seja o fracasso do indivíduo ou de uma classe social e sim o fracasso escolar do sistema sócio político econômico educacional, este por sua vez leva a culpabilidade maior, por ser responsável em si pelo fracasso escolar nas camadas populares.

Desprovido de material técnico necessário de condições mínimas de trabalho e de um corpo de conhecimentos que possa subsidiar os desafios impostos pela prática educativa, tais professores a grande maioria leigos, são obrigados a aceitar o desafio de escolarizar adultos sem o mínimo preparo necessário ao bom desempenho.

As consequências da evasão escolar têm sido drásticas com relação aos seus resultados, apesar de surgir atualmente, novas políticas de incentivo em vários campos de alfabetização para jovens e adultos, qualificação profissional na área de alfabetizar, 9 nos vários níveis do ensino, assistência e acompanhamento às instituições escolares, auxílio às famílias carentes, materiais didáticos gratuito, mas mesmo assim não se têm obtido resultados positivos. Diante desta visão percebe-se, que, a cada dia, nas escolas os alunos apresentam uma conduta inadequada, isso pode ser atribuído à desestruturação familiar, ao uso de drogas, a prostituição e os conteúdos maus elaborados, para a maioria tudo isso não possuem nenhuma significação.

Segundo a visão de Arroyo (1997, p. 23), na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO, 1997, p. 23).

Na visão Menegolla (1989, p. 28), o professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos. Diante do ponto de vista do autor a seleção de conteúdos é de alto valor pedagógico, que devem estar direcionados aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirva para despertá-lo, ideologicamente conduzindo para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões.

No entanto, a evasão escolar diante das análises e de vários fatores sociais, culturais, históricos e econômicos estão incluídos nestas causas e consequências da evasão. Os Programas Curriculares Nacionais destacam que: Cabe à escola viabilizar o

acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, buscando ensinar, produzir e interpretá-los. Isso inclui os diversos textos das diferentes disciplinas, com os quais os alunos se defrontam (BRASIL, 1997, p. 30-39).

Entretanto, a maior parte de nossa clientela estudantil, vem do campo, sendo estes de baixa renda e que estiveram por muito tempo ausente da escola, sendo, portanto, pessoas que apresentam dialetos variados que são características regionais da miscigenação brasileira. Nesta perspectiva demonstram pouco interesse em participarem das aulas, e apresentam modo de falar e escrever diferentes, fruto da expressão do sistema retrógrado de alguns professores ao longo da sua escolaridade (CAGLIARE, 1991, p. 12).

Todo falante nativo usa língua conforme as regras próprias de seu dialeto, espelho da comunidade linguística a que está ligado naturalmente, há diferença entre o modo de falar de um dialeto e outro, mas isso significa que um dialeto dispõe de regras e outras não (CAGLIARE, 1991, p. 12).

A GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA EVASÃO NAS TURMAS DE EJA

Uma das maiores causas da evasão escolar principalmente de jovens e adultos é a falta de motivação dos alunos. Quando perguntamos aos professores o que ele sente sobre o grande índice de evasão escolar na educação de jovens e adultos; os professores por sua vez relatam que os alunos sentem-se desmotivados, cansados e desestruturados, então os mesmos começam faltando às aulas e se não encontram algo que lhe incentive ou interessante na escola acaba desistindo onde muitos deles fazem matrícula e não comparecem. Apenas 80% desses chegam a iniciar o ano letivo, e só 35% ou 40% chega ao fim do ano.

Na opinião dos professores que passam pela sala de aula da educação de jovens e adultos o número de matrículas no início do ano letivo é bastante significativo. Os alunos começam indo para escola, mas, a cada dia esse número vai diminuindo. Os professores acreditam que esse número de evasão escolar na EJA se baseia na falta de estrutura institucional, aspectos econômicos-social e cultural de cada município brasileiro.

Em relação a este assunto, Freire (2000), coloca que a opinião tem um forte peso na autoestima do sujeito, que provém da interiorização da opinião dos opressores sobre ele. Ouvir tão frequentemente que "não servem para nada", que não podem aprender que são "débeis, preguiçosos e improdutivos", acabam por convencer-se de sua própria incapacidade. Acima de tudo, é preciso entender que o homem oprimido, segundo refere o autor, os oprimidos não vem ao "homem novo" como aquele que deve nascer da contradição, uma vez resolvida, que a opressão dê lugar à libertação.

Para ele, o homem novo é ele mesmo, convertido em opressor. Sua visão é individualista por causa de sua identificação com o opressor: não têm consciência de si mesmos enquanto pessoa, enquanto membro de uma classe oprimida.

Na visão inovadora de Freire (2001) pode se trabalhar os aspectos motivacionais na escola, mas para que o aluno sentasse motivado dependem somente do reconhecimento deste da importância do conhecimento. O autor coloca a existência de outros fatores que colaborando para a evasão acontecerem de jovens e adultos EJA O próprio sistema educacional é falho os currículos escolares padronizados e a escola lida com a motivação como se esta fosse externa ao ato estudar, também há as provas, a disciplinas, os castigos, as recompensas às promessas de empregos futuros, que são considerados os motores da motivação. Nisto o aluno passa a ser alienado no ato de aprender aqui agora.

Freire (2001) entendia a motivação como um problema, colocando que a motivação paira sobre as escolas como uma pesada nuvem. Na postagem, o autor relata que os alunos desmotivados na escola, encontram muitas motivações fora dela. Para ele, a escola passa para o segundo plano, ou muitas vezes não ocupa lugar algum. Fora do cenário escolar, está à espera do aluno, a cultura de consumo que manipulam o hábito dos sujeitos à cultura subjetiva do sexo, da amizade, dos esportes, das drogas e da música. Portanto, há várias oportunidades prontas para serem viabilizadas pelos jovens e adultos. Neste sentido, a escola perde seu espaço nestes jogos e não tem chances de ganhar, frente a estes fatores que colaboram para que a evasão aconteça.

A escola se mantém atrasada, sem inovação, sem condição de competir com o mundo social. Para ganhar neste jogo terá que inovar na metodologia, na busca de criatividade, nas ações didáticas e pedagógicas. Na visão de Freire (2001), devemos

descobrir as razões que se escondem, por trás da maior parte de nossas atitudes, na relação, na relação com a realidade cultural e assim, enfrentá-las de uma maneira nova "A admiração" de sua anterior "admiração" é necessária para provocar mudança. Os educadores adquiriram capacidade de conhecimento crítico, muito além da simples opinião, ao "desvelar" suas relações com o mundo histórico-cultural na qual e com o qual existem.

EVASÃO NA EJA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Como é de conhecimento a evasão escolar apresenta diversas consequências, e que na maioria das vezes tornam-se quase irreparáveis uma vez que não consegue inverter o quadro crítico permanecendo analfabeto ou semianalfabeto a vida toda. Neste sentido há um enorme conhecimento a respeito de suas consequências com intuito de apontar possíveis soluções. Contudo, na educação de Jovens e Adultos a presença deste fenômeno é essencial sem merecimento de uma análise reflexiva que contemple esse sistema.

De acordo com Gadotti (2000), afirma que são inúmeras as causas da evasão no ensino da EJA: causas sociais, políticas, culturais e pedagógicas. Entre as tidas como pedagógicas, destaca-se a falta de uma proposta pedagógica na qual as disciplinas sejam integradas e não separadas, além disso, o aluno por carregar um conjunto de saberes que produziu na prática social, entretanto, precisa se encontrar nos conteúdos propostos para cada disciplina.

É importante ressaltar que quando um adulto retorna ao convívio escolar sente-se um pouco retraído, vê-se como uma pessoa tida como velha, a qual não teve oportunidades. Ademais, cabe ao professor estimulá-lo a fim de que o mesmo possa participar de todas as atividades propostas e ao mesmo tempo, possa se sentir bem com todos os participantes do grupo de estudo. Cabe aqui reforçar a importância de interagir esses alunos à vida escolar usando a experiência deles na sala de aula.

Esses alunos precisam se sentir integrante e importante dentro do ambiente escolar, já que foram inúmeros fatores que fizeram com que os mesmos se afastasse da instituição escolar a necessidade de trabalhar; inexistência de escolas próximas; paternidade e maternidade precoces; a falta de dinheiro; transporte; comida e

oportunidade essas são alguns fatores ou causas sociais que contribuem para a evasão escolar que acompanha os alunos do ensino da EJA.

Só quem leciona nas turmas de EJA vivenciam as dificuldades de manter o interesse dos estudantes que vem cansado do trabalho; de planejar aulas tenham relações com a vida deles e que não seja uma versão empobrecida do que é dado a criança e adolescente. É importante ressaltar que mesmo diante das dificuldades, já há diversas Instituição Escolar trabalhando a EJA com muito sucesso, dando a esses alunos a oportunidade de se tornarem cidadãos autônomos, vindo a escola como uma porta de entrada no mundo a ser descoberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasados nos estudos sobre EJA, ficou evidenciado que a escola, com todos os seus fazeres e saberes, difere sobremaneira dos fazeres e saberes da EJA, haja vista ser essa modalidade de ensino focada em uma educação para além do ler, escrever e contar, mas uma estratégia de educação, em o aluno aprender a ser, a conviver, aprender a apreender, pelo processo de ensino dialógico, pela troca de experiência entre os alunos, mediado pelo professor, e nessa interação descobre e se redescobre o mundo, e vai construindo seus conhecimentos seus saberes.

Foi possível, verificar a partir dos aportes teóricos, que a metodologia a ser utilizada na sala de aula, uma ambiência de construção de saberes, deve está permeada pelo diálogo, por atividades criativas e críticas, que despertem no aluno o interesse pelo conteúdo, que jamais será desconectado da realidade, mas deverá ir além das informações da realidade, na medida em que há reflexão, ação, sobre o tema.

Outro ponto que merece destaque pelo grau de relevância na sala de aula da EJA é a relação de confiança e de cumplicidade que deve existir entre o professor e seus alunos, uma relação alicerçada na humildade entre aquele que sabe e aquele que quer aprender. No mesmo nível de importância está a prática do professor, que deve permitir a participação do aluno, visto que, os alunos já trazem consigo uma bagagem de conhecimento, vivências e experiências, que superam muitas vezes os conteúdos da sala de aula. Mas, o professor não pode esquecer que seu papel é possibilitar as discussões,

sistematizar os conhecimentos e informações dos alunos e construir saberes sobre o mundo que os cercam.

Por fim, considera-se válido dar continuidade aos estudos sobre a importância da docência na educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que essa modalidade de ensino ainda tem uma longa trajetória a ser percorrida e construída para atender as necessidades dos alunos. Para ser tratada de forma diferenciada pela escola, pelos educadores e pelos alunos, que ao chegarem à sala de aula EJA, esperam de imediato recuperar os anos de estudo "perdidos", e, muitas vezes nas dificuldades iniciais desistem, por não estarem envolvidos, nem compreender o processo de ensino. Outrossim, acreditamos ser a motivação, a metodologia e uma prática pedagógica diferenciada na sala de aula da EJA, elementos essenciais para a permanência do aluno nessa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil
- BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores.** São Paulo, Arte & Ciência, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação de Adultos.** In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir - **Convite à leitura de Paulo Freire**, 2. ed. Scipione, São Paulo, 1991
- HOFFMANN, Jussara - **Pontos & Contraponto: do pensar ao agir em avaliação**, 4. ed. Mediação, Porto Alegre: 2000.
- LIBÂNIO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola. Goiania. Alternativa, Cortez, 1997.
- MOLLI, Jaqueline. **Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento.** In: **Educação de Jovens e Adultos.** RS: Mediação. 2004.
- MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio.** São Paulo: Abril Cultural/Victor Civita. Os Pensadores. Volume XI "Da educação das crianças
- PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento.** Petrópolis, Vozes, 1973
- SOUZA, Rosilda Silvio. **A política educacional da administração do Partido dos Trabalhadores em Santo André: a educação de jovens e adultos.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.



TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: Novos paradigmas na educação.** 18. ed. Integare. São Paulo, 2006.

CAPÍTULO XI

A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ORIENTAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA

Jakeline Olegário de Melo²².

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-11

RESUMO: A importância do exercício físico prescrito e orientado pelos profissionais de Educação Física traz benefícios ao corpo e à saúde humana, além de prever muitos problemas associados ao movimento de músculos, ossos, órgão vitais e os sistemas de funcionalidade do organismo humano. Portanto o devido trabalho busca mostrar como a orientação durante a execução das atividades são fundamentais para garantir um movimento correto e evitar contusões e erros de posturas. Temos como objetivos desenvolver através da pesquisa bibliográfica, um relato sobre o papel do professor de Educação Física na orientação do exercício físico ou das atividades físicas no ambiente escolar, podendo essa ser praticada em jogos, brincadeiras ou em atividades espontâneas. O artigo traz referências teóricas de autores e estudiosos das áreas da Educação Física, da Pedagogia e da saúde, fazendo-nos compreender que a mesma está ligada aos processos de ensino, aos cuidados do corpo e da mente, assim mantendo-os ou buscando-os deixar saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Movimento. Saúde. Bem-estar.

THE IMPORTANCE OF PHYSICAL EDUCATION PROFESSIONALS IN THE GUIDANCE OF PHYSICAL ACTIVITY

ABSTRACT: The importance of physical exercise prescribed and guided by Physical Education professionals brings benefits to the body and human health, in addition to predicting many problems associated with the movement of muscles, bones, vital organs and the functional systems of the human body. Therefore, due work seeks to show how guidance during the execution of activities is essential to ensure correct movement and avoid contusions and posture errors. We aim to develop, through bibliographic research, a report on the role of the Physical Education teacher in guiding physical exercise or physical activities in the school environment, which can be practiced in games, games or spontaneous activities. The article brings theoretical references from authors and scholars in the areas of Physical Education, Pedagogy and health, making us understand that it is linked to the teaching processes, the care of the body and the mind, thus maintaining them or seeking them. make them healthy.

KEYWORDS: Education. Movement. Health. Well-being.

INTRODUÇÃO

²²Pedagoga. Professora da Educação Básica. E-mail: jakelinecirmacau@gmail.com

O trabalho do professor de Educação Física consiste em planejar, orientar, interagir e integrar conhecimentos que contribuam para a construção dos processos de aprendizagem, como abordam educadores e pedagogos, assim também como seu papel social na vida dos cidadãos. É comum vermos pessoas caminhando todos os dias, praticando em praças públicas, exercícios e atividades, as quais consideram de prática fácil. Porém a condição orgânica e mecânica pede para se ter cautela na execução dos exercícios e conhecimento para poder fazê-los. A prática de atividades de movimento do corpo é fundamental para um bom funcionamento do mesmo, mas precisa ser orientado, como afirmam os autores que utilizamos para relatar esse assunto no presente artigo.

Partindo da problemática: Qual a importância do profissional de Educação Física na orientação da atividade física? Nos gerou uma inquietação quanto a realidade da valorização desse profissional para saúde das pessoas no geral, de qualquer idade ou condição. Traçamos um trajeto para elaboração desse estudo que parte da importância da Educação Física para a educação escolar e para a saúde, como para o bem-estar, e de como a orientação é essencial para a garantia do movimento correto e apropriado. Vamos verificar no decorrer desse artigo que a mesma é indispensável, porém pouco valorizada, já que muitas vezes é cotada como dispensável, e a área tem pouca visibilidade. Estabelecendo que pretendemos mostrar o quanto a Educação Física e seus profissionais contribuem para a evolução saudável da sociedade, já que a atividade física faz parte da vida de todos levando o indivíduo a ter hábitos saudáveis, socialização, coletividade e a prática do esporte.

Como objetivo geral deste trabalho pretendemos conhecer as vantagens e os benefícios da orientação nas atividades físicas como um todo. Os objetivos específicos partem desse princípio: Pesquisar sobre a Educação Física e sua relação com a sociedade; Compreender os valores da prática de atividades físicas para a saúde humana sob orientação de um profissional da área; e mostrar a importância do cuidado na execução de movimentos e exercícios físicos para o corpo humano. A partir dos objetivos, objetos do nosso estudo, foram compostos os subtítulos e realizada nossa pesquisa qualitativa, baseada na luz de autores e estudiosos da área da Educação Física, da Pedagogia e da Saúde.

Esse tipo de pesquisa nos possibilitou encontrar os conceitos, informações e conhecimento pelo qual buscamos inserir nesse relato. A sociedade vem estabelecendo mudanças significativas em vários aspectos da vida humana, padrões de beleza e de estética que tem levado muitas pessoas a buscar recursos nas atividades físicas, saber da importância da orientação de um profissional da área é primordial para alcançar o que se pretende sem sofrer danos musculares ou até mesmo em outros órgãos do corpo humano. É nosso propósito de estudo, dentro da conclusão da Especialização em Fisiologia do Exercício, buscando apresentar as condições adequadas para efetivação do exercício físico.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

De acordo com nossos estudos acerca da Educação Física no Brasil surge ligada à educação corporal disciplinadora, militarizada, servindo a propósitos políticos da época, com preceitos estéticos, de saúde, recreativos e ou esportivos ou não. Historicamente essa área tem obtido uma visibilidade limitada e muitas vezes inferiorizada em relação às demais áreas do intelecto humano, porém como nos mostra Betti (1992) a influência da prática da atividade física tem como função fazer com que o indivíduo produza, reproduza e transforme o movimento e suas aptidões a fim de promover o exercício crítico sobre a sociedade e a qualidade de vida. A Educação física veio para somar e contribuir com a educação intelectual nas escolas, uma de suas responsabilidades é instruir e instigar a opinião e o posicionamento crítico em relação às linhas de cultura corporal de movimento.

Após os anos 2000 muitas mudanças e transformações contribuíram para destacar a “vitalidade” da Educação Física em diversos aspectos. Academicamente passou a se organizar e gerar formações em diversas áreas, antes vinculada às ciências humanas, passa a abranger as demais, seja de maneira direta ou indireta como na construção de aparelhos e equipamentos. É certo que depois da segunda guerra mundial, em meados do século XX, as manifestações esportivas conduziram a uma busca maior pela participação em várias modalidades, principalmente as de categorias olímpicas, isso falando em termos globais, e como fator que também contribuiu para a visibilidade dessa área. Foi notório a busca pela formação de profissionais desse campo, que passaram a ver a

significativa importância do conhecimento acadêmico para a atuação nas atividades físicas.

A contribuição dos profissionais da área de Educação Física pode e deve ser oferecida à sociedade, seja através da produção de conhecimento sobre o assunto, seja através da própria atuação profissional. É preciso considerar os aspectos biopsicossociais do movimento humano, suas manifestações e evitar uma fragmentação metodológica. Estudos que investigam um aspecto muito particular do movimento e concluem que tal fator aprimorado leva à melhoria da qualidade de vida das pessoas podem induzir à compreensão equivocadamente determinista desta relação (SANTOS, 2012, p. 182).

Historicamente a Educação Física tem sua origem ligada à educação desde a Grécia, berço de seu surgimento, e já com os princípios de harmonização do funcionamento do corpo e da formação do caráter cidadão. A preocupação desse profissional não está apenas no condicionamento físico, mas com a “saúde mental, coletiva e emocional dos indivíduos”, o que mostra a importância desse trabalho na sociedade, principalmente referente a qualidade de vida. Acordo com Santin (1999) a mesma tem em seu planejamento critérios estabelecidos por uma ordem “sociocultural vigente”, por isso não exatidão em um único conceito, depende de um conjunto de significados que vigora em determinada ordem social, tendo autenticidade e seguindo as transformações sociais. É de acordo com Vieira (apud NETO, 1992, p. 33) epistemologicamente, a ciência da compreensão e explicação da conduta motora humana, que envolve vários estudos da área humana e biológica, principalmente da educação, psicologia, fisiologia, entre outras do processo de desenvolvimento psíquico, social, orgânico e motor.

O estudo que cerca a Educação Física e sua atuação tem estabelecido sua importância para a vida em sociedade, já que em sua formação histórica podemos evidenciar sua presença em todos os moldes da sociedade, como foi durante o período higienista, dos governos militares, da ascensão do trabalho industrial, partindo para o esporte e agregando a outras linhas do pensamento humano chegando a atual contemporaneidade, nas suas mudanças e nos seguimentos de trabalhos sociais. O profissional da Educação Física traz consigo a visão do todo, a comunidade e os seus aspectos culturais, e assim desenvolve seu trabalho, baseado na realidade em que está inserido, seja na escola, nos espaços de atividade física como nas academias, nos postos

de atendimento à população como os PSF (Posto de Saúde da Família), clínicas de reabilitação, conselhos de saúde e outros que atendem pessoas de faixas etárias e condições físicas diferentes.

A contribuição dos profissionais da área de Educação Física pode e deve ser oferecida à sociedade, seja através da produção de conhecimento sobre o assunto, seja através da própria atuação profissional. É preciso considerar os aspectos biopsicossociais do movimento humano, suas manifestações e evitar uma fragmentação metodológica. Estudos que investigam um aspecto muito particular do movimento e concluem que tal fator aprimorado leva à melhoria da qualidade de vida das pessoas podem induzir à compreensão equivocadamente determinista desta relação (SANTOS, 2012, p. 183).

“A Educação Física no Brasil, que invariavelmente deve constituir-se numa Educação Física de Qualidade, sem distinção de qualquer condição humana e sem perder de vista a formação integral das pessoas, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, terá que ser conduzida pelos Profissionais de Educação Física como um caminho de desenvolvimento de estilos de vida ativos nos brasileiros, para que possa contribuir para a Qualidade de Vida da população” (CONFEEF, 2000, p. 4).

Podemos ver através dos citados que a Educação física possui um papel de relevância na vida social, em seus conhecimentos específicos para promover programas de atividades físicas e esportivas, no que são consideradas fundamentais para se alcançar os objetivos de saúde e qualidade de vida para a população, junto a sua qualificada, competente, ética e responsável contribuição para a vida em comunidade, e na efetivação dos direitos de cidadania, como está inserida na Carta do Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP, 2000). As atividades que englobam o trabalho do profissional da Educação Física se ampliam na medida em que as atividades físicas são executadas, depende do espaço e da finalidade do seu trabalho. Os conceitos metodológicos definem a forma de atuação, além de estar condizente com as características de cada indivíduo, seja pela idade, condição física, social e cultural. Portanto, como nos mostram os autores os quais citamos, os conceitos e métodos que acompanham o trabalho desse profissional estão associados a qualidade de vida, saúde do corpo e da mente, realidade e responsabilidade social, sendo fundamental a permanente construção do conhecimento científico para a contribuição de uma sociedade cidadã.

OS VALORES DA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA A SAÚDE HUMANA

A prática de exercícios físicos e atividades físicas orientadas na vida humana segue a origem da Educação Física, portanto os conceitos se fundamentam no movimento, o que é importante citarmos neste trabalho. É certo que o ato de se exercitar remota a pré-história, porém o homem primitivo dispunha do seu corpo para executar suas tarefas, a tecnologia deu à humanidade o conforto, reduzindo o esforço. Garaudy (1980) afirma que “o corpo é o instrumento mais importante que o ser humano disponibiliza para trabalhar, se transformar”, assim podemos ver que movimento, atividade e exercício físico são fatores fundamentais para a manutenção do corpo e de seu funcionamento. A Educação Física, traz a orientação necessária para tornar o movimento do corpo benéfico, pois sua ausência provoca problemas musculares e contribui para outros agravantes relacionados à saúde. Pesquisas comprovam que caminhar, andar de bicicleta, ir para academia, nadar, fazer exercícios como trocar o elevador pela escada, “promove saúde e longevidade”, manter-se ativo pode prevenir e curar doenças, fornece a resistência física, promove a autoestima, alivia o estresse e “fortalece a musculatura”.

Em contradição com as atividades físicas, o sedentarismo e o estresse se revelam na atualidade como um agravante que tem aumentado os números de doenças cardiovasculares, articulares e ósseas. A sociedade atual que tem acesso a internet e ao conforto, tem se tornado cada vez mais sedentária, um fator da globalização tecnológica, do capitalismo que promove o trabalho intenso, a busca pela ascensão social, por mais conforto, por mais acesso às novidades técnicas do mercado e pela comodidade dos “deliverys”, do que se pode adquirir prontamente. Essa não é uma característica do adulto, se apresenta no jovem e na criança, como nos mostra artigos em revistas e artigos de saúde. A outra face dos contextos ligados à saúde física, são os novos padrões de estética e beleza que tem elevado a frequência em academias, aumentado o número de cirurgias estéticas e outros recursos para alcançar o nível que é imposto por certas mídias. Outro aspecto que vai contra os princípios da saúde física e mental, mesmo que tenha envolvimento com movimentação do corpo, tais padrões excluem as pessoas do seio social e segrega a participação, o vai contra o bem-estar, a coletividade e os direitos democráticos de se obter qualidade de vida.

Em várias situações a atividade física produz uma melhora na capacidade da pessoa, sendo muito útil em determinadas moléstias, como por exemplo, no enfisema pulmonar e no diabetes, o controle da pressão alta fica mais fácil quando há a realização de exercícios regulares. Além disso, têm importância vital nas doenças coronárias, principalmente no que se diz respeito à profilaxia do infarto do miocárdio, pois os exercícios regulares fortalecem o músculo cardíaco e melhoram a circulação coronária. Foi observado que as pessoas que fazem regularmente os exercícios têm as chances de ter diabetes, desenvolvida com o passar dos anos, diminuídas. Além do processo de osteoporose ter sua velocidade reduzida. Em compensação, a falta de atividades físicas podem causar o aumento de várias doenças, como por exemplo, hipertensão arterial, obesidade, ansiedade e aumento do colesterol. Por isso que o sedentarismo é considerado o principal fator de risco de morte súbita (AZEVEDO, 2000, p. 14).

O modelo de beleza imposto pela sociedade atual corresponde ao corpo magro, não levando em consideração os aspectos relacionados com a saúde e as diferentes constituições físicas da população. Esse padrão distorcido de beleza acarreta número cada vez maior de mulheres que se submetem a dietas para controle de peso, ao excesso de exercícios físicos e ao uso indiscriminado de laxantes, diuréticos e drogas anorexígenas (GONÇALVES et. al., 2008, p. 167).

Utilizando de estudiosos para que podemos compreender os valores contraditórios da busca pela qualidade de vida com atividade física e o que é imposto por uma sociedade baseada na imagem e não no bem-estar. Portanto, manter o corpo em funcionamento harmônico, ter boa disposição, flexibilidade, estar contente consigo mesmo e se sentir saudável é o objetivo de se ter uma boa qualidade de vida, não importa sua condição física ou sociocultural. É certo que muitos problemas gerados pela falta de recursos mínimos, também interferem na construção de um dia-a-dia de atividades físicas, mas recursos como as caminhadas e idas às academias públicas podem ajudar a manter o vigor e incentivar em bons hábitos de manutenção da saúde do corpo. Na verdade o que falta é informação e o contato com o profissional da área, o qual pode orientar, indicar e estabelecer uma rotina para que possa inserir esses hábitos na sua rotina. A orientação correta pode alterar significativamente a vida, e as possibilidades de se ter longevidade de maneira saudável, por isso é fundamental a ampliação da atuação do profissional de Educação Física em diversos setores da sociedade, não apenas na escola ou em academias, mas em ambientes de contato social, em instituições e órgãos de saúde e demais setores que atendam a população.

Nas últimas décadas, pelo próprio desenvolvimento científico no campo das ciências médicas e da saúde, a Educação Física passou a ser peça chave na prevenção e no tratamento de diversas doenças e na própria promoção da saúde. Foi então que o Conselho Nacional de Saúde através da resolução nº 218 de 6 de março de 1997, reconheceu os profissionais de Educação Física como Profissionais de Saúde, e em seguida houve a regulamentação da profissão através da Lei 9.696/1998 com a atuação do sistema CONFEF/CREFs (NUNES; VOTRE; SANTOS, 2012, p. 281).

É preciso que a informação alcance a população para que os objetivos de se ter uma população saudável obtenham resultados positivos. A legislação brasileira e mundial tem demonstrado através dessas conferências e seminários que o trabalho e a orientação do educador físico em locais e atendimento às pessoas, influencia diretamente na redução de diversos problemas de saúde. O licenciado em Educação Física atua na docência da Educação Básica, na escola. Já o bacharel é um profissional capaz de intervir acadêmica e profissionalmente nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, na educação, projetos sociais, esportes, lazer e gestão de empreendimentos dessa área, o que nos mostra uma flexibilização desse trabalho. Com a ampliação da área de atuação foram estabelecidas as competências necessárias para se ter um bom trabalho, sendo fundamental que esse profissional esteja capacitado, preparado e tenha os conhecimentos para dar aulas, elaborar um treinamento físico adequado, seja um pesquisador para atualizar-se, tenha pleno conhecimento e compreensão da sua área de atuação.

O licenciado em Educação Física, historicamente falando, já tem legitimado um lugar específico de atuação, a escola. O bacharel em Educação Física, contudo, vem formando sua identidade profissional agora, já que a regulamentação da profissão é recente. Atuando frequentemente como técnicos, treinadores, gestores e empreendedores, os bacharéis em Educação Física são profissionais que também ensinam, mas com outro modo de intervenção (NUNES et al, 2012).

A cada dia se torna mais difícil trabalhar de forma isolada dentro da Educação Física. Diversas são as situações em que o profissional de Educação Física precisa se comunicar e trabalhar juntamente com outros profissionais visando o bem estar de seu aluno. Por exemplo, no caso de um indivíduo que procure um professor de academia para emagrecer, ele muito provavelmente já terá passado por um médico endocrinologista, um nutricionista, talvez ainda um psicólogo, dentre outros profissionais. É fundamental a inter-relação entre todos esses saberes que estão direcionados para esse indivíduo, de maneira que um

profissional saiba do trabalho realizado pelo outro, podendo adequar seu planejamento para melhor atender o indivíduo (NUNES et al, 2012).

Vemos, portanto, que a orientação quanto a execução de uma prática segura é importante, como são as atividades físicas na nossa vida. A influência da mídia e os acessos fáceis têm tornado o sedentarismo e o comodismo empecilhos na caminhada para uma saúde de qualidade, cabe a cada pessoa buscar orientação, e também aos dirigentes a capacidade de promovê-la. Não estamos dizendo que a tecnologia é má, ou que as facilidades da atualidade são prejudiciais, mas precisamos limitar a comodidade do tudo pronto, sem deixar de utilizar, e buscar movimentar o corpo como ele precisa para ter bom funcionamento.

A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO NA EXECUÇÃO DE MOVIMENTOS E EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA O CORPO HUMANO

Quando falamos em valorizar as atividades físicas no nosso cotidiano e na importância da orientação para poder realizá-las, estamos nos relacionando aos cuidados de executar os exercícios e o movimento do corpo de maneira correta. Sabe-se que o corpo humano foi criado para o movimento, precisa estar em pleno funcionamento, claro que não estamos falando de esforços e exageros, mas de atividades que contribuam para o fortalecimento de músculos, ossos, órgãos e estimule a disposição. É comprovado que uma vida de sedentarismo atrai cada vez mais a indisposição, e tem aquele velho bordão de: “segunda-feira começo”. Esse adiamento que já virou “meme” que não tem humor, as pessoas precisam se conscientizar da importância de praticar uma atividade física adequada. De acordo com profissionais e estudiosos da saúde e da Educação Física os benefícios dos exercícios físicos são fundamentais para uma vida saudável e muito melhor: queima de calorias e perda de peso, manutenção da tonificação dos músculos, melhoria na circulação, melhoria nas funções cardíacas e pulmonares, aumento do autocontrole, redução do estresse, aumento da habilidade de concentração, melhoria na aparência; redução da depressão, melhoria na qualidade do sono, prevenção de pressão sanguínea e colesterol altos e diabetes.

Todos esses benefícios trazem calma, serenidade e alegria, com boa disposição podemos nos livrar do estresse, da ansiedade, da depressão e de problemas relacionados a estagnação da contemporaneidade, dos tempos em que a facilidade está nos deixando indolentes. Dados da Unifesp, sobre o percentual de pessoas que praticam alguma atividade nos Estados Unidos e aqui no Brasil, revelam que 60% dos estadunidenses não praticam atividade física regularmente, e 25% não se exercitam de forma alguma. O público que se enquadra nesses fatores é idosos, fumantes e obesos, tradicionalmente. No Brasil o levantamento mostrou, segundo relatório do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indicando que 26% dos homens realizam atividade física regular e somente 12,7% das mulheres estão envolvidas em algum programa de treinamento. Quando se verifica a quantidade de pessoas que se exercitam pelo menos trinta minutos ou mais por dia, no mínimo três dias na semana, encontra-se 10,8% e 5,2% de homens e mulheres respectivamente. Os índices que foram observados, principalmente nas grandes capitais, evidencia a realidade do estilo de vida sedentário

Foram realizadas 2.001 entrevistas com 953 homens e 1.048 mulheres entre 14 e 77 anos, selecionados em 29 cidades de grande, médio e pequeno porte no Estado. Utilizando a versão 8 do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) na forma curta para determinar o nível de atividade física, foi encontrado que 45,5% dos homens, 47,3% das mulheres e 46,5% da amostra total são pessoas insuficientemente ativas (sedentários e irregularmente ativos) (MATSUDO, 2002, p. 141).

De acordo com Breslow (apud Mello, 2006, p. 109) devemos seguir uma lista de hábitos associados com a saúde e a longevidade, que inclui a prática regular de exercício físico, assim “adicionando cerca de 11 anos na vida de uma pessoa”. A melhoria na qualidade de vida da população tem retorno econômico para as cidades, pois reduz os gastos com serviços de saúde, o que deveria constar nas políticas públicas municipais, o incentivo a prática de exercício físico. Uma constante em evolução, o que significa uma ótima perspectiva dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, é o aumento da população idosa, que representa o aumento da expectativa de vida, da prevenção de doenças e do controle das patologias referentes às políticas de saúde da família. Por mais que não seja uma realidade geral, a população acima de 65 anos tem se mantido em aumento, para tanto é fundamental os cuidados com a saúde do corpo e a mental, emocional.

Outro fator preponderante nesse caso, da população idosa, são as doenças ligadas a desordem mental, como demência, Alzheimer, déficit sensoriais e outros que a atividade pode evitar ou retardar seu surgimento. O exercício físico, como nos mostra Mello (2006), afirmando que dados epistemologicamente sugerem que pessoas moderadamente ativas têm menores riscos de serem acometidas por desordens mentais. A participação em programas de exercícios físicos exerce “benefícios na esfera física e psicológica” o que ativa ainda mais o cognitivo (percepção, aprendizagem, memória, atenção, vigilância e raciocínio) tornando a pessoa mais prática, dinâmica e sociável. O condicionamento físico, vem mostrando impactos positivos nas tarefas do dia a dia, como no trabalho e na resolução de situações complexas.

O exercício físico pode interferir na performance cognitiva por diversos motivos: a) em função do aumento nos níveis dos neurotransmissores e por mudanças em estruturas cerebrais (isso seria evidenciado na comparação de indivíduos fisicamente ativos x sedentários); b) pela melhora cognitiva observada em indivíduos com prejuízo mental (baseado na comparação com indivíduos saudáveis); c) na melhora limitada obtida por indivíduos idosos, em função de uma menor flexibilidade mental/atencional quando comparado com um grupo jovem (MELLO, 2006, p. 111).

Praticar o exercício físico tem diversos benefícios, além de poder ser realizado em vários ambientes, em casa, na academia, na praia ao ar livre, clubes, salas de ginásticas, quadras poliesportivas, nas praças e academias públicas entre outros. A informação e a motivação, são aspectos que estimulam essa prática, é claro que a faixa etária influencia na capacidade e nos motivos que levam ao exercício físico, além de fatores ligados à saúde. Cada público apresenta objetivos diferentes, como citamos acima os idosos, que estimulam músculos e ossos, deixando-os mais flexíveis, e também ativa os sensores da cognição, evitando problemas relacionados a doenças ligadas a desordem mental. Assim como as mulheres tem o estímulo da estética, da absorção e retenção de líquido, problemas relacionados ao descontrole hormonal entre outros, e dessa maneira, jovens atletas, crianças com obesidade, enfim, cada pessoa, ou público de acordo com as pesquisas de institutos acadêmicos ou órgãos governamentais, no demonstram que a diversidade de motivos e objetivos vão de encontro às perspectivas pessoais.

A motivação serve de ferramenta para auxiliar a manutenção e até mesmo o ingresso desse público alvo nos programas de exercícios

físicos, bem como refletir sobre o papel do professor na promoção da motivação intrínseca, para pôr em prática alternativas promissoras para criação de estratégias que fidelizem as pessoas a praticarem exercícios físicos em espaços públicos (GUIMARÃES apud SANTOS, 2015, p. 34).

Em tudo que falamos sobre a importância de se praticar exercícios físicos, existem os cuidados necessários para se executar os mesmos sem danificar músculos, ossos, provocar torções, entorses e outros transtornos, além de que pode representar perda de tempo, de dinheiro, pois pode não obter os resultados desejados, ou nenhum tipo de resultado. É preciso ter bastante cuidado ao executar atividades físicas, sempre dando atenção a postura e a respiração correta para que se possa evitar prejuízos. A orientação é fundamental e deve ser feita com base em estudos metodológicos, e experiências obtidas através de vivências e estágios, também enfatizamos a pesquisa e a atualização de conhecimentos. Por mais que uma pessoa/aluno demonstre que sabe sobre o exercício, o papel do professor/instrutor é de orientar e analisar se está sendo executado de maneira correta, pois o erro será do profissional com certeza. Embora existam exercícios simples, como caminhada, andar de bicicleta e nadar, saber fazer de modo que não agrida o corpo, não machuque, não venha a causar nenhum transtorno é fundamental.

Evitar certos incômodos, ou até mesmo problemas mais graves, além de causar dor intensa pode desestimular a atividade física, o cansaço, a falta de resultados pode gerar baixa autoestima e causar efeitos contrários aos esperados. Para Corazza (2003, p. 20) para que o nosso corpo possa desenvolver ou adaptar-se a uma rotina física ou fisiológica necessita de tempo, de percepção das melhorias ocasionadas pela atividade, que deve ocorrer de maneira gradativa e progressiva. Já com o erro, com a forma inapropriada, o efeito contrário e até pior que o sedentarismo pode frustrar, deixar a pessoa insegura da prática. É preciso, também, vestir-se apropriadamente, ter um calçado capaz de absorver impactos, e não causar danos nos pés, ter uma boa alimentação, beber bastante água, aquecer, fazer alongamentos para evoluir a flexibilidade entre outros cuidados são fundamentais para garantir a prática correta e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida urbana, ou até mesmo no campo tem seus estresses, as atividades físicas são comprovadamente um alívio para esse problema da realidade contemporânea. Várias fontes de estudos nos mostraram que as atividades físicas são, sem contraposição, a solução de inúmeros problemas relacionados à saúde, como vimos no decorrer do nosso trabalho, persistindo na importância dessa prática, e de se tornar um hábito, e agregar a outros cuidados. O conforto das inovações tecnológicas, trouxe maiores comodidades às pessoas que hoje, desfrutam de tudo pronto e sem demora, com isso problemas sérios de saúde, obesidade, depressão, ansiedade e outros que afetam a velhice. A busca pela qualidade de vida, nos últimos anos tem se mostrado mais eventual, mesmo com índices apontando um percentual das populações sem prática regular e com certo aumento de morbidade, as academias e espaços gerais onde busca fazer atividades, encontram-se mais movimentados e com maiores participações.

O profissional de Educação Física tem o conhecimento necessário para construir essa prática e realizar um trabalho que gera resultados positivos. Em sua formação toda metodologia que as disciplinas produzem durante a graduação, seja ela para a docência ou bacharelado, conduz a esse profissional seus direitos, deveres, objetos de estudo, ética, determinação, competência e capacidade para efetivar um trabalho com segurança. A atualização de informação, as formações continuadas e o crescimento vertical acadêmico são passos importantes na evolução da própria área, que com profissionais qualificados e conhecedores das ações, meios e fatores sociais irão promover a sociedade o bem comum, já que saúde é um direito de todos garantido pela constituição federal. Esse profissional atua em áreas que contactam diretamente com as pessoas e suas fragilidades ou desejos, seja qual for o motivo que leve um indivíduo a prática de exercícios, o mesmo irá motivá-lo, conduzi-lo, orientá-lo e fazer com que se sinta bem, uma responsabilidade que muitos não conhecem ou valorizam.

Durante a realização da nossa pesquisa, podemos perceber que muitos buscam realizar exercícios de forma autônoma, por considerar fácil, porém também, através da mesma viemos constatar que a realização de exercícios de maneira errada pode provocar inúmeros malefícios ou nenhum resultado, podendo até “ser pior do que mesmo o próprio sedentarismo”. Conhecer o trabalho do profissional de Educação Física e saber das suas

especificidades, áreas de atuação é importante não apenas para a visualização desse profissional, mas para contribuir no funcionamento de vários setores da sociedade. O trabalho desse profissional conta com a organização e segurança nos procedimentos utilizados, visa não somente a capacitação físico-corporal, mas saúde e qualidade de vida em nível individual e coletivo, como estabelece a Educação Física aos profissionais dessa área. Praticar exercícios físicos faz muito bem ao corpo e a mente, saber que serão realizados corretamente garante que músculos e ossos não sejam agredidos. Essas atividades dão bom ânimo, estimulam a produção de hormônios importantes para a revitalização de órgãos e eleva a autoestima tornando-nos mais felizes.

REFERENCIAL

BARROS, J.M.C. (1992). **Educação Física no ensino de 1º e 2º graus**: um estudo da natureza e conteúdo dos programas. Revista Kinesis, 9, 191-206.

_____. **Educação Física e esportes**: Profissões? Revista Kinesis, 11, 5-16.

CONFED - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Carta brasileira de prevenção integrada na área da saúde**. Rio de Janeiro: CONFED, 2004. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteúdo/default.asp?id=30>.

CORAZZA, Rafaella Sinopoli. **Atividade física não orientada**: perfil das atividades e suas relações com a qualidade de vida. 2003.

Mello MT, Fernandez AC, Tufik S. **Levantamento epidemiológico da prática de atividade física na cidade de São Paulo**. Rev. Bras. Med. Esporte 2006: 109-24.

SANTIN, S. **Educação Física**: Educar e profissionalizar. Porto Alegre: EDIÇÕES EST, 1999. SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos. SIMÕES, Antônio Carlos. **Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas**. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.1, p.181-192, 2012.

VIEIRA DA CUNHA, M. S. **Educação física ou ciência da motricidade humana**. Campinas: Papyrus, 1992.

CAPÍTULO XII

A HISTÓRIA DE MACAU/RN E SEU ESPAÇO GEOGRÁFICO APRESENTADA PARA O ENSINO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Maria dos Navegantes de Miranda²³.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-12

RESUMO: A pesquisa aborda sobre a formação do povo de Macau/RN. Traz um resgate da memória efetiva de Macau, da sua história econômica, cultural e social. O objetivo do estudo é conhecer a história de Macau, e o seu espaço físico e geográfico, dando ênfase ao acompanhamento do desenvolvimento das melhorias dos aspectos geo-sócio-econômico da região de Macau e das comunidades. As informações foram obtidas através de dados secundários que foram levantados em documentos técnicos e livros publicados que contam a história do município e foram selecionados e analisados, desde o topônimo do nome Macau, o povoamento e a evolução socioeconômica e política do passado e do presente da cidade Macau.

PALAVRAS-CHAVE: Macau. História. Espaço geográfico.

THE HISTORY OF MACAU/RN AND ITS GEOGRAPHIC SPACE PRESENTED FOR CHILD SCHOOL AND EARLY YEARS

ABSTRACT: The research addresses the formation of the people of Macau/RN. It brings a rescue of the effective memory of Macau, of its economic, cultural and social history. The objective of the study is to know the history of Macau, and its physical and geographic space, emphasizing the monitoring of the development of improvements in the geo-socio-economic aspects of the Macau region and the communities. The information was obtained through secondary data that were collected in technical documents and published books that tell the history of the municipality and were selected and analyzed, from the toponym of the name Macau, the population and the socio-economic and political evolution of the past and the gift from Macau city.

KEYWORDS: Macau. History. Geographic space.

INTRODUÇÃO

A primeira sociedade macauense nasceu em uma ilha chamada Manoel Gonçalves, por povos portugueses principalmente, transferidos pela força das águas do Atlântico que emergia aquela ilha; sendo que aquele povoamento foi obrigado a evadir-se para uma nova província "Macau". Foram desenvolvidas atividades econômicas como

²³ Pedagoga. Professora da Educação Básica. E-mail: navegantemiranda2019@gmail.com

o sal, o pescado e outros, que no tempo compatível da história, evoluíram o socioeconômico e político da sociedade.

A história de Macau se compõe do espaço físico, e são notáveis os personagens sejam registrados desmandos, contudo há respaldo para construção desta história, desse povo, desta sociedade de encantos e desencantos.

O objetivo do estudo se propõe a conhecer a história de Macau, e o seu espaço físico e geográfico, dando ênfase ao acompanhamento do desenvolvimento das melhorias dos aspectos geo-sócio-econômico da região de Macau e das comunidades através do seu envolvimento e comprometimento articulados com parcerias técnicas e socioeconômicas, os objetivos específicos desdobram-se em mostrar o significado do nome, origem, informações dos bairros, comunidades primitivas, salinas e os primeiros exploradores da região, identificar através de registros a situação econômica antiga e atual do município.

Portanto, a metodologia desenvolveu-se sob uma pesquisa bibliográfica, e secundária. Nessa percepção este trabalho científico pretende basear-se intensificando as causas e consequências da origem e do povoamento, da evolução sócio-econômica e política de Macau, e seu espaço geográfico. Observando os acontecimentos relevantes numa linha de tempo de 1820 á 2005, conforme as referências teóricas abordadas em estudo.

ORIGEM DO TOPÔNIMO MACAU, ATAQUE CORSÁRIO E O FORTIM

Diante de pesquisas realizadas, há duas versões no nome do município de Macau, uma de origem chinesa e outra de origem brasileira. MA - AU, que se pronuncia MA - AO, significa Baía de Ma (da deusa Ma, A-Ma, Ni-Na ou Neong-Ma), um antigo povoado da província de Guandong, na China. AMA- GAO ou A-MA-KAO foi o nome dito pelos portugueses que ali se estabeleceram. A palavra MACAU, escrita com "U" no final, foi escrita algum tempo depois.

O nome de Macau também está ligado ao de um pássaro - ara macao -, a que costumamos chamar arara e que os ingleses denominam "macaw", que habita nas florestas tropicais da América do Sul. O nosso topônimo, que liga versão ao topônimo chinês foi propagado pelo mestre Luiz da Câmara Cascudo, através da revista Bodas de

Ouro da Ordenação Sacerdotal de Monsenhor Honório da Silveira, em 1952, e no seu livro Nomes da Terra de 1968. Mas não informou, as evidências históricas, de semelhanças geográficas ou de qualquer ordem que mostrasse a ligação da origem do nosso topônimo ao do nome chinês.

Na bandeira e no brasão de Macau brasileira está escrito "A-Ma-Ngão", do antigo povoado chinês. O topônimo original do porto asiático foi adotado historicamente pela cidade brasileira em 1975, como não tinha outra versão, (não havia mais pesquisa), Macau passou a ser o único verbete de origem chinesa na toponímia brasileira.

O POVOAMENTO DE MACAU-RN

Segundo o escritor, Moura, Getúlio, p, 2005, desta região de Macau uma escritura de venda de 1797 e uma relação de 13 léguas de terra, feita no início do século XIX descrevem dois povoados, várias fazendas de criação de gado, ilhas, barcos, escravos, etc. Esses documentos contêm a mais antiga descrição, em detalhes, da colonização da região, achado pelo coronel Elias Souto, colecionador de notas do passado, tio do historiador Nestor Lima.

As terras ali constantes eram registradas para a família Rosa, na pessoa da senhora Francisca Rosa da Fonseca. Que havia recebido como herança de seus pais, Francisco Carvalho Valcacer e Joana Maria da Fonseca.

Por volta de 1790, a ilha Macau já pertencia ao Coronel Bento José da Costa e Domingos Ferreira sem habitantes. Porém, próxima da ilha de Manoel Gonçalves começou a rota de moradores ligada entre uma e outra gamboa. Então, no final do século XVII, seus primeiros habitantes já eram pescadores e salineiros. Durante este mesmo século, muitos navios aportaram ali, em busca de sal, peixe e algodão. Transformando a ilha num importante porto da Capitania do Rio Grande. Câmara Cascudo disse que "estas ilhas tinham cerca de 12 a 15 milhas de distâncias. E em fins do século XVIII era intensamente povoada, com armazéns de taipa para guardar peixe seco, rumas de sal, negociando carne-de-sol com as oficinas de Assú. Além de gente pobre, pescadores e pequenos traficantes, nela viviam portugueses abastados, com prole extensa. Vida

humilde e simples. Aparece nesta história o nome de Frei Vital, tido como alentador da fé católica daquele povo."

Hoje o território macauense está distribuído nos distritos: Barreiras, Diogo Lopes, Tambaú, Quixaba, Canto do Papagaio e Salinópolis. Nas periferias os bairros: COHAB, Ilha de Santana, Imburanas, Vila da Alcanorte, Navegantes, Porto de São Pedro e Valadão. E no centro o bairro Centro. Recordando o passado, no Centro moravam as famílias mais abastadas. Precisamente na rua da Frente (Augusto Severo), famosa pelos sobrados de dona Ingrácia Cariello, (em anexo) sobrado do coronel José Fernandes de Oliveira, (em anexo) e o Grupo Escolar Duque de Caxias (em anexo) onde estudava a população de melhor poder aquisitivo; e o sobrado de Serviço Social da CIRNE, Companhia de Indústria do Nordeste, empresa de grande porte econômico para a cidade.

VISÃO DA CIDADE DE MACAU/RN

Nesta sociedade nas primeiras escolas os homens estudavam separados das mulheres. Existiram e existem nomes notáveis que contribuem para formação deste povo, podemos citar alguns nomes: Manoel Coimbra (professor), Edinor Avelino, (poeta, escritor), Adalberto Amorim (professor), Clara Tetéo (professora), Donana Avelino (professora), Maria de Lourdes Bezerra (professora), Anaide Dantas (professora), Joao de Aquino (fundador do museu), Manuíque (fundador do museu marinho), Manoel Rodrigues de Melo (pesquisador da história, escritor), Manoel Justino Bessa (pesquisador histórico), Walter Wanderley (pesquisador histórico), Alfredo Neves (fundador dos partidos políticos PDT, PT, PSTU em Macau), Benito Barros (prof. Universitário, escritor, sociólogo), Edinor Avelino (poeta), Fagundes de Menezes (poeta, advogado, jornalista, contista), Gilberto Avelino (advogado, poeta), Helvércio Barros (escritor, trovador), Horácio Paiva (prof. Universitário, escritor literário), João Vicente (escritor, pintor), Vicente Alberto Serejo Gomes (jornalista), Regina Barros jornalista), Olga Pinheiro Avelino (poeta, compositora, pianista), Marcio Maia (escritor), Zé Vicira (cscritor de folhetos), Getúlio Moura (escritor, pintor, desenhista, petroleiro), e tantos outros nomes que fazem a sociedade macauense.

De forma que a educação e a cultura macauense criam apogeos, mas não decolam com maiores intensidades progressivas. Trazendo a lembrança do museu José Elviro, fundado em 1952 com mais de 1000 objetos comprados ao longo do tempo, na rua Tenente Victor, foi a primeira sede de exposição, depois num antigo prédio, onde hoje é a Telemar. Em 1974 o museu foi transferido para o prédio da Cirne (hoje Salinor), atualmente em estado lastimável com parte do prédio interditado, na verdade é apenas um depósito de peças antigas, onde o jovem Gilson substituto do fundador João de Aquino, luta pela sua preservação. Enquanto isso, o museu desaparece e a sociedade perde parte de sua história social, política e econômica.

Os primeiros dirigentes de Macau foram coronéis, alferes, capitães e majores. O chefe político mais completo que Macau já teve foi Armando China. Somente em 1948, o município teve seu primeiro prefeito constitucional: Albino Gonçalves de Melo, construiu uma das melhores bibliotecas públicas do estado, também se destacou José Heliodoro de oliveira nos seus primeiros mandatos. Segundo Câmara (1940, p. 34) "Macau, município relativamente rico, (...) onde a agitação política provocava sempre o adiantamento dos problemas da coletividade".

Território de 1.865km², físico-geográfico diminuiu para 1.423m² e a partir de 1963 foi reduzida mais uma vez para 885 km², até o ano de 2000 quando foi corrigida para 747 km², correspondendo 1,58% da superfície estadual, e conforme a divisão territorial do Brasil, pertence a mesorregião Central Potiguar, inserido na microrregião Macau. Localiza-se em uma altitude média de 4 metros acima do nível do mar, situando-se numa posição geográfica determinada pelo paralelo 05°06'56 de latitude sul e pelo meridiano 36°38'68 de longitude oeste.

A vegetação que predomina na região é formada por Caatinga Hiperxerófila, de caráter mais seco, com abundância de cactáceos e plantas de porte baixo e espalhadas, destacando-se jurema-preta, mufumbo, marmeleiro, faveleiro, xique-xique e facheiro; carnaubal, natural onde a espécie que predomina mais é a palmeira, a carnaúba, sendo os carnaubais espaçosos e iluminados.

Os solos que predominam e tem características principais são: Areia Quartzosa Distróficas, fertilidade baixa, textura arenosa excessivamente drenada, e relevo plano;

Solonchack Solonitzico, com alta salinidade, textura indiscriminada, imperfeitamente mal drenada, com relevo plano; e Latossolo Vermelho, amarelo Eutrófico, com fertilidade média e alta, textura média, fortemente drenada e relevo plano que apresentado com menos de 100 metros de altitude. Estes solos são cultivados, muito poucos com culturas de subsistência, em face de muito forte limitação pela falta d'água, e a fertilidade baixa.

O nosso município pertence à bacia hidrográfica Piranhas-Açu. Seus recursos hídricos são compostos por arenitos fino e grosseiros, conglomerados, arenitos argilosos caulínicos e ferruginosos, lateritas e argilas variadas de coloração amarela avermelhada, formando aquífero barreiras, que são poços perfurados em algumas áreas, e apresentam vazão de 5 a 100 m³/h, com água de excelente qualidade química, com baixos teores de sódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste trabalho científico, também obtive informações através de dados secundários que foram levantados em documentos técnicos e livros publicados que contam a história do município e foram selecionados e analisados, desde o topônimo do nome Macau, o povoamento e a evolução sócio-econômica e política do passado e do presente da cidade Macau.

Tomando como base a ascensão, esta história potiguar emaranhada entre imigrantes, riquezas minerais e a política. Levando-nos a compreender sobre a abrangente origem e evolução da cidade macauense. Entretanto, nas entrelinhas de perguntas e respostas, sutilmente surge a retratação dos mandos e desmandos da política, no âmbito municipal, estadual e privado. Desempenho comprovado nas perdas e ganhos que seus munícipes têm recebido nesta cidade. São prováveis que os levantamentos de dados qualitativos, desta pesquisa erguem um quadro histórico satisfatório, no que se diz respeito, às diversidades históricas de Macau. Desta feita, é importante frisar que ela justifica seu espaço no processo social, políticos e econômico. Gerando ainda nesta, a arte do conhecimento, o qual irá lhe designar como conhecimento sistemático no processo intelectual. Uma vez certificada nesta comunidade consideramos esses saberes na nova dimensão geo-histórica macauense

A metodologia utilizada para desenvolver, este trabalho científico, está relacionada, à história e ao espaço geográfico de Macau, os dados primários foram coletados na pesquisa de campo. Utilizou-se a complementação de informações através de entrevistas focalizada, no assunto com pessoas relevantes para o resgate da memória efetiva de Macau, da sua história econômica, histórico-cultural, bem como observação in loco, acompanhada de pessoas que conhecem, vivem há muito tempo no município, Pois ao analisarmos cada depoimento a ótica de investigar até que ponto ocorreu evolução na história de Macau na geografia física. Para poder evidenciar alguns nomes dos contribuintes desta evolução. Os três entrevistados enlaçam com esta história, quando em suas respostas respaldam suas experiências neste município, nos diversos setores incrementam sua prática. Tomando como ponto de partida a observação e seus papéis na sociedade macauense. Mesmo sendo de níveis diferentes suas afirmações serviram de aparato para gerar um cenário de história fundamentada na teoria defendida neste trabalho científico.

Em relação aos aspectos didáticos-pedagógicos, constatamos que a comunidade escolar, tem pouco acesso a estas informações, pois diante de uma perspectiva histórica ser preenchida nas do nosso município, ser de suma importância, existe uma lacuna instituições educacionais, como acervo de livros, periódicos, pesquisas feitas por alunos e projetos que retrata o resgate da história, filosofia de vida cultural e sobre o espaço geográfico do nosso município, para que eles possam levar para a sala de aula, estes no intuito de contribuir para a conhecimentos, possibilitando a conhecer dados formação de cidadãos críticos, participativos e transformadores da realidade de hoje.

Com a conclusão desse estudo a intenção é de sugerir uma didática que contribua para o currículo escolar, como projetos que constituem como elemento motivador dentro de uma abordagem interdisciplinar.

Enfim, trabalho esse que manteve certa independência e distanciamento crítico, condições essenciais a um estudo científico, analítico, valorizando o acréscimo de informações que realmente qualificam os atrativos e lhes propicia o que é diferencial.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Luiz Gonzaga. **História de Macau e seus dirigentes**, 1935 – 2000. 1 ed. Macau, RN Sergraf, 2001.

DANTAS, Hélio. **Memória de Macau**. Col n° 8, Natal, RN Gráfica Santa Maria, 1998.

CADERNO IDEMA, **Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**, do Rio Grande do Norte, Perfil do seu Município. Vol. 06 Macau, RN, 2004.

MOURA, GETÚLIO. **Um Rio Grande e Macau** (cronologia da história de Macau) 1° ed. Macau, RN, Gráfica Santa Marta, 2005.

BARROS, BENITO. **Macauísmos**, Lugares e Falares Macauenses. 2° ed. IDEC.

SEBRAE/RN- **Serviço de apoio às micro empresas do município do Rio Grande do Norte**. Diagnóstico e plano estratégico de desenvolvimento do município de Macau.- 1989

CAPÍTULO XIII

O PAPEL DO PROFISSIONAL NA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA

Adriana Leite da Silva²⁴; Ivanilda Messias dos Santos Cebalho²⁵;

Eliana Ester Cristante Mendes²⁶; Tamires Aline de Amorim²⁷;

Silvana Bezerra dos Santos²⁸.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-13

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade apresentar a Psicopedagogia e suas modalidades de atuação. Para isso, foi realizada uma breve revisão bibliográfica a respeito dos conceitos empregados à Psicopedagogia e a posição do psicopedagogo em umas formas de atuação presentes na área. Diante dos resultados encontrados através do conteúdo revisado, entende-se que a Psicopedagogia pode ser caracterizada como uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento do indivíduo, frente a suas características e finalidades voltadas ao reconhecimento e busca da solução de problemas no processo de aprendizagem e que o papel do psicopedagogo no uso dessa ferramenta é primordialmente preventivo ou intervencionista.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia. Institucional. Clínica.

THE ROLE OF THE PROFESSIONAL IN INSTITUTIONAL PSYCHOPEDAGOGY AND CLINICAL PSYCHOPEDAGOGY

ABSTRACT: The purpose of this article is to present Psychopedagogy and its modalities of action. For this, a brief bibliographic review was carried out regarding the concepts used in Psychopedagogy and the position of the psychopedagogue in some forms of action present in the area. In view of the results found through the revised content, it is understood that Psychopedagogy can be characterized as an effective tool in the teaching-learning process and in the development of the individual, in view of its characteristics and purposes aimed at the recognition and search for the solution of problems in the learning process and that the role of the psychopedagogue in the use of this tool is primarily preventive or interventionist.

KEYWORDS: Psychopedagogy. Institutional. Clinic.

INTRODUÇÃO

24 Graduada em Pedagogia. E-mail: adriana-leity@hotmail.com

25 Graduada em Pedagogia. E-mail: ivanildasantos16@hotmail.com

26 Graduada em Pedagogia. E-mail: eliana.ester.mendes@gmail.com

27 Graduada em Pedagogia. E-mail: tamiresalinedeamorim@gmail.com

28 Graduada em Pedagogia. E-mail: silvanatifilhos@gmail.com

A Psicopedagogia pode ser compreendida como a área de atuação focada na reversão de dificuldades desprendidas durante o processo de aprendizagem do indivíduo. Esta área possui basicamente duas modalidades de atuação. Uma delas institucional, onde as ações do psicopedagogo estão direcionadas ao indivíduo e ao ambiente institucional em que se encontra, podendo também incorporar os pais como potencializadores do desenvolvimento da criança. E a outra clínica, na qual as ações do profissional focam na identificação do problema ou bloqueios da aprendizagem e em como tornar o aprendizado possível para o educando (ARAÚJO, 2014; VILHENA et al., 2018; FREITAS; CORSO, 2016).

Partindo do princípio de que esta área se volta às dificuldades da aprendizagem, este estudo baseou-se em uma breve revisão bibliográfica com o objetivo geral deste estudo, consiste em caracterizar a psicopedagogia como uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do educando, como também, delimitar a atuação do psicopedagogo nas duas modalidades da área em estudo.

A PSICOPEDAGOGIA E O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO

A psicopedagogia surgiu entre o final do século XIX e início do século XX na França a partir de estudos multiprofissionais voltados a avaliar o processo de aprendizagem do indivíduo. Sendo que, no Brasil, a Psicopedagogia surgiu com um caráter complementar à formação de educadores a fim de corrigir os fracassos escolares, a partir da década de 70 (ARAÚJO, 2014; VILHENA et al., 2018).

Conforme Vilhena et al. (2018, p. 30-31), na época do surgimento da Psicopedagogia, as perspectivas da clínica médica eram centralizadas no binômio ‘aprendizagem-corpo’, no qual, os desvios da aprendizagem poderiam ser explicados através dos desvios do corpo. Porém a partir da compreensão de que outros fatores (como o modelo educacional), poderiam ser agregados aos prejuízos do processo de aprendizagem e, com o surgimento de convergências de saberes médicos e educacionais, o diagnóstico clínico na educação foi empregado, passando a assumir um papel determinante no planejamento e busca de soluções para os atrasos na aprendizagem.

Atualmente, a Psicopedagogia tem como instrumento o indivíduo como um ser integral, que sofre influências de fatores intrínsecos e extrínsecos, que poderão refletir em seu processo de aprendizagem e também desenvolvimento psíquico e social.

O estudo da Psicopedagogia não está associado somente à aprendizagem da criança, de uma forma geral abrange todos os indivíduos, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos. É também um campo de estudo que integra saúde e educação, possibilitando ao trabalho psicopedagógico uma atuação preventiva e terapêutica (ARAÚJO, 2014, p. 15).

Baseado na conceitualização proposta por Araújo (2014) sobre o estudo da Psicopedagogia, pode-se dizer que, esta área possui uma abrangente dinâmica, visto que, possibilita a correlação e contribuições entre várias outras áreas, e ainda, pelas suas ramificações de atuação, quer seja preventiva (diretamente relacionada ao desenvolvimento do sujeito) ou terapêutica (estabelecimento diagnóstico e tratamento das dificuldades).

Freitas e Corso (2016), enfatizam que a psicopedagogia é a área que trabalha diretamente com as dificuldades do indivíduo relacionadas à aprendizagem, e conceitua o papel do psicopedagogo, ao dizer que este é o responsável por avaliar e estudar os problemas de aprendizagem e seu processo, bem como, estabelecer um plano de intervenção. Ou seja, o trabalho pedagógico se dá com a compreensão do indivíduo e fundamenta-se nas definições das necessidades do indivíduo, individualmente ou em grupo (ARAÚJO, 2014, p. 15-16).

A Psicopedagogia pode ser desenvolvida basicamente de duas formas: Psicopedagogia Institucional e Psicopedagogia Clínica.

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Segundo Sobrinho (2016, p. 11), na Psicopedagogia institucional, as atribuições do psicopedagogo se dão nas instituições de ensino, através de orientações voltadas aos pais e aos docentes em como estimular e conduzir o processo de ensino-aprendizagem do educando. Além de por vezes, possuir um caráter assessoria nos casos em que a criança necessita de acompanhamento ao ser inserida na instituição, ou seja, em seu processo adaptativo e dificuldades encontradas em seu curso.

Conforme Freitas e Corso (2016), o objetivo da Psicopedagogia institucional é trabalhar a dinâmica da instituição e com a formação continuada com os professores, auxiliando assim, na organização e programação de atividades e conseqüentemente no processo de aprendizagem dos alunos. Concomitantemente, Santos (2016), citado por Schneider e Blaszkó (2017), ao abordar essa temática destacou que a psicopedagogia institucional possui duas naturezas, uma com olhar para a assistência direta ao aluno, e outra a assessoria aos educadores.

O trabalho na instituição escolar apresenta duas naturezas: O primeiro diz respeito a uma psicopedagogia voltada para o grupo de alunos que apresentam dificuldades na escola. O seu objetivo é reintegrar e readaptar o aluno à situação de sala de aula, possibilitando o respeito às necessidades e ritmos. Tendo como meta desenvolver as funções cognitivas integradas ao afetivo, desbloqueando e canalizando o aluno gradualmente para a aprendizagem dos conceitos conforme os objetivos da aprendizagem formal. O segundo tipo de trabalho refere-se à assessoria junto a pedagogos, orientadores e professores. Tem como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos e as diferentes áreas do conhecimento (SANTOS, 2016, apud SCHNEIDER; BLASZKO, 2017).

Araújo (2014, p. 14) ainda destaca que cabe ao psicopedagogo atuante em instituição educacional, observar e analisar os setores em todos aspectos, e buscar desenvolver uma abordagem reflexiva e crítica junto à equipe pedagógica e docente, com objetivo de contribuir para a redução do fracasso escolar.

Uma forma bem ilustrativa da atuação assessorial do psicopedagogo dentro das instituições é apresentada por Freitas e Corso (2016), em uma de suas pesquisas, ao buscar vincular as brincadeiras infantis (como amarelinha) com as ferramentas tradicionais de ensino, a fim de gerar efeito potencializador do desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Porém, na maioria das vezes, o professor não consegue desenvolver atividades lúdicas ou correlacioná-las ao conteúdo a ser trabalhado, dando lugar dessa forma, para a atuação do psicopedagogo.

[...] entendemos que, por meio de diferentes brincadeiras tradicionais, podem-se prevenir algumas dificuldades de aprendizagem relacionadas às habilidades de leitura, escrita e matemática que são diretamente influenciadas pelo desenvolvimento psicomotor das crianças. Ocorre que, na maioria das vezes, o professor de educação infantil não tem

clara essa relação entre algumas atividades lúdicas e a aprendizagem futura daquelas habilidades (FREITAS; CORSO, 2016).

Nessa perspectiva, a Psicopedagogia institucional pode ser entendida como uma ferramenta positiva, nas concepções e implementações de projetos e na formação de educação e demais equipes multidisciplinares envolvidas.

PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA

Para Vilhena et al. (2018, p. 32), os aspectos da vida acadêmica do aluno são ampliados na psicopedagogia clínica, por meio dos estudos aos fatores que possam estar interferindo diretamente na aprendizagem do aluno. Ou seja, esta modalidade busca a compreensão da aprendizagem e seu aprimoramento para beneficiar diretamente o aprendiz.

Apesar da palavra “clínica”, estar frequentemente associada a condições patológicas, na psicopedagogia o termo está intimamente relacionado a condição particular e integral ao paciente, como enfatizado por Sobrinho (2016, p. 11-12) e destacado no trecho seguinte:

Na verdade, o termo é oriundo da medicina, já que a raiz da palavra clínica é “kliné” que, em grego, significa “cama”. Portanto, não é difícil associar esse termo com doença, patologia. No entanto, se partirmos do princípio de que o objeto de estudo da psicopedagogia é o ser humano, temos que parar neste momento para reconsiderar o objeto da clínica: um ser humano único, particular e integral.

Nessa modalidade da psicopedagogia, o psicopedagogo além de compreender a causa de o paciente não aprender, deve buscar uma maneira de como tornar o aprendizado possível a este indivíduo. Para isso, o diagnóstico educacional, além de identificar um déficit ou dificuldade, também investigará o bloqueio que tem prejudicado o aluno no desempenho educacional (VILHENA et al., 2018). Nesse sentido, a psicopedagogia tem um caráter bem mais intervencionista do que preventivista, como na psicopedagogia institucional.

Assim, como na psicopedagogia institucional existem duas naturezas, na Psicopedagogia clínica existem duas questões fundamentais. A primeira diz respeito ao acolhimento e escuta ativa do que o indivíduo particularmente sente e vivência. Enquanto

a segunda, o profissional psicopedagogo deve trabalhar a teorização, ou seja, fundamentar o funcionamento do indivíduo aos modelos teóricos que dão conta de tal funcionamento, ou ainda, o que poderia tornar o aprendizado possível e concreto para esse educando (SOBRINHO, 2016, p. 12).

Dessa forma, atribui-se a psicopedagogia clínica uma abordagem intervencional na promoção de meios terapêuticos a contornar as dificuldades encontradas pelo discente no processo de aprendizagem.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo consiste em um estudo bibliográfico, que segundo Garces (2010), tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto. Portanto, somente se atém a documentos, livros e materiais escritos. A coleta de dados se deu através da utilização de palavras-chave em plataformas de pesquisa como Scielo e Google acadêmico, sendo priorizado materiais atuais (últimos 10 anos) para a realização do conteúdo. O tema abordado, tipo do estudo, produção autoral e tempo de publicação foram os fatores determinantes na escolha do material a ser analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de um breve levantamento bibliográfico em bancos de dados eletrônicos, utilizando as palavras-chave: “Psicopedagogia, Psicopedagogia Institucional, Psicopedagogia Clínica”, de forma combinada, foram encontrados aproximadamente 8.870 resultados. Posteriormente foram estabelecidos critérios (como mencionados anteriormente), para a seleção dos artigos utilizados para análise de dados nesta pesquisa.

Diante os resultados encontrados, foi possível a identificação e conceitualização da área da Psicopedagogia, suas origens, conformação e divisões, além de evidenciar o papel do psicopedagogo em seus métodos de trabalho nas modalidades de prevenção ou intervenção relacionadas às dificuldades encontradas no processo do aprendizado. Com base nos relatos encontrados, foi possível ainda, perceber as dimensões e papel que o

indivíduo assume dentro da investigação Psicopedagógica, sendo esse o fator indispensável para a busca de soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado podemos considerar que a Psicopedagogia possui extrema importância para auxiliar no processo da aprendizagem dos educandos com dificuldades, assim, caracterizando-se como uma ferramenta empregada para possibilitar melhora na aprendizagem em qualquer que seja a modalidade de atuação do profissional psicopedagogo.

O papel do psicopedagogo desenvolvido na Psicopedagogia Institucional é fortemente marcado por seu efeito de prevenção aos déficits que podem ser desenvolvidos no processo de ensino-aprendizagem, intervindo diretamente nas relações entre aluno, professores e família. Enquanto o enfoque da psicopedagogia clínica está no aluno e na investigação das causas dos bloqueios encontrados durante o ensino e desenvolvimento, assumindo assim, um caráter intervencionista na busca e aplicação do melhor método de aprendizagem para o indivíduo em específico.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Clarissa Guedes de. **Psicopedagogia clínica e as dificuldades de aprendizagem: Diagnóstico e intervenção**. Trabalho de Conclusão de Curso (UNESC), 2010

ARAÚJO, Paula Fernandes Corrêa de. **A psicopedagogia seria uma possibilidade para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem?**. Dissertação de mestrado em Educação- Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2014.

CRUVINEL, Alice Conceição Rosa. A necessidade de um psicopedagogo na escola. **Cadernos da Fucamp**, v.13, n.19, p. 95-105, 2014.

FREITAS, Clariane do Nascimento; CORSO, Helena Vellinho. A psicopedagogia na educação infantil: o papel das brincadeiras na prevenção das dificuldades de aprendizagem. **Rev. Psicopedagogia**, n. 33, v. 101, p. 206-2016, 2016.

GARCES, Solange Beatriz Billig. **Classificação e tipos de pesquisas**. Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ, 2010. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=17&ved=2ahUKEwii_8zzscrkAhUkDrkGHfiSBeEQFjAQegQICChAC&url=http%3A%2F%2Fwww

.redepoc.com%2Fjovensinovadores%2FClassificacaoeTiposdePesquisas.doc&usg=AOvVaw011w4XHxQKnC43rctjFNDN. Acesso em: 12 de setembro de 2019

SCHNEIDER, Letícia; BLASZKO, Caroline Elizabel. **A atuação do psicopedagogo no contexto escolar: Estudo pautado pelas vozes dos profissionais**. XIII EDUCERE: Congresso Nacional de Educação. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25923_14088.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2019.

SOBRINHO, Patrícia Jerônimo. **Psicopedagogia Clínica e Institucional**. Editora Cengage Learning. 2015.

VILHENA, Douglas de Araújo; FREITAS, Silmara Deise de; GUIMARÃES, Marcia Reis; PINHEIRO, Ângela Maria Vieira. O papel do psicopedagogo na identificação e intervenções nos distúrbios de aprendizagem relacionados à visão: caso de uma intervenção tardia. **Rev. Soc. e da Saúde, Univ. FUMEC**. n. 19, p. 29-49. Jan/jun, 2018.

CAPÍTULO XIV

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DO 1º ANO EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA/RN

Wivina Dayane do Nascimento Lopes Rodrigues²⁹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-14

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a alfabetização e letramento: do 1º ano educação infantil em escola municipal de Afonso Bezerra/RN. A pesquisa para melhor esclarecimento tem como objetivo geral pesquisar se existe a continuidade do processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré escola. Para melhor conduzir esta pesquisa formula-se a seguinte questão: Se o processo de alfabetização e letramento tem continuidade, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental? Para explicar as questões apresentadas aqui no trabalho buscou-se o referencial teórico de alguns autores, Magda Soares, Daniel Moreira, Elba Barreto, Brasil e outros estudiosos da educação infantil e letramento. Alguns objetivos específicos como: Pesquisar matérias que disponibilizem referências bibliográficas; Identificar as principais funções sociais da escola; analisar quais são as expectativas em relação à pré-escola e ao Ensino Fundamental que permeiam as falas dos professores; Identificar por meio dos depoimentos dos professores pesquisados se as atividades desenvolvidas na Pré-Escola. Na metodologia para isso foram utilizados livros e artigos de revista online para a elaboração desse trabalho, foi utilizada a observação participante através de entrevistas informais e análise documental, aplicação de um questionário às professoras do 1º ano de ensino fundamental. As perguntas relacionadas à pesquisa foram respondidas trouxe um olhar reflexivo sobre o processo de alfabetização escolar e sala de aula. Constatou-se ainda, a existência de algumas incoerências através as falas das professoras assim, demonstrado que carece de maior aprofundamento sobre letramento e alfabetização

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Escola. Educação infantil. Criança. Letramento.

LITERACY AND LITERACY: 1ST YEAR CHILD EDUCATION IN A MUNICIPAL SCHOOL OF AFONSO BEZERRA/RN

ABSTRACT: The present work has as its theme literacy and literacy: from the 1st year of early childhood education in a municipal school in Afonso Bezerra/RN. The research for better clarification has as general objective To investigate if there is a continuity of the literacy and literacy process, when the child completes preschool. To better conduct this research, the following question is formulated: If the literacy and literacy process continues, when does the child complete preschool and enter elementary school? To explain the issues presented here in the work, we sought the theoretical framework of some authors, Magda Soares, Daniel Moreira, Elba Barreto, Brasil and other scholars of

29 Graduação em Pedagogia FAIBRA. Cursando a graduação em Educação Especial (Faveni). Pós-graduação: Alfabetização e Letramento (Futura). Libras (Facesa). Educação infantil (Futura). Educação Especial(Futura). Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar (Facesa). Mestrado em ciências da educação (CECAP). Professora do Município De Ipanguaçu e Guamaré. E-mail: wivinadayane@gmail.com

early childhood education and literacy. Some specific objectives such as: Search for articles that provide bibliographic references; Identify the main social functions of the school; analyze what are the expectations in relation to preschool and elementary school that permeate the teachers' speeches; Identify through the testimonies of the teachers surveyed if the activities developed in the Pre-School. In the methodology for this, books and online magazine articles were used for the elaboration of this work, participant observation was used through informal interviews and document analysis, application of a questionnaire to teachers of the 1st year of elementary school. The questions related to the research were answered and brought a reflective look at the school and classroom literacy process. It was also verified the existence of some inconsistency through the teachers' speeches, thus demonstrating that it lacks greater depth on literacy and literacy

KEYWORDS: Literacy. School. Child education. Kid. literacy.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo o tema relacionado ao processo de alfabetização e letramento da criança quando concluiu a pré-escola e ingressa no ensino fundamental, manifestou-se após as leituras sobre o tema em algumas discussões realizadas em sala de aula, quando cursava licenciatura em pedagogia e reacendeu com atual pós graduação que tem como finalidade produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como esse tema.

Algumas reflexões levaram-me a refletir nas muitas dúvidas existentes desde a graduação em relação à implementação do ensino fundamental com a duração de nove anos. Como aconteceria a adequação da nova legislação às reformas educacionais e curriculares como se daria esse processo de preparar a criança para a cidadania. Para esta pesquisa fez-se necessário uma abordagem temporal das mudanças ocorridas na legislação, abordando em um breve histórico de acontecimentos.

Para melhor conduzir esta pesquisa formula-se a seguinte questão: Se o processo de alfabetização e letramento tem continuidade, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental? A pesquisa para melhor esclarecimento tem como objetivo geral pesquisar se existe a continuidade do processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré escola.

Também foram definidos alguns objetivos específicos como: Pesquisar matérias que disponibilizem referências bibliográficas a problemática abordada; Identificar as principais funções sociais da escola; analisar quais são as expectativas em relação à pré-escola e ao Ensino Fundamental que permeiam as falas dos professores; Identificar por

meio dos depoimentos das professores pesquisados se as atividades desenvolvidas na Pré-Escola estão coerentes com as que são desenvolvidas no 1º ano do Ensino Fundamental.

Para compreender o tema de pesquisa foram definidas algumas questões norteadoras na metodologia como: a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa enfatiza as diferentes concepções e implicações no processo de ensino aprendizagem como conceitos e suporte para prática pedagógica.

Para isso foram utilizados livros e artigos de revista online para a elaboração desse trabalho. Além da pesquisa bibliográfica foi utilizada a observação participante através de entrevistas informais e análise documental”. Foi aplicado um questionário às professoras do 1º ano de ensino fundamental da Escola Municipal CMEI unidade VI-Manoel Vicente de Oliveira em Canto Grande, Zona Rural da Cidade de Afonso Bezerra/RN.

Diante desse contexto, a pesquisa pode trazer contribuições para melhor entendimento do processo de alfabetização na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental tanto para a sociedade como também para a escola pesquisada.

SITUAÇÕES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

De acordo com o MEC, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, é uma meta almejada para a política nacional de educação, há muitos anos. Contudo, ainda há muito o que planejar e estudar para que, com esta medida, melhorem as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica.

Para se apropriar do amparo legal sobre a ampliação do Ensino Fundamental, é interessante uma perspectiva do seguinte histórico do ordenamento político-legal:

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelecia 4 anos de Ensino Fundamental.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.

O Ensino Fundamental de nove anos se tornou meta progressiva da educação nacional Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

As normas expedidas pelo CNE/CEB que regulamentam a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos São: Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004 (reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 6/2005): Estudos visando ao estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

Parecer CNE/CEB nº 18/2005, de 15 de setembro de 2005: Orientações para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114/2005, que altera os arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96.

A modificação, especialmente na idade de ingresso da criança no ensino fundamental, com sustentação nessas últimas leis, ocasionou grandes desafios às escolas e aos educadores, como escreve Barreto (2004, p. 15):

Dimensionar a complexidade e sua implantação, apontando aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da formação e envolvimento dos professores nas mudanças pretendidas, da participação dos pais e de outros atores, enfim, da cultura da escola, que são profundamente afetadas [...] um confronto que tradicionalmente tem faltado de modo dominante a organização escolar (BARRETO, 2004, p. 15).

O Ensino Fundamental de nove anos é imprescindível na atualidade, dado que novas tecnologias, com a velocidade das informações requer maior acesso às leituras necessárias para que se concretizem, e as mudanças exigiram uma construção de novas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional De Educação e a atualização do projeto político pedagógico pelas escolas.

De acordo com Brasil (2011) é importante um estudo do trabalho pedagógico que apresente diversas áreas do conhecimento e que a alfabetização não se limite apenas no segundo ano.

Por isso, é importante que o trabalho pedagógico assegure o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento. Ressalte-se que a alfabetização não deve ocorrer apenas no segundo ano do Ensino Fundamental, uma vez que o acesso à linguagem escrita é um direito de todas as crianças, que é trabalho precipuamente nos ambientes escolares. Os sistemas e todos os profissionais envolvidos com a educação de crianças devem compreender que a alfabetização de algumas crianças pode requerer mais de 200 dias letivos e que é importante acontecer junto com a aprendizagem de outras áreas de conhecimento.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Educação Infantil corresponde do zero até os seis anos de idade da criança. Conforme Alves (2009) a partir dos seis anos (até dia 30 de março de cada ano), a criança começa a estudar no Ensino Fundamental onde fica as séries iniciais que são o 1º ano até ou 5º (como o aumento de mais um ano - ou seja, considerando o Pré que antes era da Educação Infantil).

De acordo com a lei n. 11.274/2006, o Ensino Fundamental passa a ter nove anos no Brasil, e incluem obrigatoriamente na escola as crianças de seis anos. Neste seguimento, Kramer expressa que Educação Infantil e Ensino Fundamental são inseparáveis:

Ambos envolvem conhecimentos afetivos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso, o cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos (KRAMER, 2006, p. 810).

Desde pequenas, as crianças, precisam ser incentivadas a desenvolverem a sua autonomia, autoestima e cidadania, pois também constituem a sociedade, e pertencentes

a uma classe social que expressa uma linguagem decorrente das relações ali determinadas.

Segundo LIMA (2009, p. 27):

“Ao adulto cabe o importante desafio de tornar efetivas as possibilidades de desenvolvimento da espécie, principalmente proporcionando à criança pequena um contexto de desenvolvimento que priorize as formas de atividades que ela precisa realizar para aprender, que facilite os processos interativos entre as crianças e as outras pessoas, que torne acessíveis todos os bens culturais, que permita a experimentação e a exploração próprias da idade. Enfim, que traga uma qualidade de ação e interação com a criança de forma que ela possa tirar o máximo proveito das mediações para seu desenvolvimento”.

A escola pesquisa usa a Resolução da rede municipal onde conta com a seguinte organização dos nove anos em três ciclos, sendo que o parágrafo 3º do seu artigo 5º assinala que “Os estudantes no 1º, 2º e 3º anos terão aprovação até completarem o ciclo da infância letramentos. E traz em seu inciso I do artigo 12 que: “o 1º e 2º ano do ciclo da infância letramento deverá contemplar componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física com ênfase no brincar como modo de ser e estar no mundo”. Para tanto, hão de repensar maneiras de organização desses processos de ensino e aprendizagem sem esquecer que os alunos são crianças.

Diante do exposto vimos que o trabalhar na Educação Infantil precisa levar em consideração que, esta é um ciclo onde as crianças estão em pleno desenvolvimento, tanto intelectual, físico, motor e socialmente e por isso precisa proporcionar vivências significantes na vida delas. Tais vivências podem se dar de maneira lúdica, mediante o brincar, de descobrir o mundo e a si próprio fazem parte do dia a dia da criança nesta fase. É importante experienciar novas formas de ensinar e de aprender, e é essa expectativa que esperamos alcançar nas práticas docentes.

Corroborando com o estudo, Dias fala em seus estudos que o lúdico está presente no cotidiano de todos.

E uma das formas de ensinar é por meio de atividades lúdicas, como por exemplo, os jogos e as brincadeiras, que estão presentes no cotidiano de todas as pessoas, independente da faixa etária, seja na escola, na família ou no trabalho. Enfim, o ato de brincar é fundamental em nossas vidas, é parte integrante da vida do ser humano (DIAS, 2013).

Dessa forma, o letramento evidencia um ambiente de maneira que os instigue ao mundo letrado ou seja a qualidade do domínio sobre a leitura e a escrita. Enquanto o sujeito alfabetizado sabe codificar e decodificar o sistema de escrita, o sujeito letrado vai além, sendo capaz de dominar a língua no seu cotidiano, nos mais distintos contextos. Diante disso vimos que a educação Infantil não tem como foco a alfabetização, mas sim proporcionar o letramento e o contato com o mundo da leitura.

ALFABETIZAÇÃO X LETRAMENTO: ALGUNS CONCEITOS

Debater sobre alfabetização e letramento é algo profundo e dinâmico. De acordo com Lopes (2010) a alfabetização é um processo, e não se limita apenas a ler e escrever os signos do alfabeto, mas, sim, compreender como funciona a estrutura da língua e a forma como é utilizada.

Para Lopes (2010) a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo dinâmico, que se faz por duas vias de acesso, uma técnica (alfabetização) e outra que diz respeito ao uso social (letramento). Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, ele também, um conhecimento (BARBOSA, 2013, p. 19).

A autora Magda Soares (2003) destaca que uma diferença fundamental entre a alfabetização e o letramento está na ênfase posta nas relações entre as práticas sociais da leitura e de escrita e a aprendizagem do sistema da escrita, sendo a alfabetização o ensinar a ler e escrever e o letramento, o proporcionar o uso social dessas técnicas.

Segundo Soares (2006, p. 15): "Alfabetizar significa adquirir a habilidade de decodificar a língua oral em língua escrita [...]. A alfabetização seria um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas". Entende-se que alfabetizar é decodificar, porém como posto anteriormente é preciso ir, além disso, é necessário ser um processo significativo de aprendizagem, as informações recebidas devem ser assimiladas, interpretadas e utilizadas pelos indivíduos nas práticas sociais.

Segundo Magda Soares, está se faz pelo domínio de uma técnica: grafar e reconhecer letras, usar o papel, entender a direcionalidade da escrita, pegar no lápis, codificar, estabelecer relações entre sons e letras, de fonemas e grafemas; a criança perceber unidades menores que compõem o sistema de escrita (palavras, sílabas, letras). Letramento é a utilização desta tecnologia em práticas sociais de leitura e de escrita. Para a autora (2003), não adianta aprender uma técnica e não saber usá-la.

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa, “Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (BRASIL, 1997, p. 33).

Sendo assim podemos constatar diferenças entre ensinar o código de escrita, sua codificação e decodificação, e nortear a prática docente em instrumentalizar o aluno para se utilizar desse código em situações onde a leitura e a escrita sejam utilizadas de forma real e objetiva. Dessa forma, não podemos perder o foco e desconsiderar a especificidade da aquisição do sistema de escrita “ensinar a técnica”, sem perder de vista as práticas sociais de leitura e escrita.

De acordo com os autores Justo e Rubio (2013) sobre: O letramento: "surgiu da palavra inglesa 'literacy' (letrado)", pois além de ler e escrever é necessário utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais, os autores (2013, p. 02) ressalta ainda que a pessoa letrada: "não é mais 'só aquele que é versado em letras ou literaturas", e sim “aquele que além de dominar a leitura e a escrita, faz uso competente e frequente de ambas".

De acordo com Taska e Guedes (2013) o letramento está sendo discutido no ambiente escolar como associado à alfabetização, porém é preciso, ampliá-lo, e enriquecê-lo, e mais, é necessário ensinar a ler e a escrever e oferecer oportunidade de utilizar em práticas sociais. Almeida (2014, p. 205) explica que o letramento "designa na ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais" Novamente reforçando o uso no contexto social, pois o letramento surgiu para complementar à alfabetização, pois não basta apenas ler e escrever.

Nesta perspectiva, no processo de alfabetização é imprescindível que a criança possa compreender e adquirir diversas habilidades, para utilizar a leitura e a escrita como premissas fundamentais para a participação na sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA E DA LEITURA.

Saber ler e escrever por muitas décadas no Brasil, era o anseio da maioria dos brasileiros, que por várias questões (ou contextos) sociais eram excluídos do processo ensino aprendizagem.

Atualmente, temos muito que caminhar e conquistar na área da educação, pois ainda existe um grande déficit educacional e falha nas políticas públicas da educação. Apesar de que, o acesso à escola e a educação básica seja um direito garantido na constituição nacional para todos, muitas pessoas passam pela escola e saem sem saber ler e escrever como deveriam, isso tudo por uma série de fatores socioculturais e econômicos que interferem diretamente no processo de escolarização.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em junho de 2019 a taxa de analfabetização mais atual no Brasil, na última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua o Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (6,8% de analfabetismo).

Por décadas desenvolveram programas e projetos que pudessem erradicar do país a marca de analfabeto, pois aprender a ler e a escrever era privilégio de poucos. Esses programas muitas vezes têm pouco resultado positivo.

Porém um dos grandes desafios da escola e principalmente dos professores da educação básica é ensinar a leitura para os alunos, no entanto ensinar não é só decifrar códigos, e sim a ter o hábito de ler. Tem que ter prazer, seja para estudar ou para se informar, a prática da leitura aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação.

Segundo Buttore (2018) a inserção da criança no processo de alfabetização nem sempre é bem sucedida, alfabetizar as crianças não é uma tarefa fácil. Será que é possível

explicar os motivos pelos quais alguns alunos das séries iniciais apresentam um déficit na absorção dos conteúdos.

Para essa autora Buttore (2018, p. 02):

O professor precisa escolher a maneira adequada de conduzir o trabalho no processo de alfabetização. Ele deve ser observador, incentivar a criança a expressar-se, sem represálias e castigos, propondo atividades prazerosas, que façam parte do contexto em que a criança está inserida, estimulando assim um diálogo entre sujeito e conhecimento, numa ação conjunta na construção do conhecimento.

Com estes pressupostos, Vygotsky defende a ideia de que a participação do professor é importante para a aprendizagem da língua escrita, pois implica, no domínio desenvolvimento de funções mentais superiores, tais como a memória, a atenção, a percepção e a própria linguagem.

O autor ainda ressalta a importância do papel do professor no processo de escrita e leitura.

A importância do papel do professor, que além de mediador do conhecimento, é aquele que planeja, organiza propõe desafios aos alunos de modo que estes se apropriem significativamente do conhecimento. Por esta razão, a linguagem deve ser praticada por meio de atividade em que participam alunos e professores. Esta prática deve ser utilizada pelos professores, pois a apropriação da linguagem escrita e falada não podem ficar restrita a exercícios repetitivos (VIGOTSKY, 1989).

O processo de alfabetização começa desde cedo desde as primeiras ações de comunicação com o mundo, seja interno ou externo. É um processo assíduo, permanente, que se desenvolve à medida em que a criança se é inserida no contexto sociocultural. Os jogos, as brincadeiras e histórias ouvidas e materiais lúdicos usados em suas vivências cotidianas provocam situações que contribuem para aprendizagem e a composição logística do pensamento da criança. Na sociedade contemporânea, a escrita exerce um papel fundamental. Faz parte de todo contexto humano, e necessitamos dela nas mais diversas situações da vida. Por fazermos parte de uma sociedade em que a escrita é essencial no processo de alfabetização.

Corroborando com o que foi exposto Ferrero em seu estudo ressalta que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas e importantes. Essas são as que

terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (FERREIRO, 2009, p. 23).

A aprendizagem da leitura e da escrita, a criança percorre um caminho individual e próprio. À medida em que está em contato com materiais lúdicos, como brincadeira e jogos ou diversos materiais que apresente ludicidade na forma de aprender, tais como, embalagens, cartazes, livros ilustrados, músicas, jogos etc. ela está, sobretudo, iniciando o seu processo de descoberta do código escrito.

No entanto, quando a criança entra na escola, traz uma série de experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita. Contudo, sua compreensão ainda é restrita, assim, necessitando da mediação do professor para que possa expandir e aprimorar seu domínio do símbolo escrito.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo desta fase da pesquisa é analisar os dados coletados na entrevista com as profissionais, com a finalidade de interpretar as respostas referentes ao estudo.

No decorrer das leituras e das respostas das entrevistadas, pode-se alcançar conhecimentos que permitam melhor interpretação do tema analisado. O método utilizado para a análise e discussão dos dados coletados, foram ordenados e sintetizados de acordo com as respostas que teve como eixo norteador às questões formuladas no roteiro da entrevista.

A pesquisa busca-se levantar alguns dados juntos as professoras que atuam com os processos de alfabetização e letramento, nas turmas do 1ºano tendo em vista o que pensam e de que forma dão continuidade a esses processos. Ambas professoras são do sexo feminino tendo formação na área de pedagogia com pós graduação em pedagogia clínica. Atuam em sala de aula mais de 15 demonstram muita experiência com crianças nesta fase de aprendizagem.

As professoras responderam a primeira pergunta “O que é processo de alfabetização e letramento?” de acordo com suas vivências e conceitos estudados:

A alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e a utilizar esta habilidade como um código de comunicação com o seu meio já o Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Essa interpretação das professoras dá a entender que o processo de alfabetização, apoia-se principalmente nas técnicas para codificar/decodificar a escrita.

Para Soares (2003, p. 16), letramento é:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade.

Nesta perspectiva, alfabetizar vai muito além de dar aulas, é mais do que repassar conteúdos, é mais do que estar ali para atender as exigências legais do segmentos da escolarização, é desempenhar de forma interativa o papel de mediador sociocultural e sócio educacional, é construir uma escola mais inclusiva, mais humana e solidária e querer estar no mundo e nele fazer história diante das dificuldades encontradas no ambiente de escolarização.

A professora informou qual as principais dificuldades no processo de alfabetização e letramento, nas salas de aulas que atuam:

A princípio a maior dificuldade encontrada e que os alunos são indisciplinados não cumpri e nem estão prestando atenção, muitas as vezes são lentos e não lêem e nem escrevem, a mesma aponta a falta de compromisso da família junto a escola pois na sua opinião a família deve ser parceira da escola no processo de alfabetização da criança, ela enfatiza que todos esses itens dificultam o professor para alfabetizar. Que todos têm uma dificuldade em particular e o professor com sua intervenção, procura solucionar esses problemas.

A fala das professoras certificam que a concepção das mesmas ainda conservam uma pedagogia tradicional com a alfabetização centralizada no professor cuja função define-se: monitorar os alunos, ensinar as disciplinas e corrigi-las, pois ainda reclamam da indisciplinada, falta de interesse e lentidão.

Para Santi (2014) os professores diante das dificuldades que enfrenta, procura perceber os principais sintomas das crianças, solicita o comparecimento dos pais, sendo

que a partir da conversa, das providências e acompanhamento dos mesmos, vai analisando os resultados em sala de aula. A alfabetização com letramento em uma visão sócio-interacionista só ocorre na interação efetiva de todos os segmentos que constituem uma instituição educativa.

Ao responderem a questão como são os pais dos alunos? Ou seja, qual participação da família na escola ressaltaram que a família deve criar um ambiente estimulante, para criar hábitos de estudo na criança. Com certeza o amor, o carinho e a atenção, e o interesse pela vida escolar e social das crianças fortalecerá a criança na autoestima e conseqüentemente o rendimento escolar.

Respondendo à pergunta Você acha importante a avaliação no processo de alfabetização e letramento das crianças? Por quê? as professoras não responderam claramente seus pontos de vista, mas disseram que o diagnóstico inicial da turma diz muito sobre como estão e quais serão os desafios seguintes no processo de alfabetização e letramento, pois conhecer o perfil de cada aluno, suas habilidades ou dificuldades auxiliar na metodologia aplicada para o aprendizagem inicial que é a alfabetização e o letramento de crianças do 1º ano.

De acordo com alguns autores lidos e apresentados no referencial teórico, a realização da avaliação diagnóstica durante as primeiras semanas do ano letivo é extremamente importante para o professor alfabetizador que atua no primeiro ano do Ensino Fundamental anos iniciais.

Respondendo à pergunta sobre as dificuldades encontradas ao continuar a alfabetização iniciada na Pré-escola. Ambas disseram não encontraram dificuldades em dar continuidade ao processo de alfabetização das crianças que deixam a educação infantil e ingressam no primeiro ano do ensino fundamental.

Principais Atividades Desenvolvidas em Aula as professoras responderam com clareza, ressaltaram que a maior experiência é trabalhar com o lúdico, inserindo jogos e brincadeiras, elas perceberam maior interação das crianças em relação ao aprendizagem, embora haja algumas dúvidas em relação ao lúdico com forma de desempenho da aprendizagem, elas relatam que trabalhar a ludicidade desenvolveu nas crianças maiores habilidades.

Com base na proposta curricular dos PCNs, que diz que a escola pode utilizar das atividades lúdicas para trabalhar o repertório cultural do contexto do aluno, com brincadeiras e jogos populares, garantindo assim o acesso destas crianças à cultura que faz parte de sua vivência e de seus antepassados. Sem deixar de explorar as dimensões afetivas, cognitivas, físicas e socioculturais, garantindo assim a aprendizagem.

As professoras também citaram outras atividades importantes que trabalham com rótulos e embalagem de materiais usados em suas próprias casas e que as crianças também tem em casa, gostam muito de trabalhar com textos, recursos e objetos, jogos e brincadeira (o lúdico). Através do lúdico o aluno compreende muito mais o que está aprendendo.” “Aprende muito mais com que lhes dão prazer como por exemplo: música, poemas dramatização, etc.” trabalham projetos de leitura em sala de aula, envolvendo curiosidade e prazer como o da “Mala Viajante”, ficha de leitura, recortes de revistas, jogos, ditados de figuras e leituras dos mais variados tipos de textos.

Neste contexto fica evidente que no dia a dia da escola existem momentos ricos em diversidades para se trabalhar a escrita e a leitura que são necessárias e fazem sentido para a sociedade. Aplicar atividades com relevância significativas, lúdicas, de pesquisa, literária é imprescindível para que a criança compreenda a abordagem dos aspectos formais do sistema de leitura e escrita. Assim, proporcionando-as atividades que possam desenvolver atitudes e valores nos alunos em relação à leitura.

CONCLUSÃO

Ao concluir esta pesquisa ficou claro o quanto é difícil o processo de alfabetização, especialmente em relação a compreensão do mesmo e seu desenvolvimento na educação infantil e no ensino fundamental séries iniciais.

Ficou evidente que ainda hoje há uma contradição por parte dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização, isso ficou evidente por parte das professoras pesquisadas, onde ainda tem forma de ensino e de pensamentos de uma pedagogia antiga onde pensa que o professor está no papel de cuidador e ensinador. Propõe-se que os professores repensem sua práxis, seu papel, suas metodologias e se coloquem enquanto ator do processo juntamente com seus alunos.

Em relação à leitura e a escrita também precisam ser ampliadas, possibilitando com esse aprendizado a autonomia e o protagonismo dos alfabetizandos, dentro de uma concepção crítica, de inserção na sociedade em vista da sua transformação. Desta maneira, o pedagógico das professoras deve estimular a experiência da criança como sujeito sociocultural e histórico e em todos os tempos e espaços da escola.

Ressaltando que o objetivo desta pesquisa foi compreender se existe uma continuidade no processo de alfabetização e letramento quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no 1º ano do ensino fundamental e se confirmou que existem várias dificuldades ainda no desenvolvimento do processo de alfabetização na turma de 1º da escola pesquisada. Contudo, verificou-se que há sinais que evidenciam mudanças nesse processo, mudanças essas mais positivas do que negativas, de acordo com as falas de professoras pesquisadas.

Contudo, a continuidade no processo de alfabetização e letramento necessita ser melhor compreendida, visto que as das professoras envolvidas na pesquisa, afirma que suas práticas estão embasadas na concepção histórico-cultural, no entanto, há momentos do questionário usam expressões que contrapõem essa afirmação. As professoras, reconheceram que na relação com o meio e com o lúdico, de forma especial, as crianças possuem muitas formas de internalizar os conhecimentos necessários.

Então, para finalizar essa pesquisa fica aqui um convite aos profissionais da educação, especialmente os que trabalham com a alfabetização, a buscarem aprimoramento nessa área da educação (alfabetização e letramento) tão complexa, mas rica em sentido e significado para a educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti; FARAGO, Alessandra Corrêa. **A importância do letramento nas séries iniciais, Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 204- 218, 2014. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074426.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2019.

ALVES, Bruna Pereira. **As distintas concepções acerca dos conceitos de alfabetização**. Revista Urutaguá, n.17, p.36-39, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads>. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão.** Educação. Pesquisa. v.30, n.1, São Paulo: jan./abr. 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais: ano 1: unidade 7/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2011.

BRASIL. **ensino fundamental de nove anos: perguntas mais freqüentes e respostas da secretaria de educação básica (seb/mec)** - http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf. Acesso em 20 de Julho de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação,** 2003.disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>. Acesso em 20 de Julho de 2019.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em 28/09/2019.

_____. **LEI Nº 11.114, de 16 de maio de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. Acesso em 10/09/2019.

BARBOSA: José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura.** São Paulo: Cortez, 2013.

BUTTURE, Elaine Teotonio da Silva. **Alfabetizar letrando: concepções e reflexões teóricas.** PUCPR Eixo–Alfabetização, leitura e escrita Agência Financiadora: CAPES, ISSN 2176-1396. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26073_13695.pdf. acesso em 30 de setembro de 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental.** Brasília/DF: MEC/SEF,1998

DIAS, Elaine. A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. *Revista Educação e Linguagem*, V.7, n.1, p.1-16, 2013. Disponível em: Acesso em: 20 de julho.2019.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 2009.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social.** *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 4 – nº 1* - 2013. Disponível em: Acesso em: 20 de julho. 2019.

KRAMER, Sonia e LEITE, M. I. **Infância: fios e desafios da pesquisa.** Campinas: Papyrus, 2006.

LIMA, Souza Elvira. **Brincar Para quê?** São Paulo: Inter Alia Comunicação e Cultura, 2009.

LOPES, Janine Ramos. **Caderno do educador: alfabetização e letramento**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. : il. -- (Programa Escola Ativa).

SANTI, Paula Aparecida. **Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**, Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijuí, na área de concentração da Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Ijuí, 2014. Acesso em 30 de setembro de 2019.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008

TASCA, Danieli Sebastiana Oliveira; GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. **A divulgação do conceito de letramento e o contexto da escola de nove anos: o que dizem as professoras alfabetizadoras?** Cad. CEDES vol.33 no.90 Campinas maio/ago. 2013. Disponível em: Acesso em: 20 de julho. 2019.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAPÍTULO XV

DEFICIÊNCIA DE MINERAIS NO PÓS OPERATÓRIO DE CIRURGIA BARIÁTRICA

**Andrea Fernanda Lopes dos Santos³⁰; Dayane Lima Fonseca³¹;
Luciana Melo de Farias³²; Norma Sueli Marques da Costa Alberto³³;
Marlon Moreno da Rocha Caminha de Paula³⁴.**
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-15

RESUMO: Introdução: A obesidade é identificada pelo excesso de gordura corporal, vista como uma epidemia, que necessita de tratamentos que visem melhorias na qualidade de vida dos pacientes. A cirurgia bariátrica é uma forma eficaz de perda de peso, que objetiva a redução e manutenção da perda de peso, em longo prazo, diminuindo a incidência de comorbidades associadas. Objetivo: realizar uma revisão narrativa, sobre deficiências de minerais no pós-operatório de cirurgia bariátrica. Métodos: Levantamento de artigos realizado em base de dados, com publicações do período de 2010 a 2020, nos idiomas português e inglês. Resultados: A falta ou déficit de minerais no pós-operatório de cirurgia bariátrica causa alterações no organismo do paciente, por diminuir os níveis de minerais, desencadeando ao mesmo tempo, uma imunidade frágil, e dificuldade de cicatrização de cirurgia. Os minerais mais relatados foram o ferro, cálcio, zinco e selênio. Discussão: As técnicas cirúrgicas, especialmente as disabsortivas, apresentam maior risco de desenvolver deficiências nutricionais, causadas pela exclusão de áreas conhecidas como “desvio do intestino”, sendo necessário monitoramento do estado nutricional. Conclusão: Conclui-se que, os pacientes submetidos a cirurgia bariátrica, apresentam maior risco de desenvolver deficiências nutricionais, pois com a capacidade volumétrica do estômago reduzida, ocorre a limitação da ingestão e absorção de diferentes nutrientes,

³⁰ Nutricionista. Doutora em Engenharia Biomédica. Mestre em Saúde Pública. Especialista em nutrição parenteral e enteral. Especialista em administração hospitalar. Nutricionista do Hospital Getúlio Vargas. Docente no Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. E-mail: andrea.santos@uninovafapi.edu.br. Telefone: (86) 99980-1099.

³¹ Nutricionista. Pós-graduanda em Nutrição Clínica Funcional, Esportiva, Estética, Prescrição de Fitoterápicos e Comportamental. E-mail: dayanelimafonseca@gmail.com. Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86)9.9982-7175.

³² Nutricionista Mestre em Alimentos e Nutrição. Especialista em distúrbios metabólicos e Nutrição. Coordenadora da especialização em Nutrição Clínica Funcional e estética. Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. E-mail: luciana.farias@uninovafapi.edu.br. Telefone: (86) 9984-2502.

³³ Nutricionista. Doutora em Saúde Pública. Mestre em Ciências e Saúde. Especialista em Gestão em Saúde. Membro do Conselho Universitário do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro do Núcleo de Desenvolvimento de Ensino (NDE) do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro das Redes Nacional e Estadual (Piauí) de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. E-mail: norma.alberto@uninovafapi.edu.br. Telefone: (86) 99452-6153.

³⁴ Cirurgião do Aparelho Digestivo. Coordenador do serviço de Cirurgia Bariátrica e Metabólica do Hospital Getúlio Vargas - Av. Frei Serafim, 2352, Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86) 3221-3040. drmarlonmoreno@hotmail.com

sendo necessários suplementação nutricional para prevenir ou tratar as deficiências decorrentes das alterações da cirurgia.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia bariátrica. Deficiências nutricionais. Minerais. Micronutrientes.

MINERAL DEFICIENCY IN THE POSTOPERATIVE PERIOD OF BARIATRIC SURGERY

ABSTRACT: Introduction: Obesity is identified by excess body fat, seen as an epidemic, which requires treatments aimed at improvements in the quality of life of patients. Bariatric surgery is an effective form of weight loss, which aims to reduce and maintain weight loss in the long term, reducing the incidence of associated comorbidities. Objective: to perform a narrative review on mineral deficiencies in the postoperative period of bariatric surgery. Methods: Survey of articles conducted in a database, with publications from 2010 to 2020, in Portuguese and English. Results: The lack or deficit of minerals in the postoperative period of bariatric surgery causes changes in the patient's organism, by decreasing the levels of minerals, triggering fragile immunity, and difficulty in healing surgery. The most reported minerals were iron, calcium, zinc and selenium. Discussion: Surgical techniques, especially disabsorptive techniques, are at higher risk of developing nutritional deficiencies, caused by the exclusion of areas known as "bowel deviation", and nutritional status monitoring is necessary. Conclusion: It is concluded that patients undergoing bariatric surgery have a higher risk of developing nutritional deficiencies, because with reduced stomach volumetric capacity, there is a limitation of the intake and absorption of different nutrients, and nutritional supplementation is necessary to prevent or treat deficiencies resulting from the alterations of the surgery.

KEYWORDS: Bariatric surgery. Nutritional deficiencies. Minerals. Micronutrients.

INTRODUÇÃO

A obesidade mórbida é uma doença crônica, multifatorial, e geneticamente relacionada a um acúmulo excessivo de gordura corporal. Está intimamente ligada a comorbidades médicas, psicológicas, sociais, físicas e econômicas. A avaliação da obesidade é feita através do índice de massa corporal (IMC). Esse índice é obtido através da divisão do peso corporal pelo quadrado da altura. Um valor de 40 Kg/m² ou mais caracteriza obesidade clinicamente severa ou mórbida (FERRAZ, 2016).

Em relação à obesidade na população adulta, segundo projeções, no ano de 2030, o mundo terá 57,8% de todos os adultos do mundo sofrendo com sobrepeso ou obesidade. O percentual é um número bastante significativo pois representaria um total de 3,3 bilhões de pessoas condicionadas a patologias clínicas ligadas a um número superior a pessoas com baixo peso corporal (NASCIMENTO e colaboradores, 2015).

Verifica-se que a obesidade é vista como uma doença de âmbito global, que requer dos sistemas de saúde de todo o mundo, a utilização de técnicas que visem melhorias na qualidade de vida desses pacientes, seja no âmbito profissional, ou sociocultural.

O problema da obesidade já encontra dados alarmantes no Brasil. De cada 100 habitantes, 50 estão acima do peso e, entre esses, 16 enfrentam a balança e não conseguem retomar a forma, nem melhorar hábitos alimentares. O levantamento é da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM, 2020).

Observa-se que a população obesa aumenta em ritmo acelerado, nos últimos 10 anos, a taxa nacional de obesidade cresceu mais que o índice americano, o mais grave mundialmente, e, se a situação persistir, a perspectiva é de que daqui a outros 10 anos, os brasileiros serão tão obesos quanto os americanos. Quando considerados os casos piores, que demandam intervenção séria, o Brasil já é o segundo país que mais realiza a cirurgia bariátrica, e pode vir a ser o primeiro.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, divulgou dados sobre cirurgia no Brasil. Em 2019 foram realizados 68.530 procedimentos, – 7% a mais do que em 2018 quando foram feitas 63.969 cirurgias. Até agora, os dados de 2020 foram divulgados apenas pela saúde pública. Entre janeiro e junho deste ano foram realizadas 2.859 cirurgias. Em 2019, no mesmo período, já haviam sido feitas 5.382 cirurgias bariátricas pelo Sistema Único de Saúde.

O tratamento do paciente com obesidade é algo complexo, não se evidenciando apenas no emagrecimento do mesmo, mas sim na correta manutenção da redução corporal, sendo eles, orientados ao tratamento através da cirurgia bariátrica (ANDRIOLLI e colaboradores, 2017).

Existem comorbidades que ampliam os riscos para os pacientes no pós-operatório da cirurgia bariátrica, como a hipertensão arterial e pulmonar, as doenças cardíacas seja ela congestiva ou isquêmica, diabete mellitus, colesterol alto ou hiperlipidemia, doenças hepáticas, hérnias epigástricas e disfunção psicossocial (BUCHWALD e colaboradores, 2004, KELLES e colaboradores, 2015).

Entende-se que, a cirurgia bariátrica não é a total solução para as pessoas com obesidade, pois para sua correta utilização se faz necessária uma mudança de hábitos por parte da pessoa, em consumir alimentos saudáveis e adequados a esse novo estilo de vida após a cirurgia (PAIXÃO e colaboradores, 2018).

Devido ao sistema mundial de alimentos produzir e comercializar cada vez mais alimentos processados, tornando os mais acessíveis, foi impulsionado a modificação dos padrões alimentares, e aliados a essas modificações, a prática irregular e insuficiente de atividade física e os aspectos genéticos, psicológicos, sociais, econômicos, comportamentais e culturais, entre outros, caracterizam e fundamentam a etiologia multifatorial da obesidade (LOSS e colaboradores, 2015).

Devido a cirurgia bariátrica, ser uma técnica que altera a anatomia e a fisiologia do trato digestório, visando a diminuição do consumo calórico, e, conseqüentemente, uma redução na absorção de macro ou micronutrientes. As deficiências nutricionais após cirurgia bariátrica ocorrem basicamente devido à restrição da ingestão alimentar, e a diminuição no tempo de trânsito gastrointestinal (CAMBI; MARCHESINI; BARETTA, 2015).

A busca no procedimento bariátrico, visa alcançar uma melhoria nas comorbidades, e melhoria na qualidade de vida, porém sendo necessário um acompanhamento permanente com a participação de equipes multidisciplinares (SILVA, 2017).

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão narrativa sobre deficiências de minerais no pós-operatório de cirurgia bariátrica.

MÉTODO

O presente estudo, consiste em uma revisão bibliográfica de natureza narrativa, sobre as principais deficiências de micronutrientes existentes no pós-operatório de cirurgia bariátrica, e especificação dos tipos de técnicas cirúrgicas.

Os critérios de inclusão foram: artigos, teses e dissertações científicas, notas técnicas, que abordassem as principais deficiências de minerais após a cirurgia bariátrica.

Foram excluídos da pesquisa, artigos que não condizem com o tema proposto, e artigos publicados nos anos anteriores a 2010.

A coleta dos dados foi realizada, empregando-se pesquisa em base de dados da SCIELO/BIREME, PUBMED/MEDLINE e LILACS/BVS.

Foram selecionados 25 (vinte e cinco) artigos, para realização de revisão de literatura, publicados no período compreendido entre 2010 e 2020. Utilizou-se na busca os seguintes descritores: cirurgia bariátrica, pós-operatório de cirurgia bariátrica, combinados entre si com: deficiência nutricional, minerais e micronutrientes com suas variantes em inglês.

Nas bases SCIELO/BIREME, PUBMED/MEDLINE, utilizou-se os idiomas português e inglês, sendo a LILACS/BVS apenas o português.

RESULTADOS

TÉCNICAS CIRÚRGICAS BARIÁTRICAS

O tratamento mais eficaz para a perda de peso em pessoas com obesidade mórbida ou severa, é a cirurgia bariátrica, seguida por uma mudança de hábito alimentar e práticas físicas regulares (COSTA, 2013).

As pessoas com obesidade, na maioria das vezes, já possuem um déficit de minerais em seu organismo, uma vez que estes possuem um consumo calórico excessivo, entretanto sabe-se que não através de alimentos saudáveis, e que contribuem na oferta de maior parte de vitaminas e minerais da dieta, o que pode acarretar uma piora dos níveis após o procedimento bariátrico (MAGNO e colaboradores, 2018).

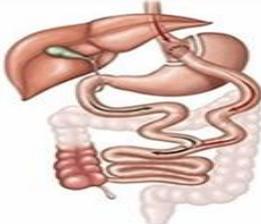
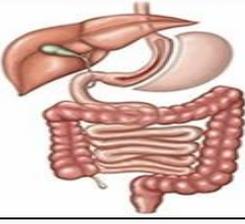
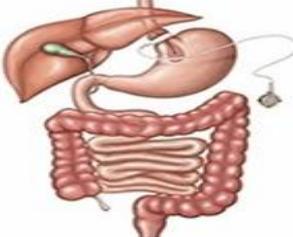
Existem 03 (três) formas de tratamento cirúrgico, através das técnicas restritivas, a disabsortivas e mistas. Nas restritivas ocorre a redução no consumo de alimentos sólidos e pastosos, por conseguinte, o paciente perde peso. Nas disabsortivas o paciente consegue comer, mas essa técnica dificulta a absorção dos macro e micronutrientes, levando-o ao emagrecimento, são conhecidas como “desvios do intestino”. Por último, existem as mistas, que combinam a restrição na quantidade de alimento com a baixa absorção dos nutrientes (SBCBM, 2020).

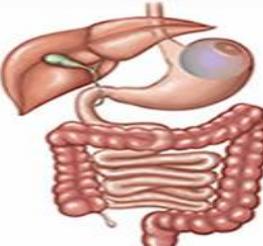
No Brasil, são mais comumente realizadas, as cirurgias bariátricas do tipo Bypass e Sleeve gastrectomy ou gastrectomia, promovendo assim uma redução na absorção e consumo de nutrientes, sendo de vital importância uma suplementação nutricional no pós-operatório. Mas existem outros tipos, bem como o procedimento não-cirúrgico, chamado balão intragástrico (ZEVE; NOVAIS; JÚNIOR 2012).

Determina-se que as técnicas de cirurgia bariátrica, promovem a redução das comorbidades existentes nos pacientes, dando a eles uma melhora significativa nos hábitos alimentares e a redução no consumo de alimentos, possibilitando assim a diminuição do peso e adoção de rotinas saudáveis (RÊGO e colaboradores, 2017).

O Conselho Federal de Medicina (2020), regulamentou por meio da Resolução CFM n. 2.131/2015, determinar os procedimentos reconhecidos no Brasil para as cirurgias bariátricas, totalizando 04 (quatro) modalidades de cirurgias, além do balão intragástrico, não sendo considerado um procedimento cirúrgico, conforme tabela:

Tabela 1. TÉCNICAS CIRÚRGICAS BARIÁTRICAS E DENOMINAÇÕES

Técnica Cirúrgica	Procedimento	Imagem	Características
Mista	Bypass Gástrico		Procedimento mais comum no Brasil e considerada mista por modificar o estômago (redução) e o intestino (desabsorção).
Restritiva	Gastrectomia Vertical ou Sleeve		Técnica aprovada pelo CFM para obesidade e considerada restritiva por modificar somente o estômago (redução).
Restritiva	Banda gástrica ajustável		Utiliza-se um anel insuflável de silicone para diminuir o tamanho do estômago (redução) e reduzir a quantidade de alimento ingerida.

Disabsortiva	Duodenal Switch		Técnica com derivação bílio-pancreática e gastrectomia vertical, com manutenção do piloro, onde se reduz a quantidade de alimento ingerido. Técnica já em desuso.
Terapêutico Restritiva	Balão Intragástricos		Procedimento temporário de 06 (seis) meses, que se constitui na inserção de um balão inflável dentro do estômago por endoscopia. Não é um procedimento cirúrgico.

Fonte: Zeve, Novais e Júnior (2012).

A cirurgia bariátrica mais utilizada no Brasil, denominada “padrão ouro”, devido segurança e eficácia na diminuição de peso da pessoa, é a Bypass Gástrico, correspondendo a 75% dos procedimentos bariátricos, seguido pela Sleeve, com menos percentual de utilização (SBCBM, 2016).

O Bypass ou Técnica de Y de Roux, se determina pela ressecção do estômago do paciente, com utilização de grampeadores cirúrgicos, e a Sleeve através da retirada do fundo gástrico, e feita a confecção de uma câmara gástrica na forma de tubo (OLIVEIRA e colaboradores, 2016).

A cirurgia bariátrica pode provocar deficiências nutricionais nos pós-operatório, sendo de suma importância um acompanhamento mais complexo por uma equipe multiprofissional, de forma a orientar o paciente sobre o correto consumo de suplementos e alimentos, precavendo-os de problemas futuros (ZYGER; ZANARDO; TOMICKI, 2016).

Uma equipe multiprofissional deve contar com uma equipe médica mínima, que inclua: cardiologista, anesthesiologista, enfermeiros, clínico geral, pneumologista, endocrinologista, angiologista/cirurgião vascular, cirurgião plástico, nutricionista, psiquiatra/psicólogo, assistente social e fisioterapeuta, para que se obtenham resultados satisfatórios de perda de peso após o procedimento, evitando possíveis complicações

tardias, como, por exemplo, deficiência de micronutrientes e desnutrição proteica. (RODRIGUES e colaboradores, 2017).

A cirurgia bariátrica é algo definitivo, mas as deficiências nutricionais ocasionadas, podem durar por todo o tempo de vida da pessoa submetida ao procedimento cirúrgico, se fazendo necessário o acompanhamento nutricional, para que seja feita uma reposição dos índices minerais que se encontram em déficit no organismo.

Destaca-se que os pacientes submetidos à cirurgia bariátrica passam a responder a reduções calóricas, mudanças hormonais intestinais, além da dificuldade no processo de absorção dos nutrientes (NICOLETTI e colaboradores, 2017).

DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS DE MICRONUTRIENTES

Existe uma preponderância no déficit dos micronutrientes devido aos procedimentos bariátricos, pelo fato da redução ou restrição no consumo de alimentos, ou até mesmo o desvio das rotas de absorção dos minerais, e redução do trânsito gastrointestinal (RAMOS; MELLO, 2015).

A suplementação nutricional é uma alternativa aos pacientes que sofreram procedimento de cirurgia bariátrica, sendo recomendado o uso, de forma correta, devendo ser uma atitude de prevenção, a utilização dos polivitamínicos e minerais, evitando os déficits tão comuns aos procedimentos cirúrgicos (TRINDADE, 2017).

Conceitualmente, deficiências nutricionais são mais comuns em técnicas que promovem máabsorção do que em procedimentos restritivos, devido às alterações fisiológicas promovidas. As deficiências de minerais mais comuns da cirurgia bariátrica são: ferro, zinco, selênio, cálcio e cobre.

Algumas deficiências se caracterizam pelo tipo de técnica empregada. Na técnica cirúrgica restritiva Sleeve, devido a acidez estomacal influenciar na absorção de vitaminas e minerais, por fazer parte do processo digestivo como um todo no organismo humano, há a inexistência de má absorção de nutrientes específicos, e geralmente é indicado o uso de suplementos multivitamínicos e suplemento mineral.

Já na gastroplastia Y de Roux, técnica mista, ocorre uma diminuição da ingestão calórica total e intolerâncias alimentares seletivas que limitam a ingestão de alguns nutrientes, em ambas as técnicas, há a maior prevalência de deficiência de ferro (COSTA, 2013).

Se diagnostica anemia em pacientes pós-cirúrgicos entre 10 a 40% dos casos. Verificou-se que na técnica mista 47% dos pacientes apresentam deficiência de ferro, e na técnica disabsortiva 49% (RHODE, 2010).

A anemia pode-se fazer presente no pós-operatório de cirurgia bariátrica, devido a deficiência de ferro, por conta da redução na ingestão e preferências alimentares, principalmente pela intolerância a alguns alimentos, adquiridas após os procedimentos (LUPOLI e colaboradores, 2017).

De acordo com Brolin (2012), entre os pacientes obesos submetidos à técnica cirúrgica Bypass de Y de Roux, de modo geral, a anemia é diagnosticada entre 35-74% dos casos, e a deficiência de ferro pode atingir 52% no pós-operatório tardio. Ainda segundo Rhode (2010), a anemia é desenvolvida até 20 anos após a cirurgia bariátrica, sendo que mulheres em fase reprodutiva são mais suscetíveis.

O ferro é absorvido pelo Trato Gastrointestinal no processo de ingestão alimentar, e no interior do organismo o ácido gástrico aumenta a absorção do ferro (Fe), transformando-o da condição férrica (Fe³⁺) para o formato ferroso (Fe²⁺), sendo essa a única forma de ser absorvida pelo corpo (CIOBÂRCA e colaboradores, 2020).

A deficiência de zinco tem sido relatada em até 32,9% dos pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. O zinco tem função relevante, pelo fato de ser antioxidante e imunológico, no organismo, e sua deficiência pode ser explicada pelo fato de que ele é absorvido principalmente no intestino delgado, primeiramente no jejuno, e a gastroplastia redutora em Y de Roux é um procedimento restritivo e disabsortivo que desvia esses segmentos intestinais do trato gastrointestinal, diminuindo a área de superfície de absorção deste micronutriente (BUCHWALD e colaboradores, 2015).

O selênio é o nutriente que é absorvido pelo trato intestinal, mais precisamente no duodeno e jejuno proximal. A deficiência de selênio tem sido relatada em 14-22% dos

pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, onde sua carência tem efeitos no paciente no pós-operatório bariátrico, com surgimento da fraqueza, inflamação dos músculos e dor muscular (TOREZAN, 2013).

O cálcio é um mineral importante que fica em déficit no organismo do paciente de cirurgia bariátrica, podendo ocasionar doenças ósseas metabólicas, gerando aumento da fosfatase alcalina com evidência de aumento na remodelação óssea e redução nos níveis séricos de cálcio em 10% dos pacientes (RAMOS; MELLO, 2015).

Segundo pesquisa apresentada por Rebolledo, (2010) 50% dos pacientes no pós operatório apresentam deficiências de cálcio. Além disso, Lim (2010), e Miller (2011), referem que pacientes com maior risco de desenvolver problemas de densidade óssea após a cirurgia são aqueles que se submeteram a duas técnicas cirúrgicas específicas: derivação biliopancreática e gastrojejunostomia em Y de Roux.

Em relação ao cobre, a deficiência desse mineral gera no organismo uma redução na produção de hemácias, desregulando o sistema nervoso, devendo ser acompanhado seus níveis a longo prazo (TOREZAN, 2013).

O cobre exerce diversas funções produzidas por enzimas, sendo absorvido tanto no estômago quanto no intestino delgado, e entre outros problemas estão a anemia microcítica, a neutropenia, ou riscos de infecções graves, além de alterações da estrutura óssea (RAMOS; MELLO, 2015).

Referente ao cobre, suas concentrações circulantes no organismo não refletem as reais reservas corporais, o que acaba acarretando uma subestimação do déficit real no deste mineral no organismo (LUPOLI e colaboradores, 2017).

A deficiência de cobre após a realização da gastroplastia redutora em Y de Roux, geralmente ocorre em 1,92% dos pacientes, segundo o estudo de Balsa e colaboradores, 2011.

A obtenção de micronutrientes através da alimentação, é a maneira mais adequada de se manter os estoques corporais em níveis desejáveis, mas os pacientes submetidos a cirurgias bariátricas apresentam normalmente um déficit no consumo e na

absorção de nutrientes, de forma que não são atingidos os índices recomendados (BORDALO, 2010).

A falta ou déficit de minerais no pós-operatório de cirurgia bariátrica causam alterações neurológicas, dermatológicas, problemas ósseos e fisiológicos, sendo de extrema importância o acompanhamento do paciente, com visitas periódicas de uma equipe multidisciplinar especializada (ABESO, 2016).

É importante a análise da perda peso, identificação de alimentos que não são bem aceitos pelo organismo, avaliação da presença de sintomas gastrointestinais e realização dos exames laboratoriais para a detecção de possíveis alterações metabólicas e nutricionais.

DISCUSSÃO

Vitaminas e minerais, são fatores e cofatores essenciais em muitos processos biológicos que regulam o peso corporal direta ou indiretamente. Os benefícios metabólicos desses micronutrientes no controle da perda de peso, incluem a regulação do apetite, da fome, da absorção de nutrientes, da taxa metabólica, do metabolismo de lipídios e carboidratos, das funções das glândulas tireoide e suprarrenal, do armazenamento de energia, da homeostase da glicose, de atividades neurais, entre outros (AILLS e colaboradores, 2010).

Assim, a adequação de micronutrientes é importante não só para a manutenção da saúde, mas também para obter o máximo sucesso na manutenção e na perda de peso a longo prazo.

As deficiências nutricionais são comuns após a cirurgia bariátrica, e mesmo com a introdução da suplementação nutricional uma grande parcela dos pacientes apresentam deficiências de micronutrientes no período pós-operatório (KWON, 2014).

Com as pesquisas, tornou-se possível constatar a preponderante influência da nutrição no tratamento pós cirurgia bariátrica decorrente da importância dos aspectos nutricionais, na manutenção da perda do peso corporal e melhora do controle das doenças associadas. Além disso, foi identificado que o acompanhamento nutricional influencia na

adequação de micronutrientes, sendo este um fator fundamental para concretização dos objetivos propostos pela cirurgia.

Os minerais são essenciais para a manutenção da saúde do organismo, e observa-se ainda a importância de conhecer sobre as suas possíveis deficiências, em que o organismo é afetado diretamente, com a falta de absorção desse micronutriente após a realização da cirurgia bariátrica (BORDALO e colaboradores, 2010).

Sendo assim, o acompanhamento no pós-operatório é importante para o conhecimento dos sinais e sintomas relacionados com a técnica cirúrgica adotada, orientando para a conduta nutricional adequada, para prevenir as carências nutricionais decorrentes do procedimento cirúrgico.

Como complicações mais frequentes, relacionadas ao pós-cirúrgico, destaca-se a desnutrição proteica, as deficiências de ferro, zinco e de vitaminas. É importante ressaltar que o pós-operatório exige a ingestão de dietas com restrição calórica que se utilizadas por períodos prolongados podem agravar os distúrbios metabólicos, causando desidratação, desequilíbrio hidroeletrólítico, hipotensão ortostática e aumento da concentração de ácido úrico no sangue (NICOLETTI e colaboradores, 2011).

Verifica-se que o rastreamento da deficiência de micronutrientes e tratamento precoce por meio de atendimento individualizado, são importantes para prevenir futuras complicações (FRAME-PETERSON e colaboradores, 2017).

Ademais, é importante lembrar que para o sucesso do pós-cirúrgico de bariátrica, deve-se manter mudanças na alimentação por toda a vida, portanto, dietas muito restritivas não são sustentáveis, embora possam ser usadas por um período limitado, conforme orientação individualizada do nutricionista.

Um planejamento alimentar mais flexível, que considere as preferências alimentares, o aspecto financeiro e o estilo de vida do paciente, e que objetive acima de tudo a reeducação alimentar e nutricional, geralmente obtém mais sucesso após a cirurgia, em curto e longo prazo (ABESO, 2016).

Uma vez realizada a cirurgia, espera-se a melhora das comorbidades relacionadas, e o aperfeiçoamento da qualidade de vida em geral, porém, a complexidade no viver após

o procedimento envolve a interligação dos aspectos físicos, psíquicos e sociais, e varia de indivíduo para indivíduo. Nesse sentido, existe a recomendação do Ministério da Saúde para que haja um acompanhamento multiprofissional e sistemático aos indivíduos que se submeteram ao tratamento cirúrgico.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, os pacientes submetidos a cirurgia apresentam maior risco de desenvolver deficiências nutricionais, relacionadas aos minerais ferro, zinco, selênio, cálcio e cobre. Com a capacidade volumétrica do estômago reduzida, ocorre a limitação da ingestão e absorção de diferentes nutrientes, sendo necessários suplementação nutricional para prevenir ou tratar as deficiências decorrentes das alterações da cirurgia.

Desta forma, torna-se indispensável um monitoramento nutricional, como forma de tratar as deficiências nutricionais, seja de macro ou micronutrientes, de forma a evitar distúrbios na boa disposição física e mental, a curto, médio e longo prazo, devendo a suplementação de nutrientes ocorrer de forma que venham a suprir a real necessidade do paciente.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à professora orientadora, que durante o tempo de produção deste trabalho, deu-me todo o suporte e auxílio para conclusão deste artigo. Aos professores do curso, pelos ensinamentos e contribuição em toda a minha trajetória acadêmica. Aos meus familiares e amigos, pelo incentivo, apoio, companheirismo e principalmente por sempre acreditarem no meu potencial.

CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram não haver.

REFERÊNCIAS

Abeso. **Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica.**

Diretrizes brasileiras de obesidade 2016. Disponível em:

<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/92/57fcc403e5da.pdf>.

Aills, L.; Blankenship, J.; Buffington, C.; Furtado, M.; Parrott, J.. **ASMBS Allied Health Nutritional Guidelines for the Surgical Weight Loss Patient.** Surg Obes Relat Dis. 2010.

Andriolli, C.; Kuntz, M. G. F.; Meurer, V.; Gonçalves, A. N. **Avaliação da redução de excesso de peso e de carências nutricionais em pacientes pré e pós cirurgia bariátrica.** Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. São Paulo. Vol. 11. Num. 68. 2017. p.738-747.

Balsa, J.A.; Botella-Carretero, J.I.; Gómez-Martín, J.M.; Peromingo, R.; Arrieta, F.; Santiuste, C. **Copper and Zinc Serum Levels after Derivative Bariatric Surgery: Differences Between Roux-en-Y Gastric Bypass and Biliopancreatic Diversion.** Obes Surg. Vol. 21. 2011. p. 744-50.

Bordalo, L.A.; Mourão, D.M.; Bressan, J. **Deficiências nutricionais após cirurgia bariátrica, por que ocorrem?** Acta Med Port. Vol. 24. Num. S4. 2011. p. 1021-1028.

Brígida, E.P.S.; Costa, V.V.L.; Palheta, R.C.A.; Ramos, E.M.L.S.; Figueira, M.S.; Brolin, R. E.; Lamarca, L.B.; Henler, H.A.; Cody, R.P. **Desvio Malabsorptive gástrica em pacientes com super-obesidade.** J GastrointestSurg. Vol. 6. 2012. p. 195-203.

Buchwald, H.; Avidor, Y.; Braunwald, E.; Jensen, M.D.; Pories, W.; Fahrbach, K.; Schoelles, K. **Bariatric surgery: A systematic review and meta-analysis.** JAMA. Vol. 292. Num. 14. 2015. p. 1724-37.

Cambi, M.P.C.; Marchesini, S.D.; Baretta, G.A.P. **Reganho de peso após cirurgia bariátrica: avaliação do perfil nutricional dos pacientes candidatos ao procedimento de plasma endoscópico de argônio.** ABCD – Arquivos brasileiros de cirurgia digestiva. Vol. 28. Num. 1. 2015. p. 40-43.

CFM – Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM n. 2.131/15.** Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2015/2131>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Ciobârca, D.; Catoi, A.F.; Copaescu, C.; Miere, D.; Crisan, G. **Bariatric surgery in obesity: effects on gut microbiota and micronutrient status.** Nutrients. Vol. 12. Num. 235. 2020.

Costa, D. **Eficiência do acompanhamento nutricional no pré e pós-operatório da cirurgia bariátrica.** Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. São Paulo. Vol. 7. Num.39. 2013. p. 57-68.

Fáe, C.; Liberali, R.; Coutinho, V.F. **Deficiência de nutrientes a longo prazo no pós-operatório de cirurgia bariátrica – revisão sistêmica.** SaBios: Revista Saúde e Biologia. Vol. 10. Num. 2. 2015. p. 46-53.

Ferraz, Á.A.B.; Carvalho, M.R.C.; Siqueira, L.T.; Santa-Cruz, F.; Campos, J.M. **Deficiências de micronutrientes após cirurgia bariátrica: análise comparativa entre**

gastrectomia vertical e derivação gástrica em Y de Roux. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. Vol.45. Num. 6. 2016.

Frame-Peterson, L.A.; Megill, R.D.; Carobrese, S.; Schweitzer, M. **Nutrient deficiencies are common prior to bariatric surgery**. *Nutrition in Clinical Practice*. Vol. 32. Num. 4.2017. p. 463–469.

Kelles, S.M.B.; Diniz, M.F.H.S.; Machado, C.J.; Barreto, S.M. **Perfil de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, assistidos pelo Sistema Único de Saúde do Brasil: revisão sistemática**. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. Vol. 31. Num. 8. 2015. p. 1587-1601.

Kwon, Y.; Kim, H.J.; Lo, Menzo E.; Park, S.; Szomstein, S.; Rosenthal, R.J. **Anemia, iron and vitamin B12 deficiencies after sleeve gastrectomy compared to Roux-en-Y gastric bypass: a meta-analysis**. *Surg Obes Relat Dis*. 2014.

Lim, R.G.; Blackburn; J.D. **Benchmarking das melhores práticas em cirurgia da perda de peso**. *CurrProblSurg*. Vol. 47. 2010. p. 79-174.

Loss A.B.; Souza, A.A.P.; Pitombo, C.A.; Milcent, M. Madureira, F.A.V. **Avaliação da Síndrome de Dumping em pacientes obesos mórbidos submetidos à operação de bypass gástrico com reconstrução em Y de Roux**. *Rev. Col. Bras. Cir.* Vol. 36. Num. 5. 2015.

Lupoli, R.; Lembo, E.; Saldalamacchia, G.; Avola, C.K.; Angrisani, L.; Capaldo, B. **Bariatric surgery and long-term nutritional issues**. *World Journal of Diabetes*. Vol. 8. Num. 11. 2017. p. 464-483.

Magno, F.C.C.M.; Coimbra, V.O.R.; Kaippert, V.C.; Rosado, E.L. **Macro e micronutrientes na orientação nutricional para obesidade**. *HU Revista*. Juiz de Fora. Vol. 44. Num. 2. 2018. p. 251-259.

Miller, M.; Choban, P. **O tratamento cirúrgico da obesidade: Estado atual do processo e as estratégias para otimizar os resultados da evolução**. *Nut ClinPract*. Vol. 26. 2011. p. 526-33.

Nascimento, T.M.; Alves-Júnior, A.; Nunes, M.A.P.; Freitas, TRP.; Silva, M.A.F.S.; Alves, M.R. M. **Comparação do perfil hepático no pré e pós-operatório na cirurgia bariátrica: rede particular vs pública**. *ABCD – Arquivos brasileiros de cirurgia digestiva*. Vol. 28. Num. 4. 2015. p. 274-277.

Nicoletti, C.F.; Cortes-Oliveira, C.; Pinhel, M.A.S.; Nonino, C.B. **Bariatric Surgery and Precision Nutrition**. *Nutrients*. Vol. 9. Num. 974. 2020.

Nogueira, A.A.C.; Farias, D. **Correlação entre as deficiências nutricionais e uso de suplementação nutricional no pós-operatório em pacientes bariátricos**. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*. São Paulo. Vol.11. Num. 67. 2017. p. 498-505.

Oliveira, G.L.L.; Ferreira, V.A.; Fiuza, E.S.; Bacelar, V.C.F. **Identificação e análise da deficiência de micronutrientes pós-cirurgia bariátrica e suas possíveis consequências imediatas e longo prazo na manutenção do paciente bariátrico**. XV SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2016.

- Paixão, A.L.; Lourenço, V.V.; Dias, J.S.; Nogueira, A.A.C. **Perfil alimentar de pacientes pós cirurgia bariátrica.** *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento.* São Paulo. Vol. 12. Num. 71. 2018. p. 391-399.
- Ramos, C.P.; Mello, E.D. **Manejo nutrológico no pós-operatório de cirurgia bariátrica.** *International Journal of Nutrology.* Vol. 8. Num. 2. 2015. p. 39-49.
- Rebolledo, A.; Basi-Fer, K.; Rojas, P.; Codoceo, J.; Inostroza, J.; Carrasco, F.; Ruz, M. **Evolución y calidad de la alimentación de mujeres con obesidad severa y mórbida sometidas a bypass gástrico.** *Archivos Latinoamericanos de Nutrición.* Vol. 50. Num. 1. 2010. p. 7-13.
- Rêgo, A.S.; Zulin, A.; Scolari, S.; Marcon, S.S.; Radovanovic, C.A.T. **Análise das condições clínicas de pessoas obesas em período pré e pós-operatório de cirurgia bariátrica.** *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.* Vol. 44. Num. 26. 2017. p. 171-178.
- Rhode, B.M. **Vitamin and mineral supplementation after gastric bypass.** Update surgery for mildly obese patient. Toronto, F-D Communications. 2010. p.161-70.
- Rodrigues, G.; Precybelovicz, T.; Bettini, S.C.; Farias, G. **Acompanhamento nutricional no pré-operatório de cirurgia bariátrica: tempo de seguimento versus redução de peso.** *Revista PsicoFAE. Pluralidades em Saúde Mental.* Curitiba. Vol. 6. Num. 2. 2017. p. 97-112.
- SBCBM. Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica. **Técnicas cirúrgicas.** 2017. Disponível em: <https://www.sbcm.org.br/tecnicas-cirurgicas/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- Silva, C.D.A.; Figueira, M.A.; Maciel, M.C.S.P.G.; Gonçalves, R.L.; Sanchez, F.F. **Perfil clínico de pacientes candidatos à cirurgia bariátrica.** *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento.* São Paulo. Vol. 11. Num. 64. 2017. p. 211-216.
- Silva, P.T.; Patias, L.D.; Alvarez, G.C; Kirsten, V.R.; Colpo, E.; Moraes, C.M.B. Perfil de pacientes que buscam a cirurgia bariátrica. *ABCD – Arquivos brasileiros de cirurgia digestiva.* Vol. 28. Num. 4. 2015. p. 270-273.
- Torezan, E.F.G. **Revisão das principais deficiências de micronutrientes no pós-operatório do Bypass Gástrico em Y de Roux.** *International Journal of Nutrology.* Vol. 6. Num. 1. 2013. p. 37-42.
- Trindade, E.M; Gebara, TSS.; Cambi, M.P.C.; Baretta, G.A.P. **Aspectos nutricionais e o uso de suplementos alimentares em mulheres submetidas ao bypass gástrico.** *ABCD – Arquivos brasileiros de cirurgia digestiva.* Vol. 30. Num. 1. 2017, p. 11-13.
- Zeve, J.L.M.; Novais, P.O.; Júnior, N.O. **Técnicas em cirurgia bariátrica: uma revisão da literatura.** *Revista Ciência & Saúde.* Porto Alegre. Vol. 5. Num. 2. 2012. p. 132-140.
- Zyger, L.T.; Zanardo, V.P.S.; Tomicki, C. **Perfil nutricional e estilo de vida de pacientes pré e pós-cirurgia bariátrica.** *ScientiaMedica.* Vol. 26. Num. 3. 2016.

CAPÍTULO XVI

BUSCANDO A CIDADANIA: A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Magda Lúcia Neves³⁵.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-16

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo enfatizar o processo de estrutura da família no ambiente escolar. Na elaboração do referido tema, pensamos na relação entre Família/Escola, que é de suma importância no desenvolvimento educacional de cada ser humano. Portanto, a escola além de questionar toda e qualquer forma de pensamento único, deve também mostrar às famílias e alunos qual a postura tomada pela mesma diante da vida. O primeiro capítulo aborda uma visão conceitual de família, O segundo capítulo relata sobre a interação entre família e a escola, O terceiro capítulo aponta os desafios da escola para com a família, Porém, a importância desse trabalho está nele ser capaz de transmitir a real função da participação da família na escola envolvendo a sociedade, sendo que é importante salientar a interação de todos dentro da expectativa de uma educação melhor, com a colaboração de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Educação. Escola.

SEARCHING FOR CITIZENSHIP: THE INTERACTION BETWEEN FAMILY AND SCHOOL IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS

ABSTRACT: This work aims to emphasize the process of family structure in the school environment. In the elaboration of this theme, we thought about the relationship between Family/School, which is of paramount importance in the educational development of each human being. Therefore, the school, in addition to questioning every single form of thought, must also show families and students what position it takes towards life. The first chapter addresses a conceptual view of the family, The second chapter reports on the interaction between family and school, The third chapter points out the school's challenges with the family, However, the importance of this work lies in being able to convey the real function of family participation in school involving society, and it is important to emphasize the interaction of all within the expectation of a better education, with the collaboration of all.

KEYWORDS: Family. Education. School.

INTRODUÇÃO

³⁵ Mestranda em Ciências da Educação (CECAP). Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell/MG. Professora da Educação Básica do município de Guimarães/RN. E-mail: magda_neves@hotmail.com

A família é um ponto principal que rege a moral, dignidade, amor e respeito, possibilitando a consciência crítica do indivíduo, transformando-o em pessoa capaz de superar qualquer obstáculo na vida social. É fundamental para a compreensão do processo educativo, cuja maior contribuição tem seu resultado na sociedade, pois são as três instâncias que de fato, apontam para nós, educadores, devemos olhar, são educação, família e sociedade, uma vez que há grande ligação entre elas.

Diante do exposto, todo gestor ou educador que esteja à frente de um trabalho de qualidade precisa ver essas esferas como uma atuação integrada. Portanto, a família funciona como uma referência para que não nos esqueçamos das estruturas importantes quanto à família e a escola, que têm representações fortes para o aluno. Embora muitas vezes tal integração mencionada não pareça evidente, a presença da família no dia-a-dia do colégio é fundamental para o bom desenvolvimento dos alunos.

A ESTRUTURA FAMILIAR

Atualmente os objetivos e as finalidades sobre a família estão intercalados por falta de comunicação, de compreensão no meio social. A falta de estrutura familiar vem desencadeando toda essa formação que vem da base, e hoje está completamente descontrolada, mas mesmo assim vem buscando melhoria na sua formação, contribuindo para que seja possível a construção de uma comunidade familiar mais justa e competente, conhecendo seus valores mediante os problemas que enfrentam no cotidiano.

Antes de mais nada, é importante notar que a estrutura da família continua a mesma desde a organização da sociedade burguesa no século XIX. O termo “conceito de estrutura”, por vezes usado de forma descabida, faz crer que a família vive em outro patamar. Como diz Ricotta (2008, p. 31-32): Enquanto houver professores que consideram que as famílias não educam seus filhos, cairemos na ideia de que esses são críticos com relação a ela e, desse modo, distanciam-se, em vez de se aproximar. Pois a função da escola é suprir para algumas crianças o que lhes falta, certamente essa é a chance de o aluno ter uma referência positiva.

A FAMÍLIA E OS VALORES

Os valores estão sempre presentes na família que define os valores interpessoais, onde o comportamento é distribuído através da afetividade do indivíduo. Muitas vezes a ação tomada pela família atrapalha na estruturação e até mesmo no desenvolvimento educacional do educando, porém é inadmissível lembrar-se desses valores que são atribuídos desde a infância com os familiares, cabe aos pais fazerem uma reflexão sobre o seu próprio comportamento diante dos seus filhos, no entanto, tudo que uma criança aprende durante seu processo de vida, vem do convívio familiar.

Então, tudo que acontece com uma pessoa na família é explorada na escola, onde os educadores têm que fazer uma análise de toda trajetória de vida de um educando desde do princípio. É com base nesses valores atribuídos à família – como: respeito, moral, honestidade, coragem, competência, tomando confiança em si mesmo que a sociedade espera que o ser humano possa contribuir de forma objetiva, no seu desempenho educacional.

Cabe, no entanto, sempre valorizar esse instinto que está preso em um indivíduo, dando oportunidade para que possa expressar seus sentimentos e mostrar seus valores e potencial na escola e que os pais sempre busquem cultivar a moral e respeito entre as famílias.

A ESCOLA COMO LUGAR DE FORMAÇÃO

A escola juntamente com os educadores prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, que necessitam da escolarização para poder expandir e buscar emprego nas indústrias e empresas, assim despertando esse novo mundo do trabalho, porque antes no Brasil existiam poucas pessoas que tivessem formação adequada para conseguir um vínculo empregatício em prego na vida social. Hoje, com a moderna tecnologia podemos usufruir dessa nova realidade social.

O papel social nessa formação do contexto histórico do educando na instituição escolar, portanto, prioriza as necessidades que uma sociedade busca alcançar, está determinado no seu relacionamento com o público, ou seja, com os indivíduos que atuam com o papel dos pais, estruturando e disciplinando para fazer com que o cotidiano da vida

escolar fosse sustentado pela rigidez de posturas disciplinares. A escola e família são parceiras e ambas têm interesse em comum: a formação do aluno/filho do indivíduo.

Segundo Kaloustian (1988, p. 26): A família deve, portanto, se esforçar em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Presença que implica envolvimento, comprometimento e colaboração.

Deve estar atenta a dificuldades não só cognitivas, mas também comportamentais. Em outros termos, a família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como, se vêm estruturados. A escola tem a função de preparar o aluno para descobrir o mundo, mas a interação dos pais na instituição escolar é de grande relevância para o desenvolvimento da criança em seu aprendizado.

O importante para a família é a escola, porém é necessário que o aluno tenha um novo olhar e possa compreender que a escola é essencial à vida de cada indivíduo na sua formação de valores e conhecimento. A escola necessita urgentemente buscar o interesse ou despertar na família a importância que ela representa para este ambiente como um todo, possibilitando uma formação cultural que ela se impõe como compromisso social. A escola precisa garantir à família o desenvolvimento de cada aluno.

É nesse contexto escolar que refletimos sobre a tomada de conhecimento, de consciência pessoal. Ou seja, quando há fortalecimento da escola juntamente com a família, como trata o tema, isto ajuda no engrandecimento da instituição formadora, quebrando a corrente que dificultava a parceria, assim construindo uma sociedade melhor. O processo de desenvolvimento na escola cria esteticamente uma formação humana configurada que garante o acesso nas diferentes modalidades, promovendo a interação dos pais com mais frequência. Na busca desse foco, pensamos que o ponto de partida seria conhecer o “sujeito”, saber quais os seus interesses, de preferências, suas formas de aprender, suas facilidades e dificuldades, como é seu grupo familiar e social, sua vida dentro e fora da escola.

BUSCANDO A CIDADANIA: A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E A ESCOLA

Na vida social cada ser humano passa constantemente a construir uma relação entre família/escola; assim sendo, começam a conhecer os valores sociais, criando seu conceito de cidadão diante dos fatores que possibilitam compreender diversas atitudes no seu cotidiano, pois nesse contexto familiar e educacional as tarefas socializadoras da família são muito importantes para a interação de pais e filhos no processo educacional do indivíduo.

É a partir do respeito que a instituição favorece ao educando um vasto conhecimento e habilidade necessária para o desempenho no meio social. Porém, a família deve estar sempre presente para contribuir no crescimento profissional do indivíduo, pois os pais e as mães detêm informações e habilidades que muitas vezes o professor não dispõe. Essa comunicação entre família e escola, poderia ser constante, pois essas duas instituições precisam uma da outra.

A participação da família na escola não deveria ser apenas nas reuniões de pais e mestre, ou seja, seria importante se acontecesse regularmente em momento mais propício. A instituição é um referencial no qual agrega muitos indivíduos, sendo que eles passam uma boa parte do tempo na escola, influenciado por vários fatores, necessitando a interação da família com a escola, que é o que mais se aponta, ser inserido no contexto da cultura familiar. O incentivo dos pais é de suma importância para que a criança e adolescente sejam motivadas para um desempenho escolar.

Ao que tudo indica a única forma de superação da situação inquietante na qual se encontra a educação pública brasileira, seria aproximar a escola e família quanto a sua cultura e dos processos construtivos presentes no desenvolvimento do indivíduo. O que ambas as instituições têm em comum é o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão.

Como lembra Gomes (1994, p. 60): Embora seja inegável a importância da família como grupo socializador, outras agências sociais e até mesmo alguns espaços competem com ela, diuturnamente, e vão se tornando demasiadamente fortes na sociedade atual. Uns positivos e até desejáveis, outros, no mínimo discutíveis.

Apesar de a família ser muito importante na formação do indivíduo, que se precisa da comunidade escolar para formação de cidadão, transformando assim o sujeito numa pessoa mais competente diante da sociedade.

A FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL E HISTORICAMENTE CONSTITUÍDA

A família diante do processo de transformação do sujeito, é responsável pela interação e socialização da criança no seu desenvolvimento escolar e familiar na transmissão de conhecimento. Os pais têm o dever de educar os filhos no seu processo de vida, com a finalidade de orientá-los quanto a seus deveres e responsabilidades.

Como diz Nunes (1994, p. 7): O conceito de reatividade no desenvolvimento infantil: as sociedades estabelecem ambientes para o desenvolvimento de modos específicos de comportamento que se espera que as crianças apresentem e, no geral, elas crescem da maneira esperada.

Para dar conta das expectativas do grupo social, os pais criam uma condição de desenvolvimento tanto no ambiente físico como no tipo de ações que desenvolvem e nas oportunidades que oferecem aos filhos. A escola e a família têm os mesmos objetivos, fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e de ter sucesso na aprendizagem. A família é o grupo com o qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida, porém é nessa comunidade que extraímos uma postura para viver na sociedade diante do respeito, dignidade, caráter, entre outros fatores que aprendemos durante o processo de vida.

A partir desse sentido que o autor fala, é importante salientar que a sociedade está inserida dentro do contexto familiar. Por esse motivo é que a relação família e escola pode se aglomerar contribuindo no desenvolvimento acessível para a formação, qualificação e capacitação do aluno na sociedade. Por isso é muito importante a participação da família no ambiente escolar.

ESCOLA E CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

A participação da família revela um compromisso com a escola em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente para o desenvolvimento educacional, o exercício da cidadania democrática e atuação do sujeito enquanto membro social. A escola é um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conhecimento favorece a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e um universo cultural maior.

A formação deve propiciar o desenvolvimento de capacidade, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais. Segundo Cassirer (1977, p. 50): A linguagem, o mito, a arte, a religião são partes do universo simbólico – são os fios que tecem simbólica, a teia emaranhada da experiência humana.

Todo o progresso humano no pensamento e na experiência aperfeiçoa e fortalece esta rede. Dessa maneira, a escola, é um ponto de partida para o ser humano garantir sua cidadania democraticamente, diante dos fatores que estabelece na sociedade, que constitui uma ação intencional com a família, construindo uma sociedade significativa mediante os conhecimentos atribuídos no meio escolar.

Como diz Durkheim (1858 – 1917, p. 33): A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança, certo número ou estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança particularmente se destina.

A escola juntamente com a família deverá tomar consciência dos direitos humanos enquanto cidadão, só assim será possível exercer a cidadania conhecendo os seus direitos no meio social. Mas percebe-se que a escola tem contribuído muito nessa construção de conhecimento, que é o papel fundamental desta transmitir para o educando esse leque de conhecimento transformando em pessoas competentes na sociedade.

No entanto, a família poderia dar sua contribuição nesse processo de desenvolvimento do educando, colaborando com a instituição escolar. Como diz Delval (2006, p. 13): O cidadão que é capaz de participar, de forma responsável, da vida social é aquele que entende os problemas que ocorrem na sociedade, que é capaz de

compreender as diferentes perspectivas e os interesses dos diferentes grupos, de oferecer soluções viáveis para os problemas comuns e de participar delas.

A escola é sem dúvida, o lugar de aprendizagem que deve ser respeitado pela própria família, durante o processo de desenvolvimento da criança neste local. Cabe à mesma e é essencial envolver os pais na formação de cidadãos dos seus filhos e também na construção de conhecimento do alunado no processo educacional.

FAMÍLIA É ESSENCIAL

A participação da família na escola é essencial e constitui num rendimento maior para o aluno, pois a família faz parte de uma entidade de grande valor, desse modo é importante a relação entre família/escola no desempenho escolar do aluno.

Diante dessas considerações, a escola, além de questionar toda e qualquer forma de pensamento único, deve também mostrar às famílias e alunos qual a postura tomada pela mesma diante da vida. Não há dúvida de que a família e a renovação dessas modalidades de participação e gestão social devem ser abordadas dentro dos limites de uma reflexão mais ampla, na qual se integrem tanto as políticas educacionais como as diferentes modalidades de organizar e administrar a escola como um todo.

A participação da família na escola é essencial e constitui num rendimento maior para o aluno, pois a família faz parte de uma entidade de grande valor, desse modo é importante a relação entre família/escola no desempenho escolar do aluno. Também para tornar a escola essencial à família, precisa-se dos pais nas oficinas, excursões, etc., convidando-os a participar no desenvolvimento escolar do estudante. Geralmente, na maior parte dos pais não se interessa que o filho tenha êxito na escola.

No entanto, a presença frequente das famílias neste espaço é fundamental para estimular cada vez mais o desenvolvimento escolar. Desse modo, a competência da escola com o aprendizado da criança e adolescente consiste em contribuir na formação essencial do aluno, pois a escola tem transformado muito os seres racionais para o mercado no meio social, onde a família tem dado sua mera contribuição essencial nesta área.

O PROCESSO EDUCACIONAL NUMA PERSPECTIVA FAMILIAR: OS DESAFIOS DA ESCOLA PARA COM A FAMÍLIA

A escola funciona sob regras e todas cumprem. As famílias estão cientes de seus compromissos e responsabilidades com a escola. A escola mantém um canal de comunicação sempre aberto junto às famílias, contatadas periodicamente por meio de reuniões, realizadas por turma para promover o acompanhamento do rendimento dos alunos.

Baseado nisso, a escola desenvolve trabalho centrado no aluno, na busca de sua autonomia progressiva e construção do seu projeto de vida, integrando aspectos da educação básica com atividades livres, criativas, originárias da experiência de cada um, com ponto alto na conquista do conhecimento e na transformação individual. Seguindo o raciocínio do autor, a família nunca deverá deixar de lado a responsabilidade em relação à educação dos filhos, portanto, é inadmissível que a família se afaste da escola no qual prepara os filhos para o mercado de trabalho.

Desde a base que a criança é escolarizada na instituição, porém a escola tem um árduo trabalho no processo educacional das crianças, ou seja, um desafio em melhorar o aprendizado dos alunos para a sociedade. A escola consiste na prática educacional, que favorece aos profissionais dando respaldo ao seu trabalho pedagógico.

Diante dessa condição a instituição concretiza todos os desafios com êxito no processo de transmissão de conhecimento para os que estão inseridos na educação. Onde o papel da escola é melhorar o aprendizado das crianças, jovens e adultos, no qual mantêm uma relação entre escola/família/professores/alunos, que gera uma parceria ao processo de conhecimento de cada indivíduo dentro do ambiente escolar que beneficia a sociedade.

COMO OS PAIS DEVEM PARTICIPAR NA ESCOLA?

Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação de seus filhos. Como a educação escolar não os exime dessa responsabilidade, a participação dos pais é flagrantemente necessária para que continuem a exercer seu papel de principais educadores dos filhos. É preciso convencer-se de que a participação diferenciada,

conforme o papel que cabe a cada setor da comunidade educacional, constitui ao mesmo tempo uma manifestação de democracia social e uma garantia de qualidade.

Como diz López (1999, p. 83): “Os pais têm o direito e o dever de participar na escola porque são os responsáveis legais e naturais pela educação de seus filhos, mas também representam a sociedade receptora da ação escolar”.

Assim sendo, com a participação ativa da família, a escola alcançará o respeito e o cuidado com o prédio escolar, com todos os materiais em geral, portanto, com a colaboração dos familiares, a escola é quem ganha com isso, mas a força que os pais derem à instituição escola ajudará todo o corpo escolar desempenhar um bom papel, com essa contribuição que os pais juntamente com a escola tornará em pessoas capazes de exercer sua cidadania.

Segundo Garcia (2003, p. 2): Educar é caminhar junto por um caminho nem sempre fácil, onde tanto ensinamos quanto aprendemos. Ensinar e aprender, afinal são dois ingredientes essenciais dessa profunda experiência espiritual que é o relacionamento entre pais e filhos.

A exigência da participação dos pais na organização da escola, têm contribuído gradativamente na construção do aprendizado do indivíduo, estabelecendo dentro da própria instituição e a sociedade um equilíbrio de responsabilidade entre os pais com a escola, onde criam essa interação para fortalecer no processo de desenvolvimento educacional dos filhos, os pais precisam participar ativamente e delegar na formação de cidadão no ambiente escolar e com a sociedade.

Para Castro (2002, p. 27): Abrir as suas portas para que os pais conheçam seu funcionamento, sua proposta pedagógica para que possa valorizar a escola do filho; (...) reconhecer a família como um núcleo de apoio e não de substituição (...) envolver os pais na proposta pedagógica desde o primeiro contato.

Continuando na mesma lógica, a escola precisa abrir mais espaço para que os pais possam engajar-se cada vez mais na escola, dentro da proposta pedagógica, que facilita uma interação essencial entre pais e filhos, onde a família é uma peça muito importante

na formação do sujeito dentro do ambiente escolar e cabe aos pais estarem sempre presentes no processo seletivo dos filhos.

COMO ESTIMULAR SEUS FILHOS A ESTUDAR

Os pais devem procurar meios que incentivem os filhos a terem bom rendimento escolar, cabe à família criarem estratégias que possibilite às crianças despertarem o interesse pelas ruas, até mesmo em casa, daí os familiares poderiam fazer sempre a lição de casa, estipular horários e criar um ambiente adequado para todo o estudo, assim estará contribuindo no processo de aprendizado do educando, mantendo uma relação melhor, entre pais e filhos.

A família pode acompanhar sistematicamente os seus filhos, para poder assim, dar sugestões à escola sobre o que pode ser acatado para melhorar o interesse das crianças e demais estudantes, e discutir estratégias que possibilitem uma melhor forma de atrair atenção do aluno para o aprendizado, onde a família está meramente participando e contribuindo juntamente com a escola.

A INTERVENÇÃO SOCIOESCOLAR

A Escola Municipal Jessé Pinto Freire foi fundada em 1968, está localizada na Rua Presidente Bandeira, Baixa do Meio – Guamaré/RN. A Escola é de porte pequeno, só atende ao nível de ensino infantil, funciona nos turnos matutino, vespertino, sua dependência administrativa, é composta por “3” salas de aula, uma direção, uma secretaria, uma cozinha, um depósito de merenda e uma área de recreio pequena.

A Escola não possui projeto pedagógico são feitos semestralmente, às vezes com ajuda do Coordenador do Centro de Educação, ou com os próprios professores. Os conteúdos trabalhados na escola não são relacionados diretamente ao contexto de vida dos alunos, a escola tem oportunizado com os estudos para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e a formação pedagógica da UVA/UFRN.

INTERVENÇÃO SOCIOESCOLAR: ATRAIR OS PAIS PARA ESCOLA

O trabalho de intervenção socioescolar tem como objetivo a necessidade da família na escola, um problema que vem nos afetando muito. A prática tem mostrado que a participação dos pais na escola ainda não é uma realidade afetiva. Apesar dos avanços teóricos e das iniciativas legais e governamentais, a atuação dos pais ainda é bem rara na instituição.

A escola organiza as famosas reuniões de “pais e mestres” onde apenas apontam a desobediência das crianças, como se só isso acontecesse na vida escolar do educando. Nunca são apontadas as conquistas e avanços das crianças. Tudo isso, resulta em antipatia e os pais acabam ficando mais ausentes da escola. Estes momentos poderiam ser mais aproveitados por parte da escola, promovendo troca de informações, mas acabam tornando-os desagradáveis.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho de intervenção socioescolar foi desenvolvido numa instituição de ensino infantil da rede pública, com família de meio socioeconômico, o período da realização da intervenção foi de julho de 2009 a dezembro de 2009.

O resultado de uma pesquisa feita no problema investigado as estratégias para uma problemática junto à família, refletimos que a educação não depende exclusivamente da escola, é um trabalho que envolve múltiplos projetos e temas que é compartilhados com vários planos de ação e cooperação para que se torne real o sonho de incluir todos na escola.

Sendo assim, os alunos sentem-se motivados a ouvir e participar das atividades propostas, pois os familiares estarão dando enorme contribuição para o sucesso de aprendizagem da instituição escolar e de seus educandos. Convocar os pais não só para comparecer, mas também para auxiliar na preparação de festas como: festas juninas, feira de ciências, e entre outros eventos promovidos durante o ano letivo.

Com base no exposto, enfatizamos a importância de que os pais fiquem cientes não só da estrutura escolar, como também dos conteúdos transmitidos, com base na visão de futuro e como está sendo organizada. Porém, é necessário reconhecer que nem sempre

os pais, mesmo sendo convidados a se fazerem presentes desta interação com a escola, não participam efetivamente.

Sabemos que vários fatores vêm a contribuir para isso: as exigências sociais, falta de tempo, o estresse do dia-a-dia, o cansaço físico etc. tudo isso acaba na troca de papéis, a família atualmente, tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Além disso acreditam que educar em sentido amplo é função da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão deste trabalho de intervenção, vale registrar que ao longo dessa trajetória, podemos afirmar que os objetivos foram alcançados, pois contribuíram para a nossa formação e enriquecimento do saber e para a vida profissional. Na elaboração deste trabalho foram utilizados materiais que deram respaldo à pesquisa, permitindo-nos um entendimento para o tema que estava sendo explorado.

Essa temática gera vários segmentos que propiciam uma compreensão da família e sociedade como um todo na tomada de decisões, dentro e fora da escola. O comparecimento e o envolvimento devem ser permanentes e, acima de tudo, construtivos, para que a criança e o jovem possam se sentir amparados, acolhidos e amados. E, ao mesmo modo, deve-se lutar para que os pais e escola estejam em completa sintonia em suas atitudes, já que seus objetivos são os mesmos.

Devem, portanto, compartilhar de um mesmo ideal, pois só assim realmente estarão formando e educando, superando conflitos e dificuldades que tanto vêm angustiando os professores, como também pais e próprios alunos.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Josiane Damáris Hoeldtke. **Relação escola/família: garantindo o sucesso.** UFRN: Natal, 2002.
- DONATELLI, Dante. **Quem me educa, a família na escola.** Ed. ARX, p. 192, 2004.

DURKHEIM, E. **Lições de cidadania:** a moral, o direito e o estado. São Paulo: Edusp, 1983.

DELVAL, Juan. **Manifesto para uma escola cidadã.** Campinas/SP: Papirus, 2006.

FERREIRA, Maria José. **Educação Inclusiva.** Revista Gestão em Rede, set., n. 80, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola.** Brasília: Liber Livro, 2007.

CAPÍTULO XVII

O PAPEL DA LUDICIDADE NO PROCESSO DO APRENDIZADO

Juliane Claudia Rossi Silva³⁶; Sonia Maria Reche³⁷;

Lucilene Cardoso de Miranda³⁸; Fatima Aparecida Barbosa de Oliveira³⁹;

Maria de Lourdes Reche Borges⁴⁰; Silvana Bezerra dos Santos⁴¹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-17

RESUMO: Este trabalho trata da ludicidade na Educação e apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo foi discutir sobre a importância do lúdico no processo de desenvolvimento da criança, visando à construção do conhecimento através de brincadeiras, jogos e brinquedos. A pesquisa de natureza qualitativa foi desenvolvida, por meio de um questionário com questões estruturadas, o qual foi respondido pelas professoras regentes de uma sala de Educação Fundamental, de uma Escola Estadual na cidade de Barra do Bugres- MT. O resultado desse estudo demonstrou que a escola pesquisada valoriza o lúdico e o toma como necessário para a aprendizagem da criança. Pudemos concluir a partir da análise das respostas dos sujeitos da pesquisa, que ficou nítida a valorização dessas atividades das professoras. No entanto, ressalta-se que é preciso entendimento sobre o direcionamento de tais atividades. É o professor quem deve conduzir o aluno e as atividades lúdicas a serem realizadas. O lúdico permite novas maneiras de ensinar, associado a fatores como: capacitação dos profissionais envolvidos, infraestrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais à criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Lúdico. Jogos. Aprendizagem.

THE ROLE OF PLAYFULNESS IN THE LEARNING PROCESS

ABSTRACT: This work deals with playfulness in Education and presents the results of a qualitative research, whose objective was to discuss the importance of playfulness in the child's development process, aiming at the construction of knowledge through games, games and toys. The qualitative research was developed through a questionnaire with structured questions, which was answered by the regent teacher of an Elementary Education room, of a State School in the city of Barra do Bugres-MT. The result of this study showed that the researched school values playfulness and takes it as necessary for the child's learning. Based on the analysis of the research subjects' responses, we were able to conclude that the appreciation of these activities by the teachers became clear. However, it is noteworthy that it is necessary to understand the direction of such activities.

36 Graduada em Pedagogia – E-mail: juliane_claudia@hotmail.com

37 Graduada em Pedagogia – E-mail: soniareche29@hotmail.com

38 Graduada em Pedagogia – E-mail: lucinhamirandabbu@hotmail.com

39 Graduada em Pedagogia – E-mail: fatima-bbu@hotmail.com

40 Graduada em Pedagogia – E-mail: crislen_reche@hotmail.com

41 Graduada em Pedagogia – E-mail: silvanatifilhos@gmail.com

It is the teacher who must lead the student and the playful activities to be carried out. The ludic allows new ways of teaching, associated with factors such as: training of the professionals involved, infrastructure, it is possible to obtain a quality education, capable of meeting the essential interests of the child, because the ludic activities are not summative, but rather are part of the learning process.

KEYWORDS: Playful. Games. Learning.

INTRODUÇÃO

Vivemos hoje com um grande desafio que é possibilitar diferentes estratégias de aprendizagem que auxiliem o aluno na construção de uma aprendizagem significativa. Sendo assim, a ludicidade proporciona um instrumento pedagógico é uma maneira diferente e divertida de aprender. A abordagem da matemática na Educação Infantil tem como finalidade proporcionar oportunidade para que as crianças desenvolvam a capacidade de estabelecer aproximações a algumas noções de matemática presentes no seu cotidiano.

Com um ensino focado no aluno, o jogo pode desempenhar um importante papel no processo ensino aprendizagem. O gosto pela atividade lúdica é inerente ao ser humano e por ele passam grande parte dos contatos sociais que a criança estabelece ao longo de sua vida. Assim, o professor deve procurar organizar seu curso tornando-se orientador ou facilitador da aprendizagem, deve ver o aluno como o centro da aprendizagem e deve organizar atividades em pequenos grupos, com rico material didático e em ambiente estimulante que permita a realização de jogos e experimentos ou o contato com materiais manipulativos. Resolvendo a problemática do tema “Qual a importância do lúdico na formação do aluno?”. Buscamos nortear o tema obtivemos como objetivos proposto como: A investigação da ludicidade, fazendo uso de jogos como elemento exploratório e como recurso didático, analisar a relação dos alunos com os jogos, explorar suas potencialidades através de sua aplicação e verificar a compreensão de alguns conceitos através do mesmo.

De acordo com os estudos realizados por muitos especialistas no assunto, o trabalho com jogos em sala de aula nos traz muitos benefícios, pois a competição saudável garante dinamismo e movimento, propiciando encontrar nos alunos suas dificuldades reais, permite aos jogadores manifestarem seu desejo de vencer e para

isso, aperfeiçoam -se e ultrapassam seus limites; os alunos geralmente se empolgam com o clima de uma aula diferente, o que faz com que aprendam sem perceber e principalmente porque através dos jogos as crianças constroem o seu conhecimento.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do jogo para a construção do conhecimento de crianças de 7 a 9 anos; analisar se a utilização do jogo possibilita a ampliação do pensamento lógico.

Consideramos de suma importância trabalhar este tema, visto que o lúdico e a matemática, juntamente com o desejo de compreender como os jogos matemáticos podem ser utilizados para o desenvolvimento de criatividade, conceitos lógicos, capacidade de resolver problemas e a socialização.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO DENTRO DO PROCESSO EDUCATIVO

O lúdico dentro do processo educativo pode construir-se numa atividade muito rica, na medida em que professores e alunos interagem construindo conhecimentos e socializando-se, podendo atuar na escola, de forma a promover a interdisciplinaridade, entre as disciplinas para introduzir seus conceitos, assim, haveria um incentivo à aprendizagem de determinado conteúdo, como por exemplo, desenvolver a noção de números na criança, neste caso o professor ensina aos seus alunos uma brincadeira que trate desse assunto. Essa inclusão visa, portanto, a flexibilização e dinamização das atividades realizadas ao longo de toda a prática docente, oportunizando a eficácia e significação da aprendizagem. Como diz Kishimoto (1992, p. 16), “é através da atividade lúdica que a criança forma conceitos, seleciona ideias e estabelece relações lógicas.”

É importante mencionar que o lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo". Se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. Conforme Antunes (2005, p. 33) “as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”.

Conforme Vigostsky ele relata que:

[...] afirma que através do brinquedo a criança aprende a agir numa esfera cognitivista, sendo livre para determinar suas próprias ações. Segundo ele, o brinquedo estimula a curiosidade e a autoconfiança, proporcionando desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção (VIGOSTSKY 1984, p. 34).

É notório que o uso de jogos nas aulas de matemática exerce um papel importante no ensino aprendizagem. Como estímulo ao estudo da matemática torna as aulas mais interessantes e possibilitam o desenvolvimento do raciocínio lógico e o convívio social devido à interação que esses jogos proporcionam entre os alunos. Segundo Almeida nos diz que:

Para um trabalho pedagógico com jogos, além de resgatar o gosto dos alunos pela descoberta, pelo novo, o trabalho com o lúdico proporciona também o desenvolvimento das habilidades operatórias características desta faixa etária (ALMEIDA, 1990, p. 195).

Para um bom desempenho do lúdico, recomendam que o professor saiba introduzir o jogo, tenha domínio, conhecimento, compreensão, cultura e as limitações de maneira que possa levar o aluno a se interessar pelo aprendizado.

Assim, o lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, por meio dele vai socializando com as demais crianças. Com isso, pode-se ressaltar que a educação lúdica esteve presente em várias épocas, povos e contextos e forma hoje uma vasta rede de conhecimento no campo da Educação.

De acordo com Vygotsky,

É na interação com as atividades que envolvem simbologia e brinquedos que o educando aprende a agir numa esfera cognitiva. Na visão do autor a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real, tanto pela vivência de uma situação imaginária, quanto pela capacidade de subordinação às regras (VYGOTSKY, 1984, p. 27).

Como podemos ver, a criança aprende matemática enquanto imagina uma situação-problema baseada na sua realidade e no seu cotidiano, desafiando assim, a sua inteligência em busca de soluções, e isso, pode se dar em outros conteúdos escolares. Sendo assim o lúdico é de grande importância para as crianças, pois sem distinção de idade ou classe social, estas atividades lúdicas devem constar no contexto político pedagógico da escola.

O PAPEL DO PROFESSOR COM ATIVIDADE LÚDICA

A postura do professor frente ao lúdico deve ser a de incitar no momento certo, desafiar, debater e interferir, quando necessário, promovendo a satisfação na realização da atividade. Assim, para que a proposta atinja o aluno, o professor precisa interiorizar o trabalho com jogos e acreditar no sucesso do mesmo. Quando o aluno percebe segurança e satisfação no professor, ele se sente também seguro, pois sabe que tem um apoio por perto, caso necessite.

O lúdico para ser utilizado como recurso didático-pedagógico é preciso que seja de certa forma, elaborado pelo professor. Cabe a este fazer aplicação dos jogos de modo correto e eficaz, buscando as melhores técnicas e para isso é necessário que o mesmo já tenha em mãos esse material é compreendido de que forma ele melhor possa trabalhar os conteúdos de matemática.

Como nos lembra Almeida,

Para um trabalho pedagógico com jogos, além de buscar resgatar o gosto dos alunos pela descoberta pelo novo, trabalho com o lúdico proporciona também o desenvolvimento das habilidades operatórias característica desta faixa etária (ALMEIDA, 1990, p. 41).

O professor não é um transmissor de conhecimentos e sim um ser que pode mediar a qualquer momento a aprendizagem de seus alunos, fazendo da escola um ambiente propício para a relação professor-aluno ser mais criativa.

Despertar no aluno o desejo em aprender é fazer com que ele sinta-se motivado e realizado, e para que isso de fato venha a acontecer é mais que vital a intervenção do professor, na busca e conquista do gosto das crianças em querer saber sempre mais, pois um professor que se assume mediador de sua prática, que tem consciência e procura

sempre o melhor para seus alunos, certamente conquistará o desejo dos mesmos em aprender.

AS ATIVIDADES LÚDICAS NO COTIDIANO ESCOLAR

A atividade lúdica é importante no desenvolvimento da criança, favorece a interação social, a formação da linguagem, facilita o processo de ensino aprendizagem. Perceber e utilizar o lúdico nos entremeios das atividades diárias, servindo como metodologia de aula, pode ser um grande aliado na luta contra o desinteresse e fracasso escolar. De acordo com Rodrigues:

[...] A atividade lúdica infantil fornece informações elementares a respeito da criança, compreendendo suas emoções, a forma como interage com seus colegas, seu desempenho físico-motor, seu estágio de desenvolvimento, seu nível linguístico, sua formação moral (RODRIGUES, 2000, p. 46).

Sabendo da importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, não se pode deixar de defender seu valor dentro do contexto escolar, uma vez que a escola acolhe crianças em fase de crescimento, ativas e dispostas a aprender.

De acordo com o Parâmetro Curricular Nacionais apontam para essa perspectiva, indicando a presença de jogos na atividade escolar:

Para crianças pequenas, os jogos são ações que elas repetem sistematicamente, mas que possuem um sentido funcional (jogos de exercício), isto é, são fonte de significados e, portanto, possibilitam compreensão, geram satisfação, formam hábitos que se estruturam num sistema. Essa repetição funcional também deve estar presente na atividade escolar, pois é importante no sentido de ajudar a criança a perceber regularidades (BRASIL, 1997, p. 35)

O jogo não é apenas entretenimento, é um meio de enriquecer o desenvolvimento intelectual; brincando a criança se sente pertencente a um grupo. O brincar envolve emoções, afetos, inteligências e movimentos. Brincar deixa a criança mais flexível, e busca alternativas de ações para situações cotidianas.

As atividades lúdicas utilizadas em sala de aula são consideradas um meio pelo qual a criança desenvolve sua criatividade, seu espírito de liderança e a capacidade de atuar em grupo, sua capacidade de socialização, pois através dos jogos em grupo a

crianças aprende a repartir, a ouvir e até mesmo a ter um espírito de liderança. Sabendo da importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, não se pode deixar de defender seu valor dentro do contexto escolar, uma vez que a escola acolhe crianças em fase de crescimento, ativas e dispostas a aprender.

RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

Descreveremos aqui os dados das entrevistas das professoras que dizem respeito ao entendimento do lúdico, a presença e espaço do lúdico na escola, as vantagens e limitações de se trabalhar com essas estratégias de ensino.

Quando perguntamos às professoras o que você entende por atividade lúdica? As docentes descreveram o seguinte:

P1: descreveu o lúdico como brincadeiras, jogos, música, dança e tudo aquilo que desperta a criatividade e o raciocínio propiciando o aprendizado de forma prazerosa.

P2: “Atividades lúdicas são aquelas que promovem a motivação e provocam prazer, ou seja, atividades que permitem o desenvolvimento global da criança”.

Apontaram também, o lúdico como uma ferramenta importante no processo de aprendizagem. As duas professoras apresentam um entendimento similar a respeito da atividade lúdica. Diante da fala das professoras percebe-se que as mesmas não restringem o lúdico a atividades de descontração e brincadeiras Maluf expressa:

As atividades lúdicas são instrumentos pedagógicos altamente importantes, mais do que apenas divertimento, são um auxílio indispensável para o processo de ensino aprendizagem, que propicia a obtenção de informações em perspectivas e dimensões que perpassam o desenvolvimento do educando. A ludicidade é uma tática insubstituível para ser empregada como estímulo no aprimoramento do conhecimento e no progresso das diferentes aprendizagens (MALUF, 2008, p. 42).

Para elas, o lúdico pode ser visto como parte integrante de uma proposta metodológica, por proporcionar desenvolvimento e diversas aprendizagens. As atividades lúdicas são estratégias que podem contribuir tanto para o bem estar e o prazer da criança no universo da escola e também alcançar avanços nas questões relacionadas ao desenvolvimento.

O trabalho pedagógico aliado a atividade lúdica aproxima a criança do universo estudado, proporciona divertimento, tornando o processo de aprendizado algo prazeroso que tende ao alcance de resultados positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho pudemos levantar uma discussão mais concreta com relação ao lúdico no cotidiano escolar, partindo de um levantamento teórico onde buscamos retomar as concepções de alguns autores com relação ao tema para que então pudessemos localizar o lúdico na escola. Com base nesses estudos e na observação, percebeu-se que as professoras das turmas pesquisadas dominam a compreensão do lúdico, e fazem o uso de atividades com fundamentação lúdica nos diversos momentos da sua rotina de forma consciente.

De acordo com as professoras e com os resultados observados, a utilização de atividades lúdicas proporciona um melhor desempenho e envolvimento das crianças nas atividades realizadas. Quando existe a aplicação de atividades sem suporte lúdico é necessário um maior esforço para alcançar a atenção dos alunos e para obter um retorno sobre o conteúdo com que se deseja trabalhar.

Por fim, resta dizer que o lúdico permite novas maneiras de a criança se desenvolver, associado a fatores como: capacitação dos profissionais envolvidos, infraestrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais à criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica: Técnica e Jogos Pedagógicos**. SP: Loyola, 1990.
- ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências: os jogos e os parâmetros curriculares nacionais**. Campinas: Papyrus, 2005.
- BRASIL, **Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais; Matemática / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo, a criança e a educação.** Petrópolis: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **O brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz, **Atividades lúdicas para a educação infantil:** Conceitos, orientações e práticas. 1ªed.. Petrópolis: Vozes,2008

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RODRIGUES, Rejane Pena. **Brincalhão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, M. **Jogos no Ensino da Matemática na Educação Infantil:** O papel do Lúdico na Compreensão e Desenvolvimento do Raciocínio Lógico. 2008. 56f. Universidade de Taubaté, Ubatuba.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CAPÍTULO XVIII

ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Telany Cristina Lopes⁴².

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-18

RESUMO: Na emergência dos desafios ocasionados pelo uso das tecnologias digitais, as conjecturas educativas precisam ressignificar o modo de compreender e utilizar essas tecnologias a favor da educação, como dinamizadores dos contextos educativos. Sabemos que na atualidade as crianças e adolescentes estão diante de uma infinidade de informações e recursos tecnológicos que possibilitam o desenvolver de uma forma autônoma e participativa. Assim, precisamos compreender que estamos diante de um novo tempo, e que são necessários novos métodos, metodologias, ferramentas e um novo meio de enxergar a realidade para podermos entender a educação na atualidade e a necessidade de deixar as velhas práticas e se abrir ao novo que nos espera

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto. História. Metodologias.

METHODOLOGICAL ADAPTATIONS FOR THE REMOTE TEACHING OF THE SUBJECT OF HISTORY

ABSTRACT: In the emergence of the challenges caused by the use of digital technologies, educational conjectures need to re-signify the way of understanding and using these technologies in favor of education, as dynamizers of educational contexts. We know that children and adolescents are currently faced with an infinity of information and technological resources that allow them to develop in an autonomous and participatory way. Thus, we need to understand that we are facing a new time, and that new methods, methodologies, tools and a new way of seeing reality are needed in order to understand education today and the need to leave the old practices and open up to the new. that awaits us

KEYWORDS: Remote Teaching. History. methodologies.

INTRODUÇÃO

Entende-se que os sujeitos que nasceram imersos no mundo digital interagem, simultaneamente, com as diferentes mídias” (ALVES, 2008, p. 06-07). Além desses fatores, algo que contribuiu para a aceleração do uso das mídias e tecnologias digitais em sala de aula foi a pandemia ocasionada pelo Covid-19. A educação assim como todos

⁴²Mestrando em Ciências da Educação (CECAP). Professora da Educação Básica. E-mail: telany.cristina@hotmail.com

setores da economia e sociedade tiveram que se adaptar a uma nova realidade, uma vez que a interação entre docente e discente não poderia mais ocorrer de forma presencial.

[...] a suspensão das atividades presenciais físicas [...] gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que se tem apelidado de ensino remoto de emergência (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 07).

Essa reorganização teve finalidade melhorar o processo de ensino-aprendizagem, onde tiveram que ser tomadas algumas medidas de readaptação para que houvesse a continuidade das aulas nas escolas e uma solução foi à introdução de um formato de modalidade remota emergencial com o auxílio das TIC's.

As mudanças organizacionais são muitas vezes dolorosas e implicam enormes desafios institucionais de adaptação, de inovação, de alterações estruturais, de flexibilidade, de enquadramento e de liderança, e este é, claramente, um momento decisivo para assumir a mudança, porque a suspensão das atividades presenciais físicas, um pouco por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido apelidado de ensino remoto de emergência (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 7).

As discussões acerca do uso das tecnologias na educação na verdade já não era novidade, contudo o novo no cenário atual e a urgência em se pensar a primazia dos aparatos tecnológicos enquanto possibilitadores da interação necessária para que os processos de ensino e aprendizagem aconteceram de forma mais acelerado após a pandemia do COVID-19 se alastrar em nosso país e nos obrigar de uma vez por todas a aceitar essa nova realidade proporcionada pelas tecnologias.

É doravante importante ressaltar que as atividades desenvolvidas com a tecnologia devem ser vistas como novas oportunidades educativas e não como um único meio, sendo preciso integrá-las num todo, ou seja, integrando-as nas rotinas de trabalho da sua sala, contudo, dando oportunidade a novos projetos e a novas formas de construção de saberes.

ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Nesse contexto, o Ensino Híbrido torna-se um meio, não com um único objetivo, um meio para construir conhecimento e explorar um mundo virtual cheio de possibilidades para o ensino de história.

Participar de um modelo híbrido de educação é compreender e interpretar o acontecimento do Ser que está em um novo século e que possui um forte apelo participativo no processo de aprendizagem. Os caminhos dessa busca por conhecimento têm início em uma sala de aula tradicional, mas, não ficam restritos às estruturas desta realidade nem tão pouco se limitam ao tecnicismo do software Edmodo. Ao que percebemos o sucesso ou não de uma educação híbrida passa antes pelo acontecimento do Ser (SOUZA, 2016, p. 06).

Moran (2015), afirma que a integração cada vez maior entre sala de aula e ambientes virtuais é fundamental para abrir a escola para esse novo mundo e trazer esse mundo para dentro da escola. Outra integração necessária é a de prever processos de comunicação mais planejados, organizados e formais com outros mais abertos, como os que acontecem nas redes sociais, em que há uma linguagem mais familiar, uma espontaneidade maior, uma fluência constante de imagens, ideias e vídeos.

Os docentes podem utilizar os recursos digitais na educação, principalmente a Internet, como apoio para a pesquisa, para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os alunos e dos alunos entre si, para a integração entre grupos dentro e fora da turma, para publicação de páginas web, blogs, vídeos, para a participação em redes sociais, entre muitas outras possibilidades (MORAN, 2013, p. 01).

Ainda seguindo as orientações de Moran, as escolas inovadoras devem reprogramar o seu Projeto Político Pedagógico inserindo a Educação Híbrida de modo diferenciado, projetando a sua atuação com foco em três dimensões essenciais: construção do projeto de vida, valores e competências e equilíbrio entre compartilhar e personalizar. Ele explica ainda que a ênfase no projeto de vida é elaborada na situação em que o aluno tem um instrutor que o auxilia e acompanha no seu percurso educacional e o auxilia a desenvolver o seu projeto pessoal focado nos interesses para o futuro, considerando o seu contexto e história, assim, o aluno já inicia a idealização de futuro no qual o foco principal é formar cidadãos mais humanos e realizados pessoalmente e profissionalmente.

Os professores de história podem e devem ampliar as estratégias pedagógicas de aprendizagem por meio do ensino híbrido, atuando nesta perspectiva como mediador da

aprendizagem dos estudantes. Nesta abordagem, a postura do professor se altera, deixando o lugar de mero expositor de conteúdos para se tornar quem seleciona previamente os materiais, disponibilizados aos estudantes, analisa os dados e evidências da aprendizagem provenientes da avaliação diagnóstica e formativa e planeja experiências educacionais em que os estudantes coloquem em prática os conceitos estudados, progredam na construção de habilidades e competências mais aprofundadas e desenvolvam autonomia em seu percurso educacional.

Portanto, o papel do professor na educação contemporânea deve ser de desestruturador do modelo tradicional para se tornar facilitador do conhecimento no processo ensino aprendizagem. A atualidade sugere papéis híbridos tanto do professor quanto do aluno, pois o mais importante é a construção do conhecimento sem tornar tão relevante a posição que os atores da educação ocupam neste processo. O exercício de repensar o papel do professor considerando o ensino híbrido face às novas tecnologias pode ser muito enriquecedor para gerar novas ideias para a prática pedagógica no âmbito educacional (HOFFMANN, 2016).

Nesta perspectiva, o educador possui um papel fundamental na escolha das mídias a serem utilizadas e como remediá-las em sala de aula. As possibilidades são diversas, e o professor torna-se um mediador de grande potencialidade no processo ensino e aprendizagem. Ao introduzir determinadas mídias e modificar a estrutura da condução da aprendizagem, o aluno muda de posição, inicia assim, um processo de construção mediada do conhecimento, com valores educacionais de grande transformação, entre eles, a colaboração e cooperação.

Um aspecto importante no desenvolvimento do ensino híbrido é a organização mais adequada das atividades, podendo o docente partir da forma como estas eram desenvolvidas presencialmente, a fim de adequá-las. Assim, o professor terá em suas mãos a disponibilidade de variar a forma como irá desenvolver as atividades com os alunos, sabendo que algumas delas serão mais fáceis de se adaptar à realidade do ensino online. Se, por exemplo, alguns conteúdos eram organizados por aulas expositivas, ou por leituras individuais, sem a necessidade de participação dos alunos, estas podem ser adaptadas mais facilmente para um modelo de atividades assíncronas. Para conteúdos que

dependem de uma interação ativa no momento da aula, como debates, questionamentos e interações entre os estudantes, orienta-se que a adaptação aconteça por meio de atividades síncronas.

Diante do exposto, o planejamento quanto à organização do tempo é determinante para o sucesso do processo pedagógico. É preciso considerar que os tipos de vivências estabelecidas em ambientes virtuais diferem daquelas que acontecem presencialmente, e possuem características próprias. Assim, questões como tempo na frente da tela do computador/tablet/celular, em uma mesma posição e submetidos à claridade e aos estímulos constantes da conectividade são elementos pertinentes a serem considerados durante a elaboração do planejamento.

Do mesmo modo, é imprescindível pensar que o tempo das aulas no Ensino remoto é um tempo distinto daquele experimentado durante as aulas no modelo presencial. Ainda nessa perspectiva, considera-se apropriado reforçar que um plano de ensino que contemple atividades síncronas e assíncronas de forma equilibrada pode representar maiores benefícios no atendimento às diferentes formas de aprendizagem, respeitando-se as singularidades dos alunos que participarão das atividades.

Assim, é importante que no planejamento o professor tenha clareza do objetivo de aprendizagem a ser alcançado pelos estudantes, para definir os tempos e espaços de cada proposta a ser realizada, bem como o papel do aluno e do professor na atividade planejada, a fim de que os objetivos sejam plenamente alcançados.

Em relação às metodologias e os recursos tecnológicos que estão sendo utilizados, podemos destacar diversas metodologias e maneiras de lidar com a atual situação da educação, dentre elas, o uso de vídeo conferências, aulas expositivas através de plataformas online, produção de vídeo aulas disponibilizadas no YouTube ou por meio de grupos do WhatsApp, tendo como principal recurso tecnológico o celular e o notebook. Assim como a disponibilização de apostilas eletrônicas por meio do Google Classroom, atividades online em plataformas como google forms ou atividades impressas para os alunos que não possuem acesso aos recursos tecnológicos, mapas conceituais, indicação de filmes, dentre outras metodologias comumente passaram a fazer parte do cotidiano dos docentes.

A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico (CORDEIRO, 2020, p. 06).

As aulas e as interações síncronas demandam que docentes e discentes estejam conectados em tempo real, de forma simultânea, com apoio de tecnologias e ferramentas que sejam capazes de manter as interações on-line. Alguns recursos importantes que podem garantir as interações síncronas são: a utilização de chats, aplicativos de bate-papo, web conferências, lives, contudo, qualquer ferramenta só poderá apresentar resultado se os docentes realizarem planejamentos didáticos com antecedência.

O avanço das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que permite maior disponibilidade de informação e recursos para o educando, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador. O uso das ferramentas tecnológicas na educação deve ser vista sob a ótica de uma nova metodologia de ensino, possibilitando a interação digital dos educandos com os conteúdos, isto é, o aluno passa a interagir com diversas ferramentas que o possibilitam a utilizar os seus esquemas mentais a partir do uso racional e mediador da informação (CORDEIRO, 2020, p. 04).

Essas plataformas promovem encontros virtuais e possibilitam que, mesmo geograficamente distantes, os participantes consigam participar das interações on-line, compartilhando áudios, vídeos, textos, imagens e as telas de seus computadores, em um mesmo ambiente virtual.

As aulas e as interações assíncronas apresentam maior flexibilidade quanto ao tempo, pois não demandam que docentes e discentes estejam conectados em tempo real, de modo simultâneo. Um exemplo que pode ser utilizado no modo assíncrono são os fóruns de interação on-line. Isso permite que o discente consiga organizar a gestão do tempo de estudos para participar de acordo com a sua disponibilidade de horário para a organização de estudos. Os fóruns podem ser utilizados com vários objetivos didáticos.

Os fóruns revelam diversos tipos de estrutura e podem incluir a avaliação recíproca de cada mensagem recebida. As mensagens são visualizadas em diversos formatos e há possibilidade de inserção de anexos para complementar o que foi solicitado

pelo docente. Os participantes podem comentar as mensagens e ampliar a aprendizagem de forma colaborativa, por meio de debates, reflexões críticas, estudos de casos, leituras dirigidas e outras estratégias que os docentes podem articular na organização dos fóruns. As mensagens ficam no fórum, em um banco de dados, e podem ser acessadas e respondidas a qualquer momento.

A partir de tudo que foi exposto, vemos modelos de Ensino Híbrido sistematizados a exemplo dos que foram estabelecidos por Horn e Staker (2015) a partir da observação do que já ocorria em muitas escolas pelo mundo. Eles são os que mais têm sido mais utilizados como exemplos da abordagem. Os autores sistematizaram modelos que atendiam três aspectos fundamentais: modelos em que os estudantes tinham algum controle sobre o tempo, o lugar, o caminho e o ritmo da aprendizagem; modelos em que ocorria a supervisão de um docente, no espaço físico da escola; e por fim, modelos em que a aprendizagem ocorria de forma integrada (online e presencial).

A partir desse levantamento feito pelos autores, foram organizados os modelos de rotação, modelo flex, modelo à la carte e modelo virtual enriquecido. Eles estão agrupados em modelos sustentados, que tem como objetivo aprimorar as práticas educacionais já existentes e conhecidas dos educadores, combinando as vantagens do ensino online com os benefícios da sala de aula tradicional, onde esses modelos disruptivos de Ensino Híbrido propõem uma inovação em relação ao que ocorre tradicionalmente em sala de aula.

Cabe ressaltar ainda que esses são os modelos identificados na literatura e que devem inspirar a construção de novos modelos que beneficiem a conexão adequada entre as experiências com mediação de recursos digitais e com supervisão docente que se pretende implementar em sala de aula. Assim, iremos apresentar um pouco de cada um desses modelos, suas características e contribuições para o processo de ensino aprendizagem.

O primeiro exemplo é o Modelo de rotação. Esta divisão envolve propostas em que há alternância entre atividades planejadas pelo professor, onde pelo menos uma delas é realizada de forma online. Esse revezamento entre as atividades previstas pode ocorrer por orientação do professor ou em um horário fixo e predeterminado, além de serem

modelos que podem ocorrer apenas presencialmente, ou seja, sem considerar parte das atividades realizadas fora da escola. Esse modelo de Rotação tem quatro submodelos: Sala de Aula Invertida, Rotação por Estações, Laboratório Rotacional e Rotação Individual.

Na Sala de Aula Invertida, os alunos realizam uma parte do estudo online em casa e sem a tutoria do professor e a outra parte do estudo é realizada em sala de aula, com a assistência do professor. A primeira etapa visa aproveitar melhor o tempo da aula, proporcionando ao aluno entrar em contato com o objeto de estudo em casa por meio de vídeos, pesquisas, produção em ambiente online, realizando o estudo de acordo com o seu ritmo de aprendizado. Na sala de aula, é desenvolvida as atividades que geralmente eram enviadas como lição de casa, possibilitando tirar dúvidas com o professor ao longo da exposição ou discutir sobre os aspectos previamente estudados, aprofundando assim o aprendizado e aplicando os conhecimentos, além de ter a oportunidade de trocar com os pares e construir conhecimentos coletivamente.

Na Sala de Aula Invertida, o aluno estudar previamente o conteúdo e realiza em casa uma atividade de verificação de seus estudos prévios para que o professor consiga analisar as maiores dificuldades dos alunos para trabalhar em sala de aula, retomando-as e aprofundando o conteúdo abordado em sala de aula. Deste modo, o período em que o aluno está na sala de aula é dedicado às propostas de aprendizagem mais ativas, que desenvolvem processos cognitivos mais complexos, como discussões, resolução de atividades, entre outras (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015).

No submodelo Rotação por Estações a aula é organizada para que os estudantes realizem atividades diferentes em estações de trabalho relacionadas com os objetivos de aprendizagem sobre o tema central da aula. A turma é organizada em grupos, que passam por cada estação realizando as atividades dentro do tempo determinado e depois vão trocando de estação até terem feito todas as tarefas propostas. Em uma das estações, por definição, há uma atividade que independe do acompanhamento do professor e é realizada online. O professor pode atuar como mediador, levantando conhecimentos prévios no início da aula e sistematizando ao final da aula o que foi aprendido pelos estudantes.

É importante que as estações sejam dispostas de maneira independente uma da outra, para que o estudante realize a atividade sem depender do que foi proposto em outra estação e que inicie ou finalize a aula no modelo de rotação por estações em qualquer estação de trabalho. Além disso, no planejamento das estações é cabível considerar momentos em que os estudantes possam trabalhar individualmente e outros em que possam fazê-lo colaborativamente, bem como proporcionar uma variedade de recursos como vídeos, pesquisas, leituras, visando favorecer a personalização da aprendizagem (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

No padrão de Laboratório Rotacional a classe é dividida em dois grupos: um realizará atividade utilizando computador do laboratório de informática, para instituições que disponibilizam este espaço, e o outro grupo ficará com o professor em sala de aula realizando as propostas planejadas. Cada grupo fica um tempo determinado na atividade e depois troca de ambiente, possibilitando que os estudantes possam aprender de maneiras diferentes sobre o mesmo assunto. Essa proposta é semelhante à Rotação por Estações, porém parte dos estudantes são acompanhados por um professor tutor no laboratório de informática, onde realizam as atividades online e a outra parte está em sala de aula com o professor da turma (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

No submodelo de Rotação Individual cada aluno recebe um roteiro personalizado de atividades planejadas pelo professor, que indica quais atividades são importantes de serem realizadas pelo estudante, de acordo com suas necessidades de aprendizado. Neste modelo, a personalização do ensino é bastante valorizada, pois o estudante recebe uma lista de propostas de estudo para cumprir em sua rotina, sem precisar passar por todas as estações propostas e dedicando o tempo necessário para finalizar cada atividade. Além disso, a avaliação proporciona dados importantes para a personalização do percurso do estudante (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

No Modelo flex, os alunos seguem um roteiro personalizado de propostas a serem realizadas online e em alguns momentos presenciais. O professor tutor está disponível no local para oferecer ajuda ou iniciar projetos e discussões visando aprofundar a aprendizagem dos estudantes. Deste modo, a espinha dorsal do aprendizado está no

ambiente virtual e o estudante realiza as propostas no seu ritmo, de modo personalizado e flexível e o professor oferece o apoio presencial, esclarecendo dúvidas ou propondo discussões em pequenos grupos. Os estudantes planejam sua rotina entre as oficinas propostas e são organizados por nível de autonomia, sendo que estudantes de diferentes idades realizam projetos juntos (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

No modelo à la carte, os alunos realizam um ou mais componentes curriculares inteiramente online e com um professor responsável online, ao mesmo tempo em que estudam os demais componentes curriculares frequentando escolas tradicionais. A diferença entre este modelo e o Flex, é que o professor tutor está online e no Flex o docente está presencialmente na escola acompanhando os estudantes. Nessa modalidade, o estudante organiza seus estudos em parceria com o educador, conforme os objetivos gerais a serem alcançados, e pode escolher o local e momento mais adequados para sua aprendizagem, tornando sua experiência personalizada (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

No modelo Virtual Enriquecido, os estudantes dividem o seu tempo entre o aprendizado online e outras propostas a serem realizadas presencialmente na escola. Neste modelo, os estudantes não necessitam ir todos os dias presencialmente à escola, pois organizam seu tempo entre aprendizado online e educação presencial. Assim, os estudantes podem ir à escola uma ou duas vezes por semana para realizar as propostas planejadas na sala de aula, com foco em discussões, reflexões, aplicação dos estudos feitos em casa, e nos outros dias estudam online de acordo com o seu ritmo de estudo (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015; HORN; STAKER, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que toda mudança provoca incertezas e gera medo por não saber ao certo o que estamos enfrentando. Isso tem ocorrido com diversas instituições e profissionais que têm ingressado nesse universo do ensino híbrido e das tecnologias digitais. Mas isso não pode impedir o avanço da educação e das práticas para melhorar a qualidade do ensino na disciplina de história.

Para Imbérnom (2010, p. 36):

Para que o uso das TIC signifique uma transformação educativa que se transforme em melhora, muitas coisas terão que mudar. Muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade.

As TIC's são importantes aliados para que haja uma transformação positiva na educação, inclusive nas práticas pedagógicas. Porém, elas não podem ser apontadas como protagonistas dessa transformação por serem apenas tecnologias. A responsabilidade tem que vir conjuntamente da escola e do professor. Não adianta inserir aulas remotas na escola sem que o educador entenda o contexto atual das transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, por isso, hoje ainda mais vemos a necessidade da formação continuada de professores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lynn. **Relações entre jogos digitais e aprendizagem:** delineando percurso. In: Educação, Formação & Tecnologias, vol.1(2); pp. 3-10, 2008.
- BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org). **Ensino Híbrido:** personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
- CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação:** A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em: <http://oscardien.myoscar.fr/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O%20A%20UTILIZA%20C3%87%20C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em: 19 Ago.2021.
- HOFFMANN, Elíria Heck. **Ensino híbrido no ensino fundamental:** possibilidades e desafios. 2016. Projeto de trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação na Cultura Digital) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2016.
- HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended:** usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORAN, José Manuel **Ensino híbrido:** equilíbrio entre a aprendizagem individual e a grupal. In: Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação, 6º, Recife, 2015. Anais. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MORAN, José Manuel. **A integração das tecnologias na educação.** A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5 ed. Campinas: Papirus, 2013

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital online.** Revista UFG, v. 20, 2020.

SOUZA, Aguinaldo Gomes. **Educação Híbrida no Ensino Médio:** questões alteritárias e dialógicas no Edmodo. SIED/ENPED. São Carlos: UFSCAR, 2016.

CAPÍTULO XIX

A UTILIZAÇÃO DAS TIC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS

Telany Cristina Lopes⁴³.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.15-19

RESUMO: As transformações tecnológicas ocorridas na educação formal, apresentam para o professor de História o desafio de assumir o papel de articulador na interlocução com os alunos e estimulador na relação desses com o saber histórico, construindo sentidos que garantam uma real apropriação do conhecimento por parte deles. É importante que o professor de história desenvolva metodologias que despertem o interesse, estimulem a criatividade, a observação e a interpretação do conteúdo a partir do auxílio das TIC's, sem perder de vista, contudo, as implicações de sua aplicação. A inclusão das TIC's em sala de aula é um processo irreversível, com contribuições substanciais sobre as novas formas de compreender a realidade, permitindo a construção de propostas para o ensino-aprendizagem de história, pois, ao utilizar as TIC's abre-se um leque de possibilidades no intuito de favorecer os alunos na apropriação de elementos que contribuam à percepção de valores que levem à construção de um olhar crítico sobre a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: História. Tecnologias de Informação e comunicação. Metodologias.

THE USE OF ICT'S IN HISTORY TEACHING: METHODOLOGICAL AND PEDAGOGIC CONTRIBUTIONS

ABSTRACT: The technological changes that have taken place in formal education present the History teacher with the challenge of assuming the role of articulator in the dialogue with students and stimulator in their relationship with historical knowledge, building meanings that guarantee a real appropriation of knowledge by them. It is important that the history teacher develop methodologies that arouse interest, stimulate creativity, observation and interpretation of content from the aid of ICTs, without losing sight, however, of the implications of its application. The inclusion of ICTs in the classroom is an irreversible process, with substantial contributions to new ways of understanding reality, allowing the construction of proposals for the teaching-learning of history. possibilities in order to favor students in the appropriation of elements that contribute to the perception of values that lead to the construction of a critical view of society.

KEYWORDS: History. Information and communication technologies. methodologies.

⁴³Mestrando em Ciências da Educação (CECAP). Professora da Educação Básica. E-mail: telany.cristina@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino de História apresenta um dinamismo peculiar do fazer histórico, constituído, principalmente, pelo diálogo entre o passado e o presente. Assim como a construção histórica, enquanto representação de um acontecimento, não está em constante mutação.

A representação que a História constrói das feições do passado, consideradas relevantes, estão sujeitas às transformações, às quebras de paradigmas características da dinâmica da construção do conhecimento científico. E como não poderia deixar de ser a História ensinada na educação básica também sofre a influência dessa dinâmica, não numa transposição pura e simples, mas pela interação das legitimações presente nas dimensões acadêmica e escolar (SILVA, 2015, p. 5).

A Internet é uma fonte praticamente inesgotável de recursos que, se devidamente explorados, podem ser empregados para auxiliar nos processos de ensino e de aprendizagem de qualquer disciplina escolar.

Compreender o processo de inserção e uso das TIC na educação, mais precisamente, no Ensino de História, requer uma análise criteriosa das possíveis construções de atitudes e mentalidades que poderão surgir a partir das interações entre indivíduos e tecnologia, as quais implicaram em mudanças no processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, é imprescindível inovar no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, principalmente cientes que essa nova geração de estudantes já vem com uma bagagem grande de conhecimento de tecnologias, que, portanto, devem ser aproveitados para auxiliar no desejo de aprender, mudando a visão que os alunos possuem do aprendizado de História que foi construído e mantido ao longo dos anos.

A UTILIZAÇÃO DAS TICS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O educador de História deve estar atento à essa nova realidade social e cultural das escolas e dos alunos, substituindo aquele velho modo de ensinar, no qual o aluno é mero expectador e o professor o transmissor de conhecimentos, pela visão onde o professor é o problematizador, que auxilia na formação do aluno, suscitando nele a

capacidade de compreender, opinar, criticar, formando um cidadão pleno em suas responsabilidades.

O uso das TIC's pode contribuir metodológica e pedagogicamente para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico e para apresentação, construção e transmissão do conteúdo da disciplina curricular de história em qualquer nível de ensino. Uma vez que, com o desenvolvimento tecnológico, essas ferramentas transformam-se em poderosos instrumentos de criatividade, deixando de serem, apenas, instrumentos mecânicos e de repetição (MOURA, 2009).

O professor de História precisa compreender o processo inovador do uso de recursos tecnológicos em sala de aula como uma evolução no processo educacional. E como conhecedor das evoluções ao longo da história, não deve mostrar resistência a essas inovações, sob o risco de se tornar obsoleto e perder seu espaço no mercado de trabalho e sua função de orientador do processo de aprendizagem dos alunos.

É necessário ainda ao docente buscar conhecimento e se preparar para escolher as ferramentas corretas para utilizar na sala de aula enquanto estiver ministrando suas aulas. Assim ele estará apto a contribuir para um maior interesse pelo aprendizado por parte do aluno, pois “as TIC's trazem o mundo para o ambiente educativo, de forma interativa” (FERREIRA, 1999, p. 10).

Caberá ao educador investigar, dentre os vários recursos da rede virtual, quais deles possam ter um valor consideravelmente eficaz no processo de ensino e de aprendizagem. Quais deles melhor contribuem para que os alunos passem da passividade para a atividade. Mais do que utilizar os recursos disponíveis no panorama social mundial, ou se apropriar das ferramentas tecnológicas, um dos principais objetivos do ensino é o de conseguir que os professores estabeleçam entendimento e reflexão no que concerne às mudanças tecnológicas. Isso transita pelo papel do professor investigador-colaborador (VASCONCELOS, 2010, p. 30).

É notório observar que no contexto educacional atual, o aluno ganha um novo papel, pois deixa de ser um mero aprendiz e se torna participante ativo no processo de ensino-aprendizagem, tendo em suas mãos os meios vitais para buscar as respostas aos seus questionamentos na prática, e a partir do resultado encontrado analisar situações e problemas, levantar hipóteses e soluções, construir teses e assim desenvolver o seu cognitivo.

Contudo, cabe ao docente possibilitar as condições didáticas possíveis a esse processo, baseado em um planejamento consciente, criando as condições para que essa aprendizagem ocorra de forma significativa, gerando resultados que cooperem para melhor compreensão da disciplina de história por parte dos alunos.

Podemos observar nessa relação, de um lado, o professor que é o facilitador do processo de ensino-aprendizagem, e do outro, o aluno que passa a interagir com o computador, com os colegas e com o educador, e essa interação com esses meios gera uma maior motivação para ir cada vez mais fundo na sua busca por conhecimento. Estimulados por atividades mais significativas que podem ser conseguidas a partir do uso das TIC's durante as aulas, os alunos alcançam melhores resultados em seu desempenho e descobrem um novo mundo que pode ser descoberto a partir da disciplina de história e seu currículo.

Assim, nessa nova cultura educacional vemos professores e alunos participando juntos na construção do conhecimento, deixando para trás a estrutura hierarquizada tradicional do ensino, e mostrando que ninguém é detentor supremo do saber, mas que todos estão buscando adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas habilidades. Ou seja, a aprendizagem versa que na perspectiva de uma educação de qualidade e de um ensino de história inclusivo, que possibilite a produção de novos conhecimentos, é necessário envolver todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

Especificamente no ensino da História, é muito importante que as TIC's sejam utilizadas não apenas como máquinas para ensinar ou aprender, mas como ferramentas pedagógicas para criar um ambiente interativo que proporcione ao aprendiz, diante de uma situação problema, investigar, levantar hipóteses, testá-las e refinar suas ideias iniciais, construindo assim seu próprio conhecimento.

Desta forma o uso tecnológico pode ser uma forte aliada nos recursos pedagógicos, trazer essas ferramentas para dentro de sala aula beneficia tanto o aluno em aprendizado quanto o professor, pois com a infinidade de possibilidades que essas ferramentas trazem, o professor pode ter uma grande ferramenta em mãos, porém precisa estar preparado para adaptar-se a este novo estilo de ensino (ASSIS et. al, 2016, p. 04).

Essas mudanças almejadas a partir do uso das TIC's envolvem não somente a prática docente e o objeto de aprendizagem, isto é, o conteúdo de história em suas

múltiplas linguagens, mas, todo o universo do processo de aprendizagem, ou seja, a escola e a sala de aula enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento do fazer docente, alunos, professores, o ensino como um todo e suas várias dimensões.

Leite e Radetzke (2017, p. 281) afirmam que:

O professor precisa construir metodologias que tomem como ponto de partida as compreensões dos alunos acerca da temática e estimular neles novas compreensões e novos significados que favoreçam a compreensão do mundo, tanto no âmbito social, político, natural ou econômico, visualizando possibilidades de transformação desse mundo. [...] o papel dos professores é de propor estratégias de ensino que se projetam para o mundo.

Assim, outra contribuição do uso das TIC's no ensino de História é a diminuição da distância, permitindo ao aluno se conectar a outros lugares que antes eram desconhecidos ou conhecidos limitadamente, é possível ainda visualizar mapas e espaços geográficos em tempo real, criar inúmeras oportunidades de poder discutir e construir conhecimentos coletivamente com alunos distantes, com outras culturas e sociedades.

Entre os recursos tecnológicos que podem ser utilizados em sala de aula está o computador, um dos maiores veículos de transmissão de informações na atualidade, que deve ser utilizado como instrumento para a construção do conhecimento mediado pelo professor. Conforme Ferreira (1999, p. 135) o uso do computador no ensino de História tem por finalidade:

[...] desenvolver habilidades como criatividade, coordenação motora, percepção visual e auditiva; motivar a pesquisa; pôr os alunos em contato com a realidade através do programa (software) escolhido; organizar as informações; classificar dados; traçar croquis, esboços e desenhos (fazer mapas, plantas da realidade estudada e outros); organizar a vida escolar; produzir trabalhos escolares, através de software de planilhas, banco de dados e processadores de textos; elaborar gráficos estatísticos; fazer apresentações dinâmicas.

É importante que o professor de história desenvolva metodologias que despertem o interesse, estimulem a criatividade, a observação e a interpretação do conteúdo a partir do auxílio das TIC's, sem perder de vista, contudo, as implicações de sua aplicação. Afinal, implantar computadores nas escolas sem o devido preparo de professores e da comunidade escolar, não trará os benefícios almejados. Pois, o papel principal continua

sendo do professor, responsável por mediar a aprendizagem ante a inserção das TICs no desenvolver dos conteúdos de sua disciplina.

Tanto no aspecto computacional, de domínio do computador e dos diferentes softwares, quanto no aspecto da integração do computador nas atividades curriculares o professor deve ter muito claro quando e como usar o computador como ferramenta para estimular a aprendizagem. Esse conhecimento também deve ser construído pelo professor e acontece à medida em que ele usa o computador com seus alunos e tem o suporte de uma equipe que fornece os conhecimentos necessários para o professor ser mais efetivo nesse novo papel (VALENTE, 1999, p. 98).

Outra ferramenta que pode ser utilizada na disciplina de história é a grande oferta de produções cinematográficas (filmes, documentários, relatos reais), que aumentou o leque de opções que trazem possibilidade de enriquecimento da prática docente e agregam grande valor ao ensino em sala de aula.

A utilização das mídias cinemáticas em sala de aula aproxima o conteúdo à realidade do aluno, e também deixa a aula prazerosa, fazendo com que os mesmos participem com mais entusiasmo. A narrativa contida na mídia cinematográfica engloba ideias, fatos e apresenta causas e consequências, tendo por proposta para o ensino de História uma nova perspectiva. A perspectiva de conceber o conhecimento através dos processos históricos de forma lúdica e crítica, abandonando o sistema arcaico de ensino, com metodologias ultrapassadas. Por isso recomenda-se ao professor utilizar as tecnologias a seu favor. Os filmes, por exemplo, podem ser trabalhados em sala de aula de forma interdisciplinar, por exemplo, em um projeto de ensino e/ou estudo. Cabe ao mesmo potencializar a utilização dessa ferramenta em um modelo que possibilite o ensino- aprendizagem mútuo, de maneira a alcançar a todos os presentes na sala de aula (SOARES, 2015, p. 295).

A pesquisadora Fonseca (2003), pontua que a utilização de obras cinematográficas de qualidade nas aulas de História tem o poder de ampliar o campo temático e documental, permitindo ao aluno conhecer diferentes abordagens, conceitos e levá-lo a refletir sobre seu próprio espaço histórico e social.

Segundo Silva e Oliveira (2010, p. 1-2):

O uso dos recursos midiáticos, em especial o vídeo, inegavelmente, possibilita o despertar da criatividade à medida que estimula a construção de aprendizados múltiplos, em consonância com a exploração da sensibilidade e das emoções dos alunos, além de contextualizar conteúdos variados. A partir desse conjunto de

possibilidades, o educador pode conduzir o educando a aprendizados significativos que fomentem princípios de cidadania e ética.

Para tanto, o profissional do ensino de história, precisa possuir uma proposta de trabalho, aliada às TIC, para desenvolvê-la com os alunos, ou seja, o profissional do ensino de história deverá criar condições para os alunos refletirem acerca das diversas possibilidades de reconstruir a história a partir das produções cinematográficas (SILVA; PORTO, 2012).

Por muito tempo, o único recurso do professor nas aulas de História foi o quadro-negro e o livro didático, com isso as aulas foram se tornando entediantes e abordando apenas as concepções teóricas, cobrando dos alunos que os fatos históricos fossem memorizados e não aprendidos. Deste modo, professores e alunos não refletiam e nem discutiam os fatos históricos, suas razões e contribuições para a história, apenas abordavam as temáticas de modo sistemático com foco na memorização.

Com o passar do tempo, muitas mudanças foram sendo implantadas no Ensino de História, principalmente ideológicas, gerando a liberdade de expressão dos alunos e a oportunidade de debates reflexivos sobre os fatos abordados em sala. Associar tais mudanças às possibilidades das TICs é permitir que o aluno possa pesquisar novas fontes e poder integrar novos saberes aos textos dos livros didáticos, além de confrontar opiniões de diferentes autores sobre um fato histórico, tornando cada vez mais enriquecedor o processo de construção do conhecimento.

Discutir o Ensino de História, no século XXI, é pensar os processos formativos que se desenvolvem em diversos espaços e as relações entre sujeitos, saberes e práticas. Enfim, é refletir sobre o modo de educar cidadãos numa sociedade complexa, marcada por diferenças e desigualdades (GUIMARÃES, 2015, p. 20)

Existem vários recursos tecnológicos que servem para compartilhar experiência com grupos de estudos e construir conhecimentos em redes colaborativas de aprendizagem e que hoje estão acessíveis a qualquer pessoa, e, portanto, podem tornar o ensino de história mais atraente, dinâmico e criativo, contribuindo para a construção de um processo de ensino-aprendizagem que desperte a vontade de aprender, conhecer e fazer descobertas.

Outra ferramenta que pode ser utilizada no ensino de história e que está relacionada ao uso de TIC's são os jogos digitais educativos, que tem se mostrado como um recurso considerável para a construção do aprendizado, para motivar e variar o processo de ensino.

Dessa forma, é possível justificar que os jogos digitais arquitetam condições de reforço dos conteúdos que já foram estudados, induzindo uma motivação nos alunos, ajudando a desenvolver as questões lógicas, potencializando a aprendizagem, e trazendo condições de desenvolvimento de um conhecimento de forma prazerosa, chegando a uma aprendizagem de qualidade.

Segundo Mendes (2011), os jogos podem despertar um potencial inacreditável para a construção de uma aprendizagem significativa, apresentando conceitos de uma maneira que o jogador possa relacionar seus conhecimentos aos novos sentidos a eles atribuídos, realizando um processo estrutural cognitivo.

Os jogos são um grande atrativo aos olhos dos jovens por se mostrarem atraentes e inovadores, e acrescentando a prática educacional nesse contexto, o aluno poderá contar com uma aprendizagem mais ativa, com dinamismo e motivação. Constituindo-se instrumentos de auxílio fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Os jogos precisam ser inseridos no contexto da sala de aula com base em uma preparação prévia para a apresentação do conteúdo:

Levar os jogos digitais para a escola por que seduzem os nossos alunos, sem uma interação prévia, sem a construção de sentidos, buscando enquadrar esse ou aquele jogo no conteúdo escolar a ser trabalhado, resultará em um grande fracasso e frustração por parte dos docentes e dos discentes. Além de repetir um percurso trilhado na década de noventa quando os softwares educativos entraram nas escolas, principalmente brasileiras, como livros eletrônicos animados e em alguns casos hipertextualizados que logo foram deixados de lado (ALVES, 2008, p. 8).

Para que o jogo seja considerado adequado para o processo de ensino-aprendizagem, é preciso um planejamento baseado em vários critérios, ou seja, um planejamento rigoroso e muito cuidadoso para construir esse jogo, através de etapas que apontem para um acompanhamento do progresso dos alunos, avaliando a qualidade dos jogos que ele irá empregar, pautado em um processo de pesquisa meticulosa.

Através desses jogos, os usuários podem vivenciar situações que aguçam sentimentos diversos, contribuindo para o autocontrole acerca da ansiedade, sobre o medo e a decepção ocorrida com derrota ou com obstáculos que são encontrados nos jogos, e a satisfação promovida pelo avanço em várias fases ou pela conquista da vitória. Porém, é importante dosar o tempo de jogo para que essa prática não influencie de maneira negativa os alunos, desenvolvendo uma forma de vício, impossibilitando-os de realizar outras atividades.

Assim, os jogos digitais no ensino de História podem assumir uma nova abordagem, dinamizando o ensino desta disciplina. De acordo com Neves, Alves e Bastos (2012), os history games são opções dinâmicas e lúdicas de aprender história, pois simulam fatos e acontecimentos históricos, conforme artistas plásticos fazem em suas telas, dramaturgos em suas peças, etc. Esses jogos podem auxiliar o jogador a tomar decisões em relação aos elementos históricos, recriando o contexto e fazendo com que este aluno compreenda de maneira mais profunda o fator histórico.

A partir desta análise percebe-se que muitos jogos contribuem para a formação de alunos mais atentos, que desenvolvam o fascínio pelas questões históricas de maneira mais dinâmica do que nas aulas explicativas.

Atualmente, as informações circulam cada vez mais rápido e se atualizam constantemente, e isso está acessível quase que imediatamente em qualquer lugar que você esteja no mundo, além do que, um mesmo fato é relatado por inúmeros jornais, revistas e sites que apresentam diferentes pontos de vistas, o que permite considerar vários fatores diferentes na análise dos acontecimentos.

Nesse ponto de vista, as TIC's contribuem, pois, os alunos podem estudar um fato histórico acessando diferentes fontes e formatos, pois além do texto, o aluno pode assistir vídeos, imagens e aprofundar-se nos assuntos. O que garante a possibilidade de estudar o passado por meio dos aparatos tecnológicos atuais e relacionar o passado com o presente por meio de reflexões promovidas pelos professores.

Além disso, a utilização das TIC's na mediação do ensino de história contribui para viabilizar o acesso a espaços sociais antes inacessíveis, como arquivos, museus e bibliotecas virtuais. É possível perceber que tal procedimento, além de favorecer no

processo ensino aprendizagem, exerce influência na transformação do ensino de História e na concepção do mesmo enquanto disciplina voltada para o passado, o presente e o futuro, haja visto que, a mediação tecnológica no referido ensino abre ao aluno a perspectiva da pesquisa, procedimento considerado indispensável para produção do conhecimento histórico e para formação do discente enquanto sujeito.

Assim, o uso das TIC's de maneira apropriada durante o ensino da história pode contribuir para incorporação de novas abordagens, novos objetos, novos problemas e novos sujeitos, reconstruindo a história na perspectiva crítico-dialética, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova concepção de construir e ensinar história, que por sua vez rompe com os pressupostos da história tradicional.

É importante entender que a presença de novas linguagens nas aulas de História não deve vir em função de uma simples renovação dos métodos e tampouco pode ser entendida como possibilidade de promover um maior interesse dos estudantes. O importante é conseguir a 'renovação' e mesmo o 'interesse' dos estudantes, articulando para isso uma visão igualmente renovada do ensino de História (OLIVEIRA, 2012, p. 268).

Para o ensino na disciplina de História, contamos com diversas fontes de pesquisas através da internet, filmes, jogos e diversos recursos que podem ser utilizados a fim de que os discentes se tornem mais ativos e participativos na aprendizagem e que se motivem na busca pelo conhecimento.

A matéria história tem que se alinhar a esse movimento ou será, inevitavelmente, ligada à depreciação ou à obsolescência; porém há de fazer não de forma passiva e acrítica: é preciso reconhecer a sua força e se apropriar das vantagens decorrentes, bem como desmistificar toda carga ideológica que este processo traz engastado. Como qualquer outra coisa, as TICs têm seus prós e contras, sendo assim, cabe ao professor de História se valer das propriedades da disciplina para provocar e inquietar o aluno com o fito de desenvolver sua faculdade reflexiva, de modo a emancipá-lo enquanto ser político, imbuído de visão crítica (LOPES; MONTEIRO, 2016, p. 13).

Percebe-se então que o uso das TIC's no Ensino de História pode fornecer instrumentos que possibilitaram aos alunos um olhar crítico, a partir do contexto vivenciado por eles, acerca da sociedade, da política, da economia, da cultura da virtualidade real (CASTELLS, 2007), apontando meios para compreensão dos caminhos e limites para atuação no processo histórico de mudança e configuração da realidade.

Com isso, cria-se condições, não somente para o aluno ser capaz de questionar e buscar suplantar a ordem já estabelecida, mas, de sugerir mudanças que prime pela tolerância e o respeito às diferenças das minorias historicamente desrespeitadas tanto no aspecto tecnologicamente falando, quanto no aspecto educacional e escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lynn. **Relações entre jogos digitais e aprendizagem:** delineando o percurso. In: Educação, Formação & Tecnologias, vol.1(2); pp. 3-10, 2008.
- ASSIS, Carolina Stefhany Guimarães de; et al. **o uso tecnológico como recurso pedagógico na educação infantil.** UEMG Clarete Aparecida Diniz Gomes – UEMG Elisângela Freitas da Silva - UEMG Ivanete Fátima de Azevedo - UEMG Marília Costa Machado – UEMG XVI Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e XIII Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online. 2016
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **A importância das novas tecnologias no ensino de História.** In Universa, Brasília, nº 1, p. 125-137, fevereiro de 1999
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.
- GUIMARÃES, Selva, **Didática e prática de ensino de História:** Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2015.
- LEITE, Fabiane De Andrade; RADETZKE, Franciele Siqueira. **Contextualização no ensino de ciências: compreensões de professores da educação básica.** VIDYA, v. 37, n. 1, p. 273-286, jan./jun., 2017 - Santa Maria, 2017. ISSN 2176-4603.
- LOPES, Kaique Moreira Léo; MONTEIRO, Rafael Brito. **As TICS no ensino de história** – a educação em conformidade com o mercado. Revista Latino-Americana de História Vol. 5, nº. 15 – Julho de 2016
- MENDES, Thiago G. **Jogos Digitais como Objetos de Aprendizagem:** Apontamentos para uma Metodologia de Desenvolvimento. X SBGames - Salvador - BA, November 7th - 9th, 2011.
- MOURA, Mary Jones Ferreira de. (2009). **O ensino de História e as novas tecnologias:** da reflexão à ação pedagógica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- OLIVEIRA, Nucia A. S. de. **“Novas” e “diferentes” linguagens e o ensino de história:** construindo significados para a formação de professores. EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 262-277, jan./jun. 2012.

SILVA, H. M. G. da; DAVID, C. M.; MANTOVANI, A. A tecnologia como aliada no ensino de história e a sua adesão nas escolas de educação básica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 390–399, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i2.7707. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7707>. Acesso em: 7 out. 2021.

SILVA, R. V.; OLIVEIRA, E. M. **As Possibilidades do Uso do Vídeo como Recurso de Aprendizagem em Salas de Aula do 5º Ano**. V EPEAL – Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social, 2010.

SILVA, Marco Antônio; PORTO, Amélia. **Nas trilhas do ensino de história: teoria e prática**. Belo Horizonte: Rona, 2012.

SOARES, Luiz Paulo da Silva. **Mídias cinemáticas no ensino de História: A perspectiva discente sobre este recurso pedagógico**. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.3, vol.2, jul/dez. 2015

VALENTE, J. A. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Unicamp, 1999.

VASCONCELOS, Z. B. das C. **Uso do microblog Twitter como recurso didático na visão docente**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2010. Disponível em www.uece.br/mpcomp/index.php/arquivos/doc.../225-dissertacao-66. Acesso: 22/08/2021

SOBRE OS ORGANIZADORES

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Doutoranda em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Pedagogia pela UNOPAR. Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

PAIVA, Luciano Luan Gomes: Diretor de Arte na Editora Amplamente Cursos, coordenando toda a produção visual e ações de publicidade nas redes sociais e site da empresa. No campo da Educação, atua como Coach Educacional, Palestrante, Ministrante de Oficinas (presenciais e on-line), Tutor a Distância na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor de Música em múltiplos contextos. Como pesquisador, tem feito estudos sobre Aprendizagem mediada por Tecnologias Digitais sob a ótica da Complexidade; Formação Docente no âmbito das Tecnologias Digitais; e Mediação Pedagógica no Ciberespaço. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS-UFRN). Tem formação acadêmica, como Mestre em Música (com ênfase em Educação Musical) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid:

<https://orcid.org/0000-0001-6192-6075>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0772088747598226>.
E-mail: luciano.90@hotmail.com.

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atua como professora da Rede Pública e Privada em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

SOBRE OS AUTORES

ALBERTO, Norma Sueli Marques da Costa: Nutricionista. Doutora em Saúde Pública. Mestre em Ciências e Saúde. Especialista em Gestão em Saúde. Membro do Conselho Universitário do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro do Núcleo de Desenvolvimento de Ensino (NDE) do Curso de Nutrição do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNINOVAFAPI. Membro das Redes Nacional e Estadual (Piauí) de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86) 99452-6153. E-mail: norma.alberto@uninovafapi.edu.br.

AMORIM, Tamires Aline de: Graduada em Pedagogia. E-mail: tamiresalinedeamorim@gmail.com

BORGES, Maria de Lourdes Reche: Graduada em Pedagogia – E-mail: crislen_reche@hotmail.com

CEBALHO, Ivanilda Messias dos Santos: Graduada em Pedagogia. E-mail: ivanildasantos16@hotmail.com

COELHO, Joelma da Silva: Professora efetiva da Rede Municipal de Natal e Macaíba. Graduação em Pedagogia (UFRN). Pós-Graduação - Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas (FIP). Pós-graduação – Psicopedagogia (FIP). Mestrado em Ciências da Educação (UDS). Doutoranda em Ciências da Educação (UNADES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5406767364509222> E-mail: coelhojoelmacoelho@gmail.com

FARIAS, Luciana Melo de: Nutricionista Mestre em Alimentos e Nutrição. Especialista em distúrbios metabólicos e Nutrição. Coordenadora da especialização em Nutrição Clínica Funcional e estética. Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86) 9984-2502. E-mail: luciana.farias@uninovafapi.edu.br.

FERRO, Caio Assis Xavier: Advogado. Especialista em Prática Judiciária e Advocacia Extrajudicial. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/760563985038384.1> E-mail: caioferroadv@gmail.com.

FILHA, Elizete Vasconcelos Arantes: Professora formadora no Núcleo de Tecnologia Educacional do Natal-NTE. Graduação em Pedagogia (UNIBAN). Graduação em Educação Artística (FEBASP). Graduação em Artes (FMT). Pós-Graduação – Fundamentos Metodológicos da Apreciação e Crítica no Ensino das Artes (UFPB). Mestrado em Ciências da Educação (UFRN). Doutoranda em Ciências da Educação (WUE). Professora Formadora em TDICS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5232473085077007>. E-mail: elizetearantes@gmail.com

FONSECA, Dayane Lima: Nutricionista. Pós-graduanda em Nutrição Clínica Funcional, Esportiva, Estética, Prescrição de Fitoterápicos e Comportamental. Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86)9.9982-7175. E-mail: dayanelimafonseca@gmail.com.

FREITAS, Regiana Caldas: Especialista em Supervisão Educacional – UFAM; Docente do Ensino Básico da rede Municipal e Estadual; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5586357654265249>. E-mail: regianacaldas@gmail.com

LOPES, Telany Cristina: Mestrando em Ciências da Educação (CECAP). Professora da Educação Básica. E-mail: telany.cristina@hotmail.com

MELO, Jakeline Olegário de: Pedagoga. Professora da Educação básica. E-mail: jakelinecirmacau@gmail.com

MENDES, Eliana Ester Cristante: Graduada em Pedagogia. E-mail: eliana.ester.mendes@gmail.com

MIRANDA, Lucilene Cardoso de: Graduada em Pedagogia – E-mail: lucinhamirandabbu@hotmail.com

MIRANDA, Maria dos Navegantes de: Pedagoga. Professora da Educação Básica. E-mail: navegantemiranda2019@gmail.com

MOURA, Carlos Renã da Silva: Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4483316217309797>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4564-9132>. E-mail: Carlos.moura@ifam.edu.br

NEVES, Magda Lúcia: Mestranda em Ciências da Educação (CECAP). Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell/MG. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. E-mail: magda_neves@hotmail.com

OLIVEIRA, Fatima Aparecida Barbosa de: Graduada em Pedagogia – E-mail: fatima-bbu@hotmail.com

PAULA, Marlon Moreno da Rocha Caminha de: Cirurgião do Aparelho Digestivo. Coordenador do serviço de Cirurgia Bariátrica e Metabólica do Hospital Getúlio Vargas - Av. Frei Serafim, 2352, Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86) 3221-3040. drmarlonmoreno@hotmail.com

RECHE, Sonia Maria: Graduada em Pedagogia – E-mail: soniareche29@hotmail.com

RODRIGUES, Wivina Dayane do Nascimento Lopes: Graduação em Pedagogia FAIBRA. Cursando a graduação em Educação Especial (Faveni). Pós-graduação: Alfabetização e Letramento (Futura). Libras (Facesa). Educação infantil (Futura). Educação Especial(Futura). Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar (Facesa). Mestrado em ciências da educação (CECAP). Professora do Município De Ipangaçu e Guamaré. E-mail: wivinadayane@gmail.com

SANTOS, Andrea Fernanda Lopes dos: Nutricionista. Doutora em Engenharia Biomédica. Mestre em Saúde Pública. Especialista em nutrição parenteral e enteral. Especialista em administração hospitalar. Nutricionista do Hospital Getúlio Vargas. Docente no Centro Universitário de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – UNINOVAFAPI, Teresina, PI, Brasil. Telefone: (86) 99980-1099. E-mail: andrea.santos@uninovafapi.edu.br.

SANTOS, Silvana Bezerra dos: Graduada em Pedagogia – E-mail: silvanatifilhos@gmail.com

SANTOS, Silvana Bezerra dos: Graduada em Pedagogia. E-mail:silvanatifilhos@gmail.com

SENA, Marta Regina Martins de: Pós-Graduação em Ensino de Arte, Instituto Pedagógico Brasileiro, IPEBRAZ. E-mail: martarsena@hotmail.com

SILVA, Adriana Leite da: Graduada em Pedagogia. E-mail: adriana-leity@hotmail.com

SILVA, Eryka Christina Batista da: Assessora Jurídica da Secretaria de Saúde do Município de Porto Nacional – TO. Advogada. Especialista em Docência no Ensino

Superior, Prática Judiciária e Direito Público. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/3377064532373278>. E-mail: eryka.adv@gmail.com

SILVA, Juliane Claudia Rossi: Graduada em Pedagogia – E-mail:
juliane_claudia@hotmail.com

SIQUEIRA, Kleber Saldanha de: Mestre em ensino de Física pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialista em educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialista em educação pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), especialista em educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), especialista em educação pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Licenciado em Física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor pertencente ao quadro permanente da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE-AL). E-mail: kleber.siqueira@cedu.ufal.br.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação, [124](#)
Alfabetização, [86](#), [186](#)
APAC, [35](#)
Aprendizagem, [61](#), [104](#), [134](#), [233](#)

B

Bem-estar, [156](#)

C

Ciência dos materiais, [11](#)
Cirurgia bariátrica, [204](#)
Crianças, [61](#)

D

Deficiências nutricionais, [204](#)
Disciplina, [114](#)
Docência, [77](#), [134](#)

E

Educação, [124](#), [156](#)
Educação Infantil, [86](#), [186](#)
Educador, [134](#)
Ensino, [61](#), [104](#)
Ensino de física, [11](#)
Ensino Remoto, [242](#)
Escola, [77](#), [219](#)
Espaço geográfico, [170](#)
Estado sólido, [11](#)
Ética, [77](#)

F

Família, [219](#)
Física moderna, [11](#)
Formação, [134](#)
Fotografia, [86](#)

H

História, [170](#), [242](#), [254](#)
Humanização, [35](#)

I

Indisciplina, [26](#), [114](#)
Instrumento Pedagógico, [104](#)

J

Jogos, [233](#)

L

Letramento, [186](#)
Letramento Digital, [86](#)
Letramento Visual, [86](#)
Lúdico, [233](#)

M

Macau, [170](#)
Mecanismos disciplinares, [114](#)
Metodologias, [242](#), [254](#)
Micronutrientes, [204](#)
Movimento, [156](#)
Música, [61](#), [104](#)

P

Prática Pedagógica, [77](#)
Psicopedagogia, [178](#)

R

Recurso Didático, [61](#)
Reincidência, [35](#)
Relações pedagógicas, [26](#)
Ressocialização, [35](#)

S

Saúde, [156](#)

Sentimentos, [124](#)

Sistema Prisional, [35](#)

T

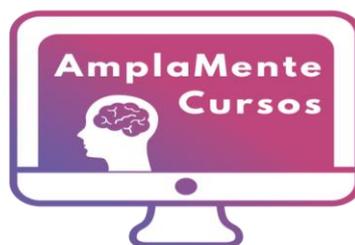
Tecnologias de Informação e
comunicação, [254](#)

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO
1ª ED VOL.2 ISBN: 978-65-89928-10-2 DOI: 10.47538/AC-2021.15

E-BOOK

AMPLAMENTE EDUCAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA O ENSINO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 02.



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.15
ISBN 978-65-89928-10-2

 (84) 99707 2900

 @editoraamplamentecursos

 amplamentecursos

 publicacoes@editoraamplamente.com.br



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2021